

**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

RAPHAELLA FAGUNDES DAROS

**IMPLICÂNCIAS E IMPLICAÇÕES DE UMA
TRABALHADORA SOCIAL: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO
PAC FAVELAS-RJ EM ANÁLISE**

**Niterói
2016**

**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

RAPHAELLA FAGUNDES DAROS

**IMPLICÂNCIAS E IMPLICAÇÕES DE UMA
TRABALHADORA SOCIAL: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO
PAC FAVELAS-RJ EM ANÁLISE**

Tese apresentada do Programa de Pós-graduação em
Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para obtenção do título de Doutora em
Psicologia

Área de concentração: Estudos da Subjetividade

Linha de Pesquisa: Subjetividade, Política e Exclusão
Social

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Katia Aguiar

**Niterói
2016**

**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

RAPHAELLA FAGUNDES DAROS

**IMPLICÂNCIAS E IMPLICAÇÕES DE UMA
TRABALHADORA SOCIAL: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO
PAC FAVELAS-RJ EM ANÁLISE**

BANCA EXAMINADORA

.....
Prof^a. Dr^a Katia Aguiar (orientadora)
Universidade Federal Fluminense

.....
Prof^a Dr^a Cecília Maria Bouças Coimbra
Universidade Federal Fluminense

.....
Pesquisadora Dr^a Francini Lube Guizardi
DIREB – Fiocruz/ Brasília

.....
Prof^a Dr^a Simone Manieri Paulon
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof^a Dr^a Estela Scheinvar
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

D224 Daros, Raphaella Fagundes.

Implicâncias e implicações de uma trabalhadora social: a participação social do PAC Favelas-RJ em análise / Raphaella Fagundes Daros. – 2016.

251 f.

Orientadora: Katia Faria Aguiar.

Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2016.

Bibliografia: f. 241-251.

1. Participação social. 2. Trabalho social. 3. Biopolítica.
4. Governamentalidade. I. Aguiar, Katia Faria. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.
III. Título.

Dedico este trabalho aos trabalhadores técnicos sociais da Equipe Técnica do Trabalho Social do PAC Favelas-RJ, presentes pares em meu caminho, e aos moradores das favelas do Alemão, Manguinhos e Rocinha, participantes cuja recusa me fez caminhar.

AGRADECIMENTOS

A potência dos encontros alegres e a tessitura de muitas redes quentes tornaram possível a realização dessa tese, cuja polifonia reconheço com imensa gratidão e prazer.

À Rafael da Silveira Gomes, amigo querido e aliado desde há muito, agradeço o encontro feito de um amor à primeira vista com Kátia Aguiar, professora orientadora desse trabalho, que desde os primeiros momentos me acolheu com imensa abertura, confiança, generosidade, ternura e incentivo, se fazendo no caminho a amiga para a vida que segue.

À Katia Aguiar, também agradeço o encontro com o “calor de um lugar”, habitado por um coletivo de pesquisa que durante os quatro anos de tessitura desse trabalho pude ver se expandir em meio às alianças das trocas e das corajosas apostas em outros modos possíveis de escrever, pesquisar e intervir. Dentre estes, agradeço especialmente à Vanessa Monteiro, Camila Caires e Maria Thereza Feitosa, que puderam acolher com delicadeza minhas muitas primeiras lágrimas e titubeios. Do mesmo modo, faço uma menção especial à Felix Berzins, Gabriel Alvarenga, Vanessa Fonseca, Danielle Miranda e Luiza Reis, pares que acolheram minhas gargalhadas e muitas vezes se fizeram meus olhos e minhas mãos, tornando-se alegre bando para a vida que segue.

À esse coletivo de pesquisa agradeço à escuta sempre atenta e cuidadosa das narrativas e memórias dos afetos produzidos em outro coletivo, a Equipe Técnica do Trabalho Social do PAC-RJ. Rede quente que me acolheu no Rio de Janeiro, me fazendo reconhecer nessa cidade meu chão de trabalhadora social. Coletivo de bordas borradas, feito de um tanto de idealismo, um tanto de coragem e um sem fim de cumplicidade, mantida com o carinho daqueles que se reconhecem atemporalmente como pares. Dentre todos, agradeço com imenso carinho, admiração e saudade à Antônio Parente (*in memoriam*) pela confiança e pelas portas abertas que me levaram a trilhar o desafiante caminho das políticas públicas de mãos dadas com Patricia Daros, Carla Sanche, Rogério Marins, Vinícius Ferreira, Rebeca Steiman, Mariana Toledo, Viviane Almeida, Gustavo Cocate, Paulo Romai, Letícia Barbosa, Leonardo Calvão, Joanna Alimonda, Sergio Bandeira, Roberto Tostes, Paulo Cezar Marques, Diana Acserald, Fernanda Haikal, Ítalo Mesquita, Natacher Mendes, Thiago Castro, Marisa Santana, Rita Motta, Lui Pereira, Camilla Florez, Paulo Zagallo, Danilo Mello, Pedro Póvoa e Adriana Garuzi.

À esses pares de trabalho, feito amigos, agradeço a partilha nos encontros com os moradores da Rocinha, do Alemão e de Manguinhos, os quais pelo cotidiano exercício da presença e da ausência, das adesões e das recusas, ao longo do projeto do PAC Favelas-RJ me conduziram pelas ruas e becos de seus vivos territórios, e muitas vezes me acolheram em suas casas, me abrindo as portas, ao mesmo tempo em que me abriam os olhos para os múltiplos sentidos do participar.

Agradeço as contribuições feitas pela leitura cuidadosa e cordial de uma banca composta por mulheres cujas trajetórias profissionais e aposta ético-política me servem de inspiração para seguir apostando em outras formas de participar da invenção de si e do mundo. Meu muito obrigada à Cecília Coimbra, à Simone Paulon, à Estela Scheinvar e especialmente à Francini Guizardi, com quem tenho a alegria de compartilhar a amizade e um caminho formativo permeado de valorosas lembranças tecidas desde a graduação em Psicologia.

Agradeço também as relevantes leituras e contribuições feitas generosamente por Grasielle Nespoli e Fabiana Castelo, amigas sempre disponíveis à minha necessidade de eco.

À minha família querida, agradeço o chão feito sob os meus pés por onde quer que eu decida caminhar. Rede afetiva que me encoraja à possibilidade de me arriscar por novos caminhos em busca da potência dos encontros alegres. Meu território vivo, que segue a me lembrar de onde venho e a apontar pra onde sempre posso voltar, mesmo que já sejamos todos outros.

À minha família “capioca” e aos queridos amigos dessa cidade que escolhi habitar, agradeço a presença cotidiana, os cuidados infinitos e o amor incondicional que tornaram a vida nesse chão não só possível, como alegremente compartilhada.

Agradeço à CAPES pelo financiamento que tornou possível a concretização dessa tese.

RESUMO

A experiência vivida como integrante da Equipe de Trabalho Técnico Social (ETTS), responsável pela operacionalização da intervenção realizada pelo Trabalho Social do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas favelas do Rio de Janeiro, entre os anos de 2008 a 2012, foi o acontecimento agenciador cujas narrativas de algumas cenas rememoradas pretendem, neste trabalho, dar contorno às análises acerca dos discursos da participação social na contemporaneidade. Trabalho de elaboração de uma memória de trabalhadora social convocado pelas implicâncias e incômodos produzidos diante das recusas da população à adesão das instâncias de participação propostas, essa pesquisa se refere à realização de um trabalho ético, em que o exercício do cuidado de si se direciona ao cuidado com a atividade, com as práticas, que envolvem, por conseguinte, o cuidado com o outro. Sair de um lugar sobreimplicado e produzir multi-implicação, eis o desafio enfrentado na escrita desse trabalho. Daí a decisão de compartilhar o exercício de análise de implicações que ganha espaço nessa pesquisa, visando intervir nas boas intenções que atravessam e constituem as práticas de muitos trabalhadores sociais. Para tanto, a aposta metodológica foi seguir os caminhos genealógicos e as pistas do primado da resistência de Michel Foucault, optando pela narrativa das recusas como linha de condução para a análise das discursividades relacionadas à participação social que se concretizam através das práticas desses trabalhadores. O objetivo de evidenciar a narrativa das recusas aponta para o investimento direto contra os pontos em que o poder se exerce em nome da justiça, da técnica e do saber, em uma estratégia para dar visibilidade tanto aos mecanismos de poder que produzem e sustentam os discursos da participação social, como àqueles que se colocam na contramão de suas prescrições, tendo como efeitos a produção de modos de subjetivação singulares. Por essa via, observamos um uso específico da participação social que, em diálogo próximo com os discursos da empregabilidade, é levado a cabo pela governamentalidade neoliberal, funcionando como eficaz mecanismo de segurança (FOUCAULT, 2008), quando ao mesmo tempo em que produz o desejo de inclusão, busca evitar a revolta, organizando biopoliticamente e regulamentando a vida da população. Desse modo, partindo da afirmação de que a participação social sempre trata de projetos políticos em disputa, essa pesquisa-escrita-criação se destinou a intervir na naturalização dos sentidos de participar, e ao assim fazê-lo, criar bases de sustentação para a invenção de outros sentidos de participação social e outras formas de ser trabalhador social, concluindo pela relevância da problematização das resistências no presente.

Palavras-chave: Participação Social. Trabalho Social. Biopolítica. Governamentalidade.

ABSTRACT

The experience of being a member in the Social Technical Work Team (STWT), in charge of the intervention operationalization carried out by the Social Work of Growth Acceleration Program, known as PAC held in the Rio de Janeiro slums, from 2008 to 2012, was the agent event which narratives of some remarkable scenes intend, in this work, to circumvent the analyzes about the social participation speeches in modernity. It is an elaboration work of a social worker memory convoked by the implications and disturbance produced before the population refusals on the accession of the proposed participation instances, this research refers to the development of an ethical work in which the exercise of fending for oneself is directed to the care of the activity, with practices that consequently involve the care for the others. Moving from an over implicated place and produce multi implication, there is the challenge faced in this work writing. Hence the decision of sharing the exercise of implications analysis that gains prominence in the research, aiming at intervening in the good conditions that cross and constitute the practices of several social workers. To do so, the methodological commitment was to follow the genealogic paths and clues of the resistance primacy of Michel Foucault, choosing the refusals narrative such as the conduction line for the analysis of the discursive related to the social participation that are concretized through those workers practices. The purpose to highlight the refusals narrative indicates the direct investment against the points which the Power is carried out on behalf of justice, knowledge technique, in a strategy to give visibility to the Power mechanisms that produce and sustain the social participation speeches, as well as the ones that are put on the opposite side of their prescriptions, having the production of singular subjectivities ways as effects. This way, it was observed a specific use of social participation that within a dialogue close to the employability discourses, is undertaken by the neoliberal governmentality, working as an effective safety mechanism (FOUCAULT, 2008), when at the same time it is produced the inclusion desire, it searches for avoiding uprising, organizing biopolitically and regulating the life of the population. Therefore, starting from the claim that the social participation always deals with political projects in dispute, this research-writing-creation aimed at intervening in the naturalization of the participation senses, and by doing so, creating support bases for the invention of other social participation senses and other ways to be a social worker, resulting in the relevance of the actual resistances discussions.

Keywords: Social participation. Social work. Biopolitics. Governmentality.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....13

: Memórias de uma trabalhadora social – sobre deslocamentos e pensamentos, das
implicâncias às implicações em análise :

UM MAPA.....22

: A ética como prática de liberdade e as estratégias contemporâneas de recusa :

25

: Os discursos da participação social – entre a convocação e as recusas, a emergência de um
campo problemático :

37

: Aposta metodológica – a experiência como reinvenção de si e a escrita como coragem da
verdade :

42

PRIMEIRA ENTRADA.....65

: Modulações da participação social - de ideal político a campo problemático:

65

: A participação social nos governos Lula e Dilma e as jornadas de 2013 – e modulações entre
a solidariedade e o vandalismo :

79

SEGUNDA ENTRADA.....102

: Os discursos da empregabilidade – a convocação à participação social e o empreendedorismo de si:

102

: A produção maquínica do desejo e a invenção do *homo economicus* – você tem sede de quê? Você tem fome de quê? :

112

: A produção das vulnerabilidades e do medo – da gestão das liberdades à gestão dos riscos :

117

: A participação social pela via do biopoder – o protagonismo cidadão e o apelo a uma convivência solidária no estilo “faça a sua parte” :

126

TERCEIRA ENTRADA.....133

: O encontro com o território – a formação de um corpo-trabalhadora- técnica- social nos agenciamentos com a favela, com a equipe técnica, com o Estado:

QUARTA ENTRADA.....155

: O encontro com o corpo-equipe – cenário da tessitura da sobreimplicação :

155

: Os trabalhadores sociais e o exercício ético-político – estrategistas entre a (re)invenção de si e a transversalidade das lutas:

170

QUINTA ENTRADA.....181

: A problematização da participação social entre o projeto, os consentimentos, as adesões, a cooperação e a recusa – os mitos, as dificuldades e outros possíveis:

181

: A participação social e seus mitos :

191

: A participação social e as suas limitações – a crise e a disputa de representatividade:

194

: “ A favela tem seus códigos” - a participação social e a especificidade da dinâmica político-econômica dos territórios :

199

: O tempo urge, as atividades se sobrepõem, a participação social vira atividade de trabalho, de técnicos sociais e moradores:

205

: A participação social e os constrangimentos institucionais – questões da divisão social do trabalho e o exercício de autonomia dos técnicos sociais :

209

: A demanda de participação social e as demandas sociais não atendidas – brechas para o exercício da recusa e a reafirmação da tutela :

212

: A participação social entre alguns (im)possíveis e a sobreimplicação dos técnicos sociais :

215

UMA SAÍDA.....220

: Despedir-se do absoluto :

ou

: A participação social e outros possíveis - entre a proposta de regulamentação da vida e a vida que escapa:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS241

Prefácio

: Memórias de uma trabalhadora social – sobre deslocamentos e pensamentos, das implicâncias às implicações em análise :

[...] Um pensamento – para lhe dar um nome mais altivo do que merece – tinha deixado seu rastro pela corrente. Oscilava, minuto a minuto, para cá e para lá entre os reflexos e as plantas aquáticas, deixando-se mostrar e submergir na água até... Sabe aquele puxão, e então, um amontoado de ideias na ponta da linha, e depois o recolher cauteloso e a exposição cuidadosa? Por fim, assentado na grama, tão pequeno e insignificante parecia esse meu pensamento; o tipo de peixe que um bom pescador devolveria à água para que engordasse e um dia fosse digno de ser cozido e comido. Não vou incomoda-las com esse pensamento agora, embora, se prestarem atenção, vão conseguir encontra-lo por si mesmas no curso do que estou prestes a dizer. (Virgínia Woolf, 2014, p.14)

Este trabalho quer compartilhar os incômodos, as implicâncias, assim como deslocamentos e pensamentos em torno da temática da participação social, a qual se constituiu como campo problemático a partir da minha inserção na Equipe Técnica de Trabalho Social (ETTS) do PAC-Favelas do Rio de Janeiro, entre os anos de 2008 a 2012. Chamo aqui de implicâncias os incômodos quando ainda amorfos, quando, sem corpo e sem lugar, ainda não tinham se tornado implicações a serem colocadas em análise.

Tecer as memórias de um percurso de trabalhadora social é o que proponho na produção desse trabalho. Memórias que ao serem aqui compartilhadas pretendem contribuir para a elaboração e partilha de algumas questões e, por conseguinte, para a problematização de algumas intersecções que ganham visibilidade em meio às modulações das práticas discursivas que convocam à participação social, com destaque para o campo das políticas públicas e dos discursos da empregabilidade. Memórias produzidas pelo ensaio de uma escrita parresíasta, feita chão em que se articulam os comuns encontrados nos trajetos por entre as práticas da clínica, da docência, da pesquisa e das atividades de trabalhadora técnica social, constituindo assim um corpo-trabalhadora-social. Memórias cuja publicização tem como propósito intervir nas boas intenções que movem muitos dos trabalhadores técnicos sociais, meus pares nas tentativas, por vezes, tão idealizadas quanto ingênuas e, talvez mesmo por isso,

transcendentalmente arrogantes, de serem os agentes das transformações, ignorando que estas acontecerão a despeito das nossas intenções.

As práticas discursivas e não discursivas que constituem a participação social, campo de nossas intervenções, quando atreladas à produção dos mecanismos de segurança do biopoder, destacam-se pela promessa de proteção/inclusão social que afirmam, evitando ao mesmo tempo os riscos, as dissidências, os agitos, as revoltas, restringindo nossas possibilidades de vida e transformação. Contudo, diante da falta de contorno preciso – já que os sentidos da participação social não estão necessariamente dados –, e da controvérsia da temática – apresentada pelas várias formas, usos e utilizações do verbo participar –, não pretendo aqui encontrar a verdade sobre os mecanismos e discursos da participação social, mas investir em uma perspectiva de análise de suas práticas e da relação que estas estabelecem com a verdade. Por isso, me limito ao fato de que “[...] só se pode mostrar como se chegou a ter a opinião que se tem. Só se pode dar ao público a oportunidade de tirar as próprias conclusões ao observar as limitações, os preconceitos, as idiossincrasias do palestrante. É mais provável que a ficção contenha mais verdade do que o fato.” (WOOLF, 2014, p.12-13)

O que proponho é compartilhar deslocamentos produzidos em um exercício de análise de implicações, realizado a partir da minha experiência de trabalhadora social, que ao operar através da desnaturalização das práticas discursivas acerca da participação social me faz torcer os conceitos, dando visibilidade aos tensionamentos que se presentificam, forçando a abertura do olhar para os processos participativos que se constituem para além das instâncias institucionalizadas. Afinal de contas, como aponta Fuganti (2009, p.669), “um verbo exprime uma ação e ação tem não só um sentido, ela tem um motor! Esse motor qualifica o valor desse sentido”. Motor que me empurra tanto para o questionamento acerca do que nos move quando queremos participar, como para a necessidade de estarmos atentos às modulações que o participar tem sofrido contemporaneamente, quando participar passa a significar gerir liberdades e riscos, e responsabilizar-se.

A decisão de me deslocar da atividade da docência para habitar o campo da política pública se fez em meio ao desejo de movimento, de ar, e de outros possíveis. O desejo era sair de um lugar marcado pela impotência, e pelo cansaço que daí advinha. Escapar de lugares onde os possíveis eram cada vez mais rarefeitos entre os discursos acadêmicos e a lógica clientelista que

dominava as instituições de ensino superior. Era a possibilidade do desvio que me fazia mudar de lugar. Eu queria poder pegar o mundo com as mãos.

Deslocamento iniciado, a operacionalização de conceitos no território das favelas e das políticas públicas se mostrou uma árdua tarefa na execução do trabalho técnico social. E a realização do caminho inverso, de trazer para o espaço acadêmico toda a concretude da experiência vivida, tampouco se deu sem conflitos e dificuldades. Reocupando o lugar de pesquisadora, na academia, me atravessava a constante impressão de que meu discurso parecia aos pares demasiadamente moderado, carecia da radicalidade exigida como senha de acesso sugerida aos intelectuais militantes. Ocupando o lugar de consultora na Equipe Técnica do Trabalho Social, meu discurso soava aos pares demasiadamente radical, carecia da dose de pragmatismo exigida como senha de acesso aos bem-sucedidos. Ao se deslocar, o corpo-trabalhadora-social desterritorializava-se.

O relato das cenas que compõem o texto que se segue foi produzido em meio a esses deslocamentos. O corpo-trabalhadora-social saía da referida equipe técnica e retornava à academia, tendo como porta de entrada o programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Nesse novo lugar, o (re)encontro com alguns intercessores, como Foucault, Lourau, Guattari, entre outros, convidados com cadeira cativa no grupo de orientação coletiva, foi fundamental não só para ressignificar os meandros da participação social e suas modulações no contemporâneo, como para produzir outros territórios existenciais, outros possíveis, e outro corpo-trabalhadora-social.

No percurso de produção dessas memórias, feitas na aliança com o coletivo de pesquisa, aos poucos se fazia possível observar como a sobreimplicação com o trabalho havia conformado durante um tempo a minha impossibilidade de colocar em análise não só a falta de adesão da população aos espaços de “participação” propostos pela política pública, fato mobilizador dos meus incômodos iniciais, como os outros movimentos que se produziam nos espaços da intervenção. A possibilidade de olhar essas cenas de outro lugar e ver-me sobreimplicada com o trabalho realizado se mostrou fundamental para a delimitação da participação social como problema de pesquisa. Pesquisa que passa então a ter como um de seus principais analisadores a recusa da população a algumas formas de “participação” propostas e a problematização da precarização do trabalho da equipe e da produção de urgências.

O exercício de se debruçar sobre as condições e a organização do trabalho da equipe foi uma dimensão fundamental, uma vez que estas delimitam inclusive os próprios modos do que se convencionou chamar de participação social da população, na medida em que estes funcionam, simultaneamente, como estratégias de segurança, organizados para se evitar as possíveis revoltas e resistências, ao mesmo tempo em que gerem o coletivo e regulamentam os modos de vida na favela. (Foucault, 2008). Por essa via, o corpo-trabalhadora-técnica-social, de mãos dadas com o corpo-pesquisadora, encontrou a porta de entrada para a compreensão de que a “não-adesão” da população, quando vista sob a perspectiva do biopoder, se coloca como recusa e como afirmação de outros modos de ser e estar na cena política, que escapando das prescrições, constrói outros mundos e sentidos.

Entender a questão da participação social como campo problemático, nos convoca assim à problematização do modo como nós, trabalhadores sociais, colaboramos na produção de práticas discursivas e não discursivas que incitam à “participação social”, uma vez que estas podem funcionar como estratégias de controle sobre a vida. E, ao mesmo tempo, compreendermos que as instâncias de participação social instituídas sofrem a ameaça contemporânea de certa banalização, promovida pela negligência com as condições em que elas são organizadas e com os efeitos de poder que elas produzem.

Intervir nas boas intenções que atravessam as práticas cotidianas dos muitos trabalhadores sociais não é, portanto, uma tarefa simples. Trata-se de um exercício ético que nos convoca a um certo grau de atenção direcionada permanentemente a nossas práticas e a seus efeitos sobre si e sobre o outro. Trabalho de cuidado que nos convida a olharmos com um pouco mais de estranhamento para ações e posicionamentos que, mobilizados por propósitos que consideramos obviamente nobres, porque feitos de uma generosidade humanitária, seguem intocados e intocáveis. Trabalho de cuidado e atenção que aposta na produção do contágio e da multi-implicação¹, mas que não se arvora em dar respostas ou ensinar modos, mas partilhar caminhos.

¹ Termo que tomo emprestado de Bedin (2014).

Com o intuito de dar contorno a esse exercício de problematização, proponho no texto que se segue cinco Entradas, introduzidas por cenas-dispositivos, registro das memórias produzidas em meio a um exercício de escrita de si (FOUCAULT, 2006b). As Entradas convidam o leitor a caminhar por alguns trajetos abertos pelo corpo-trabalhadora-social, para que possa ele mesmo fazer o registro das paisagens que mais lhe atraia. Para auxiliar no caminho, essas Entradas são precedidas de Um Mapa. Um mapa afetivo. Um mapa entre-ativo. Afinal, “[...] um mapa tem múltiplas entradas, [mas] o mapa aqui não pretende ser guia, [já que] o mapa diferente do decalque não é reprodução, é construção. [...] O mapa está inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.21-22).

Esse mapa é feito, portanto, do compartilhamento de uma aposta metodológica que toma a ética como prática de liberdade (FOUCAULT,2006b), e seguindo as pistas de Foucault acerca do primado da resistência, utiliza as estratégias de recusa como pistas para a compreensão da forma de funcionamento de uma maquinaria de poder. Por essa via, com o auxílio da escrita narrativa e da produção de memória, meus instrumentos de trabalho, busco apresentar ao andarilho, feito leitor, meu campo problemático. Campo tecido em meio à narrativa mnemônica de uma recusa, que ao entrelaçar-se a tantas outras, ora realizadas por mim, enquanto trabalhadora social, ora pelos meus pares e pelos tantos outros sujeitos que fazem parte dessa trajetória, fazem ecoar os incômodos e as afirmações que produzem os deslocamentos na experiência da docência, da clínica, das pesquisadas no campo da Saúde Coletiva, e no chamado Trabalho Técnico Social do PAC, acontecimento agenciador que convida a percorrer outras entradas.

As apostas metodológicas que me guiam nessa pesquisa-escrita-criação são inspiradas, portanto, nos caminhos da Análise Institucional de Lourau e na genealogia proposta por Foucault, e têm no compartilhamento da experiência de constituição de um corpo-trabalhadora-social o fio condutor de uma narrativa que pretende, através de uma problematização que se quer aberta, mapear algumas práticas discursivas e não discursivas da participação social e seus efeitos de poder, apostando na afirmação de que “mostrar uma experiência é mostrar uma inquietude” (LARROSA, 2002), e que através do exercício da escrita, feita ensaio de uma coragem da verdade, reinventa a si mesmo e ao mundo.

A **primeira entrada**, iniciada com a narrativa das jornadas de junho de 2013, introduz, por meio de um breve recorte histórico, o campo problemático que aqui se delineia, pontuando a produção de uma lógica governamental neoliberal e os múltiplos sentidos produzidos historicamente para o que temos chamado de participação social, enfatizando a intensificação de sua convocação nas sociedades de controle. Nesse contexto, buscamos problematizar as concepções de poder que atravessam essas práticas, numa aposta de dar visibilidade tanto aos mecanismos de captura e cooptação da maquinaria capitalística que transformam a participação social em imperativo, como à potencialidade da invenção de diferentes formas de participar que se engendram na contemporaneidade.

Atenta às modulações sofridas pelas práticas discursivas e não discursivas em torno da convocação à participação, discutimos os mecanismos de participação social institucionalizados, entre os anos de 2003 e 2016, pelas políticas públicas nos governos Lula e Dilma, cujas marcas principais se reconhecem no apelo à solidariedade da sociedade civil e no tom conciliatório de suas propostas. E como contraponto a essas institucionalidades, colocamos em análise a participação direta produzida pela multidão que tomou as ruas das cidades nas conhecidas jornadas de 2013, quando a participação social, feita luta política de muitos, é marcada pela heterogeneidade de demandas e formas.

A **segunda entrada** inicia-se com a rememoração da minha atividade como docente em paralelo com o exercício da clínica, e apresenta como proposta a problematização da incitação aos discursos da participação social que emergem em meio à intensificação das práticas discursivas da empregabilidade. Campo discursivo que coloca em questão a sutil diferença entre o investimento que o trabalho imaterial realiza na cooperação social, como forma de produção coletiva, e a tentativa de captura operada pela convocação a uma espécie de engajamento individual, proposto pela lógica do capital humano que atravessa o que nomeio aqui de “empreendedorismo de si”, como uma provocação da inversão do conceito de “cuidado de si” discutido por Foucault (2006a).

Para tanto, abordamos a produção maquínica do desejo e a invenção do *homo economicus* na conjuntura da emergência de uma governamentalidade neoliberal, e que tem na economia política seu principal campo de saber e investimento. Contexto favorável à governamentalização dos mais variados campos de saber e à constituição de uma política

específica de subjetivação, que faz das diretrizes empresariais os princípios normativos da sociedade, produzindo e naturalizando o desejo pela busca incessante de inclusão social pela via do empreendedorismo de si.

Contexto que nos leva ao debate da emergência da noção de vulnerabilidade, risco e exclusão social, conceitos produzidos em meio à naturalização dos modos de vida ocidental contemporâneos, que atravessados pelas premissas mercadológicas do empreendedorismo de si e da produção do medo, encontram nos dispositivos de participação social uma das principais ferramentas do biopoder. Neste sentido, a produção e a intensificação do desejo de inclusão, valora a obediência civil aos imperativos mercadológicos, os quais são vendidos como estratégias indispensáveis a todos aqueles que lutam contra a ameaça de marginalização. Desse modo, vemos como a lógica mercadológica opera ativamente na produção da equivocada sinonímia entre o requerido investimento em si e o necessário cuidado de si, nos transformando em gestores das liberdades e de seus riscos, regulamentando a vida.

A **terceira entrada**, introduzida a partir da narrativa da cena de apresentação da intervenção do Trabalho Social do PAC- Favelas na Rocinha, apresenta o encontro do corpo-pesquisadora com os territórios de implementação da política pública colocada aqui em análise, descrevendo os percursos de formação de um corpo-trabalhadora-técnica-social, feitos entre os agenciamentos com a favela, com a equipe técnica e com o Estado. Percursos delimitados por etapas metodológicas previstas e cuidadosamente desenhadas e, cuja materialização são aqui descritas, com o intuito de dar visibilidade às forças em jogo nas relações de poder estabelecidas entre a máquina pública, os empreiteiros, os agentes financiadores e as limitações impostas pelas dinâmicas de territórios que se apresentam vivos.

Nesse percurso, buscamos problematizar o uso de instrumentos metodológicos que imprimem às instancias de participação social a ênfase no pragmatismo e na eficácia, convocando à população, alvo da política, a colaborar para a produção de um acúmulo de informações sobre os territórios que habitam, tomados então como lócus de reprodução de um social, como campo que se pretende conhecer para estrategicamente transformar, e capitalizar. Em uma tentativa de desnaturalizar essa concepção de espaço social, apresentamos a concepção de territórios vivos, que se transformam, mas que não necessariamente são transformáveis. Territórios existenciais onde se com-vive, lócus de compartilhamento de uma miríade de trajetos e perspectivas que se

estabelecem continuamente em uma rede complexa de relações. Plano comum, que, no entanto, é sempre provisório, e não se deixa homogeneizar.

A **quarta entrada** narra o encontro do corpo-trabalhadora-social com o corpo-equipe, um encontro potente e alegre, que no acolhimento das redes quentes, se mostrou fundamental para o estabelecimento dos laços de confiança e cooperação indispensáveis para contornar as lacunas de um trabalho prescrito, e caminhar em direção à produção do real da vida. Lugar de materialização de uma produção efetivamente coletiva. Coletividade e autonomia que, no entanto, perdem a potência ao serem sobreimplicadas pelas demandas sociais e mercadológicas, naturalizadas como parte das atividades em si, dando lugar à crença no sobretrabalho e no ativismo da prática.

Tomando as práticas sociais como campo de intervenção específico daqueles que se reconhecem como trabalhadores sociais, chamamos a atenção para a indispensabilidade de se mapear os modos como temos atualizado nossas práticas, discursivas e não-discursivas, bem como os efeitos de poder que estas produzem no cotidiano das políticas públicas e programas sociais. Trata-se da convocação a um exercício ético-político que se impõe permanente diante do desafio de nos afirmamos como estrategistas, que atuam na transversalidade das lutas, junto às coletividades, em um esforço de dar passagem às tensões, ao mesmo tempo em que agenciam as condições para a produção coletiva de instrumentos que operam a favor da transformação que se tece nas relações, sendo por isso, participativas.

A **quinta entrada**, se inicia pelo relato de uma cena onde as redes frias são ameaçadas pela potência das redes quentes em constituição, apontando para o fato de que participar diz respeito à modos específicos de funcionamento das práticas sociais, e que, portanto, se produz em meio aos tensionamentos de um território vivo, marcado pelas relações de poder em exercício. A proposta dessa entrada, é, portanto, descrever o modo como a participação social, quando passa da convocação à pauta de debate ganha outros usos e sentidos. Sentidos tecidos e visibilizados junto à narrativa produzida por moradores e trabalhadores técnicos sociais em torno dos obstáculos para sua concretização.

Quando as palavras e os afetos circulam por meio do compartilhamento das afirmações tecidas em um coletivo, o que se produz é a multi-implicação. Por essa via, a problematização da

participação social segue sendo tecida em meio a um exercício em que trabalhadores e moradores, ao revisitarem seus projetos, consentimentos, adesões, cooperações e recusas, redesenham um percurso marcado pelas mais variadas limitações e dificuldades, mas também por outros usos e possibilidades, contribuindo para a desnaturalização de alguns mitos relacionados à participação social e atestando uma torção nas premissas pedagógicas que habitualmente as acompanham, haja vista que no processo descrito se evidencia que o aprendizado é de todos.

Na última seção dessa tese, não mais uma entrada, mais **uma saída**. Saída que, ao se colocar aberta, arrisca-se às apropriações das mais imprevisíveis, mas que convida o leitor a despedir-se do absoluto que se institucionaliza, e insiste em habitar os discursos e as instâncias de participação social, nos demandando respostas e definições. Uma saída que, ao mesmo tempo, convida ao exercício de atenção destinado a abalar a surdez e a cegueira diante do intempestivo, que a despeito de nossas boas intenções, de nossas anestésias, e de nosso cansaço, se faz incortornavelmente presente, reafirmando outros possíveis que se tecem entre a proposta de regulamentação da vida e a vida que escapa.

E para o exercício dessa atenção, a partilha de pistas que se mostraram indispensáveis ao necessário cuidado de si que se impõe a todo trabalhador social que tem como atividade a afirmação de um êthos específico, qual seja, a afirmação da vida que, em sua singularidade, pede expansão.

UM MAPA²

"[...] de um mapa a outro não se trata de buscar uma origem, mas de avaliar os deslocamentos" (DELEUZE, 1997)

Temos aqui um mapa. Um mapa-convite. Um mapa-processual. Um mapa-afetivo.

Um mapa que pretende desenhar os caminhos percorridos, mas não no sentido de guiar o andarilho ou orientá-lo. Mas, antes disso de lhe inspirar desvios, nos convites feitos por algumas de suas entradas. Um mapa do des-caminho, do des-vio: ao invés de endereçar ou orientar, desviar.

Cada entrada vai remeter o andarilho ao encontro com algumas encruzilhadas. Mas o desafio lançado pelas encruzilhadas não é ultrapassá-las, a fim de alcançar a linha de chegada pelo caminho mais curto e seguro, e por isso mais acertado. Ao escolher uma das muitas possibilidades de caminhos que essas encruzilhadas apontam, o desafio é deixar-se estar nos territórios que elas sustentam como platôs. E depois dessa pausa, em se continuando a caminhar, a chegada em outras entradas, que por sua vez, levarão a outras.

Esse mapa contém o desenho dos encontros, dos movimentos, das trajetórias percorridas por mim, uma andarilha. Mas o mapa não é feito para encontrar, entender e reproduzir o caminho que fiz. Nem eu mesma posso garantir que o faria, o caminho, do mesmo jeito. E daí o mapa seria outro.

Esse é um mapa entre-ativo, que convida o andarilho a me acompanhar pelos caminhos por que passei, não para segui-los como trilha, mas, ao invés disso, para ao percorre-los deixar ele mesmo suas marcas e seus sinais, desenhando então outros mapas, e outras formas de percorrer o caminho. Mapa feito para mobilizar o deslocamento. Mapa feito para multi-implicar mundos.

² Esse texto foi inspirado em trechos dos textos de Deleuze e Guattari (Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia, 1995) e no belo e generoso texto de Luciano Bedin (Cartografia: uma outra forma de pesquisar, 2014)

O território que o andarilho vai percorrer com esse mapa nas mãos é labiríntico, uma entrada pode ser sempre uma saída. Daí alertamos para as prováveis sensações de déjà-vu.

Os caminhos, embora sejam marcados por alguns sinais de orientação que pretendem viabilizar o início de um trajeto, não são lineares. Os caminhos são errantes, e muitas vezes temos a sensação de que estamos andando em círculos, voltando repetidamente ao mesmo lugar. Para então, só depois de algumas voltas percorridas, perceber que esse lugar nunca permanece o mesmo.

Outras vezes é preciso andar em saltos, avançando para lugares mais atraentes ao andarilho, ou em zigue-zague, indo e voltando para refazer percursos ou registrar importantes sinalizações de desvio.

As entradas são múltiplas e embora estejam numeradas, não te demandam obediência. Elas podem ser acessadas independente da ordem sugerida. Afinal, não há percurso necessário a se percorrer que não o que se percorre. Outros mapas sendo feitos.

Mas é importante alertar que esse mapa não promete os grandes achados ao final do percurso, não se trata de um mapa da mina. Está mais para as insignificâncias e imprevisibilidades, que como pequenas pedras fazem a gente tropeçar. Os tropeços são importantes. Esteja atento a eles. Se cair, não tenha pressa de se levantar.

Esse mapa, entre-ativo, foi feito para usar, pegar com as mãos, usar sem moderação. Trata-se de um mapa que se pretende aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Por isso ele pode ser rasgado, virado de ponta-cabeça, montado como um quebra-cabeça. Pode ser feito outro. O seu mapa a partir desse mapa.

Também não há contraindicações no uso. Esse um mapa pode ser usado e remontado por um andarilho solitário, por um bando, por uma formação social. Pode-se redesenha-lo, pode-se contempla-lo em meditação, pode-se utiliza-lo como arma política ou máquina de guerra. Mas também se pode joga-lo fora caso ele não te sirva para nada disso.

Como se vê, os modos de usar são vários, assim como os instrumentos de que se lança mão para o auxílio na passagem. No caminho que fiz utilizei as recusas como pedras para marcar as encruzilhadas. A memória foi minha bússola. A escrita foi minha foice, utilizada para abrir caminhos e registrar os trajetos. Daí o desenho grafado desse mapa que transforma o andarilho em leitor.

Os únicos equipamentos indispensáveis para percorrer os caminhos aqui sugeridos são a disponibilidade ao tropeço e ao desvio, e a abertura aos encontros. Uma leve atenção também é recomendada, afinal nunca se sabe o que nos aguarda depois de uma curva. Mas não serão necessários equipamentos de segurança.

Boa passagem!

: A ética como prática de liberdade e as estratégias contemporâneas de recusa:

[...] A princípio, Bartleby abateu uma quantidade extraordinária de cópias. Como se há muito tempo estivesse faminto do trabalho e se saciasse agora nos meus documentos. Não fazia sequer pausas para digerir. Abatia escritas dia e noite, copiando à luz do sol e à luz de velas. Eu teria ficado plenamente feliz com a sua aplicação se ele mostrasse gosto pelo trabalho. Mas escrevia em silêncio, num jeito apagado, mecanicamente. [...] É uma tarefa enfadonha, monótona e letárgica. Imagino facilmente que possa ser considerada intolerável para certos temperamentos sanguíneos. [...] Vez por outra, na urgência do trabalho, eu próprio costumava ajudar a conferir alguns breves documentos. [...] Como a urgência era grande e eu esperava, naturalmente, que ele não tardasse, sentei-me logo à escrivaninha com a cabeça inclinada para o original e estendendo impacientemente a mão direita para o lado com a cópia, de maneira que Bartleby, mal saísse do seu retiro, pudesse pegá-la e começar a tarefa sem mais demora. Nesta atitude me encontrava quando o chamei, explicando rapidamente o que queria que ele fizesse: conferir comigo aquele pequeno documento. Imaginem então minha surpresa, ou melhor, a minha consternação, quando, sem sair do seu recanto, Bartleby, numa voz singularmente moderada e firme, respondeu: - Prefiro não fazer.

(Melville, 2010, p. 31-32)

Estamos em janeiro de 2013. Havia quatro meses que trabalhava como “consultora de saúde e segurança”, pelo maior salário recebido até então. Havia flexibilidade de horário, negociada mediante as atividades do curso de doutorado recém-iniciado. Havia um ou dois projetos em andamento, que demandavam pontualmente meus serviços. Havia a promessa de inserção em muitos outros. Havia uma equipe de gente jovem e com ideias bacanas que eventualmente se reunia para discutir conceitos como diversidade e equidade de gênero. Havia pouca prescrição das minhas atividades. Havia expectativas se avolumando, de ambas as partes. Havia certa angústia diante do desconhecido e do não dito. Havia a saudade da antiga equipe de trabalho. Havia um

estranhamento misturado com desconfiança. Havia falta de admiração. Havia julgamento. Havia pouco tempo da minha aposta nessa nova empreitada. Havia, desde muito cedo, uma grande incompatibilidade nos modos de conduzir a vida e o trabalho. Havia uma questão ética.

Era uma quarta-feira de manhã. Dia de reunião de equipe, que prometia ser animada diante da pauta interessante, da complexidade dos temas, e do estreitamento dos prazos para a entrega de um produto a uma multinacional interessada em investir no que se convencionou chamar de equidade de gêneros. Nessa época, a solidão do trabalho “home-office” já pesava mais que a contrapartida da flexibilidade de horários, o que me fazia apreciar os encontros com a equipe, apesar de me incomodar com a forma centralizadora como a coordenadora do projeto, e minha contratante, conduzia as reuniões e debates. Apesar de ter sido contratada como “consultora”, as minhas “opiniões” não pareciam ser levadas em consideração na produção do trabalho. E, a despeito da declarada admiração que esta tinha pela minha experiência profissional e trajetória acadêmica, os diálogos se convertiam rapidamente em monólogos, baseados em uma enxurrada de dados de referência internacional e citações de tradicionais autores acadêmicos. Informações utilizadas em tentativas de justificar, convencer, doutrinar, mas raramente para somar, problematizar ou criar coletivamente novas possibilidades ou saídas para as questões colocadas.

Nesta mesma quarta-feira, saí do metrô e me deparei com duas jovens se beijando na praça, e na sequência, com a reação alarmada da plateia. Homens que jogavam baralho nas mesas de concreto bem em frente à cena do romance. Os homens gritavam em forma de chacota para o romance vivido na claridade daquela manhã. Em um misto de perplexidade, indignação e tristeza me dirigi para a reunião, onde narrei o acontecimento que me parecia potente como dispositivo-

analisador para os temas a serem debatidos. Foi quando a coordenadora do projeto, ao invés de seguir o tom da problematização do debate que se dava no grupo, chamou atenção para o que ela considerava ser um desrespeito. Na opinião da minha contratante, casais homossexuais não deviam adotar manifestações públicas de afetos. Tomava intensidade então, minha perplexidade, haja vista a temática a ser discutida no projeto, e a certeza de que minha inserção naquele trabalho estava com os dias contados.

Entre essa cena, e a minha decisão de dizer, como Bartleby, “prefiro não”, outros acontecimentos tiveram lugar, e, assim como o escriturário, me desloquei de um relativo ânimo em cumprir as tarefas que me eram endereçadas, para um estado cada vez maior de apatia, inércia, automatismo e impotência. Trabalhar nessas atividades se tornava cada vez mais penoso. O autojulgamento acerca da “competência” e a “proatividade” requerida pela chefia ocupava cada vez mais espaço. Depois de colocar na balança todos os prós (boa remuneração, flexibilidade de horários, e promessas de projetos interessantes por vir) e contras (basicamente, a clara incompatibilidade de meus posicionamentos teóricos e ético-políticos com a coordenação), decidi me arriscar, e, mais uma vez, anunciar: prefiro não fazer.

Era uma sexta-feira de manhã, a coordenadora me aguardava para uma reunião previamente marcada. Minha intenção? Dizer : “prefiro não”. A intenção dela descobri quando lá cheguei. Dizer : “preciso de mais”. Assim, com uma lista de tarefas na mão, minha contratante começou a me dizer das muitas coisas que precisavam ser feitas e da observação da minha pouca “proatividade” nos últimos tempos. Julgamento anunciado em meio aos elogios à minha competência. Esperei que ela terminasse a descrição de suas demandas, quando então passei a relatar minha decisão e pude dizer: prefiro não. A perplexidade

então deixava de ser minha para ser dela. Como era possível que eu não aceitasse mais trabalhar em tão boas condições e possibilidades? Como eu iria me sustentar sem uma bolsa de doutorado? A perplexidade se travestia de caridade, e me questionava: você tem certeza? Não, não tinha. Mas naquele momento tudo que eu podia dizer e fazer era: eu prefiro não.

Temos aqui uma experiência de recusa. Não uma re-cusa que re-age ou re-sente, mas uma recusa que afirma a necessidade de uma pausa, de um re-posicionamento. Recusa que se coloca mediante o intolerável de uma situação, nos deslocando do habitual desejo de servidão “porque já não se suporta mais o que se suportava antes, ontem ainda; a repartição dos desejos mudou em nós, nossas relações de velocidade e de lentidão modificaram, um novo tipo de angústia surge, mas também uma nova serenidade”, (DELEUZE e PARNET, 1998, p.147). Recusa que diante do intolerável re-existe, buscando uma pausa para se *re-causar*³, se re-colocar, se re-posicionar, e, diante da convocação à participação, discernir em seus discursos e práticas os apelos de adesão e engajamento. E “fugir, mas fugindo, procurar uma arma”. (DELEUZE e PARNET, 1998, p.158)⁴.

Recusa que faz re-existir ao operar no desvio dos fluxos das adesões⁵ habituais, aquelas que nos conduzem quando, mobilizados pelo desejo de inclusão, seguimos obedientemente aderindo aos discursos e programas em curso. Como decalques, nos adesivamos aos incitamentos imperativos que em muito nos ultrapassam, indo desde a dieta mais saudável a programas de fidelidade do consumidor, passando quase sempre pelo posicionamento mais politicamente correto e bem-intencionado, na busca consensual dos mais seguros e eficazes meios de ser e estar no trabalho, na vida. Assim, em meio à convocação do que se convencionou

³ Etimologicamente a palavra “recusar” vem do Latim “recusar”, significando “objetar, negar”, sendo formada pelo prefixo RE – “de novo, contra” mais CAUSA – “causa, razão, processo judicial”. Ver em: <http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/recusar/>

⁴ Não se trata, pois, de “renunciar às ações, nada mais ativo que uma fuga. É o contrário do imaginário. É também fazer fugir, não necessariamente os outros, mas fazer alguma coisa fugir, fazer um sistema vazar como se fura um cano.” (DELEUZE e PARNET, 1998, p.49).

⁵ Etimologicamente a, palavra adesão se origina do latim ADHAERERE, significando “unir-se, juntar-se a”, formada pelo prefixo “AD” – “a”, mais HAERERE, “colar-se, unir-se, grudar-se.” Ver em: <http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/aderir>

chamar de participação social, seguimos no fio da navalha que se coloca entre as adesões convenientes e intolerâncias incontornáveis.

A ideia em torno do que chamo aqui de adesões convenientes e intolerâncias incontornáveis tomou uma forma mais clara quando, em uma quarta-feira de maio de 2015, ouvi pela primeira vez o “panelaço” feito pela vizinhança diante da propaganda política do partido da presidente reeleita em 2014. Barulho capaz de mobilizar uma série de afetos e (re)suscitar minhas muitas dúvidas acerca dos posicionamentos políticos recém afirmados. Diante da cisão binária que se estabeleceu no período pós reeleição presidencial, vimos o acirramento das tensões iniciadas no período eleitoral entre aqueles que se consideravam de “esquerda” e aqueles, que assumidamente, ou não, acabaram por afirmar posicionamentos mais afeitos aos valores da “direita”. Desde então, haja vista minha clara insatisfação com as medidas tomadas pela presidente em seu último mandato (especialmente em relação a política de segurança e omissão em relação à violenta reação do Estado face às manifestações de junho de 2013), vinha colocando em questão os meus posicionamentos, tecido entre as adesões que me eram convenientes, e as intolerâncias, que me pareciam então incontornáveis. Iniciava-se assim mais um processo de negociação comigo mesma, em busca de argumentos que justificassem minhas escolhas políticas.

A possibilidade do retorno de um governo de direita assumidamente neoliberal se configurou em determinado momento como uma intolerância incontornável, que por sua vez, me conduziu ao estabelecimento de alianças provisórias com os adeptos da reeleição, que me pareceram então mais convenientes, porque a meu ver oportunas para evitar o que eu considerava então um intolerável retrocesso⁶. Aderimos, adesivamos, confiamos e toleramos na busca de segurança e inclusão. E quando eventualmente o intolerável se apresenta somos convocados a re-causar e, como quem busca re-existir, questionar: Inclusão em quê?

⁶ Na noite do panelaço, em seguida às habituais polêmicas nas redes sociais, recordo-me da insônia produzida pelos incômodos diante da prevalência de discursos panfletários (de ambos os lados), que resultou no post publicado na rede social, o qual me parece ilustrativo e elucidativo do entre que se dá entre as referidas adesões e as intolerâncias:

(in) conclusões insones de provocações imaginárias

Político não é herói

Partido não é igreja

Eu que não sou vítima, e muito menos fiel

Sigo entre as adesões convenientes e a autocrítica necessária, tendo como critério único a defesa da vida.

Recusa que, ao mesmo tempo, também coloca em questão o comprometer-se com as supostas causas pela via do engajamento⁷. Engajar-se diz respeito a mais que seguir displicente e obedientemente o fluxo, pois trata-se de fazer (*en*) da adesão um compromisso, uma garantia (*gager*). “ [...] *Aqui trabalhamos com a lógica da parceria! Queremos que você venha com a gente como uma parceira, temos muitos projetos por vir, e se a empresa cresce, você cresce junto!* ”. Assim demandava minha contratante, cuja expectativa, para além da adesão, era feita, sobretudo, de engajamento. Para “ir junto”, eu era então convocada a aderir a um discurso “acadêmico-empresarial”⁸ balizado por metas preestabelecidas, amparadas pelos enunciados globais do mundo corporativo, que por sua vez embasavam-se nas metas do milênio propostas pela ONU (Organização das Nações Unidas). Nesse contexto, a equidade de gênero e a saúde do trabalhador, campos com os quais havia sido convidada a trabalhar, transformavam-se em causas maiores, em nome das quais minha contratante não demandava necessariamente problematização ou um trabalho de pensamento, invenção e intervenção, mas engajamento, ou, para usar um tom mais contemporâneo, proatividade.

Engajar-se a uma causa no sentido de comprometer-se com a transformação, que muitas vezes se quer revolucionária. Aderir aos fluxos, com o sentido de obedecer, para incluir-se. E, nesses interstícios, a modulação do discurso empresarial e securitário das sociedades de controle (DELEUZE, 1992), convocando a adesão aos programas (alimentares, religiosos, estéticos, políticos, empresariais, etc.) e convocando à participação pela via do engajamento, do investimento individual em uma causa sempre global e planetária, quando o “vestir a camisa” relaciona-se quase sempre a fazer parte de uma causa maior, pela via do “empreendedorismo de si”⁹.

As sociedades de controle, como nos descreve Deleuze (1992), passam a se instaurar mais intensamente a partir da segunda metade do século XX, marcando um outro modo de

⁷ Engage, do francês medieval significa “dar garantia”. ENGAGIER, de EM GAGE, ‘sob compromisso, sob promessa, de EM, “fazer”, mais GAGER, “compromisso, garantia”. Ver em: <http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/engajar/>

⁸ A expressão “acadêmico-empresarial” se refere não só à lógica empresarial que perpassa a produção de conhecimento nas instituições de pesquisa e ensino, mas também àquela que ao mesmo tempo direciona essa produção para o mercado, reduzindo a produção de conhecimento à disseminação de informações técnicas que servem como instrumento e justificativa para as intervenções empresariais dos mais variados tipos e objetivos.

⁹ A expressão “empreendedorismo de si” é uma analogia invertida feita em referência ao cuidado de si, como proposto por Foucault na Hermenêutica do Sujeito, uma vez que na contemporaneidade o cuidado de si passa por um investimento em si atravessado pelos discursos empresariais. Retomaremos essa discussão na Segunda Entrada.

funcionamento das tecnologias de poder. Promovidas pela ausência de limites definidos e pela instauração de um tempo contínuo, essas tecnologias dispensam o aparato de controle e modelação constituído pelos espaços fechados das instituições disciplinares de sequestro para operar por via das redes a céu aberto, pela convocação dos indivíduos ao infinito investimento em si mesmo. É quando o homem disciplinado de Foucault cede lugar progressivamente ao homem endividado de Deleuze.

Sociedades ditas “de controle” porque ultrapassam o controle realizado nos espaços fechados das instituições disciplinares, e numa relação de complementaridade dos modos de regulação social, atuam por uma espécie de modulação constante e universal que atravessa e regula as malhas do tecido social, operando por meio de controle contínuo e comunicação instantânea ao solicitar e convocar a participação de cada um nos múltiplos fluxos, de capturas e inclusões sempre inacabadas, mexendo com nossas práticas e aspirações, produzindo desejo, mas também desconfiança, julgamento e penalidades para as recusas que se fazem cotidianas.

Contemporaneamente, não se trata somente da produção de modelos de como participar, mas da exigência ininterrupta da participação, em suas mais diferentes modulações. Desse modo, a convocação imperativa à participação e a incitação aos seus discursos¹⁰ torna-se por si só um campo de lutas e disputas entre as várias forças que constituem o tecido social, pois como apontou Edson Passetti (2013)¹¹:

Nós estamos falando do movimento-movimento, do movimento acontecido dentro, que põe para fora todas essas forças sociais, e mais do que isso, põe para fora o que é fundamental para a Sociedade de Controle, que é a convocação à participação. A Sociedade de Controle, que nos ocupa *full time*, ela nos convoca a participar, de ONGs, de movimentos, de fundações, de institutos, de empresas, de sindicatos, de partido, etc., etc., etc.

Nova ordem social, que na perspectiva dos estudos de Foucault (2008a, p.14), se configura como as chamadas sociedades de segurança, na medida em que se estabelece nessas sociedades uma economia geral de poder em que a segurança passa a ser “uma certa maneira de acrescentar,

¹⁰ Utilizamos aqui a questão do discurso em uma perspectiva foucaultiana, onde as “práticas discursivas” dizem respeito ao conjunto de saberes sistematizados e as práticas não discursivas correspondem às práticas sociais e institucionais correspondentes. A esse respeito ver FOUCAULT, M. Arqueologia do saber. 6ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2002.

¹¹ Informação oral: fala realizada em um evento promovido pelo Departamento de Psicologia da UFES em 01 de agosto de 2013, onde o referido autor dividiu a mesa com a professora Cecília Coimbra (UFF) para debater acerca dos movimentos sociais citados acima.

de fazer funcionar [...] as velhas estruturas da lei e da disciplina”, na medida em que como nos aponta Passetti (2004, p.154), “na sociedade de controle exige-se segurança, convoca-se à participação e demarcam-se novos itinerários (programas) que pretendem orientar o trânsito nos fluxos”. Nesse sentido, é preciso compreender que

A segurança não depende mais somente de forças físicas e leis. Ela necessita obter a confiança dos usuários e cidadãos nos programas, e esta ultrapassa o campo da segurança para se tornar uma maneira consensual de viver e produzir. Assim é que pela participação de cada um se pode usá-los, reformá-los, desdobrá-los, ou ultrapassá-los segundo interfaces vantajosas para *todos*. PASSETTI (2007, p.12)

Nessa convocação ao empreendedorismo de si, a dinâmica do poder não se configura, portanto, a partir de uma perspectiva repressiva, ou negativa. Pelo contrário, trata-se do funcionamento de uma rede, de uma multiplicidade de presenças que, por meio da incitação, da proliferação, do investimento e da solicitação, penetram as condutas em suas capilaridades (FOUCAULT, 1988), uma vez que em meio ao exercício de poder é indispensável que aquele sobre quem ele se exerce seja “inteiramente reconhecido e mantido até do fim como sujeito da ação, e que se abra, diante da relação de poder todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis.” (FOUCAULT, 1995, p.243).

Ora, do mesmo modo que a sexualidade a partir de determinado ponto da história, como nos descreve Foucault (1988), se configura como objeto de grande suspeita em torno do qual se produz uma incitação e uma proliferação discursiva, vemos contemporaneamente a participação passar de um objeto de interdição para um lugar de grande demanda e incitamento. Interdição que diz respeito ao fato de que nem sempre a participação política, por exemplo, foi democratizada e vista com bons olhos, sendo por muito tempo restrita aos homens brancos e proprietários dos meios de produção. O mesmo acontecia com a participação dos trabalhadores nas tomadas de decisão acerca do próprio processo de trabalho, das crianças nos rumos do próprio processo educacional, das mulheres na vida familiar e profissional, dos usuários da saúde em seus processos de cuidado e assim por diante.

Interdição que, assim como encontramos nas análises que Foucault nos propõe acerca dos mecanismos da sexualidade, incita uma grande vontade de saber. Se até então o sexo era convocado a dizer a verdade sobre nós, podemos arriscar a dizer que a forma como hoje se participa, ou seja, como se responde aos apelos de adesão, engajamento, ou até mesmo de cooperação, também aponta para a verdade que se coloca sobre o tipo de sujeitos que estamos

nos tornando, na medida em que este estatuto pretende nos legitimar como cidadãos no que se convencionou chamar de sociedade civil¹².

Retornaremos a esse ponto. Por enquanto, é preciso pontuar que quando somos demandados ao empreendedorismo de si, somos ao mesmo tempo convocados a tomar parte ativamente nos empreendimentos de poder-saber, e assim (re)produzir verdades que investem na criação de novos vetores de subjetivação e personagens – dentre estes “o empreendedor”, que atravessa tanto as atividades do trabalhador social, como os “cidadãos”, alvos por excelência de sua intervenção. Seguindo a lógica da produção de subjetividade cidadã, podemos dizer com Fonseca (1997, p. 40)

que esta nova configuração de sociedade põe em cena — sob a máscara do cidadão — o consumidor. Uma incorporação de um conjunto de ideias-práticas fundadas no sentido da aquisição e do desperdício, do devoramento e do descarte, não apenas de produtos, mas de ideias, imagens e até mesmo de pessoas.

Portanto, o que se configurou como intolerável em determinado momento não foi necessariamente a tentativa de restrição de minha liberdade no trabalho solicitado, haja vista a flexibilidade de horários que me era oferecida; o constante encorajamento para que eu tomasse a frente dos planejamentos, atividades e relatórios; a suposta valorização de uma autonomia. O intolerável nessas situações é deparar-se com o funcionamento do poder que, solicitando a cooperação, opera através de nós, traduzindo-se na demanda de uma “adesão engajada” que, por vezes, atua positivamente na reafirmação de práticas normatizadoras. O intolerável se configurava na solicitação de minha participação em práticas que se direcionavam para a inclusão regulamentada dos sujeitos em um processo de normalização modulável, produzidas por uma discursividade que ora reafirmava a “individualização do fracasso”¹³ dos trabalhadores, no caso das intervenções relacionadas ao campo da Segurança e Saúde; ora seguia na direção da reafirmação dos estereótipos de gênero ao propor a discussão de uma

¹² Discutiremos a emergência, modulação e usos da produção desse conceito na Primeira Entrada.

¹³ O debate sobre a questão da “individualização do fracasso” dos trabalhadores foi contemplado na dissertação de mestrado que antecede a escrita dessa tese. Ver em: DAROS, R.F. **Quando o emprego sai de cena**: um ensaio sobre a psicopatologia da empregabilidade. 2005.189f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Atenção à Saúde Coletiva do Centro Biomédico, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

desejada equidade. Ser convocada a tomar parte ativamente na reprodução de verdades que iam contra minha perspectiva ético-política se tornava uma intolerância incontornável.

Ora, seria necessária uma noção demasiadamente restrita sobre o funcionamento do poder para crer que todo esse imenso ruído provocado pelo incitamento à participação, que todas essas vozes que nos convocam a dizer a todo momento quem somos, do que gostamos, o que não toleramos, o que fazemos, a quem ou a que aderimos, que todo esse movimento coletivo, significasse a expressão pura e simples de nosso livre arbítrio, pois como nos aponta Foucault (1995, p. 244)

quando definimos o exercício do poder como um modo de ação sobre a ação dos outros, quando as caracterizamos pelo “governo” dos homens uns pelos os outros – no sentido mais extenso da palavra – incluímos um elemento importante: a liberdade. O poder só se exerce sobre “sujeitos livres” e enquanto “livres” – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se, então, de uma relação física de coação), mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar.

Por isso, descrevo aqui uma recusa que tem na liberdade sua condição, mas que não se traveste de livre-arbítrio, porque não se reconhece como um esforço de vontade, baseado no transcendentalismo de uma escolha moral entre aquilo que seria considerado o Bem contra o Mal. Enquanto trabalhadora ninguém me impõe estar lá, assumir tal cargo ou atividade, e, ao mesmo tempo, ninguém me impõe a obrigação de expor meus posicionamentos ético-políticos. Mas, se assim o faço, é porque sou livre, e não reconheço outro modo de estar na vida. Desde o momento em que reconheço que “o problema central do poder não é o da ‘servidão voluntária’ (como poderíamos desejar ser escravos?): [e que] no centro da relação de poder, ‘provocando-a’ incessantemente, encontra-se a recalcitrância do querer e a intransigência da liberdade” (FOUCAULT, 1995, p.244), me vejo necessariamente como parte das relações de poderes que me atravessam, me convocando a todo instante a lidar com o “entre” que se coloca mediante a liberdade e a servidão. Pois, como nos alerta SANTIAGO (2012, p.11- 12)

Todas as nossas questões residem sobre essa preposição que delimita um espaço de transição, movimentação entre duas categorias algo dúbias, equívocas, precisamente porque termos extremos de que lançamos mão mais por conveniência que entendimento. [...] estamos

entre extremos, é aí que o pensamento tem de se virar para entender o que somos e poder agir sobre o que seremos.

Recusa que se configura, portanto, como um ato político que se faz incontornável diante das problemáticas cotidianas que se colocam ao fazer de um trabalhador social. À medida em que compreendemos que “nossas práticas não habitam ou não se localizam em espaços de significado e negociação entre indivíduos homogêneos, amorfos e asépticamente funcionais” (DOMÈNEC, TIRADO, e GOMES, 2001, p.123-125), somos forçosamente colocados diante das exigências produzidas em meio à imanência de uma “posição que desliza entre imposições e exposições”, convocando-nos ao constante exercício da prática refletida da liberdade diante do “caráter circunstancial das alianças” (FOUCAULT, 2006). “Quem diz a verdade? Indivíduos que são livres, que organizam certo consenso e se encontram inseridos em uma certa rede de práticas de poder e instituições coercitivas” (FOUCAULT, 2006, p. 283). Isto posto, como operar o cuidado de si em meio à convocação dos saberes e especialismos que nos constituem como trabalhadores sociais?

Ao reconhecer o caráter estritamente relacional e microfísico das relações de poder, nos deparamos inevitavelmente com as resistências que aí se colocam por via de sua pluralidade. Por isso, as narrativas das recusas não apontam aqui para o lugar da grande Recusa, “alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário”, mas para a pluralidade das resistências que se apresentam por “uma multiplicidade de acontecimentos possíveis, improváveis, espontâneos, planejados, violentos, irreconciliáveis, mas que, de qualquer forma, só podem se dar no campo estratégico das próprias relações de poder” (FOUCAULT, 1988, p.91).

Diante da permanente tentativa de controle há uma recusa que insiste, porque se faz incontornável diante da sensação de *per-plexidade*¹⁴ que nos atravessa sempre que nos deparamos com o que se apresenta como intolerável. *Per-plexidade* que intensifica (*per*) nossa capacidade de dobrar-se (*plecto*), e ao fazê-lo, evita com que sigamos em linha reta, respondendo obedientemente aos apelos de adesão e desejando a servidão, nos alertando que

¹⁴ A palavra perplexidade vem do latim *perplexus* (*per* + *plecto*). *Perplexus* é a pessoa indecisa, confusa, enrolada, incapaz de agir. *Per* é um prefixo que indica intensidade. *Plecto* significa dobrado.

“é preciso conseguir dobrar a linha, para constituir uma zona vivível onde seja possível alojar-se, enfrentar, apoiar-se, respirar – em suma, pensar.” (DELEUZE, 1992, p.138).

Perplexidade que nos impõe um momento de quebra, de pausa, e que, no entanto, não nos paralisa, mas nos impulsiona em direção à *dobra* (DELEUZE, 2005), recolocando o não e seus efeitos no estatuto do acontecimento e sua potência. Perplexidade capaz, portanto, de pôr em suspenso nossas verdades e tolerâncias cotidianas, nos convocando então a dobrar-se, mas não como quem se curva, ou se submete, e sim como quem desvia, e, ao assim fazê-lo, diferencia-se e constitui-se a si mesmo, em meio à resistência aos poderes e saberes estabelecidos.

[...] transpor a linha, como chegar ao outro lado? ”, diz Foucault. Esta maneira de transpor a linha de forças, é o que se produz quando ela se curva, forma meandros, se funde e se faz subterrânea, ou, dito de maneira melhor, quando a força, em lugar de entrar em relação linear com outra força, se volta para si mesma, exerce-se sobre si mesma ou afeta-se a si mesma[...] é uma mudança de orientação que se separa do eterno para apreender o novo. (DELEUZE, 1990, p.157)

Recusa que emerge, portanto, em meio a possibilidade de um cuidado de si como prática de liberdade (FOUCAULT, 2006) e que, ao dizer não, se coloca como ação afirmativa de um modo outro de se conduzir a vida, produzindo-se como mais uma forma de resistência dentre tantas outras possíveis, em “um trabalho paciente para dar forma à impaciência da liberdade” (FOUCAULT, 2000, p.351). E, como nos alerta Deleuze e Parnet (1998, p.160), “a prudência com a qual devemos manejar essa linha, as precauções a serem tomadas para amolece-la, suspende-la, desvia-la, mina-la, testemunham um longo trabalho que não se faz apenas contra o Estado e os poderes, mas diretamente sobre si.”

Não se trata, portanto, de questionar as intenções de um projeto de trabalho. Não se trata, tampouco, de uma recusa ao empregador, ao trabalho ou, às atividades prescritas. O objetivo das recusas e das lutas que estas colocam em evidência não é necessariamente atacar uma “instituição de poder ou grupo ou elite ou classe, mas antes, uma técnica, uma forma de poder” (FOUCAULT, 1995, p.235), e, dentre essas, àquilo que nessas atividades contraria minha ideia de vida em expansão. Vida que se traduz aqui pela perspectiva nietzschiana de vontade de potência, quando afirma que o que a vida quer é viver.

A recusa, neste sentido, se configura na busca de um contraponto do desejo de servidão que opera nas adesões (DELEUZE e PARNET, 1998). E entre esses extremos, não se trata de acatar ou atacar, mas de atracar-se, à vida. Trata-se de um não que se faz incontornável e afirmativo,

um não que, mobilizado pelo intolerável, emerge em meio ao descongelamento de nossas anestésias, em meio à desnaturalização de nossas utilitárias e respeitadas tolerâncias, em meio ao questionamento das verdades que se instituem como normas. Um não que dá visibilidade aos automatismos dos discursos de tom politicamente correto e bem-intencionado de nossas atividades. Um não que se positiva no esforço de tornar visível o que não necessariamente está oculto, de fazer aparecer aquilo que por ser tão próximo de quem nos tornamos, nos passa como algo imperceptível. Um não que acaba por nos reaproximar da autonomia necessariamente exigida pelo exercício político que se faz cotidiano. Porque “tão necessário quanto afirmar que os homens em certas circunstâncias produzem servidão como se buscassem a liberdade, é ver que nas mesmas circunstâncias eles buscam sua liberdade mesmo que produzindo a servidão” (SANTIAGO, 2012, p.18)

Mas por que o não se impôs tão cedo desta vez? Não seria inevitável encontrar a reprodução desses mesmos limites e valores em outros tipos de trabalho, com vínculos ainda mais precarizados? E, justamente por isso, não valeria a pena insistir mais um pouco, como o fiz tantas outras vezes, mobilizada pela tentativa de fazer operar as problematizações, os desvios, as rupturas e as intolerâncias ali mesmo onde se reafirmava os discursos da tolerância e do respeito às diferenças que camuflam a possibilidade de acolhimento e com-vívio?

: Os discursos da participação social – entre a convocação e as recusas, a emergência de um campo problemático:

As questões acima citadas ainda reverberam na minha escrita e reúnem-se aqui a muitas outras, tecendo a narrativa das memórias que materializam as experiências que me constituem como trabalhadora social. A narrativa dessa recusa também se entrelaça a tantas outras, ora realizadas por mim, enquanto trabalhadora social, ora pelos meus pares e pelos tantos outros sujeitos que fazem parte dessa trajetória, fazendo ecoar os incômodos e as afirmações que produzem os deslocamentos na experiência da docência, da clínica, das pesquisas no campo da Saúde Coletiva, e no chamado Trabalho Técnico Social do PAC, campos de análise dessa produção.

A experiência vivida como trabalhadora técnica social¹⁵ do ano de 2008 a 2012, como integrante da Equipe de Trabalho Técnico Social (ETTS), responsável pela operacionalização da intervenção realizada pelo Trabalho Social do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹⁶ nas favelas do Rio de Janeiro, foi o acontecimento agenciador, cujas narrativas de algumas cenas rememoradas, pretendem dar contorno às análises disparadas acerca dos discursos da participação social, funcionando simultaneamente como convite a outras entradas. Por isso, assim como FOUCAULT (2003a, p.693), afirmo que

o que eu quero analisar são as práticas, é a lógica imanente à prática, são as estratégias que sustentam a lógica dessas práticas e, por conseguinte, a maneira pela qual os indivíduos, livremente, em suas lutas, em seus afrontamentos, em seus projetos, se constituem enquanto sujeitos de suas práticas ou recusam, pelo contrário, as práticas que lhe são propostas.

É importante ressaltar que, seguindo as pistas de Foucault, compreendemos que a palavra prática não se destina a significar a atividade de um sujeito, mas a designar a existência objetiva e material de certas regras que o sujeito está submetido desde o momento em que pratica o discurso. Partimos do pressuposto de que a incitação aos discursos da participação social é correlata a um conjunto de práticas sociais e não existe antes ou posterior a elas, uma vez que, “as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento.” (FOUCAULT, 2003, p.8).

Portanto, levando-se em consideração a relevância tática das práticas discursivas e não-discursivas relacionadas à participação social na cena contemporânea, é imprescindível que se tome a temática como campo problemático, em que o exercício de análise se direcione não só para o questionamento acerca do que está se chamando de participação social, da construção de seus mitos ou da legitimidade de suas práticas, mas, sobretudo, para o mapeamento de como se atualizam essas práticas e os efeitos de poder que têm sido produzidos por estas.

¹⁵ Voltaremos a esse termo do decorre deste trabalho, no esforço de diferenciar o que chamamos aqui de trabalhador técnico social, como categoria mais específica que compõe o termo mais amplo de trabalhador social.

¹⁶ PAC é a sigla que denomina o Programa de Aceleração do Crescimento, um programa de desenvolvimento proposto pelo Governo Federal, cuja implementação teve início no ano de 2008, apresentando como objetivos principais a promoção da aceleração do crescimento econômico; o aumento do número de empregos e a melhoria das condições de vida da população brasileira. Para tanto, o PAC estabelece um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado; aumentar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento do país (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007), incluindo nesse escopo a realização de uma série de obras de infraestrutura urbana.

Para tanto, é importante desnaturalizar certos princípios que fazem parte de suas lutas, apontando-os como construções históricas. Ou seja, perceber como têm sido produzidos por certas práticas bem datadas e localizadas conceitos como os de conscientização, liberdade, participação, direitos e humano. São princípios que nem sempre existiram. (COIMBRA e NASCIMENTO, 2009, p.58)

A partir do reconhecimento dos usos feitos cotidianamente da noção de participação, quando se afirma que participar é “*v.t. Fazer saber, comunicar, anunciar./ Tomar parte em./Associar-se pelo sentimento, pelo pensamento; solidarizar-se com*”¹⁷(*grifos nossos*), caminhamos em direção à ampliação desses usos ao enfatizar a conotação política do conceito, na medida em que o que se almeja é tomar parte na transformação de uma realidade que se quer coletiva, seja no campo do planejamento do processo de trabalho, das condições de saúde de uma população, ou das questões relacionadas à habitação e urbanização de um território. Participa-se porque se quer trans-formar. Portanto, concordamos com Lazzarato (2011, p.14) quando este afirma que “é impossível separar a revolução política da revolução do sensível, a ética da política, a construção de um sujeito político do processo de transformação de si”.

A temática da participação social se configura aqui como campo problemático transversal a tantos outros, em que os conflitos emergem como potentes analisadores, uma vez que se colocam de modo imanente à esfera da participação em qualquer campo que ela se processe, pois, ao mesmo tempo em que esses conflitos são produzidos pelas relações de poder – produtoras da dominação e das desigualdades que se quer enfrentar – expressam e mobilizam o desejo e a potência de agir dos atores sociais que reivindicam tomar parte na transformação dessas mesmas relações. Conforme nos alerta Lazzarato

O conflito vem da história e lá recai, e nesse movimento ele produz uma temporalidade e um espaço propício a invenções políticas inéditas. Forçando os “governados” a **tomar parte** e a se posicionar em relação a outras forças políticas, solicitando sua **potência de agir** e engajando sua responsabilidade, ele permite problematizar a natureza das relações de poder e abre processos de produção de subjetividade imprevisíveis. (LAZZARATO, 2011, p.13. *grifos nossos*)

Trata-se de mapear a constituição e os efeitos de poder toda uma produção discursiva acerca da participação, que derivada em suas mais diversas subdenominações (participação social, participação política, participação popular, participação comunitária, participação cidadã) busca prescrever meios e modos de participar, uma vez que todas as práticas discursivas

¹⁷ <http://www.dicio.com.br/participar/>

produzem variados sentidos manufaturados, industrializados em conformidade com o tipo de economia política e subjetiva que lhes sustenta.

Neste trabalho, adotaremos a denominação participação social como conceito central, na medida em que entendemos que a questão da participação, seja ela em que âmbito se dê, passa necessariamente pelas forças sociais que tecem nossas práticas cotidianas. Não vemos sentido, portanto, em separar a esfera política da esfera social, mas, com o objetivo de popularizar o debate, optamos pela terminologia utilizada mais amplamente nas políticas públicas e programas sociais.

E porque “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2003, p.10), podemos dizer que o discurso, ao mesmo tempo que funda o campo do comum, também delimita um campo de saber - uma vez que “toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (FOUCAULT, 2002, p.207). Saber no sentido atribuído por Foucault (2002, pp. 206-207), como

conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar. [...] um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; [...] um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam [...]; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso.

Trata-se, portanto, do esforço de alinhar acontecimentos, e pela via do compartilhamento da experiência de constituição de um corpo-trabalhadora-social, descrevê-los sob a forma de uma realidade multifacetada, para que assim possamos dar visibilidade às infinitas modulações sofridas pelos discursos da participação social. Modulações que dizem respeito tanto aos mecanismos de poder que os produzem e os sustentam, como àqueles que se colocam na contramão de suas prescrições, tendo como efeitos a produção de modos de subjetivação singulares. Para, ao assim fazê-lo, atuar criticamente, uma vez que “a descrição da realidade é muito mais crítica do que a crítica da realidade” (do Ó, 2014).

Trata-se, sobretudo, da realização de um trabalho ético, em que, por meio da constante problematização de si mesmo, busca-se o combate na imanência (ORLANDI, 2009). Em meio

aos códigos vigentes e o real, comumente consumidos por um regime de adesão, o trabalho ético envolve necessariamente a problematização das relações estabelecidas entre o cuidado de si e o cuidado com o outro. Trata-se de um trabalho em relação a si, que opere no sentido de colocar em análise as implicações de uma trabalhadora social na problematização do desejo de servidão, ao mesmo tempo em que tenta dar visibilidade e dizibilidade aos efeitos de poder estabelecidos em meio a essas relações.

[...] ao combatermos por premência dos problemas, não praticamos apenas uma resistência contra esse ou aquele intolerável, contra essa ou aquela exploração, contra essa ou aquela injustiça, contra essa ou aquela violação; ao combatermos, somos também levados a sentir e a pensar os combates que se apossam de cada um de nós mesmos, somos levados a avaliar as forças, os afetos que, em nós mesmos, disputam intensamente nossas maneiras de sentir, de perceber, de pensar, de agir, criando os mais variados trejeitos de repúdios e aquiescências. A questão ética que se coloca nesse duplo combate – de um lado, o combate de resistência contra o intolerável que identificamos em nossa exterioridade, e por outro lado, o combate que se passa entre forças e afetos de que nós mesmos somos portadores – é a questão das alianças com forças que recriem, em cada um de nós, múltiplos pontos de recepção e de replicação de uma potente coexistência de bons encontros. (ORLANDI, 2009, p.208)

Partindo da afirmação de que “o objetivo principal hoje não é o de descobrirmos, mas recusar a ser o que somos” (FOUCAULT, 1995, p. 239) surge a escolha metodológica de realizar esse trabalho pela narrativa das recusas, escolhida como linha de condução para a análise das discursividades relacionadas à participação social que se concretizam através das práticas dos trabalhadores sociais. Trata-se de, seguindo o rastro de Foucault, usar a resistência como método, e ao fazê-lo, potencializar a capacidade de usar a competência de forma crítica em ações específicas, colocando em xeque a maneira pela qual o saber circula e funciona em suas relações com o poder (FOUCAULT, 1995).

Utilizar as resistências como ponto de partida para as investigações que pretendem esclarecer o funcionamento dos poderes, atentando-se para a necessidade de “analisar as instituições a partir das relações de poder, e não ao inverso” (FOUCAULT, 1995, p.245), pois é justamente por meio daquilo que está à margem, que está interdito e que se coloca contra a ação do poder, que torna-se possível a compreensão das estruturas sociais ou as regularidades políticas que constituem um determinado campo social (FOUCAULT, 1998), recortado aqui pelo viés dos discursos da participação social.

O objetivo de evidenciar a narrativa das recusas aponta, portanto, para o investimento direto contra os pontos onde o poder se exerce em nome da justiça, da técnica e do saber. As recusas me impulsionam assim a fazer outras alianças, construir novos espaços de luta que sejam transversais, daí a decisão de colocar em análise a experiência de trabalhadora social, problematizar os discursos da participação social, fazendo da escrita o cuidado de si e a invenção de outros possíveis.

Aposta metodológica: a experiência como reinvenção de si e a escrita como coragem da verdade

Ali onde não é mais possível falar, descobre-se o encanto secreto, difícil, um pouco perigoso de escrever.
Michel Foucault (1968)

Estamos em agosto de 2012. Os salários atrasam, a equipe diminui, os prazos apertam. Repetem-se cenas de uma história já vivenciada. A sensação é de déjà-vu, mas o desejo é de expansão. As atividades cotidianas são realizadas na esteira do improviso, as metas são sempre repactuadas e o trabalho, exaustiva e repetidamente, replanejado. Projetos em estágio final de realização demandam atividades de fechamento e avaliação. Equipes de campo e população são chamadas a descrever os pontos positivos e negativos das intervenções. Trabalho de escuta, mediação, avaliação, registro e relatoria que ocupou os últimos meses da minha presença na chamada ETTS - Equipe Técnica do Trabalho Social.

As coloridas tarjetas de cartolina pregadas na parede destacavam os pontos “positivos” e “negativos” da intervenção. Diante das tarjetas, eu era convocada a dar respostas, enquanto transbordavam-me as perguntas: dos moradores, das equipes, e as minhas. Perguntas que, na maior parte das vezes, eram as mesmas. As respostas que eu não tinha eram trocadas pelo compromisso de levar as questões àqueles a quem

considerávamos os responsáveis diretos pela intervenção: os representantes do Estado. As respostas que eu não tinha se desdobravam em muitas outras questões e intoleráveis e, me convocavam ao exercício de uma escolha. Permanecer neste lugar, e partir dele, romper com algumas lógicas da intervenção e da participação da população, ou uma vez mais, dizer, como Bartleby: “prefiro não”.

As minhas tarjetas eram escritas na carne e pregadas no corpo. As marcas consideradas de aspecto negativo inscreviam, com impotência e exaustão, o atraso dos salários, a naturalização do improvisado, dos parcos orçamentos, dos prazos estourados, de uma equipe diminuída e sobrecarregada. As marcas então consideradas positivas, inscritas com uma dose de militância e outra considerável de sobreimplicação, me remetiam ao forte vínculo produzido com aquele coletivo de trabalho, e à crença de que podíamos fazer a diferença na relação estabelecida com as equipes de campo e os moradores. Foi assim, em meio à escrita de minhas próprias tarjetas que emergia a sensação de que a vida precisava se expandir de alguma forma. Critério determinante para que na negociação que eu havia iniciado comigo mesma, eu escolhesse ao final dizer, como Bartleby: “prefiro não”.

A partir da recusa, a necessidade de dobrar-se. Para dar conta da sobrevivência me movimentei em direção a busca de outras possibilidades de trabalho. Para dar conta dos intoleráveis produzidos em meio à essa experiência ingressei no programa de doutorado com a intenção de inventar outros possíveis. Foi então que o reencontro com velhos intercessores - Foucault, Lourau e cia - e o encontro com o coletivo de pesquisa - novos aliados - me fizeram compreender que embora eu tivesse saído da equipe, a equipe ainda não tinha saído de mim.

Compreensão que não se fez repentina. Despedida que não se fez automática. Deslocamentos tecidos ao longo dos encontros semanais com

o coletivo de pesquisa, feitos de uma outra intensidade, de um outro tempo-espço, de uma escuta atenta e cuidadosa das muitas cenas repetidamente narradas em meio a insistência de algumas teimosas certezas. E em meio às brechas produzidas pelos crescentes questionamentos, que por sua vez se transformavam em infindas dúvidas. Confusos e, por vezes, dolorosos sentimentos, me atravessavam no exercício de rememorar e narrar a experiência de trabalho recém finalizada.

Na potência desse coletivo, encontrei espaço para o acolhimento e a troca, elementos indispensáveis para a invenção de novos possíveis: a delimitação dos discursos da participação social como campo problemático e a invenção de um outro modo de pesquisar e escrever. Por essa via, a escrita representacional das tarjetas se transforma na escrita-pesquisa-criação das cenas que compõem as narrativas dessa experiência, que segue sempre inacabada na busca de transformar sucessão e linearidade em simultaneidades, e as respostas, em perguntas.

A emergência do problema de pesquisa aqui proposto surge na ordem sensível da experiência, no encontro de ao menos duas dimensões de um corpo: o corpo- trabalhadora técnica-social¹⁸ e o corpo-pesquisadora. Corpos que por sua vez se encontram, se constituem e se reinventam no encontro com o coletivo de pesquisa¹⁹ – “máquina de fazer ver e fazer falar” (DELEUZE, 1990) –, dispositivo de formação²⁰ fundamental para a tessitura das problematizações que nesse

¹⁸ A diferenciação entre trabalhador social e trabalhador técnico social é apresentada na Quarta Entrada dessa tese.

¹⁹ A orientação coletiva acontece na reunião do grupo de pesquisa da professora Katia Aguiar (Pós-Graduação em Psicologia – UFF), orientadora deste trabalho, que tem na pesquisa-intervenção sua principal premissa metodológica, e afirma que o “[...] pesquisar é, antes de mais nada, uma atitude que interroga os homens e os fatos em seus processos de constituição, trazendo para o campo de análise as histórias, o caráter transitório e parcial, os recortes que a investigação imprime nas práticas e a forma como produz seus próprios objetos-efeitos” (AGUIAR e ROCHA, 2007).

²⁰ Utilizamos a noção de dispositivo proposta por Foucault (2001, p.244) para quem um dispositivo era “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito dão os elementos de um dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre esses elementos”. E nesse sentido, entendemos o coletivo de pesquisa como um dispositivo de formação. Ou ainda, como traduzido por Dreyfus e Rabinow (1995, p.135), um dispositivo na medida em que se

texto encontram espaço de expressão. Encontros capazes de produzir incômodos e implicações suficientes para mobilizar o pensamento, reafirmando que a produção do conhecimento é inseparável da intervenção no real, produzindo efeitos-subjetividades, transformando sujeitos e mundos. Processo de como nos tornamos outros.

Corpos gestados nos acontecimentos que me atravessam e me remetem aos vários lugares ocupados e deslocamentos vivenciados. Experiência produzida por passos de diferentes velocidades, intensidades e amplitudes, que compõem minha história e me fazem reconhecer quem eu venho me tornando, e, sobretudo, aquilo que em mim difere ou faz diferir. Pois, como nos lembra Deleuze (1992) acerca do pensamento de Michel Foucault, “a história é o que nos separa de nós mesmos, e o que devemos transpor e atravessar para nos pensarmos a nós mesmos”.

O corpo-trabalhadora-técnica-social, constituído mais especificamente na atuação junto à operacionalização de uma política pública, se reinventa no encontro com outros corpos e outras redes e serve à produção-invenção das memórias que são aqui tomadas como dispositivos de análise. O corpo pesquisadora, constituído na minha trajetória através das leituras, pesquisas e práticas acadêmicas referenciadas pela Análise Institucional, pela Saúde Coletiva, e, inspiradas pelo pensamento de Michel Foucault, se expande no encontro com o coletivo de pesquisa. Afinal, como nos lembra Foucault (2006, p.154) em suas revisitações à Sêneca, “sempre se precisa da ajuda de outro na elaboração da alma sobre si mesma”, daí a urgente necessidade de “[...]recolher-se em si mesmo tanto quanto possível; ligar-se àqueles que são capazes de ter sobre si um efeito benéfico; abrir a porta àqueles que têm esperança de se tornarem melhores”.

Trata-se do corpo-acontecimento, enquanto aquilo que não se planeja, mas toma forma nas relações, no encontro com os outros corpos. Corpo definido não por uma essência, mas como potência sempre variável, que se define “pelas misturas de que participa” (SALES, 2014, p.17). Corpo como lugar de expressão de forças sociais, políticas, econômicas, midiáticas, emocionais, enfim vitais, e que se afirma necessariamente como lugar da utopia, da contradição e da reinvenção.

Corpo incompreensível, penetrável e opaco, aberto e fechado: corpo utópico.
Corpo absolutamente visível [...] E, além disso, esse corpo é ligeiro,

refere às “práticas elas mesmas, atuando como um aparelho, uma ferramenta, constituindo sujeitos e os organizando”.

transparente, imponderável; não é uma coisa: anda, mexe, vive, deseja, se deixa atravessar sem resistências por todas as minhas intenções.[...] É em referência ao corpo que as coisas estão dispostas, é em relação ao corpo que existe uma esquerda e uma direita, um atrás e um na frente, um próximo e um distante. O corpo está no centro do mundo, ali onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo não está em nenhuma parte: o coração do mundo é esse pequeno núcleo utópico a partir do qual sonho, falo, me expesso, imagino, percebo as coisas em seu lugar e também as nego pelo poder indefinido das utopias que imagino. (FOUCAULT, 2013, p.10)

O encontro com o coletivo de pesquisa se fez justamente na acolhida dos desencontros da experiência de constituição de um corpo-trabalhadora-social, afirmando-se através da possibilidade de estabelecer novas conexões e produzir novas composições. Em meio ao debate dos projetos de pesquisa, encontrávamos a singularidade de um plano comum de problemas e invenção por via dos diferentes campos problemáticos narrados. Chão de nossas práticas. “Lugar de encadeamento do que se diz e do que se faz, das regras que se impõem e das razões que se dão, dos projetos e das evidências.” (FOUCAULT, 2010, p.238).

Nesse processo, convocávamos os autores – os velhos e renomados aliados e os pares contemporâneos –, os fragmentos de textos, os vídeos, as músicas, os poemas, e as narrativas das muitas cenas de experiências cotidianas. Todos intercessores²¹ igualmente imprescindíveis para a criação, que, porém, não se prestavam à homogeneização de códigos e linguagens, afinal “o importante nunca foi acompanhar o movimento do vizinho, mas fazer seu próprio movimento” (DELEUZE, 1992, p.156). Assim, ao inserir-se numa rede em produção, em meio ao acolhimento das diferenças, nos questionávamos: como temos nos constituído como sujeitos nos processos formativos em que participamos? Como temos gerido e gestado as atividades da pesquisa? E ainda, como a escrita se faz participação nesse processo?

Havia então um comum que se queria organizado e gerido, mas não na dureza das cristalizadas formas institucionais. Nos colocávamos lado a lado, atentos às eventuais capturas hierárquicas ou demandas de tutela. Exercício coletivo de afastamento de qualquer forma de centralismo, afirmando o princípio de rede como conectividade (BARROS, *et. al.*, 2014). Os agenciamentos se davam antes por afinidade de interesses e referenciais teórico-metodológicos, produzindo ressonâncias, contágio, e movimentos de transversalização (GUATTARI, 1987), oportunizados pelos espaços e atividades que alimentavam o diálogo e a partilha.

²¹ Os intercessores. In.: DELEUZE, G. Conversações. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

Nessa trajetória, a função desse coletivo se fez preponderantemente pela possibilidade de experimentação de formas outras de pesquisa e escrita, sempre ligadas à tentativa de ampliação dos coeficientes de transversalização na produção do conhecimento. Os dispositivos então inventados serviam como espaço para as interações e para os movimentos de diferenciação que se processava no grupo. Grupo que se constituía enquanto rede. Rede de conversações (MATURANA, 2006)²², que se aquecia na troca de experiências, nos permitindo lidar com a dureza das instituições. Rede que se fazia não apenas como “meio”, mas também como “fim”, colocando-se como um território comum e potente na produção desta pesquisa-escrita-criação.

Partindo da premissa da escrita como coragem da verdade, em que escrita e ação se confundem como uma única e mesma coisa, a pesquisa-escrita-criação que aqui ganha espaço se traduz pelo tom ensaístico, pela tentativa de realizar um trabalho que se faz sobre os acontecimentos e ao mesmo tempo sobre si. Práticas de si sempre convocadas pela exortação de um outro, feita em meio à partilha das leituras, das conversas, dos rascunhos de pensamentos, que tateantes abrem os caminhos para a construção de outras trajetórias, a serem compartilhadas na busca de um modo de propagação, de desdobra, de aprendizagem. Práticas de afecção e contágio.

Atentos para o fato de que os grupos não possuem em si uma virtude analítica, seguíamos investindo na elaboração de práticas direcionadas para a produção dos efeitos de sustentação e criação desejados. Era preciso investir na convocação e na fabricação de intercessores, afinal “sem eles não há obra” (DELEUZE, 1992). Era preciso, ainda, respeitar o tempo de gestação. Deixar a rede aquecida exige tempo de investimento, “desdobrado em espaços de partilha” (BARROS, et. al., 2014, p.107). *Práxis* que diz respeito a todo um trabalho em relação a si mesmo, passando pela arte de compor com o outro. Práticas de cuidado de si (FOUCAULT, 2006)

A construção de novas estratégias para pesquisar passava então pelo encontro e inventividade de cada um de nós envolvidos nesse grupo-rede. Rede de produção do conhecimento que nos sustentava e nos produzia, tendo nossas práticas como chão. Sujeitos considerados em suas

²² Segundo Maturana (2006, p.85): “La palabra conversar viene de la unión de dos raíces latinas, *cum* quiere decir ‘com’, y *versare* quiere decir “dar vueltas”, de modo que conversar em su origen significa ‘dar vueltas com’ otro. E ainda (pp 89-90): “[...] al fluir nuestro emocionar en un curso que ha resultado de nuestra historia de convivencia dentro y fuera del lenguaje, cambiamos de dominio de acciones y, por tanto, cambia el curso de nuestro lenguajear y de nuestro razonar. A este fluir entrelazado de lenguajear y emocionar lo llamo *conversar* y llamo *conversación* al fluir em conversar en una red particular de lenguajear y emocionar.

múltiplas e complexas composições, nos conectávamos ao mesmo tempo a outros sujeitos, que pisavam outros chãos; outras vidas, que habitavam outros lugares. Outros textos, outras paisagens, outras forças. “Dai-me um outro <clama a vida>” (COSTA, 2011, p. 57). Vivíamos diferentes situações com diferentes intensidades, tendo como intercessores diversos autores e disciplinas, além das muitas artes possíveis, mas inseridos numa rede comum de produção de mundos, de subjetividades e de si. “Todos e tudo em rede para afirmar o padrão da vida”. (BARROS, *et. al.*, 2014, p.102).

Neste sentido, o coletivo de pesquisa funciona como um dispositivo de formação, na medida em que ao colocar palavras e afetos em circulação, afirma-se nesta vida de relação com o conhecimento como processo interventivo, aberto, cujo material de trabalho é a obra que estamos fazendo de nós mesmos, na produção de uma memória que se faz coletiva, na fabricação de um *êthos*. (CEZAR, 2013)

Trata-se, portanto, de reconhecer que os processos formativos dizem menos da troca de conhecimentos produzidos em meio ao mundo, do que do desafio de construir outras condições para o exercício coletivo sobre o pensar-agir. Exercícios potentes na produção de outra relação com o conhecimento, que abram espaços para experimentação de diferentes modos de ser, existir, por sua vez, inseparáveis dos modos de fazer. Trata-se de processos formativos que investem no cultivo de uma competência mais ética do que técnica, em que os sujeitos, para além de aprender hábeis procedimentos na operação do real, possam tomar posse dos processos de constituição de si, e neles produzir intervenção, de modo a modificar-se. Trata-se de um esforço ético de produção de si e do mundo em outras direções. (CEZAR, 2013). A formação está no encontro com as redes e produz re(de)alidades.

Encontro que, portanto, se faz para alguém e para além das relações tecidas com os pesquisadores que compõem esse coletivo, e aponta para o plano de forças em movimento, ampliando os graus de abertura à experiência, partindo do reconhecimento da dimensão reticular, transversal e transdisciplinar da vida (MATURANA e VARELA, 2001), singularizada na expressão de cada pesquisa-escrita-criação produzida nesse espaço-tempo.

Por essa via, o grupo que constitui esse coletivo de pesquisa se apresenta como rede, traduzida pelo conjunto de nós e conexões, sempre relacionados à uma multiplicidade. Encontros bons que possibilitam a abertura dos graus de conectividade e atuam diretamente na produção de re(de)alidades, uma vez que a produção do que chamamos de realidade se constitui de redes,

nas redes, pelas redes, para as redes. Redes de relações sociais, atravessadas por forças vitais, econômicas, políticas, erótico-libidinais. Redes capitalísticas, “[...] redes infinitas, hiperconectivas e paradoxais porque comportam esperança e perigo”. (PASSOS e BARROS, 2004, p. 159).

Inseridos no contexto das sociedades de controle (DELEUZE, 1992), somos a todo tempo atravessados pelas tentativas de dominação e captura caracterizada por infinitas redes. Nos deparamos cotidianamente com a produção de re(de)alidades que, se por um lado tendem a seguir a busca da padronização e a serialização dos modos de existir operadas pela lógica do Capitalismo Mundial Integrado (GUATTARI, 1981); por outro, coexistem impreterivelmente com as redes de resistência e de invenção da vida. Desse modo, assim como Passos (ano indefinido, p.8-9, *grifo nosso*), “acreditamos que não há como escaparmos das redes e por isso a estratégia é a de constituirmos outras redes: *redes quentes*, redes não comprometidas com a exploração capitalista nem com o terror, mas sintonizadas com a vida, redes autopoieticas²³”.

Neste contexto, partimos do pressuposto que:

Toda rede participa (é parte), de algum modo, de um arranjo biopolítico, de um agenciamento. E agenciamento é, por assim dizer, o nome político da rede, o modo de se referir à rede quando se quer destacar sua implicação biopolítica. Alguns agenciamentos possibilitam, abrem, outros fecham. Há agenciamentos aumentativos de potência e outros nem um pouco. É assim que, afinal, entendemos fundamentalmente a distinção entre **redes quentes** e **redes frias**: são *agenciamentos biopolíticos* diferentes e, evidentemente, antagônicos. (TEIXEIRA, ano indefinido, p.06)

Em meio a esse antagonismo, que também atravessa nosso coletivo de pesquisa, uma vez que esse não se tece fora da vida, importa dizer que: quer se trate de uma rede fria, que supõe o equívoco de um funcionamento onde “insiste a função de centro”, reafirmando a segmentação, exploração e segregação, e produzindo efeitos de homogeneização e de equivalência; quer se trate de uma rede quente, produzida em meio a uma ética conectiva geradora de efeitos de diferenciação e resistência à serialização capitalística (PASSOS e BARROS, 2004); destaca-se

²³ Redes autopoieticas no sentido cunhado por Maturana e Varela (2001), que afirmam que o padrão geral da vida é a rede, e assim reconhecem a característica autopoietica de todo ser vivo. Uma vez que auto significa própria e poieses (produção), a *autopoieses* é a capacidade do sistema/grupo de especificar suas próprias leis – capacidade prática, performática e inventiva da vida. Conceito que, portanto, diz da autonomia dos grupos, que são causa e efeito da produção de re(de)alidades, e que, como nos aponta Guattari (desde os anos 60), encontram nos processos coletivos os modos como a vida se atualiza na experiência humana.

a questão da multiplicidade de elementos e conexões, e a necessidade de se estar sempre atento a essas duas dimensões do funcionamento de toda e qualquer rede.

O coletivo de pesquisa, dispositivo de formação, se configura então em um modo de funcionamento da experiência em rede, onde o que importa é a atenção cuidadosa dispensada aos modos de fazer, que incluem não só a gestão coletiva das atividades envolvidas na pesquisa, mas sobretudo a construção de vínculos afetivos e de tecnologias relacionais. Grupo sujeito (GUATTARI, 1987) da construção de um espaço privilegiado para a realização constante das análises de implicações de cada um de nós nos processos em andamento. Exigência ético-política que nos parece indispensável para a produção de conhecimentos que sejam a expressão de uma vida produzida em meio à ampliação do poder de cada um de nós de afetar e ser afetado, afirmando autonomia ao mesmo tempo em que intervém na re(de)alidade, produzindo-a. Exercício de “uma prática de presença”, a vida que nesse encontro se processa segue sendo a matéria de trabalho dessa pesquisa. (CEZAR, 2013).

Fazer circular palavras e afetos. Eis a ação fundamental para operar o deslocamento da dimensão de uma escrita solitária para a produção coletiva de uma pesquisa-escrita-criação possível. Abrigar a processualidade em novos agenciamentos a que o viver solicita de modo constante. Experimentar outros modos de estar junto e fazer uma pesquisa-escrita-criação. Não se pautar apenas em um saber já construído, mas produzir no encontro outros saberes, abrindo a possibilidade de pensar diferente do que se pensava até então. Potencialização da capacidade do próprio coletivo em dar visibilidade para si como produto-efeito de uma transformação. (CEZAR, 2013). Eis um outro modo de produzir pesquisa e escrita que se constrói na tessitura e aquecimento da rede de relações.

Potência de re-existência e possibilidades de interferência na dureza das formas instituídas acerca da produção do conhecimento. Durezas que se diluíam por meio da agregação de elementos diversos, que apesar de nem sempre valorizados pela tradicional academia, encorajavam-me a ousar no deslocamento do território familiar e autorizado da escrita linear e necessariamente referenciada, em direção à experimentação de uma pesquisa-escrita-criação, calcada nas simultaneidades dos acontecimentos.

Por via da problematização de nossas práticas, seguíamos repetidamente questionando o modo como, ao longo da história do pensamento ocidental, certa forma de relação com o conhecer, com a questão da verdade, tornou-se impositivo, desqualificando outros (FOUCAULT, 2006b).

Mas, não queríamos repetir o já dito em outras palavras. Não queríamos a “benção” acadêmica. Em sentido inverso, partindo da premissa de que é preciso “transformar para conhecer”, a aposta desse coletivo segue amparada pela aposta em uma formação que diz da possibilidade da transformação de si, e não da transformação do outro em objeto de pesquisa. Não queremos falar sobre, queremos fazer com. Queremos a liberdade dos verbos, das linhas, dos formatos. Queremos a anarquia da escrita, e a poesia da invenção.

Opto assim pela fluidez da narrativa, na medida em que não busco explicações a serem traduzidas em informações verificáveis e plausíveis ao leitor que se dispuser a me acompanhar nessa trajetória; afinal “[...] nada pode ser mais diferente da constatação cotidiana do que o encaminhamento inquieto, sem rota e sem limites, que torna necessária a perseguição do que aconteceu, mas que, pelo fato de ter acontecido, rasga o tecido dos acontecimentos (BLANCHOT, 2005, p.272). Por isso, me furto à necessidade de buscar o conhecimento do “significado de uma palavra, de uma frase, de um relato, de uma narração; nem se trata de saber o que conota ou o que denota. O problema é antes com o ‘quê’ se conecta, em ‘quê’ multiplicidade se implica, com ‘quê’ outras multiplicidades se junta”. (DOMÈNEC, TIRADO, e GOMES, 2001, p.125), uma vez que a riqueza dos encontros excede o esforço dos relatos.

Nesse sentido, não se trata de uma narrativa que busca “dar a voz” a esses corpos, mas ao contrário disto, dar visibilidade e dizibilidade às vozes que esses corpos, nesses (re)encontros produziram no corpo-pesquisadora, aberto ao que possa vir a acontecer em sua vulnerabilidade no encontro com o outro. Aposta que parte do pressuposto que “escrever nada tem a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p.13). Seguindo esse caminho, uso a narrativa como “a faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 1994, p.198) e, assim, torná-las comunicáveis, fazendo uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada, pois

Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações. (Benjamin, 1994, p.203)

Desse modo, através da rememoração²⁴ de algumas cenas busco produzir vias de acesso aos acontecimentos de uma experiência, que “mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele”. (BENJAMIN, 1994, p.205). Sigo as pistas deixadas por Benjamin (1994, p.201), para quem “o narrador retira da experiência o que conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência de seus ouvintes”.

Nesse caminho, interessa-me, mais do que dar credibilidade às minhas composições, deslocar-me da busca por entendimento, calcada na ordem do conjunto de teorias pré-estabelecidas e já ditas, para a experimentação que produz contágio, que comunica, que se coloca acessível para outras entradas. Por isso, me pergunto: como fazer a escrita participar se não deixando as afecções bagunçarem as memórias, as narrativas e os pensamentos? Afinal, como nos questiona Foucault, (1984, p.13), “[...] de que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição de conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? ”

Por essa via, meu campo problemático se alarga e meu objeto de pesquisa se transforma a cada novo encontro, a cada cena rememorada, a cada narrativa tecida. A princípio, diante da ideia ainda embrionária de elaboração de um diário rememorado, preocupava-me os brancos, os lapsos, os esquecimentos: o tempo passa tão veloz, e se eu não lembrar mais das cenas, dos detalhes? Como se fosse possível esquecer as marcas das experiências que corporificamos. Afinal, nunca sabemos “ a qual tempo pertence o acontecimento que [a narrativa] evoca, se aquilo acontece somente no tempo da narrativa, ou se acontece para que chegue o momento da narrativa, a partir da qual o que aconteceu se torna realidade e verdade. ” (BLANCHOT, 2005, p.15)

Depois, no exercício da escrita, me preocupava com o discernimento da linha tênue que se tecia entre os relatos confundindo fato e ficção, das coisas inventadas para preencher os brancos com poesia: mas será que foi exatamente assim que aconteceu? Ou trata-se de uma invenção romantizada? Afinal, como lutar contra o esquecimento, e contra as supostas mentiras, “sem cair em uma definição dogmática da verdade” (GAGNEBIN, 2006, p.44)? E, além de tudo,

²⁴ Rememorar no sentido sugerido por (Gagnebin, 2006, p.55), em que ao invés de se “retornar àquilo que se lembra, abre-se aos brancos, ao esquecido, e ao recalçado, para dizer com hesitações, com solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança, nem às palavras. ”

havia o atravessamento das cenas, que uma a outra se atropelavam, puxadas pelo fio de uma meada que não necessariamente se fazia pela ordem de uma cronologia: como alinhar escritos tão fragmentários, distantes, mas ainda assim tão simultâneos, em uma ordem minimamente acessível?

As cenas que eu escrevia no começo dessa narrativa não foram as mesmas que escrevi no meio do processo, tampouco aquelas que vieram à lembrança já ao final dessa escrita, já meio desbotadas pelo tempo, e reavivadas pela memória de um futuro. Muito provavelmente também diferentes das cenas que escreveria enquanto ainda de corpo presente no tempo datado daquela experiência de trabalhadora social, quando a intenção de fazer desta o campo dessa experimentação não havia sequer se cogitado. Daí a ausência de um “diário de campo” elaborado no frescor dos acontecimentos, alternativamente substituído pelo posterior exercício de rememoração. Pois como nos afirma Fuganti (2009, p. 677)

[...] se desejamos uma continuidade desse efeito ou daquele – como conservar tal caminho, conservar políticas públicas que fazem a vida crescer, que afirmam a vida –, aí o problema é de produção de memória, e não de memória que representa o passado, mas de memória de futuro, memória que torna o futuro, assim como o passado, contemporâneo do presente. É fundamental saber criar memória como condição de produção de continuidades intensivas, memória como memória de futuro. É ela a condição de continuidade dos movimentos ou dos devires ativos autossustentáveis.

Por via da memória, a narrativa de uma experiência singular era solicitada. Narrativas que me convocavam à expressão. Lembro-me de, após as leituras de meus textos iniciais – titubeantes, gogos, e um tanto ásperos – ouvir a orientadora sempre dizer: “Por que você não coloca aqui o que você nos conta em nossos encontros? “Já experimentou gravar e ouvir o que você fala? Sinto falta de você no seu texto”. Ela dizia da narrativa, daquela que também nos reinventa ao longo de um trabalho de pesquisa-escrita que se faz criação. Fazia sentido, fazia sentir. A cada cena repetida eu me ou(via) de um outro lugar. A cada intervenção feita, os aliados intercessores produziam um pequeno deslocamento no pensamento, um estremecer de certezas, visibilizados ora pelos suspiros, outras pelos silêncios, e muitas vezes, pelas lágrimas. Era difícil abrir mão das versões que até então eu havia contado a mim mesma para continuar vivendo.

Contudo, iniciado o processo de pesquisa, se, por um lado, convocada pelo outro, perdia a comodidade das versões confortáveis e o “frescor” dos acontecimentos, por outro, ganhava a abertura criada pela ausência de hipóteses previamente formuladas a serem confirmadas, e a

liberdade de construir um olhar deslocado no tempo e no espaço, amadurecido por uma experiência em cozimento. Afinal, “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja em um momento de perigo” (BENJAMIN, 2012, p.243).

Desse modo, se me disponho aqui a narrar uma experiência singular, não é porque a considero única e especial, mas a versão possível através da rememoração dos encontros vividos nesse caminho. Escrita biográfica porque uma “escrita de vida”, onde “narra-se o que não se pode relatar” (BLANCHOT, 2005, p.272). Portanto, não escrevo a narrativa que segue a ordem cronológica dos dias como em um diário íntimo, mas aquela que é conduzida pelos acontecimentos de uma vida, evocados pela memória. Memória que produz os próprios fatos, os quais passam a ter existência justamente a partir dessa narrativa que lhes inventa versões. Por essa via me aproximo de Blanchot, para quem

[...] o caráter da narrativa não é percebido quando nele se vê o relato verdadeiro de um acontecimento excepcional, que ocorreu e que alguém tenta contar. A narrativa não é o relato do acontecimento, mas o próprio acontecimento, o acesso a esse acontecimento, o lugar aonde ele é chamado para acontecer, acontecimento ainda porvir e cujo poder de atração permite que a narrativa possa esperar, também ela, realizar-se. (BLANCHOT, 2005, p.08)

É preciso esclarecer, entretanto, que “não é por acontecimentos extraordinários que a narrativa se distingue do diário. O extraordinário também faz parte do ordinário. É porque ela trata daquilo que não pode ser verificado, daquilo que não pode ser objeto de constatação ou de um relato.” (BLANCHOT, 2005, p.271). Por isso, convocada pela necessidade de produzir outros sentidos para a questão da participação social me apoio, ao mesmo tempo, nos pressupostos da Análise Institucional afirmados por Lourau (1993), que ao apontar a relevância da restituição escrita chama atenção para o cuidado em não produzir um “texto denúncia”, mas fazer falar o fora do texto, “das coisas deixadas à sombra” dos discursos institucionais eternizados nos relatórios técnicos de pesquisa.

[...] a revelação, ou não, dos múltiplos atos da pesquisa é uma ação política. Tentar fazer dos acontecimentos cotidianos um caminho para o conhecimento [e transformação de si] pode ser uma forma de se distanciar dos diferentes grilhões institucionais que têm, por referência última, o Estado. [...] **a instituição segura nossas mãos quando escrevemos.** Talvez o diário [e outros dispositivos inventados ou a inventar] possa auxiliar a produzir outro tipo de intelectual: [...] o IMPLICADO (cujo projeto político inclui transformar a si e a seu lugar social, a partir de estratégias de coletivização das experiências e análises). Talvez, se pudermos tornar tais estratégias cada vez

mais populares, possamos sentir um pouco os resultados dessa utopia. É uma aposta e, como tal, apresenta seus riscos. No caso do intelectual "implicado", riscos bem maiores do que os do intelectual "analista" creio. (Lourau, 1993, p.84-85, **acréscimos e grifos nossos**)

Nesse sentido, a elaboração de um diário rememorado funciona como produção de contraponto e alternativa de ressignificação dos relatórios técnicos institucionais de medição²⁵ da intervenção que aqui se apresenta como um dos campos de análise. Relatórios habitualmente entendidos como fontes oficiais de informações e verificação. A narrativa tecida por meio de um diário rememorado busca ir para além do discurso normativo, dando visibilidade aos acontecimentos, ao “como foi feito”, da prática. (LOURAU, 1993). A narrativa das cenas que emergem na tessitura dessas memórias, pretende integrar ao trabalho analítico os “aspectos marginais” da pesquisa, que funcionam então como

[...] disparadores para uma efetiva análise das implicações do pesquisador. Por esse motivo, considero necessário serem publicadas essas coisas ditas "à margem" da pesquisa; que não fiquem guardadas na “caixa preta” do pesquisador e de algumas outras pessoas. Essa "desinstitucionalização" da "marginalidade" da pesquisa muito pode contribuir para uma real análise das implicações do pesquisador e do ato de pesquisar. (LOURAU, 1993, p.66)

Não me refiro, portanto, à elaboração de um diário constituído pela narrativa de um si mesmo, mas ao inverso disto, trata-se de tomar a escrita em sua função *etopoiética*, “como operadora da transformação da verdade em ethos” (FOUCAULT, 2006, p.147), e nesse movimento, não seguir dizendo de si, buscando o indizível ou o não-dito, ou mesmo revelando o oculto, mas apreender “o já dito; reunir o que se pôde ouvir e ler, e isso com uma finalidade que nada mais é que a constituição de si” (FOUCAULT, 2006, p.149). Trata-se, portanto, não de narrar-se, mas de criar-se e, ao assim fazê-lo, criar outros possíveis, e produzir contágio.

No encontro com os interessados encontrei espaço de abertura e a cumplicidade que me encorajavam a ousadia de uma escrita fragmentada, em que as cenas, não necessariamente

²⁵ Os relatórios de medição correspondem ao compilado mensal de relatórios técnicos descritivos das atividades realizadas na implementação do Trabalho Social do PAC- Favelas Rio de Janeiro, um dos campos de análise dessa pesquisa, mas também prática institucionalizada em tantos outros projetos de intervenção urbana que seguem os mesmos moldes. No caso dessa intervenção específica, os relatórios de medição eram enviados para o órgão financiador (Caixa Econômica Federal) e para o órgão fiscalizador (Escritório de Gerenciamento de Projetos da Casa Civil – Governo do Estado do Rio de Janeiro) para fins de comprovação e consequente pagamento das atividades implementadas.

obedecendo a ordem de uma cronologia ou de uma linearidade, pudessem funcionar como entradas. O medo era então gradualmente transposto pela invenção. Narrativa de cacos (BENJAMIM, 1987), que em sua incompletude apresenta as reticências como convites para a produção de outros começos, possibilitando a abertura à construção de outras nuances, uma vez que “mostrar nossa escrita ao mundo já é, de alguma forma, abri-la ao acaso” (FRANCO, 2013, p.48). Não se trata, portanto, nem de contar uma história da “participação social”, nem de reproduzir uma experiência de trabalhadora social, mas narrar os seus restos, seus vestígios, e, ao assim fazê-lo, compor cenas-dispositivos, feitas de cacos que aproximem a história da experiência. Passo então a escrever cenas como quem coleciona cacos.

Me transformo assim em uma narradora sucateira, que não tem por objetivo recolher os grandes feitos, “mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que não tem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer” (GAGNEBIN, 2006, p. 54). Seleção de vestígios, cacos de experiência, que se dá por afecção do pensamento. Trabalho de elaboração de uma memória que tem a recusa como mote. Afinal, por que em meio a tantas lembranças, a escrita dessas cenas e não de outras? No trabalho de rememoração, as lembranças foram produzidas por intermédio da intuição sensível no (re)encontro com o passado. Presença indispensável no acolhimento da fragilidade da memória, que mesmo em meio a tensão vivida entre as presenças e as ausências, me ensina a aceitar o esquecimento como dádiva, e não como fardo.

Dialogando então com Benjamin e Bergson, auxiliada pela generosidade esclarecedora de outros intercessores, como Gagnebin (2006), Ferraz (2010) e Souza (2014), não busco na memória a representação exata dos acontecimentos, para relatá-los em busca da comprovação da verdade científica, de especulação e do conhecimento puro. Trata-se aqui de uma memória “enraizada no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto, na linguagem” (SOUZA, 2014, p.187) e que por isso tem a função de interpelar as verdades estabelecidas, questionando o conservadorismo das versões oficiais ao mesmo tempo em que nos convida à renovação dos sentidos de uma experiência. Dimensão social e política da memória.

Nesse sentido, seguimos na esteira de Benjamin, para quem o conceito de memória diz menos do campo da re-presentação, e mais da apresentação enquanto realidade construída a partir do presente, onde a experiência se dá pela produção de uma montagem, que se utiliza de fragmentos de um passado que só passa a existir e ter sentido na sua configuração presente de

cacos. “[...] Se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho”. (BENJAMIN, 1987, p.239)

Trata-se de reconhecer a memória como um fenômeno sempre atual, um elo com o passado que se dá no presente. Por isso, recorro a uma memória integralmente presente, em sua virtualidade, e que se atualiza em função de uma ação vitalmente interessada, por onde “o cérebro serve aqui para escolher o passado, para diminuí-lo, para simplificá-lo, para utilizá-lo, e não para conservá-lo” (BERGSON, 2001, p.1389 *apud* FERRAZ, 2010, p. 73), promovendo necessariamente um movimento em direção ao que está por vir.

A memória evocada aqui não fala, portanto, de um passado perdido e remediado, que se encerra em um tempo datado, mas de um passado que atualiza o presente, sendo o tempo um movimento em espiral, em que presente, passado e futuro se cruzam. E nesse exercício, o olhar do corpo-pesquisadora se entrecruza com o olhar do corpo-trabalhadora-social, resignificando e compartilhando uma experiência. A aposta é na afirmação de que “mostrar uma experiência é mostrar uma inquietude” (LAROSSA, 2011, p.15)

Nesse processo, as cenas lembradas não eram por mim escolhidas ou selecionadas, em um gesto metodológico objetivado por metas previamente traçadas. Ao contrário disso, as lembranças, transformadas em cenas, emergiam à minha revelia, evocadas por tudo aquilo que nesse caminho me interpelava. Exercício de rememoração conduzido sobretudo pela intensidade e incômodos produzidos em certos acontecimentos: ora traduzidos pelas lembranças da convocação a uma participação que se traduz em adesão cega a programas predefinidos; ora pela percepção do medo de participar de algo que não se sabe o caminho; ora pela recusa mesmo em participar como quem adere ou consente; e, muitas vezes, pela gritante visibilidade dos esvaziamentos dos locais de participação propostos pela política pública e organizadas por uma Equipe Técnica de Trabalho Social.

Coimbra e Nascimento (2012, p.132) ao invocar o “efeito Heinsenberg”²⁶ incorporado pela Análise Institucional, nos lembram que “[...] só há conhecimento no interior de um desarranjo, de uma perturbação”. Reconheço como incômodo aquilo que sinaliza um desarranjo em algo

²⁶ O termo “efeito Heinsenberg” é uma referência do princípio da incerteza da mecânica quântica de Werner Heinsenberg (1901-1976): quando se tenta estudar uma partícula atômica, a medição da posição necessariamente perturba o momentum de uma partícula. Em outras palavras, Heinsenberg queria dizer que você não pode observar uma coisa sem influenciá-la.

que até então estava minimamente acomodado, assentado, como perturbações produzidas no decorrer do caminho. Incômodos que, quando tocam o intolerável, me convocam à produção de outras formas de conhecimento, delimitando assim um campo problemático, entendendo o problema como parte do sensível, que ao experimentar o desconhecido se coloca como “aquilo que mobiliza o pensamento e o move, como aquilo que faz pensar” (GALLO, 2008, p. 115). Ou como belamente nos diz Rolnik em entrevista²⁷ acerca do pensamento de Deleuze, o que nos força a pensar é justamente:

[...] o mal-estar que nos invade quando forças do ambiente em que vivemos e que são a própria consistência de nossa subjetividade, formam novas combinações, promovendo diferenças de estado sensível em relação aos estados que conhecíamos e nos quais nos situávamos. Nestes momentos é como se estivéssemos fora de foco e reconquistar um foco, exige de nós o esforço de constituir uma nova figura. É aqui que entra o trabalho do pensamento: com ele fazemos a travessia destes estados sensíveis que embora reais são invisíveis e indizíveis, para o visível e o dizível. O pensamento, neste sentido, está a serviço da vida em sua potência criadora.

Por essa via, deixar-se perder e levar-se pelos labirintos da memória se colocou como exercício inevitável à criação de uma determinada sensibilidade, direcionada à produção de lembranças potentes. Desse modo, o esquecimento apresenta uma participação ativa, na medida em que as lembranças não eram por mim “selecionadas”, mas ao contrário, eram elas que me escolhiam. Portanto, não se trata de acaso a emergência de uma escrita introduzida na forma de fragmentos, trata-se do esforço de apresentar ao leitor os movimentos do pensamento, que ensaiam, através da rememoração do passado, a produção de sentidos outros para acontecimentos que carregavam distintas conotações e intensidades nos momentos em que foram vividos, uma vez que

[...] recordar algo vivido não basta, pois, o acontecimento, enquanto permanece encerrado na esfera do vivido, é finito, limitado. Só quando o vivido elucida, de algum modo, o que ocorreu antes e o que acontecerá depois, é que ele pode se tornar ilimitado, pois é nesta dimensão que o agir humano se faz presente nos destinos da história coletiva. (SOUZA, 2014, p. 191)

²⁷ Entrevista a Lira Neto e Silvio Gadelha, publicada com este título in O Povo, Caderno Sábado: 06. Fortaleza, 18/11/95; com o título “A inteligência vem sempre depois” in Zero Hora, Caderno de Cultura. Porto Alegre, 09/12/95; p.8; e com o título “O filósofo inclassicável” in A Tarde, Caderno Cultural: 02-03. Salvador, 09/12/95.

Desse modo, meu corpo mnemônico de pesquisadora e trabalhadora social reconhece-se como “a ponta movente que nosso passado empurra a todo momento para nosso futuro” (BERGSON, 2011, p.373 *apud* FERRAZ, 2010,p.76), situando-se nas condições de possibilidade da sua existência enquanto busca outros possíveis, reinventando os sentidos acerca das experiências que vive através das composições com suas outras dimensões, assim como com o encontro com os outros corpos: o corpo-equipe, o corpo-morador, o corpo-comunidade, o corpo-empregada, o corpo-Estado, etc.

A narrativa que se tece aqui se coloca como memória de acontecimentos dispersos, e, tendo a vida como matéria, recusa a escrita explicativa para afirmar a potência de uma escrita descritiva, que através de uma relação artesanal e ensaística, segue evitando interpretações e possibilitando aproximações. Narrativas que se querem fazer por via das ressonâncias, dos contágios, tateando entre os descaminhos e os desacertos a invenção de outros possíveis, colhendo o extraordinário do cotidiano e extraíndo dos encontros as conversas. (FRANCO, 2013).

Busca de contágio de uma escrita que se coloque “não tanto enquanto veículo de uma paisagem definida, mas, na inversa, como um modo singular de a construir e a ir fazendo acontecer aos olhos dos leitores que seguramente queira tomar de surpresa” (Ó, 2013, p.03). Trata-se, portanto, da produção de uma escrita-pesquisa-criação, que não pretende re-apresentar cenas, fatos, pessoas ou atividades, mas criar caminhos que busquem outras bases, outras alianças, outros encontros: com pessoas, conceitos, lugares, situações. Inventar variedades e variações, outros possíveis. É preciso tomar a escrita como uma prática que traduz a dinâmica de uma articulação social, e que por isso, apesar de se constituir em um ato a princípio solitário, se configura ao mesmo tempo como aquilo que escapa “à pura subjetividade, na medida em que amiúde sucede que os leitores não retomam os textos nos mesmos termos do autor, antes o cruzando, atravessando e ultrapassando com o propósito de construir a sua própria visão da realidade. ” (FOUCAULT *apud* JORGE DO Ó, 2013, p.14)

Por isso, sigo as pistas de Franco (2013), e afirmo, sem cerimônias ou receio, que “essa escrita é constituída por muitos e assinada por um”. Risco assumido de bagunçar os referenciais e seguir o fluir de uma escrita por vezes conduzidas pelo eu que marca o singular, e em outras pelos nós, que evidencia a óbvia pluralidade. Confusão que se tece em meio ao não discernimento entre aquilo que me parece original nos pensamentos elaborados, ou que é

afirmado através das palavras de um outro, dos trechos que lhes tomo de assalto, e que, remixados, também constituem a matéria prima dessa pesquisa-escrita-criação. Neste sentido, o que mais importa não é nomear autores e demarcar territórios, e sim dar visibilidade a uma mistura que se faz no e pelos encontros, para assim poder, mesmo partindo de si, escapar dos perigos de uma redação vaidosa.

Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos. De um que apanhe esse grito que ele e o lance a outro; de um outro galo que apanhe o grito de um galo antes e o lance a outro; e de outros galos que com muitos outros galos se cruzem os fios de sol de seus gritos de galo, para que a manhã, desde uma teia tênue, se vá tecendo, entre todos os galos. (“Tecendo a manhã” - João Cabral de Melo Neto)

O trecho do poema de João Cabral de Melo Neto foi um dos meus roubos. O fiz quando já tinha perdido o pudor dos pequenos furtos, feitos na cumplicidade dos exercícios de anarquia. A princípio, quase que imobilizada pelo pudor acadêmico, me obrigava a leitura minuciosa e integral das infinitas obras disponíveis, as quais me prometiam as citações cerimoniosas, como me pareciam exigir as circunstâncias de um doutoramento. Foi quando meus aliados, mais habituados às pequenas transgressões, me ensinaram a ler por saltos e escrever por assaltos. Diferenciando a escrita-reativa, que remixa o que rouba de vários, do plágio que reproduz o um²⁸, o exercício que se segue se liberta então do esforço de um gênio autoral, experimentando o processo de uma montagem, como no cinema, ou da bricolagem das artes plásticas, porque nunca escrevemos sozinhos. Tática que se provou indispensável para seguir com mais liberdade e potência o rastro das infinitas pistas e referências bibliográficas encontradas no caminho. Por essa via, eu me dava conta de que pesquisar era criar.

É válido ressaltar, porém, que se trata da realização de uma pesquisa, e, portanto, não me furto nem do rigor metodológico que precisa ser assumido por tal compromisso, e muito menos do fato de que se direciona então para a formulação de um problema, agenciador de experiências do pensamento (GALLO, 2008). Reafirmo que as narrativas aqui produzidas, direcionadas para a estratégia de compartilhamento e coletivização da experiência, não pretendem conservar uma memória ou mesmo contar uma história da participação social, mas delimitar um campo problemático, e nesse sentido, funcionar como dispositivo de análise, em que as práticas

²⁸ Curta com Cristiane Costa e Leonardo Villa Forte. Abril de 2015. <https://www.youtube.com/watch?v=ULpGxzl6InU>. Acessado em setembro de 2015.

discursivas e não discursivas possam ser compreendidas sob a perspectiva biopolítica, para que então se proceda ao mapeamento de seus efeitos.

Por isso, seguindo a orientação de transpor a história e produzir processos de diferenciação, menos que construir respostas para os problemas encontrados, minha aposta metodológica se direciona para o compartilhamento dessa experiência singular, porém não privada, em que as narrativas das memórias de constituição do corpo-trabalhadora-social, ao serem somadas àquelas relacionadas à formação de um corpo-pesquisadora, funcionam então como “experimentos descritivos destinados a problematizar as evidências incontestadas do presente” (do Ó, 2013, p.01), colaborando para a delimitação da participação social como um campo problemático. “Trata-se mais de descrever a processualidade da produção de um discurso do que a verdade de algo, que é seu efeito” (Ó, 2014)²⁹, e por essa via “tomar o mundo dos indivíduos não como uma realidade, que alguma vez fosse passível de ser convenientemente descrita, mas enquanto problema cuja constituição histórica remetesse ao investigador para o palco incomensurável das lutas e das relações de forças.” (Ó, 2013, p.11)

Assim, em meio a afirmação da inseparabilidade do exercício ético e da transformação de si que atravessa o processo de constituição de um corpo-trabalhadora-social e do corpo-pesquisadora surge a necessidade primordial de situar a emergência da participação social como campo problemático, em um acontecimento³⁰ datado e referenciado, portador de singularidades, que só ganham sentido na ordem da experiência, a qual não pode ser resumida à sua representação – reconhecida pelas análises, sistematizações, totalizações – mas como aquilo que, dentre todas as coisas que acontecem ao nosso redor, ‘nos passa’, ‘nos toca’, ‘nos acontece’, e ao nos passar, nos forma e nos transforma. (LAROSSA, 2002).

Como nos lembra VEYNE (1982, p.154), “é preciso desviar os olhos dos objetos naturais para perceber uma certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um aspecto datado como ela.” Por isso, não pretendo produzir uma explicação universalizante acerca dos pressupostos da participação social, mas, inspirada pelos caminhos percorridos por Foucault, fazer operar o deslocamento, em que as sínteses totalizadoras cedam lugar a uma problematização aberta, uma

²⁹ Ibidem.

³⁰ Nos apoiamos aqui na ideia de experiência como acontecimento no sentido proposto por Foucault (2001, p.28): “É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada.”

vez que “o universal nada explica, é ele que deve ser explicado” (DELEUZE, 1990, p.158) e, portanto, “todos os discursos que se apresentam como totais são profundamente miméticos” (do Ó, 2014)³¹. Não tenho a pretensão de construir um projeto totalizante sobre a participação social, uma vez que essa só se efetiva e se concretiza na multiplicidade e complexidade das práticas concretas, no chão mesmo das tensões e reviravoltas, na luta de forças, nos modos, por vezes paradoxais, de como se organizam e/ou são organizadas pelos trabalhadores sociais e todos aqueles que por elas se interessam.

É preciso esclarecer ainda que, o intuito dessa narrativa não é apontar os traços de uma participação possível ou ideal; e, muito menos, questionar a legitimidade da intenção dos trabalhadores sociais que a operacionalizaram, ou a forma de inserção da população dita beneficiária, pois como nos aponta Jorge do Ó (2014)³², “as pessoas que estão presas – que somos todos nós – elas não precisam que se lhe diga o que é o cárcere, as pessoas sabem mais sobre o cárcere do que pensamos”. O que pretendo é “criar espaço de visibilidade para essa discursividade, para essa crítica que já está lá”, e, através do exercício de análise de implicação, problematizar o lugar que ocupei nesta equipe e nestas práticas, para assim, poder dizer tanto das práticas de assujeitamento que atravessam as políticas públicas, como das tentativas de produção de escapes e desvios operados por dentro da máquina do Estado.

A aposta é na produção do contágio que seja capaz de fazer chacoalhar junto àqueles que se reconhecem como trabalhadores sociais os sentidos naturalizados acerca de seus pressupostos, e por essa via, seguirmos nos questionando: que lugar nós trabalhadores sociais ocupamos nos agenciamentos das estratégias de ajustes, na produção de consensos, na produção de discursos que aniquilam qualquer forma de multiplicidade e expressão da alteridade?

Daí a necessidade da realização de um exercício de análise de implicação, em que a narrativa das minhas memórias de trabalhadora social ao serem colocadas em diálogo com a dimensão da pesquisa e com o grupo de orientação coletiva evocaram cenas, incômodos, acomodações, confusões, afetos, implicâncias, utopias que remetem a uma experiência singular de trabalho e produção de re(de)alidades. A escolha metodológica de sua publicização se confronta com o

³¹ Fala realizada pelo professor Jorge do Ó no curso “Os processos de ideação, montagem e execução de uma escrita acadêmica inventiva sob o impacto do pós-estruturalismo”, realizado nos dias 03 e 04 de setembro de 2014 para grupo de alunos e professores das pós-graduação em Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF).

³² Ibidem.

fato de que escrever a partir da experiência vivida, expondo os afetos que a atravessaram e a constituíram, exige assumir alguns riscos.

Por isso afirmamos aqui o ensaio de uma escrita parresíasta, que através do exercício do falar franco e da exposição de posicionamentos e convicções diz de uma adesão daquele que se coloca a seus enunciados, busca assim a coragem da verdade (FOUCAULT, 2011), em uma tentativa de retomar o ponto de articulação entre teoria e prática, entre os discursos e as ações, entre os saberes e as resistências, que tem no exercício ético a condição de sua possibilidade. Decisão perigosa porque ao assumir a liberdade da linguagem e a franqueza do falar somos convocados ao desapego das crenças e convenções inúteis, somos confrontados com o desafio de, como os cínicos³³, tornar a vida provocativamente nua, o que implica sempre a possibilidade da produção de reações violentas uma vez que através da publicização de suas convicções leva a relação com o outro no extremo da tensão, sempre permeando a ruptura.

E se chamo atenção para a dimensão ensaística dessa coragem de verdade, é justamente porque reconheço que, à maneira estoica, foi mantida aqui a constante atenção para o estabelecimento de uma correspondência harmoniosa e fiel entre as palavras registradas e as ações que constituem uma vida feita de convicções éticas. Ao decidir publicizar a análise das minhas implicações, e com ela meus limites, meus conformismos e mesmo meus fascismos, tenho o intuito de exercer uma prática da verdade que seja ao mesmo tempo prática de si, dando forma à própria existência, e assim, construir uma vida bela.

Contudo, embora aqui, ao modo cínico, eu reconheça que se trata da inspiração da própria “vida, e não o pensamento que é passada no fio da navalha da verdade”, não posso afirmar a mesma aproximação do exercício radical de uma coragem da verdade ao modo cínico, cujo princípio radical de nudez busca a constituição de uma vida que não se envergonha de si mesma, além da reivindicação de uma pobreza que trata não apenas do desapego das convenções inúteis,

³³ Ao discorrer sobre a coragem da verdade, Foucault realiza em não só um recorte histórico sobre as modulações do falar a verdade na Grécia antiga, como também traça uma linha comparativa entre as diversas modalidades de dizer a verdade, tanto dos gregos em relação aos cristãos, como dos estoicos em relação aos cínicos. A esse respeito ver: FOUCAULT, M. A Coragem da Verdade. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

mas de uma recusa agressiva que faz “explodir a verdade na vida como um escândalo!” (GROS, 2004, p.163-164).

Não acredito que a coragem da verdade aqui chegue a beirar o escândalo, mas se relaciona à abertura e à disponibilidade exigida ao ato de pesquisar que não se distingue aqui do ato de intervir. Talvez um escândalo acadêmico, para uma tradição acostumada à neutralidade. Afinal, de acordo com LOURAU (1993, p. 9) o “escândalo da análise institucional” consiste em propor o conceito de implicação. De modo que afirmar o lugar que ocupo ativamente no mundo, e falar a partir dele, colocando em análise os efeitos de poder que minhas práticas produzem pode parecer a alguns cientificamente escandaloso. Parar de colocar o outro em análise, e se colocar na berlinda.

Ao nos deslocarmos do plano do manifesto e apostarmos no plano do empírico como acesso ao acontecimento, recusamos toda a possibilidade de neutralidade, pois trata-se de “um dispositivo de intervenção na qual se afirma o ato político que toda investigação constitui. Isso porque na pesquisa-intervenção acentua-se todo o tempo o vínculo entre a gênese teórica e a gênese social dos conceitos” (RODRIGUES e SOUZA, 1987)

Neste sentido, seguirei algumas pistas metodológicas deixadas por Michel Foucault (2000; 2003a:338), uma vez que não se trata de pontuar ou localizar historicamente o surgimento das práticas da participação social, mas analisar “regimes de práticas” como “programações de conduta que têm, ao mesmo tempo, efeitos de prescrição em relação ao que se deve fazer (efeitos de “jurisdição”) e efeitos de codificação em relação ao que se deve saber (efeitos de “veridição”)", e por essa via possibilitar a problematização da intensificação de seus discursos e compreender como tem se dado essa passagem tão apressada da restrição ou até mesmo da interdição à participação social para sua convocação na forma de um imperativo: participe!

PRIMEIRA ENTRADA

: Modulações da participação social - de ideal político a campo problemático:

Estamos no ano de 2013. Rio de Janeiro. O mês é junho. Mobilizadas inicialmente pelo Movimento Passe Livre³⁴ e sua luta contra o aumento das passagens de ônibus, representada pelo slogan: “Não é só pelos 0,20 centavos”, multidões tomam as ruas das principais cidades do país. O povo na rua traz consigo a pluralidade de interesses e reivindicações. As bandeiras se proliferam, incluindo as partidárias. Não há líderes. Há revolta. Há violência. O Estado teme. A polícia reprime. Especialistas das mais variadas esferas são chamados a dar sua opinião na TV. Nas redes sociais e nas ruas todos viram especialistas. Novas categorias sociais são inventadas. Novos sujeitos sociais emergem. Todos querem fazer parte da história. Uma fábrica de discursos funciona na velocidade da rede.

Inicialmente, a confusão e as dúvidas acerca do que estava acontecendo impediram de me juntar ao povo na rua. Queria entender melhor aquilo por que se lutava, a forma como se produzia essa luta e aquilo que ela afirmava. Depois, o que me impedia de ir às ruas era o medo, produzido

³⁴O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, formado por pessoas comuns que se uniram para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade, e desde o final da década de 90, iniciou em Florianópolis movimentos de reivindicação e luta por um transporte público gratuito e de qualidade para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. O movimento foi oficialmente nomeado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre. Ver: <http://www.mpl.org.br/>

eficientemente pelos discursos dos especialistas, pela repressão policial, pelo barulho das bombas e o cheiro de gás que chegavam cotidianamente às minhas janelas. Assim, por entre a militância na rede virtual e as atividades da pós-graduação, no encontro com outros intercessores, e reencontro com a experiência de trabalhadora social, a participação social se constituiu em um campo problemático, onde a maquinaria de poder toma visibilidade e dizibilidade.

Uma das palavras de ordem da contemporaneidade é: participe! A convocação à participação intensifica-se e dissemina-se em meio às mais diversas atividades de nossa vida cotidiana. Participar é desejável. Participar é necessário. Participar tornou-se imperativo. Mas, assim como viver, participar não é preciso³⁵. Participar não é preciso porque, apesar de necessário, não é exato, uma vez que os sentidos da participação social não estão dados, mas são inventados pelo nosso desejo e atualizados cotidianamente por nossas práticas. Por isso, é urgente que se atente para o fato de que palavras de ordem quando proferidas “nos dizem aquilo que julgam que somos capazes ou devemos ou temos a obrigação de crer. Ou nem mesmo crer, mas fazer como se acreditássemos. Não nos pedem para crer, mas para nos comportar como se crêssemos” (DELEUZE, 1987, p. 11).

No contexto dessa crescente convocação à participação social, o ato de participar, cujos sentidos são coletivamente construídos, passa a ser singularizado por nossa atuação cotidiana, destacando-se enquanto condição e prescrição na busca das chamadas liberdades democráticas as quais, associadas ao acesso e ao exercício dos direitos básicos ou fundamentais, configuram o Estado Democrático de Direito: “onde as noções de público e comum aparecem naturalmente associadas às ações do Estado” (MONTEIRO, COIMBRA e MENDONÇA, 2006, p.10). Participar torna-se assim o que nos legitima enquanto cidadãos e nos inclui como parte do que se convencionou chamar sociedade civil. Categorias conceituais produzidas e moduladas pelas modernas tecnologias biopolíticas da governamentalidade neoliberal que conformam as

³⁵ Referência ao famoso verso do poeta Fernando Pessoa: Navegar é preciso, viver não é preciso, inspirado na frase de Pompeu, "Navigare necesse; vivere non est necesse" - latim, general romano, 106-48 aC., dita aos marinheiros, amedrontados, que se recusavam à viajar durante a guerra, cf. Plutarco, in Vida de Pompeu. Embora tanto Pompeu, como Fernando Pessoa, tenham utilizado o termo preciso como adjetivo de necessidade, que qualifica algo como indispensável, me baseio aqui na via de interpretação pessoal da frase, que deslocada do poema me possibilitou relacionar o termo preciso com a característica de ser exato.

sociedades de segurança (FOUCAULT, 2008; LAZZARATO, 2011). Neste contexto, o que vemos comumente acontecer é a supervalorização do Estado,

“[...] como recurso “supremo” na busca da proclamada igualdade social ao mesmo tempo que se denuncia o governo como maior violador de direitos. Esse é o paradoxo no qual há de se penetrar para conhecer os mecanismos adotados pelo Estado brasileiro nos diferentes governos, para produzir a violação de direitos e, ainda, ser aclamado como única instância viável para garantir os direitos que cotidianamente viola.” (SCHEINVAR, 2009, p.40)

Mas de que governo estamos falando, de que Estado e de quais sociedades? Instâncias que se constituem e que são atravessadas por quais práticas de poder? Questões indispensáveis quando se parte do pressuposto que tais instituições e práticas são produtos de construções históricas bastante específicas, e que por isso, são determinadas pelas materialidades que a constituem, tendo como um dos principais efeitos a produção das subjetividades cidadãs que nos tem conformado.

Partindo dessa perspectiva, é preciso que o próprio conceito de cidadania seja pensado como um modo de subjetivação, como uma maneira de produzir condições de vida coletiva, relações cotidianas, sensibilidades, vontades, que, porém, “não se situa no campo individual, seu campo é o de todos os processos de produção social e material [...] está em circulação nos conjuntos de diferentes tamanhos: [a produção de subjetividades] é essencialmente social, assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares” (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p.33, acréscimo nosso). Trata-se, portanto, da fabricação de subjetividades cidadãs engendradas no agenciamento de uma multiplicidade de elementos políticos, econômicos, sociais, midiáticos, ontológicos e subjetivos em relação, um conjunto de forças atravessadas por relações de poder, mas a que são atribuídos valores naturalizados e daí reproduzidos pelas práticas sociais, “a saber: identidade, privacidade, liberdade, autonomia para gerir e defender seus bens, igualdade e felicidade” (FONSECA, 1997. p.05).

Por essa via, no contexto das sociedades ditas modernas, emerge a figura do sujeito “cidadão” como um dos efeitos da produção do ideário liberal europeu. Cidadão convocado a participar, uma vez que parte integrante da sociedade civil. Forma-subjetividade produzida em meio aos princípios conformados pela tensão capitalística do binômio liberdade/igualdade. Igualdade jurídica, que nos torna todos irmãos porque iguais perante a lei de Deus e do Estado. Igualdade de oportunidades diante das ofertas do capital. Liberdade mercadológica, permissão para a circulação na cidade e para a venda da sua força de trabalho. Liberdade travestida de livre-

arbítrio, em que o sujeito humano, essencializado por sua racionalidade e consciência, pode escolher entre o certo e o errado, o bem e o mal, o legal e o ilegal. A solução para essa tensão se apresenta então como a renúncia dessas mesmas liberdades em favor da suposta segurança que conforma a produção do princípio de Estado.

Cidadãos produzidos, portanto, pela via da obediência, quando a ideia do consentimento se justifica tanto em favor da preservação de uma propriedade privada, engendrando a produção do princípio de mercado, como a favor da vontade coletiva, que sustenta o princípio de comunidade. Produção subjetiva produzida pela via de uma economia coletiva do desejo, capaz tanto de reafirmar modelizações quanto produzir modulações, em diferenciações singulares, uma vez efeito e instrumento das relações de poder em exercício.

Partindo desse pressuposto, se produz uma ideia geral de “cidadania”, marcada por um tom universalizante, que mesmo no contexto brasileiro, a despeito das idiosincrasias produzidas pelas marcas de sua construção colonial, escravocrata, ditatorial, etc.³⁶, permanece fiel aos decalques produzidos pelas “impressões digitais do Estado, suas bases capitalísticas, racionais, legais e morais utilizadas enquanto instrumentos poderosos na docilização dos corpos e no enfraquecimento do corpo social” (FONSECA, 1997, p.89). Deste modo, ao compreender a noção de cidadania pela via do campo da produção de subjetividade em sua relação com os mecanismos de poder, somos levados necessariamente a problematizar as variadas formas de participação social que lhes sustentam, uma vez que estas podem funcionar tanto no sentido de fortalecimento do corpo social, quando oportuniza agenciamentos coletivos de luta, como no sentido de enfraquecimento da coletividade, quando reafirmam práticas homogeneizadoras e individualizantes.

Por isso, é necessário que partamos da desconstrução da sinonímia produzida entre governo e Estado. Neste ponto, torna-se fundamental esclarecer que o governo a que aqui nos referimos se afasta de seu sentido reduzido, efeito da naturalização de suas instituições no contemporâneo, ou seja, daquele relacionado às estruturas políticas e à gestão dos Estados, para se aproximar

³⁶ Não pretendemos aqui nos demorarmos na análise da construção da noção de cidadania em sua especificidade brasileira haja vista a bela produção realizada com este fim por FONSECA (1997), cuja consulta pode ser feita através da indicação da obra nas referências bibliográficas dessa tese.

da ampla acepção que o termo continha no século XVI, o qual, como nos aponta Foucault (1995, p.244),

“[...] designava a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. Ele não recobria apenas as formas instituídas e legítimas de sujeição política e econômica; mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos. Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros.”

Governo que é expressão, portanto, do exercício de mecanismos de poder, que “são parte intrínseca de todas essas relações, [e] são circularmente o efeito e causa delas” (FOUCAULT, 2008, p.04). Governo que tem na liberdade sua condição fundamental, na medida em que apenas pode se exercer sobre sujeitos considerados “livres – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (FOUCAULT, 1995, p.244).

Sujeitos considerados livres, e desejantes, “o desejo faz aqui [...] sua aparição no interior das técnicas de poder e governo, [...] sendo o que marca ao mesmo tempo a população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la.” (FOUCAULT, 2008, p.95). Partimos aqui do desejo como o propõe Foucault, como motor de ação. Trata-se assim de adentrar no campo da produção dos interesses e das vontades, reconhecendo que todo desejo corresponde a um tipo de produção que se dá em meio às infinitas possibilidades colocadas em um arranjo político-social específico.

Estamos diante de sujeitos que, como nos aponta Foucault (2008a) tendo o desejo como motor de ação, vão agir, queira o Estado ou não. Nesse sentido, a necessidade premente já não se refere mais à imposição do não, que regulamenta as condutas, mas da produção de um sim que possa produzir nessas ações, que provêm das liberdades dos sujeitos desejantes, o tom da utilidade. Ou seja, “[...] o problema dos que governam não deve ser absolutamente o de saber como eles podem dizer não, até onde podem dizer não, com que legitimidade eles podem dizer não; o problema é o de saber como dizer sim, como dizer sim a esse desejo”, (FOUCAULT, 2008, p.96), que produz realidades e move mundos.

Diante da existência de sujeitos que desejam, trata-se, portanto, da urgência de reconhecer como esse desejo é socialmente produzido, e como são elaboradas as estratégias direcionadas ao apelo do consentimento, adesão e cooperação, ao mesmo tempo em que se evita eventuais

insurgências e revoltas. Trata-se do funcionamento hegemônico das sociedades de segurança, que operam pela via do que Foucault definiu como uma biopolítica, tendo como alvo de intervenção primordial não mais a exclusividade do corpo a ser disciplinado, mas a espécie humana, que se configura como população: “interseção entre uma multiplicidade de indivíduos que vivem, que trabalham e coexistem uns com os outros num conjunto de elementos materiais que agem sobre eles e sobre os quais eles agem de volta.” Trata-se, portanto da “irrupção da naturalidade da espécie dentro da artificialidade política de uma relação de poder.” (FOUCAULT, 2008, p.29)

Daí a importância capital da opinião pública, a qual passa a não só fazer sentido, como se torna cada vez mais indispensável, quando a “população considerada do ponto de vista de suas opiniões, das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos” (FOUCAULT, 2008, pp 98-99) e, mais contemporaneamente, porque não dizer, da indispensabilidade dos mecanismos de participação social postos em cena. Justamente porque trata-se da produção e da gestão desses desejos e ações, é que vai ser necessário, não apenas regulamentar, mas instituir mecanismos de segurança, tendo o “Estado essencialmente como função garantir a segurança desses fenômenos naturais que são os processos econômicos ou processos intrínsecos à população, é isso que vai ser objetivo fundamental da governamentalidade” (FOUCAULT, 2008, p. 474)

Nesse contexto, os próprios instrumentos de participação social passam, muitas vezes, a funcionar como dispositivos de segurança, na medida em que, quando se convoca a população à emissão de suas opiniões se gera todo um campo de observação fértil para a produção de saberes que dão visibilidade ao funcionamento dos campos de possibilidades de sua ação, favorecendo todos os cálculos econômicos e políticos que vão servir de base às intervenções governamentais. Cálculos estes que vão ser direcionados não só para a produtividade e a utilidade, mas ao mesmo tempo para a produção de todo um arsenal preventivo direcionado a se evitar indesejáveis desvios de conduta e possíveis insurgências.

Quadro que, no caso da participação social, mostra ser eficaz quando a sua convocação e a operacionalização de seus mais variados instrumentos produzem não só a corresponsabilidade pelas decisões políticas tomadas, como principalmente a sensação de fazer parte. Trata-se, por um lado, de “fazer crescer as forças do Estado e, de outro lado, certo aparelho ou certo número

de instrumentos que vão garantir que a desordem, as irregularidades, os ilegalismos, as delinquências sejam impedidas ou reprimidas” (FOUCAULT, 2008, p.475), contando para isso com a própria participação da sociedade civil.

Virtualidade onde se coloca necessariamente a questão da governamentalidade, com a qual se abordará o problema do Estado, e, por conseguinte o problema da população. Governamentalidade que se afirma como uma nova tecnologia geral de governo dos homens, e através da qual o Estado adquire a forma que conhecemos. Governamentalidade que faz nascer o Estado Moderno, e, por conseguinte, não apenas a noção, mas a própria realidade da população, alvo por excelência de sua intervenção. Trata-se, portanto, do estabelecimento de um

“[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer de forma bem específica, embora muito complexa, o poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança.” (FOUCAULT, 2008, p.143)

A questão, portanto, não é reafirmar o Estado como instância que paira acima da sociedade, ora como monstro-repressivo, ora como salvador-protetor, mas compreender como essa instância, que atualmente se coloca de maneira paradoxalmente indispensável, entra no campo da prática e do pensamento dos homens, como ele se torna um objeto de conhecimento e análise, ao mesmo tempo em que passa a ser supervalorizado como instância por excelência de proteção dos cidadãos. É crucial que se questione a partir de que momento “[...] o Estado começou a ser invocado, desejado, cobiçado temido, repellido, amado, odiado pelos homens”. Ou seja, “[...] como se pode efetivamente situar a emergência do Estado, como objeto político fundamental, no interior de uma história mais geral, que é a história da governamentalidade, [...] campo das práticas de poder” (FOUCAULT, 2008, p.330-331).

Ao enfatizar as práticas de governo que se reproduzem nas mais variadas instâncias sociais, objetiva-se deslocar essa importância mítica dada ao Estado, na medida em que

Não se pode falar do Estado-coisa como se fosse um ser que se desenvolve a partir de si mesmo e que se impõe por uma mecânica espontânea, como que automática aos indivíduos. O Estado é uma prática. O Estado não pode ser dissociado do conjunto de práticas que fizeram efetivamente que ele se tornasse uma maneira de governar, uma maneira de agir, uma maneira também de se relacionar com o governo. (FOUCAULT, 2008, p.369)

Neste sentido, o Estado não estaria então como uma instância protetora e/ou ameaçadora que paira acima da sociedade civil, e que a regulamenta. O Estado é reconhecido também como efeito desse conjunto de práticas de governo que se constitui a partir do que Foucault (2008) nomeou como “uma sociedade governamentalizada”, e vice-versa. Sociedade que em sua “naturalidade” emerge ao mesmo tempo em que o Estado, também como um domínio de saber, mas, além disso, como alvo de sua intervenção.

[...] É isso que vai surgir como vis-à-vis do Estado que se chamará de sociedade civil. O que é a sociedade civil, senão precisamente esse algo que não se pode pensar como sendo simplesmente o produto e o resultado do Estado? Mas tampouco é algo como que a existência natural do homem. A sociedade civil é o que o pensamento governamental, as novas formas de governamentalidade nascidas no século XVIII fazem surgir como correlativo necessário do Estado. (FOUCAULT, 2008, p.470)

Sociedade que, apesar de emergir no contexto do espaço público da sociedade moderna e, portanto, se constituir nas mesmas tramas da governamentalidade que produzem o Estado, ocupa, contudo, o lugar de referência fundamental para “a expressão das relações de poder fora da alçada do poder governamental, razão pela qual atualmente a relação entre governo e aqueles que não representam o poder político instituído é localizada no conceito de sociedade civil.” (SCHEINVAR, 2009, p.42). Categoria que, portanto, se produz em meio às clássicas clivagens instituídas pela governamentalidade liberal: liberdade x igualdade, público x privado, individual x coletivo; não só as reafirmando, mas, sobretudo, reforçando a clivagem entre o que é político e o que é social.

Sociedade civil, que ancorada em uma suposta transcendência e autonomia política, se configura como espaço potente de democratização e de mobilização. Visão gramsciniana que inspira, inclusive em solo brasileiro, as propostas políticas que constituem a chamada constituição cidadã, a Constituição Federal de 1988, se configurando como o espaço ideal para o “consenso ativo dos governados”. Por essa perspectiva, “será a sociedade civil, *sentada ao lado do governo*, que fará intervenções que garantam direitos ou, pelo menos, denunciem sua violação” (SCHEINVAR, 2009, p.47, grifos nossos), tornando-se desse modo parceira do Estado, apesar do lugar “a-político” em que é colocada.

Tornada parceira fundamental da chamada “gestão pública”, a sociedade civil é reconhecida na visão gramsciana “como território de múltiplos agenciamentos produtores de virtualidades que potencializam novos espaços visando à transformação do poder político” (SCHEINVAR, 2009,

p.47), e por outro lado, essa mesma sociedade continua sendo o polo senão oposto, na maior parte das vezes lateral ao governo. Reafirma-se assim a dissociação entre o que seria considerado da ordem da política por excelência, no terreno do Estado, e o que seria considerado o social, o qual, apartado do que se considerada político, é convocado permanentemente à “participação”, permanecendo alvo de intervenção, regulamentação e gestão.

Ora, do mesmo modo que se idealiza o Estado em suas abstrações, “investe-se em uma idealização da sociedade civil desarticulada do contexto político que a produz” (SCHEINVAR, 2009, p.47). Daí não surpreender o fato de que, “paradoxalmente, no momento em que a política neoliberal se consolida – o que significa que a privatização domina, e com ela, a individualização – luta-se pela defesa de leis que depositam na participação democrática da sociedade civil a garantia de seu cumprimento”. (SCHEINVAR, 2009, p.53). É quando as políticas sociais deixam de ser obrigação de Estado e passam, gradual e sutilmente, a serem compartilhadas ou mesmo delegadas ao que se passa a chamar de “sociedade civil organizada”.

Ganha espaço assim a ética da responsabilidade social, que captura resistências e rebeldias para consolidar a produção de subjetividades cidadãs, marcadas por uma espécie de conservadorismo moderado e atualizadas cotidianamente por práticas sociais produzidas e produtoras de um desejo de docilização, tendo como efeito a instituição de uma sinonímia do cidadão que se disponibiliza para a participação com o sujeito “normalizado, crente, responsável e pleno de si, o conservador moderado”. (PASSETTI, 2007)

Política versus social. Clivagem construída historicamente por meios dos processos que marcam as tentativas sempre presentes de solução da clássica tensão capitalística, expressa pelo binômio liberdade X igualdade, refletida e naturalizada pela clivagem indivíduo X sociedade. Por essa via, a suposta cisão entre governo e sociedade civil se concretiza cotidianamente por um projeto neoliberal, que coloca a luta pelas chamadas liberdades democráticas como responsabilidade de uma sociedade civil que se quer organizada, convocada permanentemente à participação social, preferencialmente pela via representativa, institucionalizada, ordenada e pacífica, direcionada para a elaboração do consenso ativo dos governados. Nesse cenário, a questão que se coloca é: como então afirmar a participação da sociedade civil nas políticas públicas e programas sociais, se a construção da cidadania nas instâncias propostas se dá de

forma autoritária e a participação social é tida como ora como um bônus, um benefício e ora como uma responsabilidade, uma obrigação e até mesmo uma ameaça?

Diante da lógica governamental descrita acima, é imprescindível que se localize e se reconheça os vários modos de participação social produzidos historicamente em meio aos movimentos sociais, e também fora deles, que se organizam no cenário nacional a partir do final da década de 1950. Formas de participação moduladas na relação com o avanço dos projetos neoliberais levados a cabo pela expansão do Capitalismo Mundial Integrado (GUATTARI e ROLNIK, 2005), pelas políticas de governo, e atualizadas cotidianamente pelos trabalhadores sociais que as fazem operar. Operações que se direcionam tanto para a confirmação de um modo de participar que se coloca hegemônico, reconhecido pela concretização dos mecanismos da democracia representativa e seus espaços de legitimação dos poderes instituídos; quanto nas resistências que produzem “outras formas de se fazer política, de se pensar o poder do Estado, a revolução, a militância, a sociedade, os homens”. (COIMBRA e NASCIMENTO, 2009, p.40)

Não pretendemos aqui realizar uma análise dos movimentos sociais que emergiram no cenário brasileiro desde o período pré-ditatorial, haja vista a ampla literatura disponível com este fim³⁷, mas introduzir, por meio de um breve recorte histórico³⁸, o campo problemático que aqui se delinea, dando visibilidade aos múltiplos sentidos produzidos historicamente para o que temos chamado de participação social. E, ao problematizar as concepções de poder que os atravessam, evidenciar tanto a potencialidade dessa produção discursiva na invenção de diferentes formas de participar, quanto os mecanismos de captura e cooptação da maquinaria capitalística que deslocam a demanda por participação social utilizando-a a favor dos dispositivos de segurança e controle ativados pelos mecanismos de poder da biopolítica.

Coimbra e Nascimento (2009) nos apontam que, historicamente, tanto os movimentos sociais que caracterizam a década de 1960 quanto aqueles que se organizam nas décadas de 1970/80, salvaguardados seus diferentes objetivos e atuações, encontram em comum o fato de serem, em termos gerais, caracterizados pela transcendência e pelos binarismos que os pautam.

³⁷ Ver em: Sader(1998); Coimbra e Nascimento(2009); Gonh (2012).

³⁸ Para tanto nos embasaremos no recorte histórico realizado por Coimbra e Nascimento (2009)

Transcendência porque deslocam o foco da luta da esfera micropolítica³⁹ e da experiência singular e cotidiana dos cidadãos comuns e trabalhadores sociais quando afirmam a necessidade da produção de uma Revolução⁴⁰, cuja condição é a aquisição de uma consciência política, supostamente ausente, acerca dos acontecimentos e das coisas do mundo, a qual deveria ser adquirida por meio de um exercício reflexivo junto aos intelectuais-especialistas. Binarismos, porque esse dito exercício de conscientização tem como efeito hegemônico a conformação de uma espécie de jogo que busca localizar os supostos detentores do poder, classificando-os entre os justos e os injustos, os dominadores e os dominados, como se o poder fosse propriedade e privilégio de poucos, ao invés de relação de forças que atravessa a todos.

Na década de 60, mais especificamente, reconhece-se a prevalência da marca de uma utopia que busca a Revolução, usando como balizas de atuação os princípios do socialismo e comunismo; e nas décadas de 70 e 80, tendo em face a necessidade do enfrentamento do período ditatorial, a busca das “liberdades democráticas”, por meio da defesa de um Estado Democrático de Direito, “já que esta via aparecia como única possibilidade de enfrentamento dos poderes estabelecidos naquele momento” (MONTEIRO, COIMBRA e MENDONÇA, 2006, p.10), diante da sutileza dos novos modos de dominação engendrados na invisibilidade da ditadura de mercado.

O final dos anos 50 e início da década de 60, período conhecido como a época da “modernização brasileira”, caracteriza-se economicamente pela expansão da industrialização e urbanização – cenário favorável para a expansão da classe média urbana – e, politicamente, pelas estratégias populistas-desenvolvimentistas e suas propostas reformistas, atravessadas por movimentos sociais balizados pela ideia da conscientização popular. Ou seja, há um amplo investimento dos setores sociais, apoiados pelo poder público, direcionados para a promoção de “espaços educativos de capacitação dos cidadãos” para a participação na vida pública, espaços onde “o

³⁹ Micropolítica no sentido cunhado por Guattari, como uma “análise das formações do desejo no campo social – diz respeito ao modo como o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de ‘molar’) se cruza com aquele que chamei de ‘molecular’, [onde], a democracia talvez se expresse em nível das grandes organizações políticas e sociais; mas ela só se consolida, só ganha consistência, se existir no nível das subjetividades dos indivíduos e dos grupos, em todos esses níveis moleculares, novas atitudes, novas sensibilidades, novas práxis, que impeçam a volta de velhas estruturas.” (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p.149-157)

⁴⁰ Utilizamos aqui o vocábulo Revolução, com R maiúsculo, com intenção de diferenciar essa concepção abstrata, transcendental e idealizada, das práticas revolucionárias que funcionam micropoliticamente em lutas cotidianas.

intelectual dizia a verdade àqueles que ainda não a viam e em nome daqueles que não podiam dizê-la: consciência e eloquência”. (FOUCAULT, 2001, p.70-71)

A cultura da participação social direciona-se então para a afirmação da necessidade de qualificação de seus atores, e amparada na conformação de uma pedagogia marxista, acaba por reafirmar as dicotomias e binarismos: burguesia X proletariado; oprimido X opressor, consciente X alienado, etc. Dicotomias que têm como efeito a reafirmação da cisão produzida entre a esfera pública, que confundida com a esfera estatal, passa ser a considerada espaço por excelência da ação política, restrita à democracia representativa; e a esfera privada, espaço das práticas sociais concretizadas no cotidiano dos homens comuns que constituem a sociedade civil, mas que não são reconhecidas como lócus da ação política.

Cisão que, por conseguinte, produz uma diferenciação entre aqueles que teriam competência para participar da vida política – geralmente os intelectuais e/ou líderes políticos e sindicais – representando e falando em nome dos homens comuns das classes populares. A partir dessa perspectiva, os cidadãos, compreendidos como não iniciados nos “debates ideológicos” dos círculos acadêmico-científicos e sindicais, precisariam aprender a “tomar parte” nas problemáticas sociais, sendo “devidamente conscientizados”, tanto no que se refere aos conteúdos ideológicos em voga, quanto acerca da importância de exercerem a sua cidadania através da obtenção de direitos, os quais, no entanto, nunca tiveram sua definição problematizada em uma perspectiva histórica.

Ou seja, os chamados alienados, aqueles que não têm consciência política, não praticam qualquer forma de política. Não se percebe nesse momento que uma determinada forma de política está sendo implementada por essas práticas consideradas alienadas. Produz-se com isso a imagem de um militante ideal, aquele que, liberto de quaisquer impurezas e vícios capitalistas, sairá da alienação e estará pronto para fazer a Revolução. (COIMBRA e NASCIMENTO, 2009, p.43)

Esses ideais revolucionários afirmam a transcendência do poder, quando pensam este como algo detido pelos donos do capital e concentrado nos aparelhos de Estado, uma vez que o poder é concebido “em termos de constituição, de soberania, etc., portanto, em termos jurídicos; e pelo marxismo, em termos de aparelho de Estado. Ninguém se preocupava com a forma como ele exercia concretamente e em detalhe, com suas especificidades, suas técnicas e suas táticas” (FOUCAULT, 2001, p.06). Neste contexto, a ideia de “tomar parte”, atrelada à participação social, relaciona-se com a necessidade de tomar de assalto esses lugares, através de sua

ocupação e reprodução de sua lógica, e não necessariamente “tomar parte” em debates coletivos que possibilitem a construção de um outro projeto democrático.

Contudo, justamente porque o poder não é algo que se possui, mas é uma prática social, e como tal, constituída historicamente pelos sujeitos em suas relações; porque é algo que se exercita em suas possibilidades de re-existência (FOUCAULT, 2001), vemos acontecer, simultaneamente, a partir dos anos 70, a fragilização do pacto populista e a expansão do projeto capitalista potencializada pelo golpe militar de 64.

[...] o pacto populista entra em processo de corrosão tornando-se indesejável para as relações do Brasil com o capital estrangeiro até o ponto de — sob o domínio das forças armadas — acabar por prevalecer a economia política e subjetiva tecida pelos interesses “expansionistas” dos grupos dominantes brasileiros e do capitalismo internacional. Estas forças — armadas — vão encontrar na família, em Deus, na propriedade, na militarização do cotidiano, nas prisões, na prática da tortura e no extermínio, os meios necessários para a sua efetuação (FONSECA, 1997, p.89).

A intensa repressão e a tentativa de criminalização de toda forma de resistência não foram, no entanto, capazes de fazer cessar a demanda por participação social, mas, ao contrário disto, atuaram como força mobilizadora de vários setores da sociedade. Como nos aponta Fonseca (1997, p73)

[...]será em pleno período da ditadura militar que surgem no Brasil novas expressões coletivas que não vão se enquadrar no projeto militarista de modelização do corpo social. Práticas que foram gestadas na periferia das grandes cidades, nos bairros, nos locais de trabalho e que vão conseguir inventar — ainda que em meio a tantas adversidades — outras relações político-sociais e, conseqüentemente, vão produzir uma nova correlação de forças na formulação da noção de cidadania.

Justamente porque onde há poder há resistência que se abre o espaço para o debate de vários temas e lutas: melhores condições de vida, trabalho, salário, moradia, alimentação, transporte, educação e saúde, quando através do questionamento dos modos de vida burgueses, passa-se a afirmar outros valores e padrões de comportamento. Promove-se a emergência e pulverização de novos atores sociais, com destaque para as mulheres, “que politizam o cotidiano dos lugares de trabalho e moradia, que inventam outras formas de fazer política”. (COIMBRA e NASCIMENTO, 2009, p.46).

A emergência desses novos sujeitos políticos que marcam a década de 70 colabora para a problematização da cisão entre as esferas da dimensão política e da dimensão social. Ao apontar

a possibilidade de transversalização das lutas, esses novos movimentos engendram outras formas de participação social, abrindo espaço para a problematização do ideal da democracia representativa como via única de participação; do Estado como lugar exclusivo de poder; e da incapacidade de atuação política das massas ditas alienadas. As massas emergem como “expressões de resistência, autonomia, criatividade, singularidade que irão forjando algumas práticas instituintes e através de suas experiências concretas podem ser percebidas como pequenas revoluções moleculares⁴¹”. (COIMBRA e NASCIMENTO, 2009, p.47)

Por essa via, vimos eclodir nos anos 80 os movimentos sociais ligados ao processo de redemocratização do país, com a emergência dos conflitos que dinamizaram o debate coletivo em torno da luta pela participação social, incluindo os movimentos de luta pela autonomia. Desde o movimento dos trabalhadores que buscavam uma maior participação nas tomadas de decisão acerca da organização dos processos de trabalho, até aos movimentos propositivos de várias políticas públicas, como a reforma sanitária e as políticas de urbanização, a participação social se colocava como um princípio fundamental. Desse modo, a noção de cidadania foi adquirindo o sentido da luta pela conquista de direitos, a serem garantidos para todos, sentido que passa a ser (re)assimilado nos espaços institucionais, refletindo-se na definição do texto constitucional de 1988 e tendo visibilidade cada vez mais evidente através dos discursos veiculados pelos meios de comunicação e nos palanques eleitorais.

Mas como Foucault (2003a) nos alerta, nem toda luta é uma luta de resistência ao poder, uma vez que muitas delas, indiscutivelmente relevantes para o avanço democrático, servem sobretudo à legitimação da ordem vigente. Esse é o caso quando o movimento de reivindicação se baseia em luta por inclusão sem, no entanto, questionar onde e em que modos de vida queremos ser incluídos.

Temos, assim, para grande parte dos movimentos sociais no Brasil uma configuração em que persiste a lógica binária dos lugares e detentores do poder, como se com o fortalecimento do capitalismo financeiro este não se exercesse em qualquer lugar, em todos os lugares, cada vez mais de forma imanente, tendo no capital a expressão de força auto produtiva dispersa por todo o tecido social. (COIMBRA e NASCIMENTO, 2009, p.50)

⁴¹ Expressão cunhada por Guattari e Rolnik (2005)

A intensificação da lógica da governamentalidade neoliberal e sua retórica de valorização das liberdades, traduzidas pelos interesses privados, conjuntamente com a ampliação do uso de suas tecnologias biopolíticas, ocasionam uma mudança significativa na natureza e nas modalidades dos conflitos (FOUCAULT,2008; LAZZARATO, 2 011), influenciando as demandas da população e as formas de participação social colocadas em andamento, tendo como um dos principais efeitos a institucionalização dos mecanismos de participação, via organização de espaços consultivos direcionados para a chamada “sociedade civil organizada”. Espaços estes que, a partir dos anos 90, ganharam um lugar de destaque nos processos de formulação de políticas públicas locais, e desde então, têm sido identificados como instâncias de “participação social” por excelência na literatura especializada.

Fomentar a participação dos diferentes atores sociais em sentido abrangente e criar uma rede que informe, elabore, implemente e avalie as decisões políticas tornou-se o paradigma de inúmeros projetos de desenvolvimento local (auto) qualificados de inovadores e de políticas públicas locais (auto) consideradas progressistas. (MILANI, 2008, p.554)

Esse é o tom adquirido pelos processos de participação social que tomaram corpo nas primeiras décadas do segundo milênio, quando durante os governos Lula e Dilma, as políticas sociais ganharam uma maior visibilidade, e a participação social foi instituída como política pública.

: A participação social nos governos Lula e Dilma e as jornadas de 2013 – e modulações entre a solidariedade e o vandalismo :

“A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos”. David Harvey

A década de 2000, inaugurada pela era Lula, foi marcada pela tensão entre a esperança de transformação das políticas econômicas e sociais, ocasionada com a primeira eleição do presidente em 2003, e a predominância da decepção geral diante da constatação gradual e crescente de uma tendência de continuidade da lógica neoliberal predominante nos governos antecedentes. “A esperança venceu o medo”. A célebre frase comemorativa afirmada na ocasião da vitória da primeira eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é emblemática do clima

de grandes expectativas de transformação das políticas sociais que então se colocava no país no início da citada década. Esperanças que se direcionavam principalmente para o desejado enfrentamento do projeto conservador dominante na história do país e a clara tendência política e econômica neoliberal colocada em andamento nos governos antecedentes.

Neste contexto, destacavam-se demandas que iam desde a garantia do amplo financiamento público para as políticas sociais, que suplantassem a lógica da restrição orçamentária, até o comprometimento do governo com um sistema efetivo de atenção e proteção das necessidades sociais, que junto ao investimento em pautas progressistas, contemplasse principalmente mudanças na estrutura e implementação das políticas de saúde, educação, cultura, etc., promovendo o diálogo próximo e participativo com a sociedade civil. (FAGANI, 2011)

Contudo, já ao fim do primeiro mandato do presidente Lula, era então o medo, e a decepção, que pareciam vencer as esperanças. Decepção significativamente intensificada no decorrer de seus dois mandatos, quando salvo as pontuais concretizações de parte destas expectativas, toma espaço o apelo do governo às amplas e, muitas vezes inaceitáveis, alianças parlamentares e suas contrapartidas em nome da governabilidade. Oliveira (2007), referindo-se à vitória da eleição para o segundo mandato ironiza os resultados considerados extraordinários ao enfatizar “ a salada das coligações e coalizões, [em que] siglas de suposta orientação ideológica oposta se uniram indiscriminadamente, com toda espécie de agrupamentos, incluindo os salteadores. Traições abertas às próprias hostes foram a regra”. Era quando “os partidos representam pouco, e a política está centrada sobretudo nas personalidades. ” (OLIVEIRA, 2007).

Em um cenário de retrospectiva e elaboração de balanços, a publicação de análises e posicionamentos dos mais variados setores sociais e acadêmicos⁴², salvas as devidas diferenças ético-políticas e teórico-conceituais – ora mais otimistas, ora mais sobreimplicadas, ora mais radicalmente críticas – traduz em termos gerais a constatação de um consenso: a realidade que se materializava, embora deixasse margens para algumas concessões e reconhecimento de alguma diferença no tom da gestão pública em prol da priorização das políticas sociais, em contraponto, dava visibilidade à percepção geral da compatibilidade entre a manutenção da

⁴²A esse respeito consultar as referências bibliográficas que constam no final dessa tese: (FAGANI, 2011; POGREBINSCHI, 2011; SINGER, 2009; FREITAS, 2007; MARQUES E MENDES, 2007; OLIVEIRA, 2007; PINHEIRO, 2005).

ortodoxia da política econômica, marcada claramente pela continuidade da lógica neoliberal e seu favorecimento ao capital financeiro nacional e internacional.

A política social, por sua vez, caracterizada em termos gerais pelos programas de transferência de renda destinados ao combate da fome, era avaliada criticamente por uma grande parte dos setores sociais como políticas de reconhecido impacto social, mas claramente limitada no que se referem às necessárias mudanças estruturais, e por isso, considerada em termos gerais compensatória. E como opinava Oliveira (2007)

Ao elevar-se à condição de condottiere e de mito, como as recentes eleições parecem comprovar, Lula despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade. Ele as transforma em problemas de administração, derrota o suposto representante das burguesias – o PSDB, o que é inteiramente falso – e funcionaliza a pobreza. A pobreza, assim, poderia ser trabalhada no capitalismo contemporâneo como uma questão administrativa.

A evidente prioridade das políticas destinadas à parcela mais pauperizada da população, percebidas como o núcleo duro da política social, servia internamente à mobilização da sociedade civil e reforçava a imagem de um presidente identificado, por sua biografia e trajetória política, com aqueles considerados socialmente excluídos, apontando para uma concepção singular de proteção social e um estilo próprio de fazer política. Neste sentido, Pinheiro (2005) chama atenção para uma maneira especial de governar, em que o presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), através da busca de consenso entre classes sociais opostas, buscava ao mesmo tempo contemporizar com as elites financeiras dominantes, e neutralizar as bases de apoio, sobretudo as lideranças de movimentos sociais. Ao que concorda Oliveira (2007), para quem “já no primeiro mandato, Lula havia sequestrado os movimentos sociais e a organização da sociedade civil”, apontando que “mesmo o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] vê-se manietado pela forte dependência que tem em relação ao governo, que financia o assentamento das famílias no programa da reforma agrária”.

Estratégia análoga à utilizada em governos anteriores, quando a mobilização social para a solidariedade passa a ser afirmada como exercício de cidadania. Trata-se então do convencimento da sociedade civil de sua responsabilidade pela eliminação da fome e da pobreza, tendo o Estado um papel de mediador, através de um discurso que apela para a colaboração e cooperação. Por essa via, a própria capacidade de sensibilização da sociedade civil, promovida pelo carisma e habilidade de articulação do presidente Lula entre os valores conservadores e aqueles considerados mais progressistas, é apontada como fundamental para

a criação de uma atmosfera inicial de ilusória neutralidade, indispensável à formação de um consenso em torno do projeto de um “Brasil: país de todos”, slogan de seu primeiro governo, que apesar de se destacar no cenário internacional como exemplo de solidariedade, parece ignorar ou, ao menos adiar, o debate necessário em torno da questão da estrutura social.

Neste ponto, embora reconheçamos com Foucault (1995) que o poder não é estritamente da ordem do consentimento e do consenso, na medida em que se trata de relações complexas de forças, e não apenas da simples renúncia de uma liberdade ou de transferência de direito ou responsabilidade de todos para um e vice-versa, é preciso observar que o consentimento e consenso operam na maior parte das vezes como condição e instrumento para que essas relações de poder se efetuem, se modulem, e se intensifiquem. Por essa via,

[...]a solidariedade que entra em desuso com a acentuada competição do mercado e que torna uma utopia da esquerda, ganha sentido na configuração das novas políticas sociais [ao mesmo tempo em que] não contrariam a tendência neoliberal, onde o efêmero se confunde com a realidade e o pragmatismo reveste-se de solidariedade, tornando-se um modelo universal de militância. (PINHEIRO, 2005, p.08, *acréscimos nossos*)

Desse modo, parece ganhar espaço a ênfase ao apelo da solidariedade de uma sociedade civil forte e uma militância de base convencida a participar. Estratégia que canaliza os esforços gerais para a colaboração, neutralizando a função reivindicativa e combativa que tradicionalmente marca a atuação das militâncias consideradas de esquerda, e que, por isso, acaba servindo de contorno às problemáticas constituídas em torno dos efeitos de um Estado Mínimo e não ao seu enfrentamento. Por isso, a análise de Oliveira (2007), realizada no período entre mandatos, apontava que nas condições em que se dava, a vitória eleitoral do presidente Lula no segundo turno produzia o tom de uma neutralização das esquerdas no Brasil, sendo toda crítica imediatamente identificada como sendo de “direita”, ao mesmo tempo porém que a mídia, sobretudo os grandes jornais, seguiam atacando o governo com ferocidade, contribuindo para a confusão entre as críticas da esquerda com a crítica da própria imprensa.

Justificados pelo consenso em torno do caráter emergencial do combate à fome e à miséria, e da necessária solidariedade que este coloca, os movimentos de esquerda e a grande maioria da população, haja vista o índice de aprovação de 83% de seu governo, acabam então por legitimar as políticas sociais compensatórias, distanciando-se da luta pela implementação de políticas efetivas, quando as esquerdas, mesmo sendo críticas ao seu próprio governo, não conseguem

defender interesses genuínos e muito menos formular um projeto social.(PINHEIRO, 2005; SINGER, 2009)

Em meados de 2010, no dia 26 de agosto, passados sete anos de sua primeira eleição, o presidente Lula afirmava ao jornal Folha de São Paulo: “a participação social deixou de ser um adereço da democracia para ser um método de gestão do governo brasileiro!”. O presidente se referia então à instituição de um Sistema de Democracia Participativa por meio de conselhos nacionais de políticas públicas, conferências nacionais temáticas, ouvidorias públicas, mesas de diálogo, fóruns e audiências públicas, etc., tendo na Secretaria-Geral da Presidência da República a instância institucional incumbida da coordenação do diálogo permanente e qualificado com a sociedade civil, atuando na “constituição de espaços e instrumentos participativos, bem como a formação de conceitos, noções e procedimentos que passaram a orientar os órgãos de governo em sua interação com os movimentos sociais e entidades da sociedade civil”. (BRASIL, 2011, p. 16).

Segundo o discurso que consta nos documentos oficiais, a criação desse sistema visava instituir mecanismos para mediar conflitos, criar uma cultura da participação e uma cidadania “organizada” e ativa. Instrumentos que, segundo o governo, seriam indispensáveis para o aperfeiçoamento das políticas públicas e o aprofundamento da democracia. Discurso confirmado por alguns autores (MARTINS, 2009; POGREBINSCHI, 2011) que reconhecem a inovação do governo Lula em comparação aos governos anteriores, diante da criação de canais institucionais de participação da sociedade civil, mobilizando esforços dos mais variados setores, como: entidades empresariais, centrais sindicais, ONGs, fundações, igrejas, universidades, entidades acadêmicas, intelectuais e estudantes, em busca de parcerias para a solução dos problemas brasileiros.

Segundo Pogrebinschi (2011), por exemplo, o governo Lula destacava-se por fazer da participação social uma política pública, colocando-a com uma finalidade programática que, a partir de 2003, se concretizou das mais variadas formas. Para a autora, nos dois mandatos do governo Lula, a participação social foi um fim em si mesmo, indo além de um mero instrumento de desenvolvimento estatal pelas práticas de promoção da igualdade e inclusão social, quando ganharam destaque as conferências e os conselhos nacionais, novas institucionalidades que visavam romper com a cultura clientelista e assim transformar o padrão da relação entre Estado e sociedade civil no país.

Contudo, diante da constatação do tom conciliativo do governo, em que o diálogo social servia prioritariamente ao alinhamento dos interesses de empresários e trabalhadores, sendo meta constantemente anunciada, merecem destaque algumas pontuações como as de Singer (2009, p.96, grifos do autor), para quem o "*lulismo*, ao executar o programa de *combate à desigualdade dentro da ordem*, confeccionou nova via ideológica, com a união de bandeiras que não pareciam combinar". E também para Martins (2009) que apesar de considerar positivamente as inovações apontadas, afirma que os espaços de participação criados eram geralmente restritos e subordinados ao Poder Executivo, e funcionavam no limite dos interesses da classe empresarial.

Em termos gerais, prevalecia a percepção de que os processos de participação social colocados em andamento serviam basicamente para legitimar os arranjos institucionais da organização dos poderes instituídos, sem que apresentassem qualquer tipo de ameaça às relações de forças estabelecidas. Ou seja, tratava-se sobretudo da elaboração e implementação de mecanismos para assimilar as organizações e movimentos convocados a participar na órbita de influência do bloco no poder, assegurando dessa forma a governabilidade, ao mesmo tempo em que produzia a percepção dos trabalhadores de terem também seus interesses representados. (MARTINS, 2009; SINGER, 2009)

Seguindo as premissas políticas, econômicas e sociais do presidente Lula, Dilma Rousseff, primeira presidenta mulher eleita no país, em 31 de outubro de 2010 inaugura a segunda década do novo milênio. Iniciando seu mandato sob a expectativa geral de que seu governo seria marcado pela "sombra de Lula", a presidenta foi aos poucos imprimindo as marcas de um estilo singular de governar, marcado sobretudo pelo tecnicismo e pela institucionalidade em lugar do estilo carismático e pessoal de seu antecessor e aliado. Mas mantendo, no entanto, índices de aprovação superiores aos seus antecessores, no mesmo período de governo.⁴³

A presidenta eleita seguia sustentando as bases de um governo neodesenvolvimentista iniciado pelo presidente Lula, traduzido pela trílice marca de um Estado investidor, financiador e social, cujas ações se direcionavam para o investimento em um conjunto de grande obras de infraestrutura, constituídas principalmente pela continuidade do PAC (Programa de Aceleração

⁴³ <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm>

de Crescimento), que relançado em sua segunda versão em 2009, visava a manutenção do crescimento econômico do país; o financiamento e fortalecimento dos grupos privados de capital; e a manutenção de uma política de apaziguamento da miséria e da desigualdade social. Como atesta o slogan do primeiro mandato da presidenta: “País rico é país sem pobreza”, materializado pelo Plano Brasil sem Miséria.⁴⁴

Considerada “a mãe do PAC” pelo presidente Lula⁴⁵ quando ainda Ministra-Chefe da Casa Civil de seu governo, Dilma Rousseff seguiu em sua gestão investindo nas políticas sociais, principalmente aquelas direcionadas à habitação, com a implementação do programa Minha Casa Minha Vida, lançado em março de 2009 pelo governo anterior, e que visava permitir o acesso à casa própria para famílias de baixa renda, além de gerar emprego e renda, mesmo que temporários, por meio do incremento da cadeia produtiva do setor da construção civil, dando início um *boom* imobiliário de enorme proporções nas grandes cidades.⁴⁶

Contudo, apesar da continuidade dos investimentos nos programas sociais, fato que angariava uma aprovação minimamente consensuada entre os governistas e grande parte da população, se mantiveram e foram acirradas as críticas gerais dos movimentos sociais, com destaque para o movimento ambientalista. Seguindo o tom dos questionamentos anteriormente direcionados ao governo Lula, as críticas reafirmavam que o modelo neodesenvolvimentista mantido pela gestão da presidenta favorecia sobretudo ao capital financeiro, mantendo o padrão tributário de desenvolvimento industrial que agravam a crise ambiental, além do fomento de políticas consideradas compensatórias e não necessariamente emancipatórias, como as demandadas pelos movimentos sociais.

Para Maricato (2013, p.23-24), “o coração da agenda da reforma urbana/imobiliária, foi esquecido. Os movimentos sociais ligados à causa se acomodaram no espaço institucional onde

⁴⁴ Na reportagem de Daniella Jinkings, publicada pela Agência Brasil (03-06-2011), a então ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, afirma que o plano, que tem como objetivo a elevação da renda familiar per capita das famílias que vivem com até com R\$70,00 mensais, também se destina à ampliação do acesso aos serviços públicos às ações de cidadania e às oportunidades geradas por políticas e projetos públicos. O plano inclui tanto o desenvolvimento do Programa Bolsa Família quanto sua ampliação.

⁴⁵ <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-e-a-mae-do-pac-diz-lula-em-morro-do-rio,136437>

⁴⁶ Neste contexto, Maricato (2013, p.23) aponta que enquanto em 2009 o PIB brasileiro e da construção civil foram negativos, em 2010, o PIB nacional foi de 7,5% e o da construção civil, 11,7%. Em seis regiões metropolitanas, a taxa de desemprego, que atingia 12,8% em 2003, caiu para 5,8% em 2012, e na construção civil, no mesmo período, diminuiu de 9,8% para 2,7%. Além disso, constata o crescimento do investimento do capital privado no mercado residencial em 45 vezes, conjuntamente com subsídios governamentais em escala inédita no país, que cresceram de R\$ 784.727 milhões para R\$ 5,3 bilhões em 2011.

muitas lideranças foram alocadas”, além disso, observou-se a ampla intensificação do processo de gentrificação causado pela especulação imobiliária devido à “valorização” financeira das áreas urbanizadas pelos programas populares, em que “a disputa por terras entre o capital imobiliário e a força de trabalho na semiperiferia levou a fronteira da expansão urbana para ainda mais longe: os pobres foram expulsos para a periferia da periferia.”

De acordo com um balanço do primeiro ano do governo Dilma Rousseff, publicado pelo Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (CEPAT), no site do Instituto Humanitas Unisinos (IHU) em 2011, a relação estabelecida com os movimentos sociais era então marcada por um paradoxo: de um lado se aperfeiçoava a interlocução, através de uma maior abertura e transparência dos canais de diálogo, imprimida principalmente pela presença constante, habilidosa e conciliadora de Gilberto Carvalho⁴⁷, então Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, escolhido especialmente para mediar a interlocução com sociedade civil. A esse respeito, em entrevista publicada no Jornal Valor, no dia 22 de fevereiro de 2011, quando questionado acerca da expectativa da presidenta acerca de sua atuação, o ministro responde: “Ela teve uma conversa muito simples comigo. Disse: Gilbertinho, preciso de você porque eu quero que alguém me traga a realidade dos movimentos sociais, as demandas, as carências, as crises, alguém que me sensibilize para esse sofrimento do povo, alguém que diga a verdade. Não quero ser enganada nunca”.

Por outro lado, a afluência das reivindicações dos movimentos sociais não encontrava espaço, na medida em que a presidenta, “com o seu estilo gerencial menos político, e arraigada a sua concepção desenvolvimentista, nem sempre se sensibilizou pelas demandas apresentadas”. Presa à base aliada formada pelas mais variadas coalizões, feitas novamente em nome da governabilidade, as pautas progressistas propostas pelos movimentos sociais nas conferências e mesas de negociação, mesmo que acolhidas pelo Poder Executivo não encontravam passagem no conservadorismo do Congresso, de onde saíam via de regra derrotadas ou pioradas, sem que

⁴⁷ Gilberto Carvalho, que havia sido chefe de gabinete do presidente Lula, é conhecido por ser um dos nomes históricos do Partido dos Trabalhadores e ter uma intensa ligação com o movimento social, que em termos gerais o consideram um hábil interlocutor, que destaca-se por saber ouvir as demandas e conciliá-las. Além disso, o novo secretário-geral da Presidência iniciou sua militância na **Pastoral Operária**, organização da qual foi coordenador nacional, o que impacta na sua inserção junto aos movimentos de base da Igreja, de inspiração vinda da Teologia da Libertação. Tendo posteriormente transitado para a militância sindical e afirmando-se como uma importante liderança do Partido dos Trabalhadores, sendo secretário geral do partido por vários anos.

o governo tivesse força ou mesmo vontade política para se impor. Neste contexto, os pesquisadores do CEPAT, já no início do primeiro mandato apontavam, em termos gerais, a prevalência de uma “agenda esquecida”, em que se considerando os grandes temas,

[...] o balanço é mais de derrotas do que ganhos: perdeu-se na definição do salário mínimo, avançou-se na flexibilização do código florestal, a já histórica luta contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte não sensibilizou o governo, a reforma agrária ficou praticamente paralisada e a demarcação das terras indígenas, sobretudo tendo presente a dramática situação dos kaiowá-guaranis, pouco avançou. Há ainda outros temas que permanecem em disputa e em debate: os desdobramentos do Programa Nacional de Direitos Humanos 3, incluindo aí a Comissão da Verdade; kit anti-homofobia; [investimentos para a Copa do Mundo](#); PEC contra o trabalho escravo; novo marco regulatório para as ONGs – que enfrentam um forte movimento de desqualificação por parte de setores da direita –; e a reforma política. [Além disso], sob a perspectiva dos problemas estruturais, permanecem deficitários os investimentos na área da saúde e da educação, ou seja, a questão social permanece ainda como o maior desafio a ser enfrentado.

O cenário descrito no balanço do primeiro ano de mandato da presidenta se agrava então com a crise econômica que ganha espaço nos seus posteriores anos de governo. O dito “céu de brigadeiro” da economia internacional, caracterizado pelo acelerado ritmo de crescimento das atividades econômicas mundiais, pela elevação dos preços dos commodities, pela parceria com a economia da gigante China, permitiu o acúmulo de divisas pelo Brasil no governo Lula. Contudo, uma crise econômica global e a queda considerável no preço dos commodities, desenhou o cenário de uma desaceleração do crescimento mundial que tem impactos diretos na economia brasileira e conseqüentemente na gestão do governo Dilma.

Diante desse cenário, as chamadas práticas neodesenvolvimentistas são intensificadas pela presidenta em uma tentativa de preservação da economia interna, ocasionando o aumento do gasto público direcionado ao estímulo da atividade econômica interna e aumento do consumo familiar subsidiado pela política do crédito amplo, com o conseqüente endividamento das contas do país. Somando-se a isto, os investimentos astronômicos com a realização da Copa do Mundo. Foi neste panorama de gradual crescimento da inflação, déficit das contas públicas, decréscimo do crescimento econômico, desequilíbrio das balança de pagamentos, elevação da dívida pública e da incontornável mudança da agenda econômica do governo – priorizando o ajuste fiscal por meio do aumento de impostos, retirada de direitos, aumento da taxa de juros, restrição do crédito, desemprego, queda da renda real etc. – que eclodiram as manifestações de rua conhecidas como as jornadas de junho de 2013, quando os protestos populares colocaram

em questão as crenças políticas de uma geração que já se acostumava com a sensação da estabilidade econômica e aderira gradualmente ao tom conciliativo do discurso do governamental.

Jornadas porque tratou-se de um vasto conjunto de protestos, atos populares, movimentos e ocupações⁴⁸. Constituídos, a princípio, por uma pauta que se organizava de baixo para cima, os atos impulsionados inicialmente pelas manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus disparadas pela organização do Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo, em sua grande maioria, repudiavam as bandeiras partidárias, e tinham em comum o fato de terem sido promovidos através das redes sociais da internet. Muitas das pessoas que ocuparam as ruas em 2013, apesar de estarem habituadas a um certo ativismo virtual, não haviam, até então, experimentado ações diretas com fins de reformas através da política, haja vista que não se registravam protestos dessa magnitude no país desde 1992, quando os “caras pintadas” foram às ruas, mobilizados em sua maioria pela grande mídia, para pedir o impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello.

Inspirados pelo lema “Não é só pelos 20 centavos!”, os manifestantes respondiam em atos cada vez mais frequentes e numerosos às precoces críticas de uma mídia apressada e reducionista. Restritos inicialmente ao questionamento da necessidade financeira dos jovens de classe média que compunham a maioria daqueles que ocupavam as ruas, os debates gradualmente se ampliavam, dando visibilidade ao modo de funcionamento do sistema de transporte público no Brasil, e, portanto, a como o empresariado, em aliança com o Estado, operando na lógica mercadológica do lucro, faz uso de trabalhadores e população, e não necessariamente oferecesse as devidas condições de mobilidade urbana. Raciocínio rapidamente relacionado às

⁴⁸ Não é objetivo dessa tese a análise pormenorizada dos movimentos de junho de 2013, haja vista a ampla literatura disponível sobre a temática, mas apresentar o panorama dos movimentos e alguns de seus desdobramentos políticos é indispensável à contextualização histórico-política da emergência de novos contornos para os movimentos sociais, e as respostas governamentais, expressa principalmente com a instituição do decreto 8243, que institui a Política Nacional de Participação Social. A respeito da diversidade das ocupações mundiais e locais ver a introdução de FRECHETTE, A. **Diário em Progresso: Jornadas de Junho**, Rio de Janeiro e a repolitização do cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Circuito, 2014, em que o autor traça um breve “cronograma de alguns dos mais expressivos embates que culminaram nas ações brasileiras” e dos atos que compuseram as chamadas jornadas de junho de 2013, principalmente no cenário do Rio de Janeiro.

práticas privatizantes de outras tantas políticas públicas, e mobilizador das tantas outras pautas que se veriam reivindicadas na sequência.

Segundo matéria publicada na Folha de São Paulo na época, 84% dos manifestantes paulistas não tinham preferência partidária e 71% eram constituídos por aqueles que nunca haviam participado de um ato público de protesto anteriormente. Além disso, mais da metade tinham menos de 25 anos, mas a grande maioria (77%) com ensino superior. Como nos relata Cava (2013, p.14), tratava-se de “jovens com outra lógica na cuca. Nenhuma bandeira, nenhuma liderança identificável”. À medida que a repressão policial crescia, junto a esses manifestantes, encontravam-se também os chamados Black Blocs⁴⁹, garotos e garotas que se presentificaram nas ruas desde os primeiros movimentos, em uma atuação até então inédita nas manifestações de rua no país. Tática de defesa contra a repressão policial, os Black Blocs, inspirados nas estratégias anárquicas de guerrilha urbana, não configuravam necessariamente um grupo, uma vez que o que os caracterizava era justamente sua estrutura efêmera, informal, não hierárquica e descentralizada.

Os Black Blocs, no entanto, foram capazes de atrair para junto de si jovens da periferia. A tática de guerrilha catalisou essa energia e foi capaz de deslocar, ao menos provisoriamente, o desejo de inclusão pelo consumo, para a afirmação da resistência. Esses mesmos jovens eram atraídos assim para as performances urbanas destinadas não mais aos saques, mas à depredação de edifícios e monumentos privados, como bancos e outros símbolos do capital. Desse modo, uma parte dessa juventude, que inicia sua atuação nos atos pelo saqueamento, se incorpora ao movimento, fortalecendo as contestações e, no confronto direto com a polícia, exercita seu

⁴⁹ **Black bloc** (do inglês *black*, preto; *bloc*, agrupamento de pessoas para uma ação conjunta ou propósito comum) é o nome dado a uma ação de guerrilha urbana, de inspiração anarquista, empreendida por grupos sem liderança ou organização partidária que se reúnem espontaneamente com o objetivo de expressar solidariedade e proteger manifestantes diante da ação repressiva do Estado, geralmente concretizada pela ação da polícia militarizada. Os integrantes do movimento, além do uso de roupas pretas, são conhecidos pelo uso de máscaras, utilizadas para a própria proteção, tanto em relação às armas usadas pela polícia, como para assegurar o anonimato, que lhes protege da criminalização e perseguição policial, ao mesmo tempo em que se evita a constituição de líderes para o grupo. Leo Vinicius, autor do livro *Urgência das ruas – Black Bloc, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global*, da Conrad, (sob o pseudônimo Ned Ludd), a define o como uma forma de agir, orientada por procedimentos e táticas, que podem ser usados para defesa ou ataque em uma manifestação pública.

direito político, na medida em que defende o direito de luta de todos e qualquer um. Uma luta que fala do direito a outros acessos, aqueles que extrapolam o acesso aos bens de consumo, para se aproximar do acesso à vida.

Em relação às manifestações organizadas desde baixo por esta juventude, a polícia respondia com crescente e violenta repressão, ao mesmo tempo em que a grande mídia, em uma ação orquestrada, afirmava diariamente tratar-se de uma minoria barulhenta de vândalos manipulada por grupos extremistas, expressando evidente ignorância em relação à organização, às estratégias e aos princípios políticos de inspiração anarquista dos manifestantes em questão. Outras formas de participação social eram então colocadas em andamento, escapando das instâncias instituídas e de suas convencionais modulações, mas criminalizadas pela sinfonia do Estado em aliança com a mídia, e seus especialistas.

Os muitos cartazes espalhados nas manifestações, além de expressar demandas marcadas pela diversidade e potente criatividade, revelavam uma juventude que lutava também com alegria, humor e ironia, e que, apesar do muito que tinha a dizer, não encontravam espaços públicos de expressão. As chamadas tecnologias de informação e comunicação (TICs), sobretudo as redes sociais virtuais acessadas via telefonia móvel, apesar de funcionarem como potentes espaços de mobilização, não garantem por si só a inclusão da juventude, e tampouco a de outros segmentos da população brasileira no debate público, cujo monopólio é exercido pela velha mídia, representada pelos oligopólios empresariais que dominam as redes de televisão, rádio, jornais e revistas (LIMA, 2013). Veículos de comunicação que, como afirma Frechette (2014), trabalham arduamente para implantar o sarcasmo como forma de comunicação social, ao mesmo tempo que em solidificam a impotência, traduzida pela ideia de que nada se pode fazer para mudar o estado das coisas.

Auxiliados paradoxalmente por esse mesmo apelo cotidiano da imprensa, que em nome do aumento dos picos de audiência, colocavam a ocupação das ruas como principal pauta de seus editoriais, os movimentos e atos populares ganharam expressividade cada vez maior em número, espalhando-se por municípios de médio e pequeno porte no país, incluindo os bairros periféricos, embora nesses a cobertura da mídia fosse visivelmente menor, inversamente proporcional à intensidade da repressão policial. Como nos aponta Secco (2013, p.74), “acompanhando seu mercado, a direita midiática se viu forçada a apoiar os manifestantes – mas com sua própria pauta. Por isso, o decisivo não foi a violência, tão natural contra os

trabalhadores organizados, e sim sua apropriação pela imprensa. ” No editorial do dia 12 de junho, o jornal Globo nomeia os movimentos como a “marcha da insensatez”, e o Estado de São Paulo alerta o país contra os “baderneiros que aterrorizam a população”. Coro reforçado pela Folha de São Paulo, que chegou a solicitar a aplicação da “força da lei”, contra os supostos atos de vandalismo: “cumpre investigar, identificar e processar os responsáveis. Como em toda forma de criminalidade, aqui também a impunidade é o maior incentivo à reincidência”.

Contudo, o debate também ganhava a centralidade nas redes sociais da internet, onde a cobertura em tempo real dos protestos, serviam de contraponto às informações estrategicamente editadas pela grande imprensa. Constituíam-se assim uma mídia alternativa, com a produção de imagens e informações que forneciam insumo para uma infinidade de outras interpretações possíveis, inspirando outras formas de luta, e participação. Ganhava espaço a ampliação e especificação das pautas de reivindicação, que passaram a englobar temáticas como a segurança pública, a mobilidade urbana, a produção cultural, além do questionamento dos gastos do orçamento público com os megaeventos, principalmente com a Copa do Mundo de 2014, contra o qual também eclodiram muitos atos de protesto, sob o grito do “Não vai ter Copa! ”.

Houve Copa. Mas, houve também a intensificação do debate acerca do direito à cidade. Os movimentos seguiam problematizando os custos do projeto neodesenvolvimentista levado a cabo nos governos de Lula e Dilma em nome do progresso, e da inexistência de alternativas possíveis. Contestando o modelo de democracia, comunicação e representação política do país, os movimentos demandavam a urgência da realização de uma reforma política. A maquinaria discursiva acerca das jornadas que tomavam a proporção da multidão, e seguia produzindo sentidos e significados, ao mesmo tempo em que davam visibilidade local à crise de representatividade global, expressada pela “disputa nos cartazes empunhados pelo conjunto heterogêneo que ocupou as ruas em uma guerra de interpretação das vozes rebeldes”. (ROLNIK, 2013, p.08).

A multidão a que aqui nos referimos se diferencia, porém, de uma massa homogênea e uníssona, mobilizadas pela ideia de uma unidade que faria a força. Uma unidade que contraria os desejos de singularidade, e que exige, em contrapartida, o exercício de uma série de concessões em nome do bem da maioria. A impossibilidade de diferir do rebanho. Afinal como questionam Negri e Hardt (2006, p,100):

Por que unidade? Vocês parecem pensar que o único caminho para as forças de resistência desafiarem os poderes dominantes é se unir, mesmo que essa unificação contrarie nossos desejos de democracia, liberdade e singularidade. É uma concessão, vocês parecem dizer, que lamentavelmente devemos aceitar em face das duras realidades do poder. Não estamos convencidos disso. De fato, mesmo que se aceite por um momento pensar apenas em termos de efetividade e suspender todos os desejos políticos, não acreditamos que a unidade seja a chave. Pensemos apenas em termos das atuais lutas políticas concretas de resistência. Seriam realmente mais efetivas se estivessem unificadas?

Ao contrário disto, acompanhando a proposta conceitual de Hardt e Negri (2005), dizemos de uma multidão que toma a forma ininterrupta das relações abertas que as singularidades põem em movimento, multidão constituída por essa enorme rede de atos, de gestos e de linguagem, desse conjunto de insurgências e de singularidades, que se produzem nas práticas coletivas, e que se movem em uma direção comum, mobilizadas pelos questionamentos de vida em direção ao enfrentamento da exploração capitalística.

O comum de que tratamos aqui difere, portanto, da unidade e das comunidades identitárias, e justamente por ser constituído pelas multiplicidades e singularidades não encontram representatividade possível. No lugar da exclusiva representatividade, experiências de cooperação e exercícios de solidariedade. Trata-se, por conseguinte, de uma pluralidade de sujeitos, de um movimento no qual operam singularidades que cooperam (NEGRI, 2014). É essa multidão que contribui para a transformação social e política do mundo.

A multidão, diferentemente da população, produção dos cálculos estatísticos e alvo da regulamentação estatal, é aquilo que resiste, e se aproxima do que Foucault (2008) aponta como sendo o povo, essa massa heterogênea que escapa à produção dos perfis populacionais e resiste a essas mesmas regulamentações, desajustando o sistema. O povo na rua não cabe nas medidas estatísticas dos modelos preventivos da governamentalidade. O povo, feito multidão, está engajado na produção de diferenças, invenções e modos de vida. Trata-se de uma “explosão de singularidades, que são conectadas e coordenadas de acordo com um processo constitutivo sempre reiterado, aberto, imprevisível e incontornável.” (NEGRI e HARDT, 2006). Para Negri e Hardt (2006) o que o conceito de multidão indica, visível em movimentos sociais que emergem em toda parte, é “uma organização social definida pela capacidade de agir em conjunto sem qualquer unificação”, mas, no entanto, sempre sujeita às mais variadas formas de interpretação e tentativas de classificação de todas as ordens.

Daí que na busca de configuração de unidades e dicotomias, aqueles comprometidos com a ordem existente, na figura dos governistas ou especialistas convocados às análises nas redes de TV, interpretavam o movimento desde cima, da perspectiva do Estado, e apelavam para o tom conciliatório e pacífico necessário ao bom governo da população. Discursos (re)produzidos nas ruas, nos supermercados, nas esquinas, nos restaurantes, nas casas de família, por uma população amedrontada. Construía-se desse modo a distinção crucial entre os grupos de manifestante pacíficos, formados por cidadãos em justas, mas amorfas e civilizadas reivindicações; e os chamados “vândalos”, reconhecidos em todos aqueles que, mobilizados pela busca de efetiva transformação social, expressavam a necessidade de radicalização das forças e apostavam em táticas de guerrilha e desobediência civil⁵⁰, vendo nestas uma saída possível diante dessa mesma ordem.

Como nos lembra Castel (1987, p.112), “toda diferença, a partir do momento em que é objetivada, passa a dar lugar à constituição de um perfil”. Desse modo, o processo de aceitação das manifestações de rua, feito pela grande mídia e por parte do público, de certa forma impôs que, para serem considerados legítimos, os protestos deveriam seguir um padrão: pacífico, organizado, com cartazes feitos de frases politicamente corretas e em perfeito acordo com as leis. A disseminação e a intensificação desse discurso, com sua máquina de categorias conceituais, produzem então a cisão entre os supostos “vândalos” e os manifestantes obedientes e “pacíficos”, reconhecendo nesses últimos o único meio possível ou legítimo de protestar.

“O gigante acordou! ”, anunciava a propaganda de whisky que viralizou nas redes sociais. Como nos relata Morais (2013), acerca da lógica da pasteurização dos protestos, “passeatas quilométricas foram organizadas em uma cidade cuidadosamente planejada para que o trânsito não sofresse grandes impactos e os manifestantes só tivessem a eles próprios como debatedores da pauta”. Aos poucos ganhava expressão, e muitos adeptos, uma pauta vaga e

⁵⁰ A “desobediência civil” é um conceito que afirma basicamente que na eventualidade de um governo vigente não satisfazer as exigências de sua população, esta tem o direito de desobedecê-lo. Formulado por Henry David Thoreau, em 1849, num compêndio originalmente, intitulado *Resistência ao Governo Civil* que mais tarde renomeou A Desobediência Civil, foi utilizado tanto por Mahatma Gandhi e Martin Luther King, em suas lutas pelos direitos civis. O precursor desse pensamento na modernidade é Etienne de La Boétie (1530-1563), que em seu livro *Discurso da Servidão Voluntária*, diz que “não é preciso se rebelar contra o tirano, bastaria apenas parar de obedecê-lo”. Em termos jurídicos, a desobediência civil seria uma forma de expressão do direito de resistência, estando no mesmo patamar que o direito de greve. Apesar de não ser considerado legal, o exercício da desobediência civil é considerado um meio legítimo de garantir outros direitos básicos – tais como os direitos naturais à vida e à liberdade – quando as instituições públicas não cumprem seu papel e não há meios legais de assegurar o exercício desses direitos.

homogeneizadora, que vinha de cima para baixo, e que, incentivada pela grande mídia e apropriada pela oposição ao governo, apelava à linguagem do marketing social. Em contraponto ao contágio inicial incitado pela técnica do jogral⁵¹, quando os manifestantes repetiam orientações de itinerário e palavras de ordem aos que os seguiam como forma autônoma e horizontal de organização dos movimentos, víamos se organizar uma espécie de *flash mob*⁵², quando os manifestantes pacífica e ordenadamente, incentivados pela proposta lúdica e sedutora do marketing social, seguiam em passos previamente coreografados, e despindo-se do caráter inventivo e revolucionário da comunicação produzida coletivamente nas ruas, seguiam como marionetes em coreografias incentivadas pela publicidade dos meios de comunicação de massa e aplaudidas pelo capital monopolista. (SECCO, 2013). É quando a população, nomeada estrategicamente multidão,

[...] age segundo os programas, é convocada, encena suas passeatas, atos, simulações, intervenções estéticas que apartam os miseráveis, e depois regressa feliz, segura e protegida para suas residências, por ter seguido diplomaticamente os itinerários, por investir em mudança segundo a ordem.[...] A passeata está incorporada à felicidade geral, ao bem-estar de todos, não assusta mais, não gera riscos e testa programas de segurança.” (PASSETTI, 2004, p.155)

Entre as insatisfações do gigante, reivindicava-se melhorias não especificadas relacionadas à saúde e à educação, e da mesma forma ampla e amorfa, à corrupção, mas não necessariamente à reforma política. Essa era a pauta da população, feita grande massa, que como nos alerta Secco (2013) se reduzia a uma crítica generalizada dos políticos profissionais, mas não necessariamente do modo de produção da política. Mas, ainda assim, o despertar do sono do suposto gigante, anunciado com tanta criatividade e entusiasmo, apontava, de certa forma, o despertar do sono colonial, daquele que como expressa Cava (2013) se faz presente em nosso servilismo crônico, impondo o tabu da violência e o medo de resistir ao poder instituído sem ser classificado como criminoso, despreparado, ignorante ou vândalo. Entretanto, o gigante que supostamente se encontrava adormecido, ignorava em seu sono colonizado, o estado de vigília constante e alerta, daqueles tantos que sempre se mantiveram lutando enquanto ele dormia. Falo

⁵¹ O jogral era a forma habitual de comunicação entre os manifestantes nos protestos, em que, inspirados na técnica utilizada nas greves dos trabalhadores no ABC paulista, um manifestante gritava um recado, repetido por outros em voz alta para aqueles que vinham atrás e assim por diante.

⁵² *Flash Mobs* são aglomerações instantâneas de pessoas em certo lugar para realizar determinada ação, geralmente coreografias inusitadas e previamente combinadas, se dispersando tão rapidamente quanto se reuniram. A expressão geralmente se aplica a reuniões organizadas através de e-mails ou meios de comunicação social, notadamente pelas redes sociais digitais.

dos trabalhadores, dos negros, dos homossexuais. De todos aqueles para quem a luta não necessariamente foi uma opção, mas uma forma de vida.

Como belamente nos lembra Rolnik (2013, p.10) a respeito do campo argumentativo trabalhado por Harvey, “aqueles que são aliados do poder de decisão sobre seu destino tomam esse destino com seu próprio corpo, por meio da ação direta”. Por essa via, a participação social produzia em sua expressão mais radical a visibilidade do insuportável. Diante do intolerável, a produção de uma potência de difícil contenção. As lutas sociais seguem produzindo novos enunciados, que em contraponto aos enunciados midiáticos, produzem novos jeitos de pensar, novas maneiras e métodos de fazer política, tomando as ruas como forma de expressar revolta, indignação e protesto, em movimentos que, apesar de carecerem de novidade no cenário político, forçam os olhares para a tal “agenda esquecida” e escamoteada pela ainda fresca sensação de prosperidade e paz.

Os confrontos dos corpos na rua colocavam em xeque a política de coalizão, explicitavam os efeitos de programas sociais compensatórios, mostravam outras vias de captura de resistências no interior do próprio movimento, e, ao mesmo tempo, evidenciavam e localizavam as forças reacionárias e fascistas do país, dando visibilidade ao potencial de uma vida outra. A recusa aos modos instituídos e legitimados de participação social significavam sobretudo a não adesão e a falta de confiança no modelo representativo brasileiro, que em seu esquema público-privado funciona a despeito das necessidades e demandas dos cidadãos, sustentando-se pela lógica argumentativa da falta de alternativas do governo diante do império capitalista.

O déficit de representação política no parlamento, espaço conhecidamente dominado pelas classes elitizadas e coalizões calcadas em interesses mercadológicos, somado ao sistemático impedimento de circulação da diversidade das vozes no debate público, e atravessado incessantemente pela tentativa de manipulação da opinião pública pela grande mídia, são alguns dos elementos que contribuem significativamente para a chamada crise de representação política. Diante da inexistência de condições objetivas para a formação democrática das opiniões públicas – as quais são sempre multifacetadas, mas sempre silenciadas, ou editadas – consequentemente não se pode garantir a legitimidade dos canais institucionalizados por meio dos quais a população teoricamente escolhe seus representantes, dando visibilidade ao claro esgotamento das instituições tradicionais da democracia representativa. Cenário que, apesar de

não ser de exclusividade da democracia brasileira, nos fornece alguns elementos para pensar a explosão das ruas em 2013.

Em resposta às vozes da rua, os governos gradativamente anunciavam várias medidas para tentar conter os ânimos. Houve o cancelamento do aumento das tarifas de ônibus, com promessas de se repensar a mobilidade urbana. O Congresso Nacional, em uma urgência há tempos não vista, votou concessões que configuravam a chamada “agenda positiva” sem, no entanto, responder necessariamente ao que apontamos acima como a “agenda esquecida”. Em pronunciamento em cadeia nacional de televisão, no dia 21 de junho de 2013, a presidenta Dilma Rousseff dirigia-se àqueles que "foram pacificamente às ruas: Eu estou ouvindo vocês! E não vou transigir com a violência e a arruaça", afirmava. E na sequência, convocava governadores e prefeitos para "um grande pacto em torno da melhoria dos serviços públicos", que abarcaria, além das melhorias nos transportes urbanos, a “destinação de cem por cento dos recursos do petróleo para a educação”, somados ao investimento de apoio do atendimento do SUS através contribuição dos médicos estrangeiros, possibilitado pelo programa “Mais Médicos”.

Seguindo a pauta da chamada “agenda positiva”, a corrupção virava crime hediondo e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37, aquela que propunha a proibição das investigações pelo Ministério Público, foi arquivada. Decretava-se proibido o voto secreto em votações para cassar o mandato de legisladores acusados de irregularidades. A presidenta Dilma chegou a acenar com a possibilidade de realizar uma assembleia constituinte para a reforma política do sistema representativo, em uma proposta que não foi à frente. Em termos gerais, mudava-se o ritmo de trabalho (nunca se viu o Congresso trabalhar tão rapidamente!) e o tom dos governos diante dos protestos. Buscava-se interlocuções e acolhia-se demandas, em uma atitude conciliatória.

Foi nesse cenário, que, passadas quase duas décadas de institucionalização de alguns processos denominados participativos, o projeto de democratização do planejamento e execução das políticas públicas no Brasil seguiu em franca expansão, levado a cabo pela implementação da Política Nacional de Participação Social (PNPS), proposta da pela presidenta Dilma Rousseff,

e regulamentada pelo decreto nº 8243/2014⁵³ instituído no dia 21 de maio de 2014. O decreto tinha como objetivo “fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil”. E para tanto propunha o acompanhamento da formulação e execução de programas e políticas públicas a serem realizadas em parceria com a sociedade civil, prevendo inclusive o monitoramento e avaliação das mesmas.

Para a viabilização desta parceria estavam previstas como principais instâncias e instrumentos a constituição de conselhos, destinados à estimulação da participação da sociedade civil organizada nos processos decisórios; a organização das conferências nacionais, como instâncias regulares de debate, formulação e avaliação das políticas; a abertura de uma ouvidoria federal e a realização de audiências públicas destinadas à mobilização da sociedade para a participação social. Instrumentos já propostos no governo Lula, e cuja proposta de institucionalização objetivava estreitar e aprimorar a relação do governo com a sociedade civil, evidenciando a abertura do governo ao diálogo e às demandas dos movimentos sociais como uma clara tentativa de respostas às críticas e insatisfações publicizadas pelos movimentos de junho de 2013.

Contudo, mesmo diante da afirmação da presidência de que o decreto apenas propunha a institucionalização das bases do diálogo entre governo e sociedade civil que já vinham acontecendo desde o governo Lula⁵⁴, e do fato de que a política em si não pretendia substituir as muitas outras formas de se participar inventadas cotidianamente na transversalidade das lutas que se fazem locais, o texto do decreto foi alvo de muitas divergências por parte da oposição, e mesmo olhado com desconfiança por parte dos movimentos sociais, para os quais a tentativa de institucionalização acena quase sempre com a ameaça da aparelhagem política e cooptação

⁵³ Para conhecimento do decreto acessar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm,

⁵⁴ Conforme nos lembra Leonardo Avritzer, em artigo publicado na Revista Carta Capital no dia 10 de junho de 2014, com a instituição do decreto o governo Dilma apenas reforçava uma política que vinha sendo construída desde o primeiro mandato do presidente Lula, quando ainda em 1º de janeiro de 2003, o ex-presidente assinou a medida provisória 103, na qual atribuía à Secretaria Geral da Presidência o papel de “articulação com as entidades da sociedade civil e na criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do Poder Executivo na elaboração da agenda futura do Presidente da República...”, sendo a partir desse ponto introduzidas pelo governo federal uma série de formas de participação que duplicaram o número de conselhos nacionais existentes no país de 31 para mais de 60, e que realizaram em torno de 110 conferências nacionais (74 entre 2003 e 2010 e em torno de 40 desde 2011). Desse modo, o decreto que instituiu a política nacional de participação teve como objetivo institucionalizar uma política que já existia, e, apesar das críticas pontuais era, em termos gerais, avaliada positivamente, por boa parcela dos atores da sociedade civil. <http://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-o-novo-decreto-de-dilma-nao-e-bolivariano-8992.html>

da militância pelas estruturas do Estado, e ao mesmo tempo com uma provável desvalorização, ou mesmo a criminalização das formas diretas de participação social.

Acusado de ser “bolivariano”⁵⁵ e inconstitucional, a reação imediata de grande parte da oposição governista à institucionalização do decreto foi a afirmação de que este desrespeitava a premissa da representatividade política estabelecida com a Constituição de 1988, reduzindo a expressividade do Congresso Nacional, além de engessar o poder legislativo. O tom majoritário das críticas oposicionistas girava em nome da defesa da representatividade e da imaculada individualidade das vontades do “cidadão”, em contraposição às coletividades constituidoras dos movimentos sociais, vistas então como uma ameaça ao sufrágio universal. Neste contexto, os opositores questionavam inclusive a própria definição da sociedade civil proposta pelo decreto, a qual consideravam demasiadamente restritiva. Nas palavras de Reinaldo Azevedo, publicadas em sua coluna da Veja no dia 29 de outubro de 2014, a concepção de sociedade civil apontada pelo decreto: “[...] representa um assombroso ataque à democracia representativa e à igualdade dos cidadãos ao privilegiar grupos alinhados ao governo”.

A institucionalização dos conselhos é chamada pela oposição de “febre conselhistas”, que considerava temerária a instituição do decreto que previa a participação de “coletivos, movimentos sociais institucionalizados ou não institucionalizados, suas redes e suas organizações”, ressaltando a dificuldade de fiscalização. Além disso, essas críticas se direcionavam para o caráter deliberativo dos conselhos, que exigiriam “desenhos institucionais mais cautelosos”. A publicação das críticas veiculadas em jornais da grande mídia chegaram a sugerir que a presidenta, por meio do decreto, queria mudar o sistema representativo colocado pela Constituição.

Em contrapartida, enquanto a oposição da política partidária criticava o excesso de poder supostamente dado aos conselhos, por seu caráter deliberativo, os movimentos sociais e as

⁵⁵ O termo provém do nome do general venezuelano do século XIX, Simón Bolívar, que liderou os movimentos de independência da Venezuela, da Colômbia, do Equador, do Peru e da Bolívia. Convencionou-se, no entanto, chamar de bolivarianos os governos de esquerda na América Latina que questionam o neoliberalismo e o Consenso de Washington, que prevê como principais medidas econômicas a desregulamentação do mercado financeiro (abolindo todo e qualquer controle do fluxo de capitais), privatização de ativos públicos (com preço subavaliado e com a ajuda de recursos públicos) e a abertura da economia brasileira à livre entrada de bens, serviços e capitais. Ver em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-e-bolivarianismo-2305.html>

críticas da esquerda apontavam justamente o estreitamento dessa possibilidade, se posicionando assim para reafirmar a crise de representatividade política. Para uma grande parte da multidão que tomava as ruas o que estava em questão era justamente a legitimidade das eleições, que marcada por seus vieses político-partidários apresentam como base preponderante de seu argumento a ideia de governo de uma maioria, marcada por suposta igualdade perante o Estado. Elementos que se comprovam historicamente incapazes de validar um governo por si só, já que é preciso reconhecer, como sabiamente nos auxilia Harvey (2013, p.32), que “o direito à cidade não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais”.

Mesmo reconhecendo a relevância da conquista e manutenção dos direitos humanos individualizados, tais como ser tratado com a devida dignidade e de se terem garantidas as liberdades de expressão, em um contexto de transformação das regras do jogo político pelo neoliberalismo, em que “a governança substitui o governo e os direitos e as liberdades individuais têm prioridade sobre a democracia” (HARVEY, 2013, p.33), é indispensável a atenção sobre a ameaça que paira sobre a possibilidade do exercício da alteridade. Esse era o tom das manifestações de junho de 2013, quando as ruas do país foram ocupadas por atos reunidos em torno da alteridade das mais diversas bandeiras, deixando evidente a restrição do modelo democrático fundado exclusivamente pela representatividade e dando visibilidade ao desejo direcionado para a possibilidade de abertura para a criação de mecanismo mais diretos de participação social.

Ora, a Constituição de 1988, em seu primeiro artigo afirma: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”, apontando o estabelecimento de um sistema misto que prevê a representação, junto às outras formas possíveis de participação direta, confirmadas por diversos outros artigos da Constituição de 1988, que formulam os termos nos quais a chamada soberania popular pode ser exercida, além de referendo, plebiscito e iniciativa popular, no artigo 14. Neste sentido, diante da problematização necessária da premissa da representatividade, o decreto que instituiu a PNPS, ao contrário das afirmações produzidas pela oposição, intensificava as prerrogativas constitucionais, uma vez que se direcionava ao esforço de institucionalizar novas formas de articulação entre representação e participação, as quais incluem a sociedade civil na elaboração e gestão das políticas públicas. Desse modo, concordamos com Hardt e Negri (2006, p. 97), para quem

Certamente as formas operacionais e predominantes de representação hoje em dia, especialmente os arranjos eleitorais correntes, são extremamente limitadas. Mas isso não deve nos levar a buscar a abolição imediata de todas as formas de representação — ou até, em termos práticos, exigir que os esquemas representativos existentes estejam inteiramente de acordo com suas promessas. [...] A crise generalizada da representação coloca no centro da agenda política a necessidade de experimentar novas formas de representação e formas não-representativas de organização democrática. Um dos aspectos da nossa tarefa teórica é acompanhar essas experimentações à medida que surgem. (HARDT e NEGRI, 2006, p.97)

O que as jornadas de junho de 2013 deixaram claro, é que existem possibilidades de participação social que podem ser criadas, e que sempre serão criadas, além da máquina da representação. E que, ao mesmo tempo, são capazes inclusive de ocupar as instâncias instituídas propostas de uma forma tensionada, se valendo do lugar de parceria colocado à sociedade civil organizada, para fazer o contraponto das propostas de governo colocadas em andamento. Diante das regras de governança do neoliberalismo, e da escassez dos caminhos apresentados por essa lógica, se contrapõem a constituição de redes colaborativas e produtivas. O desafio que se coloca é reuni-las de maneira a construir alternativas viáveis para esse enfrentamento, uma vez que “a criação de novos espaços urbanos comuns, de uma esfera pública de participação democrática, exige desfazer a enorme onda privatizante que tem servido de mantra ao neoliberalismo destrutivo dos últimos anos” (HARVEY, 2013, p.32)

Nesse sentido, salvas as devidas limitações e problemas enfrentados cotidianamente, é possível apontar na história recente do país, alguns exemplos pertinentes de experiências bem-sucedidas no que se refere à abertura à participação popular, tendo como destaque o sistema de conselhos institucionalizados pelo Sistema Único de Saúde⁵⁶, conselhos de saúde que, mesmo antes do Partido dos Trabalhadores chegar ao Executivo em 2003, já existiam em mais de três mil municípios. Além disso, como aponta Maricato (2013), organizada por movimentos sociais, pesquisadores, arquitetos, urbanistas, advogados, engenheiros, advogados, assistentes sociais,

⁵⁶ A esse respeito ver: GUIZARDI, L. F. **Do Controle Social à Gestão Participativa: perspectiva (pós-soberanas) da participação política no SUS**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Instituto de Medicina Social (IMS). 258f. Rio de Janeiro, 2008.

parlamentares, ONG's, etc. surge a Plataforma da Reforma Urbana, reforçada por novas práticas municipais, que incluem a participação social direcionadas para a urbanização das cidades ilegais ou informais, até então invisibilizadas para as políticas de urbanização e as administrações públicas. Movimento que contribui significativamente para a formulação do Estatuto da Cidade, lei nº 10.257, aprovado no Congresso e, que também contribui para a institucionalização de órgãos como o Ministério das Cidades (2003), o Conselho das Cidades (2004) e as Conferências Nacionais das Cidades (2003, 2005 e 2007), instâncias que após treze anos de luta popular passam a ser reconhecidas mundialmente, assim como o SUS, em exemplos a serem seguidos.

Contudo, mesmo diante das polêmicas e dos tensionamentos produzidos no período das eleições presidenciais que levaram a presidenta ao segundo mandato, a PNPS, por óbvias razões políticas, foi vetada pela base conservadora do Congresso no dia 29 de outubro de 2014, apenas seis meses após sua institucionalização, episódio que intensificou ainda mais o debate, levando vários setores da sociedade civil, incluindo os mais críticos à revisão de seus posicionamentos, constituindo em um relevante analisador da temática da participação social.

Cenário que faz com que se multipliquem e ecoem os questionamentos de estudiosos da temática e trabalhadores sociais envolvidos nestes processos: quem, onde e como se participa? Como se dá o processo de construção do interesse coletivo no âmbito dos dispositivos de participação propostos? Como a gestão social possibilitada pela implementação de tais processos tem produzido efeitos de poder e alimentado mecanismos de controle e gestão da vida? E sobretudo, como se tem produzido mecanismos de resistência em meio a essas capturas?

SEGUNDA ENTRADA

: Os discursos da empregabilidade – a convocação à participação social e o empreendedorismo de si:

**Você deve notar que não tem mais tutu
e dizer que não está preocupado
Você deve lutar pela xepa da feira
e dizer que está recompensado
Você deve estampar sempre um ar de alegria
e dizer: tudo tem melhorado
Você deve rezar pelo bem do patrão
e esquecer que está desempregado**

**Você merece, você merece
Tudo vai bem, tudo legal
Cerveja, samba, e amanhã, seu Zé
Se acabarem com o teu Carnaval?**

**Você deve aprender a baixar a cabeça
E dizer sempre: "Muito obrigado"
São palavras que ainda te deixam dizer
Por ser homem bem disciplinado
Deve pois só fazer pelo bem da Nação
Tudo aquilo que for ordenado
Pra ganhar um fuscão no juízo final
E diploma de bem comportado**

**Você merece, você merece
Tudo vai bem, tudo legal
Cerveja, samba, e amanhã, seu Zé
Se acabarem com o teu Carnaval?**

(Comportamento Geral, Gonzaguinha, 1973)

Estamos no ano de 2002. Vitória, Espírito Santo. Recém-graduada em Psicologia, interessada mais intensamente nos movimentos de formação de um corpo de psicoterapeuta e em prosseguir minha vida acadêmica pelos caminhos do campo da Saúde do Trabalhador, começo então minha vida profissional me deslocando, me misturando e me inventando entre a clínica e a docência.

A experiência na docência, vivida inauguralmente na graduação em Administração⁵⁷, era cenário dos embates teóricos e ético-políticos com os alunos, que já no início do curso mostravam-se sedutoramente atraídos pelos discursos empresariais do paradigma da qualidade total. A temática da empregabilidade e o apelo ao “empreendedorismo de si”⁵⁸ emergia então como problematização central em nossos encontros. Meu trabalho? Problematizar cotidianamente as verdades instituídas por práticas discursivas que insistiam na afirmação da meritocracia como caminho por excelência para a inclusão, no mercado, no trabalho, na vida.

Na clínica, outro campo de experiência, recebia cotidianamente clinicando adoecidos pela impossibilidade de inclusão no mercado, no trabalho, na vida. O tema dos encontros? A busca da empregabilidade pela via do “empreendedorismo de si”. Meu trabalho? Problematizar cotidianamente as verdades instituídas por práticas discursivas que insistiam na afirmação da meritocracia como caminho por excelência para a inclusão, no mercado, no trabalho, na vida.

Tecendo essa memória reafirmo que meu campo de atuação e instrumentos de intervenção sempre foram as práticas discursivas, que têm nos corpos, incluindo o meu próprio, seu lugar

⁵⁷ Nos anos de 2002 e 2003 atuei como professora substituta no Departamento de Administração da Universidade Federal do Espírito Santo.

⁵⁸ A expressão “empreendedorismo de si” é uma analogia invertida feita em referência ao cuidado de si, como proposto por Foucault na Hermenêutica do Sujeito, uma vez que na contemporaneidade o cuidado de si passa por um investimento em si atravessado pelos discursos empresariais.

de expressão e passagem. É com a palavra e na palavra que meu trabalho acontece. São os sentidos e as subjetividades produzidas através dos discursos que me mobilizam. Palavras e corpos. Esse é o meu chão de trabalhadora social, onde quer que eu me disponibilize a atuar.

As inquietações produzidas pelas encruzilhadas narradas me levaram à realização do mestrado no programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Espírito Santo. Interessava-me, então, colocar em análise os efeitos que as práticas discursivas acerca da empregabilidade produziam na saúde dos trabalhadores. Foi nesse contexto que vi emergir inicialmente as primeiras problematizações relacionadas à questão da convocação à participação social.

[...] inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; [...] inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina, inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há um tempo reduziu as asperidades. (FOUCAULT, 2003, p.8)

A aproximação com o campo da Saúde do Trabalhador⁵⁹ me apresentou as lutas dos trabalhadores por uma maior autonomia e o direito de terem reconhecida sua inerente e inevitável participação no planejamento e gestão dos processos de trabalho. Ao concordamos com Schwartz (2004, p.23) que a gestão “advém por toda a parte onde há variabilidade, história, onde é necessário dar conta de algo sem poder recorrer a procedimentos estereotipados, [partimos do pressuposto de que] toda gestão supõe escolhas, arbitragens, uma hierarquização de atos e objetivos, portanto, de valores em nome dos quais estas decisões se elaboram”. Assim, diante da necessidade incontornável da gestão, a indispensabilidade do exercício da autonomia.

Seguindo esse mesmo pressuposto, nos aproximamos de Canguilhem (2002, p.96) que, ao afirmar que “ a vida não é indiferente nas condições em que ela é possível, [que] a vida é atividade normativa”, atrela o exercício da autonomia diretamente à capacidade que apresenta

⁵⁹ Entendemos como Lacaz (2007, p.757-758) que “Saúde do Trabalhador é campo de práticas e conhecimentos cujo enfoque teórico-metodológico, no Brasil, emerge da Saúde Coletiva, buscando conhecer (e intervir) (n)as relações trabalho e saúde-doença, tendo como referência central o surgimento de um novo ator social: a classe operária industrial, numa sociedade que vive profundas mudanças políticas, econômicas, sociais. Ao contrapor-se aos conhecimentos e práticas da Saúde Ocupacional, objetiva superá-los, identificando-se a partir de conceitos originários de um feixe de discursos dispersos formulados pela Medicina Social Latino-Americana, relativos à *determinação social* do processo saúde-doença; pela Saúde Pública em sua *vertente programática* e pela Saúde Coletiva ao abordar o sofrer, adoecer, morrer das classes e grupos sociais inseridos em *processos produtivos*.”

todo e qualquer ser vivo de criar normas e padrões diferenciados em condições específicas. Autonomia que se coloca em meio às tentativas de seguir o fluxo das mudanças que a vida está sempre a produzir. A criação de novas normas para acompanhar a imprevisibilidade do meio. Desse modo, reconhecemos que a autonomia por que então se lutava se refere à possibilidade do exercício de uma função que, como processo complexo, dependente sempre de múltiplos aspectos: biológicos, históricos, socioculturais, econômicos, afetivos, coletivos. Autonomia como capacidade normativa, traduzida na possibilidade de intervenção dos sujeitos individuais e coletivos nas realidades que os constituem.

Em se tratando da realidade moderna nos deparamos com a centralidade do trabalho na produção da vida, que tende a hegemonizar-se por meio da incessante tentativa de padronização de seus processos. Nesse contexto, é no confronto do trabalho prescrito pelas normas vigentes com a imprevisibilidade sempre presente dos acontecimentos que os trabalhadores são convocados cotidianamente à intransponível gestão das suas atividades. Diante da imposição de normas que restringem a vida, os trabalhadores sempre se direcionam no sentido da re-normalização (SCHWARTZ, 2000) produzindo movimentos de re-existência e invenção de outras formas de intervenção nas suas atividades.

A autonomia, como atividade normativa, se constitui, portanto, como possibilidade do exercício da alteridade e devir, quando diante de realidades que operam pela via da serialização, padronização e automatização de nossas condutas, podemos reafirmar nossas necessidades e desejos, mudando procedimentos ou formas através das quais nossa história se afirma como verdade. Autonomia que se exerce como capacidade de ruptura ou mesmo remodelação das regras no sentido de se gerir os modos como se gasta a vida.

Por isso, é mister compreender, que a autonomia não se traduz como um estado inerte, cedido, obtido ou mesmo conquistado de modo definitivo, mas trata-se, sobretudo, de reconhecê-la como função, como exercício, como processo dinâmico e incessante, cuja permanência não está nunca garantida, mas, ao contrário disso, está sempre em vias de ter seus limites tensionados. E porque nunca estamos efetivamente sós, entendemos que a ação do sujeito para consigo mesmo implica necessariamente a ação para com o outro, quando a autonomia se expressa também nas possibilidades que encontram os sujeitos de contarem com suas redes de suporte e cooperação. Autonomia como práticas de cuidado de si e cuidado do outro (FOUCAULT, 2006a).

Como nos apontam Onocko-Campos e Campos (2006, p.674) a “autonomia poderia ser traduzida em um processo de co-constituição de maior capacidade dos sujeitos de compreenderem e agirem sobre si mesmos e sobre o contexto conforme objetivos democraticamente estabelecidos”. Por essa via, as lutas pela participação e autonomia no campo do trabalho tiveram como um dos principais efeitos a aprovação da legislação de novas políticas sociais, que, entre outras relevantes conquistas, englobavam a garantia de direito à informação e o estabelecimento de mecanismos de participação na formulação dos processos de trabalho, levando-se em conta o reconhecimento e a valorização do saber-fazer do trabalhador. (LACAZ, 2007; MENDES e DIAS, 1991; MINAYO-GOMEZ e THEDIM-COSTA,1997).

A configuração do campo Saúde do Trabalhador constitui-se por três vetores: a produção acadêmica; a programação em saúde na rede pública e; o movimento dos trabalhadores, particularmente a partir dos 1980, quando seu discurso assume caráter mais propositivo junto ao Estado, ao “... vislumbrar a possibilidade das classes trabalhadoras influírem mais decididamente na esfera política, deixando de dizer apenas não, para também indicarem soluções para os problemas sociais, políticos e econômicos”. (LACAZ, 2007, p. 758)

A reivindicação pela participação se colocava de maneira coerente com as lutas e demandas alavancadas pelos movimentos sociais desde o processo de redemocratização do país. Participar do planejamento das atividades de trabalho, participar da criação, das tomadas de decisão e da implementação das políticas públicas em geral. Participar da construção e organização do bairro e da cidade. Tomar parte nas intervenções necessárias à transformação social almejada em direção à afirmação da dimensão coletiva e sempre dinâmica dos processos.

Entretanto, com a materialização das políticas neoliberais e da reestruturação produtiva, traduzida pela transição da hegemonia taylorista-fordista para a inserção gradual e crescente do padrão de acumulação flexível do toyotismo, vimos acontecer não só a transformação dos modos de produção como a intensificação dos discursos da empregabilidade. E, com estes, práticas preñes de paradoxos, relacionados inclusive aos sentidos e ações atrelados ao campo do trabalho, com os mecanismos de participação colocados em andamento no cenário empresarial, quando então se afirma a consolidação da predominância do trabalho imaterial, compreendido como o “[...] conjunto das atividades intelectuais, comunicativas, afetivas, expressas pelo sujeito e pelos movimentos sociais ” (NEGRI, 2003, p.92), que através da

perspectiva do chamado capital cognitivo⁶⁰, tem no que é comum o espaço produtivo por excelência.

Essa nova modulação do capitalismo, nomeada também de capitalismo em rede ou conexcionista, ao

[...] depender da circulação de fluxos de toda ordem a alta velocidade, fluxos de capital, de informação, de imagem, de bens, mesmo e sobretudo de pessoas [...] enaltece as conexões, a movência, a fluidez [e busca] por em comum o que é comum, colocar para circular o que já é patrimônio de todos, fazer proliferar o que está em todos e por toda a parte, seja isto a linguagem, a vida, a inventividade (PELBART, 2003, p.21-29)

O trabalho imaterial enfatiza assim a requisição de elementos subjetivos para sua concretização, como a capacidade de comunicar-se, de relacionar-se, associar-se, e produzir a circulação dos saberes e experiências em redes que pretendem funcionar por cooperação, tendo na participação social, uma premissa basilar. Neste sentido,

[...] será um indivíduo social e coletivo que determinará o valor da produção, pois sendo o trabalho organizado em formas comunicativas e linguísticas, e o saber sendo algo cooperativo, a produção dependerá sempre mais da unidade de conexões e de relações que constituem o trabalho intelectual e linguístico, isto é, dependerá, então, deste *indivíduo coletivo*. (NEGRI, 2003, p.93)

Contudo, em que pese o imperativo das conexões e da produção coletiva, o que observamos é que, nas sociedades pós-industriais, em uma economia modulada pela governamentalidade neoliberal, vemos configurar-se essa modalidade de trabalho, em que as tomadas de decisões mais elementares, e, por conseguinte, a gestão da própria atividade por todo e qualquer trabalhador, se intensificam e sobrepõem-se ao uso de suas forças. Como nos aponta Castel (2005, p.46, grifos do autor), trata-se da “exigência de *flexibilidade* que marca a passagem das longas cadeias de operações estereotipadas, efetuadas num quadro hierárquico de trabalhadores que se revezam, à responsabilização de cada indivíduo ou de pequenas unidades às quais incumbe gerenciar elas mesmas sua produção e garantir sua qualidade”. Por isso, o que é demandado desse trabalhador pelas empresas, e o que o trabalhador efetivamente leva para seu

⁶⁰ Segundo Negri (2003, p.94), em fase contemporânea denominada de cognitiva, no capitalismo “[...] a produção de valor depende sempre mais de uma atividade intelectual criadora que não só se situa além de qualquer valorização ligada à raridade, como se situa além da acumulação de massa, de fábrica, etc. *A originalidade do capitalismo cognitivo consiste em captar, em uma atividade social generalizada, os elementos inovadores que produzem valor*” (grifos do autor.)

trabalho são seus conhecimentos, suas habilidades, suas atitudes, requisitos que, em seu conjunto, têm sido nomeados pelas contemporâneas escolas de gestão de pessoas – disseminadoras do paradigma da “qualidade total” – como “competências”.

Competências a serem supostamente adquiridas como produto do investimento em si mesmo, financiado ora pelo Estado, ora pelo empregador, mas, na maior parte das vezes pelo trabalhador mesmo, através do cálculo e direcionamento de seus recursos, de seu tempo “extra”, de seus afetos, visando sua própria formação. No lugar do cuidado de si (FOUCAULT, 2006a, 2006b), o investimento em si. No lugar da produção de uma vida, a promoção de um modelo biográfico. Como nos aponta Castel (2005, p.46) a partir da leitura de Ulrich Beck⁶¹

[...] cada indivíduo deve assumir ele próprio os imprevistos de seu percurso profissional que se tornou descontínuo, fazer opções, operar a tempo as reconversões necessárias. Também aqui, em última análise, o trabalhador é considerado o empreendedor de si mesmo: “fazer seu posto em vez de ocupa-lo e construir sua carreira fora dos esquemas lineares padronizados da firma fordista”

O empreendedor de si é convocado, portanto, ao investimento em si, marcado, no entanto, pela heteronomia, modo de funcionamento diametralmente oposto às práticas de cuidado de si requeridas pelo exercício da autonomia. O que vemos acontecer na governamentalidade neoliberal, como nos descreve (FOUCAULT, 20014, p.266) é o “encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si”. Ou, arriscamos afirmar, a colonização das “técnicas de si” pelo biopoder⁶² que, em nome de uma vida idealizada e do cuidado, opera produzindo controle, através de modos específicos de gestão e investimentos sobre os corpos e as atividades. Trata-se da produção de uma tecnologia que, somando-se aos mecanismos

⁶¹ Ulrich Beck é um sociólogo alemão autor da obra “ Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade”, publicada pela primeira vez em 1986.

⁶² É importante ressaltar que Foucault toma o biopoder e a biopolítica como noções correspondentes e não realiza distinção teórica entre elas. Mesmo que no curso Em Defesa da Sociedade, o autor afirme a biopolítica como o polo do biopoder que tem por alvo a população, na sequência, no curso Segurança, Território e População, ele retoma as noções como homólogas: “do que poderíamos chamar de biopolítica, de biopoder” (Foucault, 2008a, p. 30), passando a partir daí a utilizar o termo biopolítica para seguir o debate sobre as tecnologias de poder que caracterizam a governamentalidade neoliberal (2008b). Essa diferenciação tem sido considerada desnecessária pela maioria dos autores contemporâneos que retomam essa discussão. A esse respeito ver: NETO, J.L.F. Retraçando os deslocamentos de Foucault: o lugar da biopolítica e da governamentalidade. In.: Psicologia em Estudo, Maringá, v. 20, n. 3 p. 365-376, jul./set. 2015. pp. 365-376.

disciplinares de docilização dos corpos, opera pela via da organização de práticas de autocontrole e superação de si, e dos outros. Dispositivos de produção de subjetividades que investem na própria vida, alvo dos mais variados graus de modelação, reforçando a ideia da busca de bem-estar e equilíbrio, transformando os corpos em empreendimentos de suas próprias ações, em material humano de produções mercadológicas e alvos de controle governamental.

Segundo Foucault (2014, p.266), as técnicas de si seriam aquelas que “permitem aos indivíduos efetuarem, sozinhos ou com a ajuda de outros, um certo número de operações sobre seus corpos e suas almas, seus pensamentos, suas condutas, seus modos de ser” direcionadas ao cuidado de si e, a partir daí a produção de uma estética da existência. Contudo, diante da demanda do investimento em si colocada em andamento pela governamentalidade neoliberal, o sujeito, tornado empreendedor, é arrastado por abstrações idealizadas da vida, modelada segundo prescrições de viés mercadológico, que demandam a adesão a um modelo padronizado de excelência, fazendo os sujeitos esquecerem-se de si mesmos e afastarem-se de suas possibilidades de virem a ser outros. Neste sentido, o sujeito acaba por descuidar-se de sua forma de viver ao adotar modelos de verdades padronizados, que normatizam as práticas e as direcionam para o alcance de metas produzidas por meio de referenciais heterodeterminados.

Como nos alerta Foucault (2006a), na modernidade se hegemonizam as relações de poder direcionadas a construções de verdades sobre o homem. O sujeito humano passa a ser compreendido pela via de representações conceituais universais que, ao transformarem-no em objeto de investigação passam a tentar responder o que ele é, delimitando e afirmando uma suposta essência universal. Nesse cenário, ganha espaço e intensidade a primazia do imperativo conhece-te a ti mesmo, em detrimento do cuidado de si. Impõe-se o conhecimento racionalizado de si como via única da aquisição da verdade, determinando, por conseguinte, uma representação de si mesmo presa a um modelo universal do “eu”, que na contemporaneidade se organiza principalmente pela via de um padrão de excelência no trabalho. Atravessados pela premissa mercadológica, confundimos cada vez mais o empreendedorismo de si com o cuidado de si, afastando-nos cada vez mais de toda forma de relação de cuidado para consigo e do exercício da autonomia, uma vez que para ter acesso à verdade sobre si, basta conhecer e fazer operar toda a formação discursiva a respeito do homem, transformando-nos em profissionais competentes.

Por essa via, os sujeitos são induzidos a conduzir sua vida em meio a sutil e equivocada indiferenciação entre o que aqui, com Foucault, chamamos de cuidado de si e o investimento em si, convocado pelos discursos da empregabilidade. Mobilizados por metas heterodeterminadas pelo mercado, tomadas como objetivos de vida individualizados, seguimos transformando as nossas atividades em atitudes marcadas pela proatividade, e as imagens de si em produtos, cujos elementos de cálculo, entre os supostos erros e acertos, passam a ser computados por variadas medidas de esforço e merecimento. Nesse balanço geral, os resultados são traduzíveis pelas títulos e cargos obtidos, pelas progressões da carreira profissional, que em sua somatória constitui o chamado “capital humano⁶³”.

Ao contrário disso, como nos pontua Foucault (2014, p.272) o cuidado de si refere-se “sempre a uma atividade real e não simplesmente a uma atitude”, e nesse sentido “o cuidado de si é o cuidado [que se exerce] com a atividade”. Dizemos, portanto, das práticas de vida que, ao invés da busca de construção de um modelo biográfico, remetem à construção de uma estética da existência, na medida em que atualizam “um exercício sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser” (FOUCAULT, 2006b, p.265). A atitude para consigo corresponde a um cuidado com a própria vida, tanto em seu sentido biológico quanto subjetivo e que, portanto, não se vincula a uma meta previamente traçada, mas se refere à busca de uma conduta ética por meio de uma “prática refletida da liberdade”. Práticas que nos remetem à noção de autonomia, como a sugerida por Canguilhem (2002), uma vez que o sujeito, movido por sua vontade de vir a ser algo que esteja de acordo com seu desejo de vida, molda sua subjetividade através de suas escolhas éticas, sendo convocado a construir e a elaborar outros modos e outras normas na condução de sua vida.

Apropriando-se de si e modificando a própria vida diante do embate cotidiano com padrões de existência normalizantes se produz um êthos, um “ modo de ser do sujeito e uma certa maneira de fazer, visível para os outros [... que] se traduz pelos seus hábitos, por seu porte, por sua

⁶³ A teoria do Capital Humano foi inicialmente proposta por Theodore Schultz, ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1979, e desenvolvida por Gary Becker, ganhador do mesmo prêmio em 1992. Ambos representantes da Escola de Chicago. Segundo Becker, capital humano é toda capacidade de conhecimentos, habilidades e atitudes direcionadas para a possibilidade de realização de determinado trabalho, de modo a produzir algum tipo de valor econômico. Portanto, se refere ao conjunto de características adquiridas pelo trabalhador através do seu próprio investimentos em seus processos formativos, que incluem não só o percurso através das práticas educativas, como o acúmulo das mais variadas experiências que podem contribuir para a construção de suas habilidades, além do investimento na manutenção da sua saúde.

maneira de caminhar, pela calma com que responde a todos os acontecimentos” (FOUCAULT, 2006b, 270). Nesse sentido, o cuidado de si, contrariamente ao investimento de si sugerido pela lógica contemporânea do empreendedorismo, corresponde a uma postura ética diante do mundo, em que através do exercício da autonomia, os sujeitos voltam-se para si mesmos, não como objeto de investimento, fonte de capital, mas sobretudo, para que possam posicionar-se afirmativamente em relação à produção da própria vida, constituindo ao mesmo tempo um *êthos* que “implica em relações complexas com os outros, uma vez que esse *êthos* da liberdade é também uma maneira de cuidar dos outros [...] já que o cuidado de si permite ocupar na cidade, na comunidade ou nas relações interindividuais o lugar conveniente”. (FOUCAULT, 2006b, p.270-271).

Defendemos aqui, portanto, a produção de um *êthos* que demanda o exercício de práticas de autonomia, feitas meio ao cuidado de si e do outro, mediante à possibilidade de participar efetivamente da construção da própria trajetória de vida. Daí a indispensável associação entre autonomia e participação. Em contrapartida, percebemos, ao mesmo tempo, como se opera um processo de indiferenciação entre o que aqui chamamos de autonomia e participação, e o uso feito dessas noções pela tradução contemporânea das versões de empoderamento, empreendedorismo e proatividade. Queremos, portanto, chamar a atenção para o fato de que as diversas expressões utilizadas não tratam absolutamente de sinônimos, apesar de assim serem propostas tanto na esfera do mercado quanto no campo das políticas públicas.

Confusão que suscita um campo problemático de debates, cujas intercessões e dissensões merecem nossa urgente atenção, uma vez que o que vemos acontecer contemporaneamente é a transformação da demanda de autonomia e participação na estética da existência em estratégia de biopoder, a qual se direciona não para a criação, gestão e expansão da vida, mas para sua regulamentação, se impondo como nova forma de controle governamental sobre a maioria da população. Nesse cenário, ganha espaço a ideia da convocação à participação como instrumento de condição para uma suposta melhoria da qualidade de vida da população, em uma manobra onde de um lado se localizam os “empoderadores” – representados pelo Estado na figura de seus técnicos e especialistas, e de outro, situam-se os “empoderados” – a população, representada em seus grupos considerados vulneráveis. E nesse processo, ignoram-se as diferentes trajetórias, interesses e desejos que mobilizam ambos os lados.

Desse modo, o que nos interessa destacar é como as políticas de individualização intensificadas na modernidade, ao colonizar as técnicas de si com a lógica mercadológica, desvinculam o cuidado de si do cuidado do outro, e tornam o exercício da autonomia sinônimo de uma auto responsabilização pela própria vida, na qual o sujeito é tornado senhor de si, independente de todo o resto; e a participação social passa de demanda a imperativo, transformando esse sujeito senhor de si em escravo da proatividade, e da necessidade de incluir-se.

: A produção maquínica do desejo e a invenção do *homo economicus* – você tem sede de quê? Você tem fome de quê?⁶⁴ :

A economia política, forma predominante de conhecimento nas sociedades modernas, passa a ter como objeto de análise não mais uma razão econômica geral que se queira materializada, mas as racionalidades específicas que animam o agir humano. Passa-se a investigar como o trabalho exercido pelos indivíduos se configura em condutas econômicas singulares, para que então se decifre como essa conduta é praticada, racionalizada e, quais cálculos são feitos por aqueles mesmos que a exercem. Trata-se de buscar saber a que tipos de racionalidade as pessoas recorrem, ao invés de preocupar-se em descobrir a qual princípio geral de racionalidade elas se conformam. Desse modo, a própria análise econômica deixa de tentar compreender uma racionalidade geral que daria inteligibilidade para a compreensão do processo de produção das coisas, em uma perspectiva universalizante, e passa a tentar compreender quais são as formas várias de racionalidades que atravessam a conduta dos homens no processo de produção da vida. “É a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos” (FOUCAULT, 2008b, p.307) que está em questão.

Trata-se, sobretudo, da realização de uma análise “custo-benefício”, mas desta feita, realizada sob a perspectiva daquele mesmo que trabalha. Trata-se de buscar compreender como um sujeito, economicamente ativo, gerencia e utiliza os recursos de que ele mesmo dispõe. Trata-se da produção subjetiva de um novo *homo economicus*, que passa a ser ele mesmo, capital e renda. Como nos explicita Foucault (2008b, p308), “do ponto de vista do trabalhador, em

⁶⁴ Referência à música Comida (Titãs, 1987).

termos econômicos, o trabalho comporta um capital, isto é, uma aptidão, uma competência, como eles dizem: é uma “máquina”. Desse modo,

[...] *o homo economicus* é, digamos, o ponto abstrato, ideal e puramente econômico que povoa a realidade densa, plena e complexa da sociedade civil. Ou ainda: a sociedade civil é o conjunto concreto no interior do qual é preciso recolocar esses pontos ideais que são os homens econômicos, para poder administra-los convenientemente. Logo, *homo economicus* e sociedade civil fazem parte do mesmo conjunto, o conjunto da governamentalidade liberal. (FOUCAULT, 2008b, p.403)

A reprodução do trabalho imaterial que ganha espaço nesse contexto, força a empresa a reconhecer não só o saber-fazer do trabalhador, mas o investimento que, em nome da proatividade, da excelência, e, sobretudo, da capacidade de competição no mercado, estes passam a fazer em si mesmos, transformando-se em indivíduos empreendedores de si, e ocasionando, por conseguinte, a amenização da divisão social do trabalho. Gradualmente, deixa de fazer sentido a perspectiva que coloca o indivíduo-trabalhador e o capital como instâncias separadas, em uma relação de exterioridades que determina quem explora e quem é explorado. E por essa via, o imperativo reconhecimento das “competências” do trabalhador o dissocia do lugar que ele ocupa no organograma da empresa e, ignora, pelo menos a princípio, a classe social a que este pertence, na medida em que ele passa ser reconhecido em si mesmo como um capital. Fato que leva, por conseguinte, empresa e trabalhador, a intensificarem seus investimentos no campo da cooperação social como estratégia fundamental na produção da riqueza, uma vez que

[...] a força produtiva de fato nasce dos sujeitos e se organiza na cooperação, a cooperação produtiva não é, pois, imposta pelo capital, mas é, pelo contrário, uma habilidade da força-trabalho imaterial, do trabalho mental que só pode ser cooperativo, bem como do trabalho linguístico que só pode expressar-se de forma cooperativa. (NEGRI, 2003, p.96-97)

Contudo, como nos lembra Fuganti (2009, p.677), “o desejo inventa nomes a todo momento” e a lógica capitalística de produção apropria-se de termos como flexibilidade, autonomia, participação e cooperação – conceitos basilares da luta e resistência dos trabalhadores à rigidez da organização do trabalho taylorista – utilizando-os segundo a lógica do produtivismo. Desse modo, a valorização e reconhecimento do comum como campo produtivo por excelência “se faz acompanhar pela apropriação do comum, pela expropriação do comum, pela privatização do comum, pela vampirização do comum empreendida pelas diversas empresas, máfias,

estados, instituições, com finalidades que o capitalismo não pode dissimular, mesmo em suas versões mais rizomáticas” (PELBART, 2003, p.29).

É válido ressaltar, porém, que o que nomeamos aqui como produtivismo se diferencia radicalmente do que entendemos como produtividade. No sentido usado por Marx, a produtividade diz respeito não só a produção material das coisas, mas ao próprio modo de produção da vida, e, neste sentido, aponta para uma conotação positiva acerca do nosso desejo e necessidade de continuarmos produzindo coisas, sentidos, participando ativamente da construção de nossa própria possibilidade de existência e história. O produtivismo, ao contrário disso, se reconhece por uma conotação que restringe a produtividade a uma lógica quantitativa e mercadológica. Este é o ponto crucial, onde localizamos uma inversão cunhada pela lógica da governamentalidade neoliberal, em que a troca, a cooperação e a partilha dão lugar à concorrência, a qual passa a ser o princípio regulador do mercado por excelência.

Nesse modo de produção de vida o que está em jogo, como apontam Deleuze e Guattari, é a produção maquínica de nossos desejos, na medida em que o que ocorre na contemporaneidade não é obviamente um afastamento das práticas econômicas da produção de bens materiais de consumo, mas a inclusão do reconhecimento do desejo como elemento imanente e indispensável da produção de si e do mundo. O desejo, como apontamos anteriormente com Foucault, reconhecido como motor de ação, passa a ser inserido no liberalismo como elemento incontornável ao cálculo econômico, de modo que, tanto o que se afirma como “o humano”, quanto o que, a partir daí, sob a influência da Escola de Chicago⁶⁵, se nomeia como “o capital humano” e seus eventuais “modos de acumulação”, constituem o efeito mesmo dessa produção subjetiva. Segundo Lazzarato (2011, p.31),

[...] a capitalização é uma das técnicas que devem contribuir para transformar o trabalhador em “capital humano”, aquele que garante por si só a formação, o crescimento, a acumulação, a melhora e a valorização de “si” enquanto “capital” por meio da gestão de todas as suas relações, suas escolhas, suas condutas, segundo a lógica da relação custo/investimentos e segundo a lei da oferta e da

⁶⁵ Como nos descreve Gadelha (2013, p.145), “originalmente, o termo “Escola de Chicago” surgiu na década de 1950, aludindo às ideias de alguns professores que sob a influência do paradigma econômico neoclássico e sob a liderança de Theodore Schultz, atuavam junto ao Departamento de Economia da Universidade de Chicago, mas também junto à Escola Superior de Administração e à Faculdade de Direito dessa mesma universidade. Por outro lado, o grupo remete também a um grupo de economistas que, a partir do início dos anos 1960, influenciado por Milton Friedman (Nobel de 1976), George Stigler (Nobel de 1982) e seus discípulos, além de servir de arauto à defesa do livre mercado, refutava e rejeitava princípios da doutrina keynesiana.

demanda. A capitalização deve contribuir para fazer dele “uma espécie de empresa permanente e múltipla”.

Em meio à produção maquínica de nossos desejos, e, portanto, de nossas subjetividades, emerge essa nova forma de governamentalidade, cuja proposta é, através da decodificação de uma certa inteligibilidade que guia nossos interesses e configura nossos modos de ação, atuar estrategicamente na regulamentação e controle de nossas formas de agir, pensar e de nos situarmos em relação à nós mesmos e ao outro. Trata-se de uma orquestração calculada das atividades dos sujeitos feita sob uma racionalidade prática dirigida a objetivos mercadológicos, a qual tendo como base de apoio a governamentalização dos mais variados campos de saber funciona tanto no sentido de incentivar e potencializar habilidades e atitudes marcadas pelo utilitarismo, quanto limitar ou restringir drasticamente aquelas que se colocariam aquém da exigência produtiva.

Para tanto, colaboram as novas tecnologias gerenciais, colocadas em andamento no campo das escolas de gestão de pessoas, da engenharia produtiva, da medicina, da pedagogia, das práticas *psi*, da literatura empresarial de autoajuda, do marketing social e pessoal, da publicidade, etc. Reconhecidos campos de produção de saber que colaboram para a intensificação e sofisticação das tecnologias do biopoder. Saberes que atuam como forças de constituição de uma política específica de subjetivação, fazendo das diretrizes empresariais os princípios normativos da sociedade. Trata-se da produção social do desejo pela busca incessante em tornarmos-nos empreendedores de nós mesmos, vendedores de uma autoimagem competitiva: o trabalhador polivalente, dinâmico, proativo, criativo, sempre inteirado das últimas novidades tecnológicas e plugado nos acontecimentos mundiais, mas tão docilizado quanto o último modelo padrão de funcionário ideal e pronto para “participar! ”. Como nos apontam (MONTEIRO, COIMBRA e MEDONÇA FILHO, 2006, p.09),

[...] parece que a alternativa é encontrar uma missão, dedicar-se a ela compulsivamente, trabalhar com afinco em seu encargo, sem deixar que nada interfira, pura motivação apaixonada pela obsessão de uma produção que não se consegue diferenciar da produtividade requerida pelo mercado. Para este funcionamento sujeito – ou para este modo de produção de subjetividade, se preferir –, fora do absoluto de sua missão, tudo parece vazio.

A criação dessa nova realidade de produção aponta a urgente necessidade de se manter empregável, não apenas pelas tradicionais “trocas” realizadas no mercado – onde a força de trabalho é vendida mediante o pagamento de um salário, que por sua vez vai ser trocado por bens de consumo e serviços –, mas, sobretudo, pela capacidade de competir que apresenta

individualmente cada trabalhador, o qual mobiliza em favor do mercado a sua própria potência de individuação, traduzida como seu potencial de “inovação”. Como analisa Gadelha (2013, p.156), a respeito das práticas educativas na contemporaneidade,

[...] os indivíduos e coletividades veem sendo cada vez mais investidos por novas tecnologias e mecanismos de governo que fazem de sua formação, e de sua educação, em um sentido mais amplo, uma espécie de competição desenfreada, cujo “progresso” se mede pelo acúmulo de pontos, traduzidos como índices de produtividade.

Abre-se espaço assim para os discursos da empregabilidade, que se alimentam das incertezas e instabilidades produzidas globalmente em uma época onde assistimos o esvaziamento do exercício político e a expansão do poder econômico transnacionalizado por um mercado que passa a ser regulado não mais especificamente pelas trocas mercantis, mas pela concorrência empresarial. Neste contexto,

A legitimidade social e produtiva da atividade continua submetida à “empregabilidade” – neologismo bárbaro, mas que exprime bem a nova natureza da subordinação – pela empresa ou pelo Estado. Deslizamos progressivamente do “trabalho” para o “emprego”, mas o que valida a atividade não é tanto a participação efetiva na produção da riqueza – quantos empregos são ‘improdutivos’ desse ponto de vista! – mas a subordinação a formas de controle de empresa ou do Estado. (NEGRI, 12001, p. 26)

A ameaça da concorrência e o medo de permanecer às margens do processo produtivo constituem o terreno fértil que possibilita a intensificação dos discursos da empregabilidade, nos quais a demanda de participação dos trabalhadores é transformada em jargão empresarial da convocação à participação que busca operar por adesão: “Participe! Seja proativo! Seja empreendedor! ”, constituindo o paradoxo apresentado pela lógica capitalística (GUATTARI e ROLNIK, 2005). No processo de transição para o padrão da acumulação flexível toyotista (ANTUNES, R., 1995; SENNET, R., 2004) o trabalhador vira colaborador aderindo à missão empresarial, e a participação, passa de demanda a imperativo, se transformando em mais uma das competências exigidas ao trabalhador proativo, polivalente, investidor e “empreendedor de si” produzido em meio às novas modulações capitalísticas, as quais indicam que

O trabalhador não é mais um simples fator de produção, o indivíduo não é, estritamente falando, uma força de trabalho, mas um capital-competência, uma “máquina-competência”, que vai dar par com um “estilo de vida, um modo de vida”, uma escolha moral, “uma forma de relação do indivíduo consigo mesmo, com o tempo, com seu entorno, com o futuro, com o grupo, com a família.” (LAZZARATO, 2011, p.32)

Os discursos da empregabilidade, possibilitados pela reestruturação produtiva que aponta o fim dos postos de emprego e a mudança na nossa relação com o trabalho, atuam, portanto, como intensa linha na produção do desejo de inclusão, valorando a obediência civil aos imperativos mercadológicos como estratégia indispensável para prevenir-se contra a ameaça de marginalização, operando ativamente na produção da equivocada sinonímia entre o requerido investimento em si e o necessário cuidado de si, e nos transformando em gestores das liberdades e de seus riscos.

: A produção das vulnerabilidades e do medo – da gestão das liberdades à gestão dos riscos :

**Os Estados deixam de ser empresários e tornam-se policiais.
Os presidentes se transformam em gerentes de empresas estrangeiras.
Os ministros da Economia são bons tradutores.
Os industriais se transformam em importadores.
Os mais dependem cada vez mais das sobras dos menos.
Os trabalhadores perdem seus trabalhos.
Os agricultores perdem suas terras.
As crianças perdem suas infâncias.
Os jovens perdem a vontade de acreditar.
Os velhos perdem sua aposentadoria.
“A vida é uma loteria”, opinam os que ganham.**

Eduardo Galeano

O cenário nacional, atualizando a lógica da governamentalidade neoliberal que se faz global, torna-se palco de um crescente processo de precarização do trabalho, que atinge não só os desempregados, mas inclui ao mesmo tempo os trabalhadores integrados ao mercado formal de trabalho, os quais, por seu turno, têm medo de se desempregarem, tendo como efeito uma trajetória de vida marcada pela insegurança, instabilidade e precariedade dos vínculos laborais e sociais. (MINAYO GÓMEZ e THEDIM-COSTA, 1999; SENNET, 2004; CASTEL, 2005; DAROS, 2005). Em um mundo marcado pelas incertezas, condição permanente e irredutível de nossos tempos, em que “nenhum emprego é garantido, onde não existem posições seguras, onde os laços de vizinhança e de família se desintegram, o medo corrói a alma”. (MALAGUTI, 2003, p.81)

É nesse contexto que a precariedade/desigualdade deixa ser um estado provisório ou estatuto dos chamados excluídos para virar norma cujas prescrições atingem a todos. No que se refere ao sentido estatístico do termo, a norma, por sua repetição e reprodução, tem como efeito a

banalização de seus pressupostos. Habitados com a fome, com a guerra, com as mais variadas formas de violência, assistimos anestesiados e indiferentes às manchetes nos telejornais. Nos conformamos com a precariedade das condições de trabalho e de vida, que passam a ser consideradas “normais” para uma grande parte da população, produzindo o tom do assentimento – “é assim mesmo, é a vida...” – e/ou do julgamento meritocrático: “o que você tem feito para sair dessa situação?”, geralmente seguido de um “você merece.”

Banalizações intensificadas pela produção incessante de padrões diferenciais e moduláveis, em um processo de permanente normalização. Afinal, como nos esclarece Foucault (2008a), nas chamadas sociedades de segurança lidamos não apenas com a questão da polaridade exclusão-inclusão característica das sociedades disciplinares e seus mecanismos de vigilância (exame, sanção, exclusão) que tinham como função primordial determinar o modelo ideal configurado pela norma, para a partir daí, diferenciar os aptos dos inaptos, os normais dos anormais, os incluídos e os excluídos, os iguais e os “estranhos”. Lidamos, sobretudo, com a produção de uma margem de normalização, onde ser marginalizado não significa necessariamente ser excluído, mas incluído em um estatuto de “igual desigualdade” (LAZZARATO, 2011), em que uns são sempre mais “iguais” que outros.

Neste contexto, a própria ideia de exclusão social passa a ser problematizada, fazendo mais sentido pensar na produção de um processo de marginalização. Como em um rio, a produção das margens é justamente o que comporta o fluxo. O fluxo, portanto, não exclui as margens, antes disso, estabelece com elas um processo de dependência, uma vez que as margens são precisamente o que possibilita a condição mesma de sua existência, sendo o que o contém. Portanto, em um processo de marginalização o que se coloca é que, embora uns permaneçam necessariamente à margem do processo e outros no fluxo da produção, trata-se de “tudo e todos incluídos na lógica capitalística, marcados profundamente pelo modo indivíduo de subjetivação que afirma o consumo e a ascensão social como pré-requisitos de humanidade” (MONTEIRO, COIMBRA e MEDONÇA FILHO, 2006, p.09)

Temos assim que a marginalização, produto das inseguranças e incertezas inerentes a políticas embasadas na concorrência, produz ao mesmo tempo o desemparo, que por sua vez torna fértil a disseminação do discurso do medo e a penalização das precariedades, solicitando de governantes e governados a habilidade no manejo e combinação das técnicas disciplinares com as técnicas securitárias do biopoder. Por essa via, a incitação à empregabilidade e a mobilização

da participação atuam movidas pela pretensão de incluir a todos, através da produção de necessidades, desejos e ideais de vida e saúde, ou seja, em uma mesma forma de produção de subjetividades, porém objetificando sujeitos que não necessariamente ocupam o mesmo lugar no fluxo de produção. E na lógica da autonomia tornada empreendedorismo de si, a responsabilidade pelo lugar que o sujeito ocupa nesse fluxo passa a ser única e exclusivamente dele, relacionada ao quantum de investimento feito em si.

Deixa, portanto, de fazer sentido falar em exclusão quando afirmamos que não há fora. O que há é a produção de maneiras e espaços diferenciados de se estar dentro. Daí a potência da proposta de Castel (1993), que em uma tentativa de discernir esses espaços de inclusão nos descreve nossa circulação titubeante entre as zonas de integração e as zonas de vulnerabilidade, entre fluxos e margens, quando nos movimentamos infinitamente em uma tentativa esforçada de nos distanciarmos da perigosa e indesejável zona de *desfiliação*. Zonas que, portanto, se constituem perante diferentes graus de uma dupla ameaça, reconhecida tanto pela possibilidade da não integração ao mercado de trabalho, como, sobretudo, daquela que aponta a fragilidade da inserção dos sujeitos nas redes de sociabilidade que os apoiam, entre elas: as relações corporativas profissionais, a família, ou mesmo a vizinhança. Potente perspectiva que amplia nosso olhar sobre os processos de produção da pobreza, a qual passa a ser vista então para além da falta de recursos materiais, dizendo respeito, principalmente, à fragilidade relacional e de suporte de uma rede, que junto às impossibilidades financeiras, produzem os acessos à chamada zona de desfiliação.

Com isto queremos ressaltar que, muito além da precarização do trabalho, atrelada à produção do desemprego e a predominância dos contratos provisórios, o que se estabelece como ameaçador de fato é a degradação ou enfraquecimento dos vínculos relacionais que aumentam a zona de vulnerabilidade em que se encontra uma significativa parcela dos cidadãos hoje, alargando o que se reconhece como “um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoados de indivíduos em situação precária na sua relação de trabalho e frágeis em sua inserção relacional” (CASTEL, 1997, p.27), e que representa, portanto, “uma espécie de indicador da exposição de um indivíduo à ocorrência de riscos” (CASTEL, 1997, p.26), os quais passam a ser medidos mediante à probabilidade maior ou menor de desfiliação.

Seguindo esse ponto de vista temos, por exemplo, a possibilidade de um sujeito sentir-se vulnerável em relação à sua inserção no mercado de trabalho, quando diante de uma trajetória

marcada pela instabilidade dos vínculos laborais é induzido a seguir submetendo-se a um grau extenuante de empreendedorismo de si. Mas, se ao mesmo tempo, esse indivíduo é amparado por uma sólida rede familiar e/ou afetiva, conseguindo assim o tempo e espaço necessários para seguir apostando em escolhas e caminhos coerentes com afirmação de uma outra postura ético-política diante do mundo, podemos afirmar aí um fator que o protege da ameaça da desfiliação.

Grau de vulnerabilidade intensivamente diferente daqueles que ameaçam sujeitos que apesar de serem atravessados pelas mesmas instabilidades e convocações profissionais, em contrapartida, não encontram o apoio minimamente estável de redes de suporte, sejam elas familiares, afetivas ou mesmo de políticas públicas e seus serviços. Sujeitos que, apesar de serem constituídos em meios aos mesmos agenciamentos coletivos de enunciação⁶⁶ que marcam as sociedades contemporâneas, atualizando a lógica do empreendedorismo de si e do imperativo da participação, não encontram, todavia, as mesmas condições de enfrentamento para as ameaças que os atravessam. Neste sentido, como nos coloca Castel (2005, p.60):

Se ser protegido é estar em condições de enfrentar os principais riscos da vida, esta segurança hoje parece duplamente em falta: não só pelo enfraquecimento das coberturas “clássicas”, mas também por um sentimento generalizado de impotência diante das novas ameaças que parecem inscritas no processo de desenvolvimento da modernidade.

Portanto, também entram nesse cálculo, as marcas do itinerário de vida, quando a depender da posição social, do gênero sexual, da cor da pele, do endereço de moradia, etc. os sujeitos podem perceber-se mais ou menos protegidos de um grau de vulnerabilidade, que ora se configura como ameaça perigosa a si mesmo, ora transforma o si em ameaça ao outro. Situações visíveis quando estamos, por exemplo, diante de sujeitos que incorporam as marcas de uma classe média que se hegemonizou como modelo de vida universal. Constituída por indivíduos consumidores, heteronormativos, brancos e habitante dos bairros mais urbanizados da cidade, a classe média encontra suas principais vulnerabilidades diante da possibilidade de marginalização caso estes sujeitos não atendam prontamente à convocação à participação empreendedora, seguindo os itinerários e os investimentos em si sugeridos. Nestes casos, vemos como as perigosas ameaças

⁶⁶ Ver em: GUATTARI E ROLNIK, *Micropolítica – cartografias do desejo*. 2005. p.39.

de marginalização se direcionam a um si mesmo, na medida em que é a própria possibilidade de diferenciar-se, seguindo outros fluxos e itinerários, que é abreviada.

Mas, quando ao contrário disso, os sujeitos são identificados pela suposta ausência ou polarização dessas mesmas marcas, suas ditas vulnerabilidades são traduzidas como um conjunto de incompletudes de um modo de vida capitalista, na medida em que se apresentam como pobres, negros, mulheres, homossexuais, etc. passando por isso a constituírem-se como integrantes dos chamados grupos de risco. Marcados pelas “faltas”, esses sujeitos configuram-se eles mesmos em ameaças concretas e localizáveis não só para si, mas como para a cidade e para aqueles que o cercam, teoricamente mais protegidos que eles. Anuncia-se assim a chegada de um tempo, em que como pontua Malaguti (2003, p.87) “os outros são condenados pelo que são”. E por essa via,

multiplicam-se os assustados, e os assustados podem ser mais perigosos que os perigos que os assustam. O acossamento não é sentido tão só pelos fruidores da abundância, mas também por muitos dos numerosos sobreviventes da escassez, pobres que sofrem o esbulho de outros mais pobres ou mais desesperados do que eles. (Galeano, 2009, p.88-89),

Vulnerabilidades que, portanto, ultrapassam a esfera do trabalho e invadem o âmbito da vida social como um todo, se apresentando como “uma função constitutiva, na medida em que retira, de uma população ainda não diferenciada, um subconjunto, para o qual se põe a existir uma rede especial”, e mais do que isso, convocações diferenciadas. (CASTEL, 1987, p.113). Afinal, como nos aponta Pelbart (2003, p.21), “o novo capitalismo em rede, que estabelece conexões, a movência, a fluidez, produz novas formas de exploração e de exclusão, novas elites e novas misérias, e sobretudo uma nova angústia – a do desligamento”, a qual demanda uma permanente regulação na busca incessante de (re)inclusão.

Portanto, mais do que as cisões binárias produzidas pelas tecnologias disciplinares entre normais e anormais, incluídos e excluídos, burguesia e proletariado, etc., o funcionamento do biopoder opera na constituição dos perfis populacionais e seus grupos de risco. A partir daí se configuram as zonas de vulnerabilidades que passam, a depender de suas características, a serem associadas ao perigo, uma vez que esses riscos passam por um cálculo “que não são os mesmos para todos os indivíduos, em todas as idades, em todas as condições, em todos os lugares e meios. [Mas] há riscos diferenciais que revelam, de certo modo, zonas de mais alto risco e zonas, ao contrário, de risco menos elevado” (FOUCAULT, 2008a, p.80). Cálculos que permitem, portanto, presumir e determinar o que é mais ou menos perigoso.

Grupos de risco que passam, portanto, a materializar o lugar do perigo, dando margem a uma permanente fabricação de estereótipos de inimigos internos, que constituem o que Bauman denomina de comunidades “de gancho”, na medida em que funcionam como cabides onde penduramos simultaneamente o medo e a raiva que atravessam a todos, transformando as ameaças globais à segurança em seres palpáveis, corporificados, cuja periculosidade local precisa ser prevenida pela administração técnico-burocrática que marca o governo da vida. Ora, como pontua Malaguti (2003, p.98), no desamparo em que vivemos “concentrar o medo numa parte da população que pode ser nomeada, reconhecida, localizada é absolutamente estratégico”, e acrescentaríamos, aliviante para determinadas parcelas dessa mesma população.

Em contraposição à propaganda e à disseminação dos ideais de igualdade prevalecentes na constituição do sujeito jurídico moderno, este cenário nos força a reconhecer que não somos absolutamente iguais, e que, além disso, as diferentes formas e graus de vulnerabilidade/oportunidade que nos atravessam atrelam-se diretamente às condições de vida e/ou às possibilidades de suporte das redes às quais nos conectamos. Contudo, se a ideia de igualdade há tempos não se sustenta mais, não podemos dizer o mesmo da ideia de liberdade, que transformada em livre-arbítrio, segue ganhando cada vez mais força junto ao resgate do apelo à fraternidade, que há um tempo deixada de lado em nome da soberania do indivíduo, passa a ser cada vez mais requisitada no exercício de uma cidadania constituída em meio aos discursos que convocam a solidariedade e a cooperação.

Por isso, o que se coloca em questão não é necessariamente definir quem habita o lugar da inclusão ou o da exclusão. Em se tratando dos dispositivos de segurança colocados em andamento, trata-se de “fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras e em fazer de sorte que as mais desfavoráveis sejam trazidas às que são mais favoráveis” (FOUCAULT, 2008a, p.83), em uma estratégia antropofágica. Trata-se assim de gerenciar os riscos, de modo que não necessariamente se produza a diminuição das causas das vulnerabilidades, mas que estas possam, no entanto, adquirir visibilidade como ameaças de desfiliação. E diante da ameaça de desfiliação, ganham sentido e força as prescrições que se direcionam diretamente para o aumento das possibilidades de inclusão, tomadas então como soluções a serem individualmente alcançadas.

Aos indivíduos que desejam se esquivar das vulnerabilidades e da ameaça da desfiliação, passa a fazer cada vez mais sentido a manutenção do constante investimento em si mesmo, forma

específica de convocação à participação social, transformada em antídoto contra a ameaça de marginalização. Para tanto, como nos lembra Passeti (2004, p.157) “recomenda-se policiar o próprio corpo porque na sociedade de controle exige-se jovialidade, sorriso, bem vestir, polimento e elogio ao outro como forma de prestígio obtido e reconhecido, nivelamentos trazendo o outro para próximo de si, humanitariamente. ” E ao mesmo tempo, para aqueles a quem essa possibilidade de investimento se encontra reduzida ou mesmo impossibilitada, trata-se de submeter-se aos padrões do contrato social colocado em vigência em troca da suposta proteção e cuidado, a ser fornecida pelo Estado, ou indiscriminadamente, pelo mercado via ações de responsabilidade social. Mas esses do mesmo modo, precisam provar obediência seguindo a cartilha do protagonismo cidadão.

Para aqueles que se encontram à margem do processo, a meta é ir para o fluxo, é alcançar a possibilidade de também se tornarem empreendedores de si, adentrando “a vida adulta responsável dos que trabalham, pagam impostos, cumprem deveres e se vangloriam de obter direitos” (PASSETTI, 2004, p.152). Submetendo-se ao controle estatal e mercadológico, os vulneráveis passam a ser conduzidos, administrados e controlados, seduzidos pela possibilidade de serem incluídos, de se tornarem os cidadãos ideais, não configurando ameaças perigosas nem a si mesmos ou à segurança da sociedade como um todo.

O sossego oferecido pelo bom governo resume-se em proteger o cidadão dos inimigos de dentro e de fora, e cuidar da vida de cada um, como um pastor que administra a saúde, os traslados e as vontades de seus seguidores. [...Mas] o sossego do governo do Estado é abalado por aqueles que se agitam provocando riscos. (PASSETTI, 2004, p.152)

Nesse sentido, prosseguimos com Malaguti (2003, pp. 78-80), que chama nossa atenção para a necessidade de colocar em análise nossa relação com o outro, uma vez que a presença do que se configura a nós como estranho sempre representa uma ameaça à nossa segurança cotidiana. O estranho, nesse contexto, passa a representar a síntese da nova “sujeira”, na medida em que “não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo”, poluindo assim “a alegria com a angústia”, embaralhando as fronteiras e produzindo mal-estar e insegurança. Daí, que “na guerra contra os estranhos apresentam-se duas estratégias: uma é antropofágica: que ao devorar assimila, a outra é antropeômica, que ao vomitar exclui”, ou, na perspectiva que aqui propomos, marginaliza.

Desse modo, “o caráter aterrorizante dos novos estranhos faz com que eles se transformem no centro das preocupações com a organização”, deixando clara a tendência a criminalizar a

precariedade e a deslocar para o âmbito do penal as problemáticas públicas. Seguindo a mesma lógica de funcionamento da maquinaria discursiva do incitamento à empregabilidade, no enfrentamento contemporâneo dos riscos sociais também se presentifica a governamentalização dos campos de saberes médicos e jurídicos, os quais aliados à complementariedade produzida pelos discursos psicológicos, sociológicos, antropológicos, etc. constituem uma poderosa “ciência de administrar medos”, a qual por sua vez, encontra na mídia e nas agências de comunicação social um de seus principais instrumentos, gerando uma demanda infinita por segurança que justifica toda espécie de arbitrariedades, legalismos e repressões. (MALAGUTI, 2003)

Portanto, a generalização do medo que se configura na contemporaneidade emerge não só como uma consequência lastimável do funcionamento econômico de moldes neoliberais, mas como aponta Malaguti (2003, p.75), diz respeito a um projeto estético, em que o medo “entra pelos olhos, pelos ouvidos e pelo coração”, atingindo não só aos trabalhadores, mas invadindo a vida de todos e qualquer um, ocasionando uma nova forma de interpretação da realidade, uma maneira de olhar o mundo, e nos impondo uma demanda cada vez mais crescente por segurança e um apelo cada vez mais intenso pela participação social. Como nos descreve Galeano (2009, p.83), o medo torna-se global, na medida em que

Os que trabalham têm medo de perder o trabalho. Os que não trabalham têm medo de nunca encontrar trabalho. Quando não têm medo da fome, têm medo da comida. Os motoristas têm medo de caminhar e os pedestres de serem atropelados. A democracia tem medo de lembrar e a linguagem medo de dizer. Os civis têm medo dos militares, os militares têm medo da falta de armas, as armas têm medo da falta de guerras. É o tempo do medo. Medo da mulher da violência do homem e medo do homem da mulher sem medo. Medo dos ladrões, medo da polícia. Medo da porta sem fechaduras, do tempo sem relógios, da criança sem televisão, medo da noite sem comprimidos para dormir e medo do dia sem comprimidos para despertar. Medo da multidão, medo da solidão, medo do que foi e do que pode ser, medo de morrer, medo de viver.

E se calhar, alerta-nos Mia Couto (2011)⁶⁷, complementando Galeano, “há quem tenha medo de que o medo acabe”. E o medo, assim como as liberdades e os riscos, precisa ser gerido, e as revoltas prevenidas, sendo justamente esse o ponto que nos demanda atenção para os sentidos construídos a partir da proliferação e valorização dos discursos da participação social que se

⁶⁷ Trecho retirado da fala oral de Mia Couto em sua participação como convidado palestrante na Conferência do Estoril em 2011.

colocam nesse contexto. Intervir na própria produção do desejo, onde cada um e ao mesmo tempo todos, possam não só se responsabilizar e se comprometer com a produção das coisas e organização da vida, mas fazê-lo por sua própria conta e risco, assumindo-se como “empreendedor de si” e cidadão protagonista. Intervir para que a demanda de participação nos processos de mudança seja acolhida, mas de forma que as mudanças não se ampliem para o campo do imprevisível e não escapem ao controle do Estado, e do mercado,

Aqui então, a função de comando se organiza como ameaça de bloquear a informação, como *interrupção* dos processos cognitivos, em suma, o capital parasitário é aquele que extrai valor sobretudo da interrupção dos movimentos de conhecimento, de cooperação, de linguagem. Para viver e reproduzir-se, o capitalismo é obrigado a chantagear a sociedade e bloquear os processos sociais de produção toda vez que apresentem excedente no que concerne a seu comando. (NEGRI, 2003, p. 96)

À gestão das liberdades se soma a gestão dos riscos. Nessa somatória, o controle dos riscos deixa de ser um empreendimento coletivo para transformar-se em uma estratégia individual, na medida em que “[...] a problemática da proteção se redefine em torno da figura do indivíduo moderno que experimenta sua vulnerabilidade” (CASTEL, 2005, p.09). Desse modo, o sujeito ao se tornar empreendedor de si, assume ao mesmo tempo os investimentos e os riscos, os quais precisam ser por esses geridos, subvertendo a conotação da autonomia. Trata-se então de uma autonomia de cunho neoliberal, atomizada, consumista, na qual o sujeito é senhor de si mesmo, independente de todo o resto.

Vemos assim, como as relações de poder nas instituições modernas não preservaram nas práticas de si os mesmos sentidos da autonomia por que então se lutava nos processos de redemocratização. A autonomia, nesse caso, passa a equivaler à responsabilização dos trabalhadores, e dos cidadãos em geral, pelo próprio “sucesso” ou “fracasso”, em uma roupagem meritocrática que caminha no mesmo sentido de revestimento da liberdade pelo livre-arbítrio. Trata-se da responsabilidade de cada um escolher o melhor caminho. Trata-se de delegar aos indivíduos os riscos da empresa, do mercado, da cidade, convocando-os não exatamente ao exercício de uma re-normalização, de um cuidado de si e do cuidado do outro, mas à imposição de um “vire-se!

: A participação social pela via do biopoder – o protagonismo cidadão e o apelo a uma convivência solidária no estilo “faça a sua parte” :

Há, neste mundo, mais medo de coisas más do que coisas más propriamente ditas. [...] A nossa indignação, porém, é bem menor que o medo. Sem darmos conta, fomos convertidos em soldados de um exército sem nome e, como militares sem farda, deixamos de questionar. Deixamos de fazer perguntas e discutir razões. As questões de ética são esquecidas, porque está provada a barbaridade dos outros e, porque estamos em guerra, não temos que fazer prova de coerência, nem de ética nem de legalidade.

Mia Couto (2011)

No que se refere a essa nova configuração do Estado, que caminha gradualmente da administração da morte, para a administração da vida, trata-se, como nos aponta Castel (1987, p.119), “menos de criar, executar e financiar diretamente, do que de centralizar e planificar os dados, de racionalizar a implantação dos serviços, de lhes fixar normas estritas de funcionamento e de controlar seus resultados – deixando-os em seguida gerenciar seu negócio como uma empresa”. Desse modo, o que passa a importar não é necessariamente a intervenção sobre o mercado, mas para o mercado, sendo a gestão dos riscos do exercício dessa suposta liberdade, a responsável pelo tom da organização social que se produzirá para seu funcionamento. Pois, como nos alerta LAZZARATO (2011, p.18) “para poder ‘*laissez-faire*’ é preciso intervir muito”.

Como o governo neoliberal intervém no social? Fazendo do social uma função da empresa. Ele intervém para favorecer a multiplicidade, a diferenciação e a concorrência das empresas, e, para incitar, solicitar e forçar cada indivíduo a se tornar empresário de si mesmo, a se tornar “capital humano”. (LAZZARATO, 2011, p.29)

O que vemos, portanto, é que não há, por conseguinte, o desmonte de políticas sociais, mas antes disso, a multiplicação e a ampliação dos espaços de sua intervenção, na medida em que elas se convertem em uma administração tecnocrática das desigualdades e “da gestão diferencial dessas desigualdades se destacam medos diferenciais que atingem todos os segmentos da sociedade, sem distinção, e que constituem o fundamento afetivo desse governo das condutas pelas desigualdades” (LAZZARATO, 2011, p.28). Ou seja,

É no espaço dos que estão na borda e dos que dela espierraram que “funcionam” os serviços que executam as políticas públicas formuladas pelos gestores atrelados ao Estado: a rede pública de educação, o sistema público de saúde e o

aparelho de ressocialização do sistema prisional, dentre outros, cada um respectivamente destinado conforme a pretensão por serviços ou produtos que almeje o desqualificado candidato. (MONTEIRO, COIMBRA e MEDONÇA FILHO, 2006, p.09)

Apontar a existência de mecanismos de segurança só faz sentido em uma época que produz tantos medos, os quais demandam a organização estatal de toda uma macropolítica da segurança que se gesta ao mesmo tempo em que se produz o que Deleuze e Guattari nomeiam como uma “*micropolítica da insegurança*”, em que “a administração de uma grande segurança molar organizada tem por correlato toda uma micropolítica de pequenos medos, toda uma insegurança molecular permanente, a tal ponto que a fórmula dos ministérios do Interior poderia ser: uma macropolítica da sociedade para uma micropolítica da insegurança.” (LAZZARATO, 2011, p.28). Como pontua Mia Couto (2011)

A manutenção desse alvoroço requer um dispendioso aparato e um batalhão de especialistas que, em segredo, tomam decisões em nosso nome. Eis o que nos dizem: para superarmos as ameaças domésticas, precisamos de mais polícia, mais prisões, mais segurança privada e menos privacidade. Para enfrentarmos as ameaças globais, precisamos de mais exércitos, mais serviços secretos e a suspensão temporária da nossa cidadania.

Assim, a produção social do medo, encabeçada pelo medo do descarte e da desfiliação que atravessa os sujeitos contemporâneos, intensifica o estatuto de verdade que afirma a meritocracia e o protagonismo cidadão como diferenciais competitivos, dando sentido e força não só aos discursos da empregabilidade como aos mais variados tecnicismos, que acabam por traduzir-se na convocação da proatividade e participação dos sujeitos ao engajamento individual para o “empreendedorismo de si”, acenando-lhe com a promessa de inclusão no mercado, no trabalho e na vida. Situação muito diferente do reconhecimento da cooperação social como base produtiva.

Portanto, é preciso observar que o princípio da livre concorrência pregado pela governamentalidade neoliberal não afirma necessariamente a ausência de controle do Estado, mas antes disso, se organiza em torno de um sem número de intervenções estatais. Enquanto no liberalismo clássico, a proposta de um Estado-mínimo, exigia o respeito estatal aos fluxos “naturais” do mercado, restringindo sua função à pontuais práticas de mediação; no novo liberalismo, o mercado passa a ser não somente um princípio de limitação do Estado, mas, além disso, passa a se constituir como um princípio normativo, em uma situação onde são justamente

as práticas estatais que são alvo de uma governamentalização, conduzidas então pelo próprio mercado.

Somando-se a isso, a degradação das condições materiais de vida e das formas de reprodução, agravadas pela ausência de mecanismos de proteção social da força trabalhadora, passa a ser retroalimentada das incertezas e instabilidades que hoje atravessam o mercado, configurando como expressa Castel (1987) “uma massa de qualificações sem emprego”, que por seu turno, impõe aos trabalhadores a visão de si mesmos como técnicos destinados ao desenvolvimento de uma política profissional “autônoma”, vendedores de conhecimentos especializados para a crescente demanda tecnicista. Cidadãos protagonistas, que são convocados a se livrar da tutela de um estado paternalista e responsabilizarem-se de uma vez por todas pelo investimento não só em si, como na cidade, pela organização do seu condomínio, da sua rua, do seu bairro.

A noção ideal de cidadania passa a ser aquela que conta com a participação popular, travestida da mesma proatividade empreendedora de cunho mercadológico, quando os cidadãos são convocados a serem time, equipe que se organiza para identificar necessidades locais a serem resolvidas por meio de mutirões solidários. Procura-se assim “pelo efeito da participação imobilizar a população no local, gerando a crença de que não há nada melhor do que melhorar o lugar onde se mora, fazendo das periferias autênticos campos de concentração sem arame farpado” (PASSETTI, 2004, p.158). Ao Estado, cabe proporcionar as condições necessárias para que a sociedade civil organizada atue eficazmente na resolução das questões de ordem pública, cujos problemas são considerados responsabilidades de todos.

Partindo, porém, do pressuposto que o próprio conceito de cidadania é uma produção sócio histórica, é preciso que se questione quais os sentidos atrelados a ideia de um protagonismo, quando ser cidadão, ainda significa por um lado, se submeter ao contrato social, e através da renúncia e consentimento abrir mão do exercício da autonomia em nome de uma vontade geral, e por outro, participar de maneira colaborativa, à maneira do “faça a sua parte” da solução das problemáticas consideradas públicas. Conforme nos aponta Fonseca (1997, p. 88) diante da função produtiva que a cidadania passou a exercer na sociedade brasileira, “é preciso que se interrogue a serviço de quê forças [esta] passou a funcionar. É preciso que se aponte o quanto de uma determinada ideia de cidadania passou a ser instrumento poderoso de sustentação, de reprodução e de consumo de determinadas práticas de poder”, as quais deslocam a relevância

da produção de debates e ações coletivas para a reafirmação de uma lógica de um “proativismo” empresarial de bases individualistas e meritocráticas.

No lugar da luta de classes, a convocação ao empreendedorismo de si e ao protagonismo cidadão, permeando o apelo a uma convivência solidária no exercício da cidadania. No lugar da produção de um exército de reserva, a multiplicação dos cidadãos-consumidores. Por isso, não se trata mais de exclusão, é a inclusão de todos que está em jogo. Trata-se de reconhecer, como afirma Passetti (2004, p.158), que “ninguém é mais classe, isso ou aquilo, é cidadão, multidão. Pague e obtenha. Participe e serás bem quisto! A sociedade de controle inclui, ainda que você jamais chegue a desconfiar que está dentro permanecendo fora.”

Se até bem pouco tempo, movidos por padrões capitalistas de acumulação e adestrados pelas técnicas disciplinares, investíamos na manutenção de um exército de reserva, constituído pela padronização de corpos docilizados politicamente cuja força era direcionada para a produção; atualmente, precisamos apostar na potência da mobilização, da circulação, dos fluxos desses corpos tornados capitais, todos incluídos no mesmo itinerário a seguir. Neste cenário, “não se pretende mais extrair [dos corpos], pela disciplina, o máximo de energias econômicas para reduzir as forças políticas de resistências, esperando docilidades. Persegue-se a convocação à participação numa velocidade capaz de suprimir resistências, integrando a todos. (PASSETTI, 2004, p.157)

Estamos, portanto, diante de um modo de funcionamento social que se organiza não mais pela pobreza tornada mão- de-obra disponível, mas pela transformação de todo e qualquer indivíduo em consumidor em potencial, identificando aqueles que não cabem nesse padrão ou que o recusam, como estranhos que precisam ser isolados e neutralizados. Assim, como nos aponta Malaguti (2003.p.79) “não há lugar para a cidadania fora do consumismo”, e aqueles considerados falhos nessa missão são considerados os “novos impuros”, uma vez que “o critério de pureza, ou de reordenamento, é a aptidão e a capacidade para o consumo”.

Nesse sentido, observamos que, tanto os enunciados que atravessam a questão da convocação à participação na esfera das políticas públicas e do seu chamado ao exercício da cidadania, quanto aqueles que incentivam o “*empreendedorismo de si*” no campo empresarial, afirmam a necessidade de uma disponibilidade integral dos sujeitos para a participação, como condição indispensável à inclusão, seja no mercado, onde a participação do sujeito trabalhador se confunde com uma habilidade proativa; seja na vida civil, onde a participação nas instâncias

propostas pelas políticas públicas, baliza a busca pelo que se convencionou chamar de “protagonismo cidadão”. Afinal,

A virtude do moderno cidadão está em demonstrar obediência aos superiores sob a forma de prevenção geral, preferencialmente democrática. [...] Fica estabelecida uma relação de mão dupla de vigilâncias e cuidados do Estado para com a sociedade e desta para com o Estado, cabendo ao cidadão o papel de soldado das garantias (PASSETTI, 2004, p.152)

Em se tratando especificamente da esfera das políticas públicas, observamos que, muitas vezes, o incentivo à participação social e à organização de seus processos funciona como poderoso dispositivo da regulamentação governamental, na medida em que incita os sujeitos à gestão privada dos próprios recursos (materiais, cognitivos e afetivos) para se manter no fluxo do mercado e da vida, ao mesmo tempo em que busca aplacar suas possíveis resistências, conflitos e questionamentos através da promoção de espaços consultivos que lhe dão a sensação de terem suas demandas escutadas e, assim, fazerem parte da rede. Ou seja, ao nos darmos conta de que “participamos diretamente na construção da produção, aparece a perplexidade diante do risco da subversão, lado a lado com o incentivo à participação democrática. Inevitabilidade do susto e eficácia de contenção se reorganizam”. (PASSETTI, 2004, p.158)

Forma de organização que se coloca mesmo quando “todos sabemos que o caminho verdadeiro tem que ser outro. Todos sabemos que esse outro caminho poderia começar, por exemplo, pelo desejo de conhecermos melhor esses que, de um e de outro lado, aprendemos a chamar de “eles”. (Mia Couto, 2011). Afinal, a impossibilidade de nos descentramos de nós mesmos implica diretamente na impossibilidade de enxergar o outro. Se quisermos fazer diferente “interessa ver de outro modo, ver antes o mundo para depois chegar a si” (DELEUZE, 2008). E em meio a exercício, a deriva de outras questões: por que aos mais pobres, os ditos vulneráveis, considerados beneficiários dessas políticas, recairia com um peso maior, não apenas da convocação à participação, mas a quase obrigatoriedade de sua presença nas instâncias propostas?

Questão produzida mediante à memória das muitas vezes em que, atuando como trabalhadora social, me incomodei com os vazios e as recusas dos moradores de territórios ditos vulneráveis nas atividades de participação social propostas pelas políticas públicas e operacionalizadas pelas nossas ações cotidianas. Incômodo que, a princípio, não necessariamente me remetia à análise de minhas próprias implicações. Incômodo que não era suficiente para que eu passasse

a questionar de quais instâncias semelhantes eu participaria em minha vida cotidiana. Naturalizava-se em mim não só a obviedade do suposto desejo de participação, como a necessidade de participação daqueles que tinham ainda muito a ganhar e nada, ou quase nada, a perder. Afinal de contas, “os beneficiários de socorro não representam nunca grupos concretos que poderiam se organizar por si mesmos e reivindicar um direito. Eles são uns quanto casos sobre os quais uma competência exterior se inclina para verificar a existência real de um déficit”. (CASTEL, 1987, p.123).

A partir dessa perspectiva compreendemos então como a questão da participação, pode funcionar como uma tecnologia do biopoder, uma vez que é justamente a partir do aumento da demanda por participação nas diversas instâncias da vida pública, advinda dos mais variados movimentos sociais, e atualizados em territórios singulares, que observamos não uma tentativa de impedir essa participação, mas incluí-la e regulamenta-la, com a dupla função de produzir o sentido-sensação de participação de uma população, ao mesmo tempo em que se busca diminuir a capacidade de resistência de um povo⁶⁸.

É preciso ressaltar, no entanto, que sugerir atenção aos rumos e sentidos que os processos de participação social têm tomado não significa absolutamente abrir mão do direito de participar ou descartar a possibilidade de ocupar as instâncias de participação instituídas e/ou em processo de instituição, mas de seguir no esforço de discernir entre os mecanismos do biopoder e a potência do biopolítico, na medida em que ao poder sobre a vida há sempre a resposta do poder da vida (PELBART, 2003)⁶⁹. Estarmos atentos aos rumos tomados pelos discursos da participação, que nos convoca a seguir tomando parte, e, ao fazê-lo, mapear por onde a vida escapa e se afirma apesar de todas as tentativas de sequestro e expropriação, fazendo eco e atualizando as questões levantadas por muitos dos intercessores que aqui se fazem presentes:

Como pensar as subjetividades em revolta? Como mapear o sequestro social da vitalidade na desmesurada extensão do Império e na sua penetração ilimitada, tendo em vista as modalidades de controle cada vez mais

⁶⁸ No curso de 1978, Segurança, Território e População, Foucault vai propor a distinção conceitual entre o que ele chama de população, como objeto de regulamentação e controle da governamentalidade, e o que ela chama de povo, como o conjunto de sujeitos que resiste a essas mesmas regulamentações e desajusta o sistema.

⁶⁹ Peter Pelbart, em diálogo com autores italianos, como Negri e Lazzarato, e inspirado em Deleuze, propõe uma inversão conceitual e política do conceito de biopolítica, ao afirma-la não mais como apenas como o poder que se exerce sobre a vida da população (biopoder), mas como a potência política da vida, que no contemporâneo passa a equivaler a biopotência da multidão. Ver em: PELBART, P.P. **Vida Capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

sofisticadas a que ele recorre, sobretudo quando ele se realavanca na base do terrorismo generalizado e da militarização do psiquismo mundial? Mas como cartografar igualmente estratégias de reativação vital, de constituição de si, individual e coletiva, de cooperação e autovalorização das forças sociais avessas ao circuito formal da produção? Como acompanhar as linhas de êxodo e desinvestimento ativo dos “excluídos”? [...] (PELBART, 2003,p.26-27)

Desse modo, minha atenção desloca-se do dilema de participar ou não participar, de uma participação mínima ou participação máxima, do máximo de tutela estatal para uma participação pública e geral ou um mínimo de Estado para uma participação privada e particular; e direciona-se para a problematização de uma suposta forma universal de participação, a ser convocada, conduzida e mediada pelas forças públicas do Estado e/ou pelas forças privadas do mercado.

Exercício de problematização que busca dar visibilidade aos modos como a demanda por participação, alavancada pelos vários movimentos sociais, se produz em uma lógica político-econômica vigente, que aposta na regulamentação da vida como estratégia de governo, encontrando na incitação ao discurso da participação social um poderoso aliado. Nesse sentido, ambos os campos de práticas discursivas, o relacionado à empregabilidade e o direcionado à convocação à participação social nas mais variadas esferas funcionam ancorados nas promessas de inclusão social, enquanto acionam a maquinaria de poder direcionada para que se evite a revolta (FOUCAULT, 2008).

TERCEIRA ENTRADA

: O encontro com o território – a formação de um corpo-trabalhadora- técnica- social nos agenciamentos com a favela, com a equipe técnica, com o Estado:

“Nesta sociedade, espera-se por silêncios, sorrisos, sussurros, acertos, gestos comedidos, assentimentos, negociações abafando discordâncias, confiando em segurança nas instituições e consagrando a tolerância. Nela, deve-se evitar o berro, a gargalhada, a contestação, o desassossego, o incômodo” (PASSETTI, 2004, p.158)

Estamos no ano de 2008. Rio de Janeiro. Os pés que pisaram a Rocinha pela primeira vez eram os pés de uma trabalhadora social, integrante da Equipe Técnica de Trabalho Social (ETTS) do PAC Favelas. Lugar de constituição do rosto que dava as caras para os muitos reunidos naquele salão da Igreja Católica, convidados a participar do I Encontro com os moradores da Rocinha. Momento em que a equipe seria apresentada, assim como a proposta de intervenção do Trabalho Social no território.

Além da sensação de deslumbramento - causada por todo aquele barulho; pelo trânsito maluco e solidário na sinuosidade da Estrada da Gávea; pelos sorrisos e olhares desconfiados na entrada do salão paroquial da igreja -, lembro-me claramente da recusa de muitos moradores em assinar as listas de presença, principal instrumento de registro do evento prestes a acontecer.

Recém-chegada na equipe, ainda do lado de fora do salão, procurava em meio ao burburinho dos que chegavam uma função útil que me distraísse do constrangimento de uma não-familiaridade: com o espaço, com as pessoas, com o funcionamento de uma prática. Rapidamente me ocupei da identificação dos moradores, não tão recém-chegados como

eu. Inicialmente, me dediquei à elaboração manuscrita dos crachás personalizados: “Como o senhor prefere ser chamado?”, perguntava sorrindo. “E a senhora? ”. Em seguida, percebendo uma certa desconfiança dos moradores que se aglomeravam em torno das listas de presenças- “Essa lista vai para onde hein?!; Para que vocês querem isso?; Ah, não vou assinar agora não, vou esperar um pouco” -, me juntei ao resto da equipe na função do esclarecimento cordial e polido convencimento para a coleta das assinaturas, ainda que sem entender o porquê do registro das presenças ser atividade tão indispensável, apesar da clara resistência dos moradores.

Quando já devidamente instalados do lado de dentro do salão paroquial, os moradores ocupavam ruidosamente as cadeiras enfileiradas do conhecido formato de assembleia da reunião prestes a começar. Cena familiar para eles, habituados que estavam às frequentes convocações para a participação. Cena nova para mim, que agora desprovida de função específica ou especial, me misturava em meio a estes nas cadeiras enfileiradas, de onde assistia a tudo sem piscar. E se, por um lado, parecíamos todos movidos pela mesma curiosidade e ansiedade acerca dos acontecimentos prestes a se desenrolar; por outro, não posso afirmar que nos movíamos pelos mesmos interesses, haja vista a disparidade da (des)confiança que nos acompanhava.

Iniciada a reunião, tudo parecia correr conforme o roteiro, metodologicamente desenhado e previamente estabelecido. No pano azul estendido como quadro, tarjetas de cartolina coloridas, acompanhadas pela fala simpática do condutor da reunião, esclareciam aos poucos as etapas de um projeto a serem seguidas, e não necessariamente construídas pelo coletivo ali reunido e convocado à participação. Os olhares agora atentos, ainda expressavam a desconfiança. Havia silêncio; havia tensão. Foi quando os questionamentos realizados pelo

tom agressivo de um líder comunitário começaram a agitar a todos, misturando-se à confusão do burburinho crescente, produzido tanto por aqueles que o apoiavam, em oposição à intervenção; como pelos barulhentos pedidos de silêncio vindo de outra parte do grupo de moradores ali presentes, aparentemente interessados em ouvir o programa.

A agressividade do morador, mobilizadora de muitos e diferentes afetos, me parecia então exagerada, e me incomodava. Afinal, havíamos preparado aquela reunião com tanto zelo e dedicação. O burburinho crescente, diferente daquele que me causou o deslumbramento da chegada, agora me irritava. Mas, quanto mais alto o tom dos questionamentos, mais baixo o tom das respostas. “Não adianta vir com essa fala mansa não! Aqui a gente grita mesmo parceiro!”. O morador tentava incitar os presentes. Nós, tentávamos acalmar os ânimos, baixar a guarda. Mas o incômodo deles não era o barulho, era o silêncio.

No final do encontro, um estranhamento. Informações passadas, comitês de participação formados⁷⁰, aqueles mesmos que antes gritavam com o dedo em riste, se despediam da equipe com cordiais tapinhas nas costas: “Desculpe qualquer coisa, mas sabe como é né?!”. Entre gritos, burburinhos, consentimentos e recusas, estabelecia-se ali naquele salão paroquial não só meus confusos afetos, mas o clima de tensão e conflito que acompanharia, ora com mais intensidade e ora com mais trégua, a tentativa de mobilização da população e sua convocação à participação, eixo estruturante da política a ser implementada. Desafio que se colocaria como o maior obstáculo durante todo o trabalho realizado e potente convívio com os moradores daquele território.

⁷⁰ Refiro-me aqui aos chamados CAO – Comitês de Acompanhamento das Obras.

Realidade muito próxima do que também aconteceria nos outros territórios, onde outras reuniões estavam por vir.

Em 2008 me afastei das atividades acadêmicas em Vitória (ES) para experienciar a formação de um corpo-trabalhadora-técnica-social⁷¹ no Rio de Janeiro. Lugar que me acolheu na escolha de fazer parte da equipe de consultores da empresa responsável pela implementação do chamado Trabalho Técnico Social do PAC-Favelas. A empresa era subcontratada por um grupo de grandes empreiteiras, por sua vez contratadas pelo governo do Estado, uma vez que vencedoras das licitações relacionadas às intervenções urbanísticas a serem realizadas nos territórios do Complexo do Alemão, Rocinha e Complexo de Manguinhos.

Nesse escopo, mediante as orientações do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, o chamado Trabalho Social (TS), se configura com a formação de uma equipe de caráter multidisciplinar, cujas ações, fundamentadas nos princípios da participação comunitária, sustentabilidade dos empreendimentos e preservação ambiental, são direcionadas para o desenvolvimento urbano dos territórios alvos da intervenção. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2012).

Em se tratando das intervenções urbanísticas nas favelas, o Trabalho Técnico Social do PAC⁷² diferenciava-se de outros projetos pelas normativas que previam a inclusão da participação social como premissa fundamental, mediante a obrigatoriedade de um percentual de verbas exigidas das empreiteiras para a realização dessas atividades, se distinguindo das intervenções historicamente marcadas pelo assistencialismo. Deste modo, o Trabalho Social esteve diretamente atrelado ao cronograma das obras de infraestrutura realizadas nos territórios, tendo como guia metodológico o Caderno de Orientação para o Trabalho Social (COTS)⁷³, que atrela

⁷¹ Passo a partir desse momento a utilizar o termo “trabalhador(a) técnico(a) social” com o intuito de diferenciar e especificar uma categoria ou dimensão do que em termos gerais nomeamos como trabalhador social.

⁷² Refiro-me mais especificamente aqui à parte do programa gerenciada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, representado pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP), integrante da Casa Civil. Essa ressalva é relevante na medida em que outras intervenções referentes ao PAC, realizadas em vários outros territórios da cidade foram gerenciadas pela Prefeitura (PCRJ), cabendo ao Estado, os territórios do Complexo do Alemão, Complexo de Manguinhos, Rocinha, Pavão Pavãozinho e Cantagalo.

⁷³ A metodologia elaborada pela empresa seguiu obrigatoriamente as orientações do COTS (Caderno de Orientação Técnico Social), material disponibilizado pela Caixa Econômica Federal com a finalidade de orientar as equipes técnicas dos Estados, Distrito Federal, Municípios, Entidades Organizadoras/Construtoras e Empresas Credenciadas para o desenvolvimento do Trabalho Técnico Social nos programas operacionalizados pela Caixa, na área de Desenvolvimento Urbano. As orientações contidas no material disponibilizam diretrizes e informações para a elaboração, implantação, registro, monitoramento e avaliação do Projeto de Trabalho Técnico Social

a realização do que se chama Trabalho Técnico Social, dentre outras premissas, aos seguintes objetivos,

promover a autonomia e o protagonismo social, planejadas para criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, adequando-os às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, além de incentivar a gestão participativa para a sustentabilidade do empreendimento. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2012, p.4)

Para atingir tais fins, é válido ressaltar que foi elaborada uma mesma proposta metodológica para os três territórios em questão, a qual seguiu a divisão das atividades sugeridas pelo COTS, em dois grandes eixos: Gestão de Impactos (GI) e Desenvolvimento Sustentável (DS). Atravessando as atividades desses eixos, se propunha como eixo diagonal a Mobilização e Organização Comunitária, o qual se correlacionava mais diretamente com as questões da chamada participação social, que no contexto do programa era traduzida inicialmente pela realização de um conjunto de pesquisas censitárias e grupos focais com os moradores destinados à elaboração do diagnóstico social dos territórios, e operacionalizada posteriormente pela tentativa de elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável e da constituição de ações de gestão compartilhada.

Desse modo, seguindo as premissas sugeridas pelo COTS, além das assembleias informativas e reuniões setoriais eventualmente organizadas por sub-bairros⁷⁴ nos diferentes territórios, a primeira etapa dessa intervenção previa, entre outras atividades de participação, a realização de grupos focais com os chamados atores sociais estratégicos. Moradores que por sua trajetória política dentro dos territórios, apresentavam-se, de alguma forma, mais atuantes e vinculados aos campos da Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Infraestrutura Urbana, Meio Ambiente, etc. Moradores previamente mapeados e convidados a descrever os principais limites e potencialidades de cada temática no território, na etapa nomeada metodologicamente de Conhecimento Estratégico.

(PTTS), apoiando a implementação das ações desde a concepção do projeto até a etapa posterior à conclusão das obras e serviços.

⁷⁴ A definição dos sub-bairros ou setores foi estabelecida com o auxílio de algumas lideranças locais, em uma tentativa de setorizar o território para facilitar a reprodução das atividades, mas ao mesmo tempo considerando a identificação da população local com as áreas.

O termo diagnóstico social, apesar da anunciada falta de precisão conceitual⁷⁵, vem ganhando destaque como fase metodológica indispensável à realização do chamado planejamento estratégico, metodologia administrativa-gerencial que tem ganhado relevo no campo do empreendedorismo empresarial. Neste contexto, planejar estrategicamente significa usar os recursos disponíveis de forma eficiente, incluindo a gestão do tempo e a gestão dos riscos, com o objetivo de aumentar a produtividade e o desempenho de trabalhadores e empresas. Para tanto, torna-se consenso entre os gestores de projetos, a relevância crucial da realização de uma série de estudos e investigações, direcionados ao mapeamento das fragilidades, potencialidades, oportunidades e ameaças que constituem o contexto situacional de determinada organização.

Etimologicamente, a palavra diagnóstico deriva do grego *diagnostikós*, formado pelo prefixo *dia* que significa “através”, seguido de *gnosis*, que quer dizer “conhecimento”. O diagnóstico diz respeito então à “um “conhecer através”, ao ato de “conhecer por meio de”. E neste sentido, sua conotação herda as características dos procedimentos dos diagnósticos clínicos realizados tradicionalmente pela medicina, cujos especialistas lançam mão de toda uma tecnologia de exame para detectar “sintomas” a serem prevenidos ou remediados pela prescrição de hábitos ou tratamentos mais adequados. Trata-se, portanto, da simultânea busca de uma verdade a ser descoberta e de uma solução a ser planejada.

Transposto ao plano das intervenções sociais no campo das políticas públicas ou da responsabilidade social de cunho empresarial, o diagnóstico, adjetivado então pelo social, se traduz na fase de pesquisas e investigações acerca de uma dada realidade sócio geográfica que comumente precedem e/ou iniciam a realização dos projetos em campo, funcionando ao mesmo tempo como porta de entrada nos territórios e oportunidade de produção de vínculos e familiaridade com os atores sociais e a dinâmica a ser conhecida. Geralmente considerados em sua característica situacional, os diagnósticos sociais são popularmente chamados e traduzidos nos projetos sociais como a “foto da comunidade”, e constituem o que se chama de marco zero, a ser utilizado como referência para posteriores mensurações dos impactos sociais nas fases finais de avaliação das intervenções.

Vemos assim que, independente do campo em que se realiza, a demanda de elaboração de um diagnóstico, baseia-se fortemente no princípio de que é necessário conhecer para transformar,

⁷⁵ A esse respeito ver: IDANEZ, M. J. A.; ANDER-EGG, E. **Diagnóstico social: conceitos e metodologias**. Cidade do Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. 2007

ou, dito de forma empresarial, conhecer para agir com eficácia. Neste sentido, as práticas que comumente permeiam a realização de um diagnóstico social, se direcionam para a procura de um suposto conhecimento real e concreto de uma determinada situação sobre a qual se vai intervir socialmente. Visa-se assim identificar os diferentes aspectos necessários a se levar em consideração para a desejada transformação da situação e/ou da problemática que se quer resolver. A crença que sustenta essa ação relaciona-se, portanto, à busca de uma maior garantia e eficácia no planejamento e execução das atividades de um projeto a ser desenvolvido em médio e longo prazo. (IDANEZ e ANDER-EGG, 2007).

Todavia, conforme chamam atenção Idanez e Ander-Egg (2007), um diagnóstico social não se restringe às práticas de estudos e pesquisas, mas as ultrapassa, uma vez que além de incluí-las, se aproxima do que eles apontam como a realização de uma “investigação aplicada”, cujo lema “conhecer para fazer” ressalta a ênfase no uso das informações produzidas para a realização de um planejamento que se direciona de maneira tática ao alcance de um fim ou objetivo específico, em geral previamente elaborado. Afinal, como afirmam os autores citados “um diagnóstico não se realiza só para saber “o que acontece”. Realiza-se também para saber “o que fazer”. (IDANEZ e ANDER-EGG, 2007, p. 24)

Distinção e crítica realizadas em face ao acúmulo de estudos e diagnósticos realizados nas mais variadas intervenções sociais e à constatação dos poucos problemas efetivamente resolvidos por estas. Os citados autores prosseguem afirmando ser compreensível as ponderações feitas por agentes externos, os quais apontam que, muitas vezes, os diagnósticos parecem servir tão somente ao propósito de “conhecer por conhecer”, como se tratasse apenas de “saber o que ocorre”. Neste sentido, a crítica maior recai sobre um suposto não comprometimento de pesquisadores acadêmicos, os quais não se importariam efetivamente com a utilidade dos estudos realizados. Crítica também realizada por muitos dos moradores e equipes participantes da intervenção que colocamos aqui em análise. A esse aspecto voltaremos posteriormente⁷⁶.

Interessa-nos por ora destacar que esta perspectiva finalista, afinada com o paradigma problema-solução, defendida acima pelos autores citados, contempla a proposta da realização

⁷⁶ Retomaremos a esse ponto mais detalhadamente QUINTA ENTRADA quando problematizamos os desafios e lacunas das atividades de participação social materializadas na intervenção que colocamos em análise nessa tese.

dos diagnósticos sociais da intervenção do PAC- FAVELAS, uma vez que se tratava de “realizar um estudo com a finalidade de obter conhecimentos para produzir mudanças introduzidas e/ou planejadas. Ou com o propósito de resolver problemas, satisfazer necessidades, desenvolver potencialidades, ou agir sobre algum aspecto da realidade social”. (IDANEZ e ANDER-EGG, 2007, p.19). Comprovada ênfase na eficácia que, no entanto, nos levam a questionar: eficácia em que sentido? Questionamento que a princípio, em se tratando da perspectiva social do projeto, tende a ser automaticamente respondido pela via da correspondência direta da eficácia com uma transformação social desejada. Argumento que, por sua vez, nos parece apenas deslocar o questionamento inicialmente realizado: mas sob que perspectiva essa “transformação” seria eficaz? Ou: Qual a demanda dessa “transformação”? E ainda: A transformação que se quer produzir, utilizando o diagnóstico social como instrumento tático, conta efetivamente com a pactuação coletiva das pessoas a quem ela se direciona?

Em suas versões mais contemporâneas, incluindo a versão da metodologia utilizada no PAC-Favelas, já se trata de uma unanimidade o consenso acerca da participação popular como item indispensável para a realização do diagnóstico social. Partindo do reconhecimento de que os atores sociais que habitam os territórios em questão são as fontes de informação mais legítimas quando se trata de mapear as fragilidades e potencialidades de cada região, estes são convocados a participar das várias atividades de pesquisa, seja respondendo aos extensos questionários de uma pesquisa censitária, seja participando de grupos focais temáticos, seja frequentando as assembleias públicas, produzindo assim uma verdade sobre o território.

Somando-se a essa premissa, se delineiam as dicas para a realização de um bom diagnóstico social. Disseminadas por parte considerável dos especialistas do ramo e, em termos gerais, seguidas com zelo pelos trabalhadores sociais, as dicas geralmente seguem a via de inspiração baseada na originalidade do modelo médico-clínico, destacando a necessidade de uma desejada neutralidade daqueles que conduzem as pesquisas, bem como a promoção de uma atmosfera de empatia e cordialidade, para que os atores sociais convocados à participação, como os pacientes nos ambulatórios, sintam-se à vontade e confiantes para expressarem-se “livre e profundamente” fornecendo as informações necessárias à elaboração do diagnóstico em questão. Por conseguinte, ressalta-se a importância do preparo dos trabalhadores técnicos sociais, os quais são convocados ao investimento na obtenção de competências específicas. Afinal, é preciso saber como “obter” a informação desejada!

Competências que incluem, portanto, a habilidade de estabelecer “boas relações”, através da mediação e apaziguamento dos conflitos que porventura emerjam entre os atores sociais. Situação, aliás, bastante comum em atividades desse tipo, haja vista a disputa de poder que sempre envolve um campo de produção de saberes. Além disso, a competência inclui a habilidade racional de transformar as informações, por meio da sistematização, categorização, análises e inferências em fatos comprováveis, que como na medicina epidemiológica baseada “em evidências” sirvam de indicadores e recomendações para o caminho a seguir no planejamento das ações da intervenção estatal.

Nesse contexto, não se questiona, contudo, o que seriam as “boas relações”, geralmente naturalizadas em condutas de cooperação e solidariedade, esperadas, ou até mesmo, exigidas de uma sociedade civil que efetivamente se disponha para o exercício da cidadania. Demanda consideravelmente intensificada quando se trata de uma população considerada vulnerável. Tampouco se coloca em análise os conflitos e as recusas à participação, estes sim aspectos que, quando não simplesmente julgados como falta de “espírito colaborativo”, mas encarados como analisadores do processo, podem ser muito mais elucidativos do modo de funcionamento social pelo qual se constitui um território, e das maquinarias de poder que ali se institucionalizam e se atualizam.

Apesar da devida cautela em reconhecer a característica sempre provisória e em aberto da produção de um diagnóstico social, o qual nunca poderá ser efetivamente finalizado, haja vista a dinâmica sempre mutável dos territórios. E, para além disso, de se concordar com a incontornável limitação dos diagnósticos diante do inevitável recorte de perspectiva realizados por aqueles de cuja elaboração participam. Gostaria aqui de chamar atenção para o tom geral que dá contorno a essas práticas, o qual permanece atrelado à premissa do “conhecer para transformar”. Pressuposto que se contrapõe radicalmente à perspectiva da inversão metodológica que no trabalho desta tese ganha espaço e materialidade, uma vez que a aposta que se faz aqui é justamente aquela que parte da transformação como caminho e não como objetivo. Trata-se de trans-formar para conhecer.

Os moldes da intervenção do PAC-Favelas, porém, acompanhando a primazia do conhecimento estratégico, prosseguiram na organização de seus eixos de atuação. O eixo denominado de Gestão de Impactos, responsável pela intermediação da relação dos moradores com as obras, prevê e organiza as atividades de mobilização e comunicação direcionadas tanto para a suposta

amenização dos impactos considerados negativos, como para a potencialização daqueles impactos considerados positivos para a população alvo da intervenção. Positividades e negatividades, vale a pena mencionar, consideradas geralmente a partir da perspectiva dos agentes governamentais, mas que não necessariamente se aliam ao significado das positividades e negatividades consideradas a partir da perspectiva dos moradores, alvos da intervenção.

Os impactos considerados positivos, geralmente atrelados à ampliação das oportunidades de geração de trabalho e renda ocasionadas pela própria obra, previam a capacitação e contratação de mão de obra local para as atividades relacionadas à construção civil, além de todas as outras oportunidades indiretas que impactariam na dinamização da economia local, como o fornecimento de materiais, alimentação e infraestrutura para os trabalhadores e atividades a serem desenvolvidas nos territórios. Neste contexto, uma das premissas do programa era realizar, sempre que possível, a utilização de mão de obra local, seja pela contratação de moradores que integrariam as equipes técnicas locais, seja pela contratação dos serviços das organizações do terceiro setor, as quais se tornariam parceiras na execução de algumas atividades previstas. Os impactos considerados negativos se restringiam basicamente aos inevitáveis transtornos à mobilidade e suspensão de serviços urbanos, ocasionados também pelas obras no território.

Além disso, concentrava-se nesse eixo a organização de todos os processos relacionados à “realocação de moradores” que precisariam sair de suas casas devido a realização das obras de infraestrutura. Mas a remoção dos moradores, nomeada realocação pela política governamental, não era necessariamente considerada um impacto negativo. As atividades relacionadas à “realocação dos moradores” foram, sem sombra de dúvida, aquelas que mais tempo e trabalho demandaram da equipe. Atividade por excelência dos chamados trabalhadores técnicos sociais que, como conclui o consultor Francesco di Villarosa, encontram nessa tarefa de apoio à intervenção física o eixo mais consolidado das atividades previstas para o que se considera função principal do trabalho técnico social quando relacionado a intervenções urbanísticas (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010). Mesmas atividades que, por outro lado, se apresentam como ameaças concretas que aterrorizam uma grande parte da população já habituada com o *modus-operandi* marcado por práticas autoritárias e clientelistas dos processos de urbanização de favelas. Como atesta Evaniza Lopes Rodrigues, da União Nacional de Moradia Popular e membro do Conselho Nacional de Cidades: “*Em alguns lugares, hoje, quando se fala que se*

vai urbanizar uma favela, as pessoas sentem medo de perder a casa, de ser removida”. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010, p.11).

No que se refere às atividades do eixo nomeado inicialmente de Desenvolvimento Sustentável, encontrávamos as ações direcionadas em termos gerais para a promoção de atividades de educação sanitária ambiental e geração de trabalho e renda. Amparados por essas diretrizes, os técnicos sociais dedicavam-se inicialmente a atividades de pesquisa direcionadas para o mapeamento das principais limitações e potencialidades dos territórios em questão. Informações que, sistematizadas nos diagnósticos sociais, serviriam de insumo para as atividades de planejamento estratégico realizadas junto aos moradores e lideranças comunitárias. O produto desse planejamento seria a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Sustentável, documento direcionado ao registro da matriz de projetos priorizados a serem implementados a partir das intervenções e melhorias iniciadas com o PAC. O Plano, um dos produtos finais do Trabalho Técnico Social, pretende funcionar como guia para o direcionamento das intervenções públicas e ações da sociedade civil organizada, planejadas para o fomento do desenvolvimento local.

É interessante pontuar que, no início do programa esse eixo era denominado Desenvolvimento Sustentável, mas devido aos debates conceituais possibilitados eventualmente com o decorrer da intervenção, se optou por passar a nomear o eixo de Desenvolvimento Local, partindo-se do reconhecimento de que o desenvolvimento sustentável de um território, seja ele qual for, trata do alcance de um nível de transformação que requer ações que se produzam necessariamente pela via da intersectorialidade, provando-se, portanto, inviável para a realização em um único projeto.

Conforme descrito no COTS, a Mobilização e Organização Comunitária é um eixo estruturante do chamado Trabalho Técnico Social, no sentido de que deve atravessar todas as atividades descritas acima, apontando a importância de formar e/ou fortalecer instâncias representacionais, enfatizando os processos de comunicação para fazer circular as informações relacionadas à intervenção urbanística em questão, além de se direcionar ao fomento de parcerias com poder público e iniciativa privada, visando a integração do território com o entorno, organizando junto à população instâncias de controle e gestão social.

Por essa via, as ações implementadas pelo Trabalho Social do PAC a partir de abril de 2008 contemplaram atividades dos dois eixos descritos anteriormente, com destaque para a

realização de reuniões, assembleias, oficinas, atividades lúdicas e cursos de qualificação e aperfeiçoamento profissional, além da promoção da mediação e comunicação entre população local e poder público, através da constituição dos comitês de acompanhamento do PAC. Além disso, dando sequência às ações relacionadas ao eixo de Gestão de Impactos, foram organizadas ações focadas na comunicação dos eventuais transtornos causados pelas obras e, posteriormente para a formação e acompanhamento das comissões gestoras das Novas Unidades Habitacionais, constituídas por grupos representativos de moradores realocados.

Atravessada pela perspectiva da mobilização comunitária, a metodologia contemplava então o planejamento e a implantação de atividades direcionadas ao fomento e/ou dinamização das redes locais realizadas com os equipamentos e/ou organizações dos territórios em questão, incentivando a ampliação e dinamizando assim o chamado “capital social” local. O “capital social” é um conceito proposto originalmente por Bordieu, sociólogo francês, e que desde então tem sofrido várias reformulações, as quais, contemporaneamente, resultam em sua instrumentalização e usos estratégicos da governamentalidade biopolítica colocadas em andamento nas políticas públicas, principalmente pelos governos da América Latina e Brasil. Inicialmente concebido como

[...] conjunto de recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento múltiplos, ou em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não são somente dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas que também são unidos por ligações permanentes e úteis. (Bordieu, 1998, p.67, *grifos do autor*)

Vemos assim como o termo, desde o princípio, enfatiza a importância do investimento dos sujeitos na produção e manutenção das mais variadas redes de relações, as quais se visibilizam por sua potencial utilidade na obtenção de prováveis benefícios, principalmente econômicos, a serem obtidos por aqueles que delas fazem parte. O social, tornado capital, aponta, portanto, para a capitalização das redes de sociabilidade, as quais passam a ter seu impacto mensurado em *quantuns* que podem ser calculados pela extensão, durabilidade e estabilidade das redes mobilizadas por sujeitos individuais ou coletivos.

Inserindo e/ou reconhecendo a produção e uso das redes na economia geral das práticas sociais, percebemos como o conceito de capital social se associa, portanto, à noção de “estratégia”, não por um acaso, tão ampla e intensamente empregadas nas populares práticas de gestão e

planejamento que embasam inclusive a metodologia implementada na intervenção que aqui colocamos em análise. Em termos subjetivos, trata-se do incentivo para a mobilização de redes, as quais passam a ser, cada vez mais, produzidas pelos investimentos pessoais – conscientes ou não – de sujeitos orientados para a (re)produção de relações sociais imediatamente utilizáveis.

Utilidade que se produz, portanto, através da transformação das relações cotidianas ou casuais – como as relações de vizinhança, trabalho ou mesmo parentesco – em locus de investimento, devendo ser priorizadas aquelas relações que possibilitam, além da sensação de segurança produzida pelo pertencimento a um coletivo, potenciais trocas e oportunidades de mobilidade socioeconômica. Trata-se, portanto, de, em meio às múltiplas possibilidades de grupalidade que se nos apresentam, de vincular-se, mas ao fazê-lo, realizar escolhas estratégicas, de modo que os trajetos pelos lugares que se circula e as atividades das quais se participa, possam funcionar tanto para fortalecer a conservação de um estado social que se quer manter, como para produzir a ascensão que se ambiciona.

O alcance do capital social indica, portanto, um trabalho de sociabilidade que demanda a reafirmação constante do reconhecimento do sujeito como membro de determinados grupos ou redes, em um espaço social esforçadamente conquistado, mas que não garante de antemão a duração ou estabilidade dos vínculos de pertencimento produzidos. O capital social é o produto de um trabalho constante de produção e conservação de relações duráveis, capazes de viabilizar ganhos materiais ou simbólicos, e que, portanto, solicita dos sujeitos um constante investimento de tempo, esforços e mesmo dinheiro, uma vez que, no final das contas, o que importa é circular, é estar nos lugares “certos” com as pessoas “certas”. Visibilidade e oportunidade feitas pelo “empreendedorismo-de-si”. Para se tornar capital humano é preciso investir no acúmulo de capital social.

Contudo, é válido ressaltar que o capital, para ser considerado social depende sempre das redes de relações estabelecidas, e por isso, não pode se concentrar nas mãos de um só sujeito, do indivíduo empreendedor mais bem-sucedido. Nesse sentido, ainda que se possa argumentar pontuando a incontornável assimetria das relações que se tecem nessas redes de sociabilidade e investimentos, a qual impõe necessariamente a presença de uma permanente concorrência e, a partir dela, o risco de apropriação do comando dessas redes e seus ganhos por um único sujeito, é importante destacar que para ser considerado social, é preciso que se considere a participação de cada integrante na produção desse capital. Capital que tem, portanto, a marca

da coletividade tanto na produção quanto no usufruto de seus ganhos. Usufruto sempre potencial, na medida em que, como investimento, não oferece nunca a certeza da obtenção das vantagens almejadas, só podendo ser definido pelos benefícios que comprovadamente apresenta. (NEVES, PRONKO e MENDONÇA, 2008).

Prontamente absorvido pelas práticas mercadológicas e empresarias, foi apenas na segunda metade dos anos 90, porém, que o conceito, ressignificado⁷⁷ pelos organismos internacionais, como Banco Mundial, BID, UNESCO, etc., passa a ser visto como potente estratégia de desenvolvimento social, passando a ter relevância significativa na redefinição da função econômica e social do Estado, sobretudo na América Latina e no Brasil. É quando, diante do desafio de se gerir os riscos sociais ocasionados pelo aumento da miséria e da desigualdade econômica, os governos passam a investir na formação de capital social, principalmente nas comunidades locais de populações consideradas vulneráveis, introduzindo- o como prática biopolítica de governo das condutas.

Como nos descrevem Neves, Pronko e Mendonça (2008, p.81), mediante essa nova perspectiva, ainda em construção, o capital social, se traduz pelo “o conjunto de elementos da organização social, encarnados em normas e redes de compromisso cívico, que constitui o pré-requisito para o desenvolvimento econômico assim como para um governo efetivo”. Ou seja, trata-se da produção de normas de reciprocidade, em que as práticas de associativismo e de responsabilidade social se materializam através da convocação ao protagonismo cidadão, pela produção do apelo à solidariedade da sociedade civil, colocada então no lugar de parceira do Estado, na gestão das políticas públicas.

Podemos observar assim como a noção de capital social passa a ser considerada pelos Estados como um importante componente intangível do desenvolvimento econômico, uma vez que funciona como instrumento para a formação ética da responsabilidade coletiva que reconfigura estrategicamente o próprio exercício da cidadania, a partir do incentivo de exercícios

⁷⁷ A reformulação do conceito, em sua nova versão, foi realizada nas universidades norte-americanas, através da proposta de James Coleman e Robert Putnam, ainda na primeira metade dos anos noventa. Reformulação que por sua vez foi retomado por Anthony Giddens na sua proposta da “nova social democracia”, e a partir daí, sistematizada para a América Latina por integrantes de organismos internacionais como Bernardo Kliksberg e Norbert Lechner. (NEVES, PRONKO e MENDONÇA, 2008).

democráticos representados pelo voluntariado e pela conciliação de divergentes forças político-econômico-sociais. Neste sentido, trata-se do esforço governamental de

[...] conservar as relações sociais capitalistas, construindo uma nova sociabilidade a partir da redefinição da relação entre Estado e sociedade civil, apontando para uma ‘ação integrada’, baseada na colaboração, entre essas duas esferas [...] se constituindo em estratégia de apassivamento dos movimentos sociais, pela conversão da sociedade civil de espaço de confronto à espaço de colaboração. ((NEVES, PRONKO e MENDONÇA, 2008, pp.81-82).

Embasados por este paradigma, no decorrer da intervenção, destacou-se o conjunto de atividades relacionadas ao desenvolvimento do que se convencionou chamar Gestão Compartilhada, conjunto de ações que visava à condução de reuniões destinadas à operacionalização de grupos de trabalho, direcionados para a implantação e manutenção de uma Câmara Comunitária de Desenvolvimento. Na Rocinha, por exemplo, a câmara foi composta por atores sociais locais e também da Gávea e de São Conrado, bairros do entorno, contemplando em sua estrutura uma secretaria executiva, grupos temáticos e fórum comunitário. Essa instância seria posteriormente considerada uma das maiores contribuições do Trabalho Social, em especial pelo fato de os atores envolvidos terem afirmado a importância de sua oportunidade, e se disporem à continuidade do que havia sido então planejado e debatido nos espaços de participação social promovidos pela intervenção das equipes do Trabalho Social.

O mesmo acontecia com os Comitês de Acompanhamento, formados inicialmente por grupos de moradores que teriam como função principal acompanhar as atividades relacionadas à realização das obras e seus cronogramas, à gestão e conservação patrimonial e à geração de trabalho e renda, e que se responsabilizava, por fazer a ponte entre a ETTS e a população local, trazendo demandas e levando informações. A ETTS por sua vez, por meio destas e de muitas outras atividades, fazia a ponte entre as empreiteiras, o poder público e a população, levando as demandas e trazendo informações. E na tessitura dessas redes que se faziam com o trânsito de informações e demandas, é importante destacar que, embora as atividades fossem sempre abertas a todos que se disponibilizassem a participar, não era raro contar com os mesmos moradores nas mais diferentes reuniões.

Neste contexto, as etapas metodológicas previstas e cuidadosamente desenhadas iam acontecendo conforme as forças em jogo nas relações de poder estabelecidas entre a máquina

pública, os empreiteiros, os agentes financiadores e as limitações impostas pela dinâmicas dos territórios , a saber: a atuação do tráfico, operações policiais, sobreposição de agendas de variadas intervenções públicas, etc. Foi justamente em meio a essas especificidades que a equipe do Trabalho Social seguia fomentando redes e atuando entre as possibilidades inventadas, entre avanços e recuos que obedeciam a um ritmo ditado pelas contingências inerentes a cada território em questão, e também porque não dizer, de uma certa participação dos moradores, que não necessariamente obedecia aos formatos propostos.

O encontro com a realidade descrita até aqui como integrante de uma Equipe Técnica de Trabalho Social (ETTS) produziram os afetos e as memórias que aqui singularizam-se na forma dos incômodos, implicâncias e implicações que, atualmente, compõem meu corpo-trabalhadora-social, já que, apesar de não mais fazer parte da referida equipe⁷⁸, ainda continuam a produzir reverberações e atualizar os questionamentos acerca dos sentidos do participar.

Afinal, como nos aponta Aguiar (2009), toda e qualquer intervenção em um território, incluindo as políticas de urbanização, vão muito além do que é visível ao limitado conjunto físico da cidade, e implicam, sobretudo, na atuação direta no vivido, o que nos remete à memória, evocando afetos e marcando sensibilidades, tanto das populações, pretensos alvos dessas intervenções, como dos trabalhadores que fazem parte desta construção. O que chamo aqui de território, portanto, é um lugar comum onde as coisas acontecem, produzidas por redes complexas e singulares que constituem os lócus de ação das práticas sociais (SANTOS, 1994), diferenciando-o do termo comumente utilizado pelas políticas públicas em seu caráter técnico-administrativo, para a divisão e identificação das áreas de intervenção, e alvos da regulamentação.

Um território se constitui, portanto, como campo de produção de vida, e ganha sentido a partir dos diferentes trajetos e das infinitas perspectivas que nele se modulam e se atualizam. Para mim, enquanto trabalhadora social, a política pública pode ser vivida como oportunidade de trabalho, de encontro de pares, de encontro com a alteridade, lócus de uma experiência que se soma à produção do meu corpo-trabalhadora-social. E, do mesmo modo, pode ser o lugar de

⁷⁸ Sai da equipe citada em agosto de 2012.

um deslocamento, o espaço de confrontação entre os ideais de uma intervenção efetivamente pública e participativa e os possíveis delineados pela maquinaria de poder local.

Para o morador, considerado beneficiário de um programa social, a política tanto pode ser uma oportunidade de obter ou ampliar o acesso a serviços e infraestruturas que contribuam para uma suposta melhoria da qualidade da vida; ou uma ameaça, ameaça de remoção e a conseqüente transformação não desejada de uma vida, ameaça da imposição de uma forma específica de morar que em nome da dita qualidade de vida, a regulamenta e a modela.

Especificando ainda mais esses lugares, podemos pensar que se esse morador, dito beneficiário, é um morador considerado “comum”, no sentido de não se destacar por nenhuma institucionalidade, apresenta-se maior a probabilidade de que ele ocupe um lugar à mercê das muitas possibilidades colocadas pela intervenção no território: ele pode ser removido de um barraco de lona para uma unidade habitacional de 38m², ou do sobrado de família que passou de geração em geração para uma unidade habitacional de 38m². O morador pode ainda ser removido para fora desse lugar que ele chama de “comunidade”, indo, a contragosto, habitar zonas mais remotas da cidade, a periferia da periferia. Em contrapartida, o morador também pode decidir voltar para sua terra natal, buscando a conservação de ao menos algum resto de pertencimento. Mas o morador também pode recusar sair de sua casa, e imprimir um outro ritmo à intervenção.

Esse morador, que aqui chamamos de comum, também pode ver na intervenção a possibilidade de conseguir ou criar um trabalho diante das novas demandas locais e obter ou aumentar a sua renda. O morador também pode ver na política a possibilidade de se fazer mais presente nas novas redes que se estabelecem ao seu redor, afirmando seus desejos, compartilhando seus posicionamentos, buscando de alguma forma a participação em uma intervenção que vai se dar à revelia de sua vontade, e até mesmo de suas necessidades. Já para o morador atravessado por alguma institucionalidade no território, e mais habituado historicamente com o *modus operandi* da implementação de uma política pública, o que pode estar em jogo é a disputa de lugares de representatividade e o exercício de poder que toma visibilidade no território. A política pública ganha assim contornos de uma contenda territorial.

Estas são apenas algumas das muitas possibilidades de “pontos de ver” que se colocam diante da iminência ou no decorrer de uma intervenção pública. Pontos de ver que se produzem de acordo com o posicionamento do sujeito em um espaço e, por conseguinte na rede de relações

que os constituem, o sujeito e o espaço. Poderíamos seguir indefinidamente nesse exercício de mapear as alteridades possibilitadas nesse jogo de perspectivas, entendendo que elas são senão inesgotáveis, bastante amplas. Contudo, o que pretendemos afirmar ao trazer alguns desses pontos de ver é que o que vai determinar a maneira como se percebe o mundo e os acontecimentos é a posição que esse corpo, feito sujeito, ocupa no espaço social, seu lugar na cadeia produtiva. (MACERATA, 2015)

Partindo da proposta spinozista, dizemos então de corpos que tão-somente existem na relação afectiva com o espaço e com os outros corpos, para assim poder seguir afirmando com Guattari (1992) o carácter de inseparabilidade do espaço e do corpo vivido, uma vez que a posição que este corpo ocupa no espaço dessas relações vai definir o lugar de onde esse corpo olha o mundo, e, por conseguinte, como ele se constitui enquanto singularidade. Corpos que, portanto, se configuram como “o instrumento de atualização de uma perspectiva.” (MACERATA, 2015, p.33).

Com isso queremos chamar a atenção para a preponderância do espaço e a relevância do meio em que se vive na produção das subjetividades, uma vez que, com Guattari (1992, p. 159) entendemos os espaços como máquinas de sentido e sensação, que “nos interpelam de diferentes pontos de vista: estilístico, histórico, funcional, afetivo...[...] Um bairro rico, uma favela, a rua fornecem discursos e manipulam impulsos cognitivos e afetivos distintos”. Neste sentido, como nos auxilia Macerata (2015, p.42), podemos dizer que “os espaços nunca são simples extensividades, mas sempre também intensividades”.

Por isso, entendemos que quando Guattari (1992, p.159) afirma que “as interações entre corpo e espaço construído se desdobram através de campos de virtualidade cuja complexidade beira o caos”, o que se propõe é que um espaço, feito território, nunca se resume a visibilidade de suas estruturas ou a delimitação de suas funções. A forma como propomos pensar o território neste trabalho, se diferencia, portanto, dessa codificação do espaço colonizado pelas marcações de uma linguagem político-administrativa. O que chamamos aqui de território ultrapassa o mapeamento dos usos de um espaço traduzido em funções, a serem explicadas e ou potencializadas pelas intervenções das políticas públicas: função de produção, função de circulação, função de comércio, função de moradia, função de lazer, etc. Ao contrário disso, o território é aquilo que se assenta em um meio, onde os códigos estão em permanente processo de diferenciação, descodificação ou transcodificação. (MACERATA, 2015)

Não entendemos, portanto, o território como meio a ser tomado como uma realidade dada e preexistente, que é preciso conhecer, para então intervir e transformar. O que chamamos de território aqui diz da dimensão processual e qualitativa do espaço (MACERATA, 2015), que nunca se deixa apreender em uma totalidade cognoscível. Ou seja, trata-se um espaço expressivo, onde se habita, se vive, se com-vive, e em que, através do compartilhamento dos diferentes trajetos e perspectivas, que se estabelecem continuamente em uma rede complexa de relações, se cria um plano comum, o qual, no entanto é sempre provisório, porque não se deixa homogeneizar. Território, portanto, entendido como território existencial, em que a existência expressa uma estética de vida produzida sempre nas relações. Dizemos, portanto, da existência de territórios vivos, que se transformam, mas que não necessariamente são transformáveis.

Foi circulando por esses territórios, que o corpo-trabalhadora-técnica social, recém-chegado ao mundo, deu às mãos para a familiaridade do corpo-pesquisadora e pisou nas grandes favelas. Apesar de ter nascido em uma favela e de já ter atuado profissionalmente em algumas delas como trabalhadora social, vinculada às atividades acadêmicas, nenhuma delas tinha a dimensão, história, barulhos, cheiros e expectativas da afamada Rocinha. Também não era do lugar de integrante de uma equipe técnica social, ligada a um programa público de intervenção, que havia adentrado nessas outras tantas favelas. E isso fez toda diferença.

No início da intervenção, meu corpo-pesquisadora, marcado pelo viés das práticas teóricas, é convidado a integrar a equipe em constituição, e passa a coexistir com a dimensão de um corpo-trabalhadora-técnica-social em constituição. Na coexistência dessas dimensões, os embates foram muitos e as (des)naturalizações tantas, produzidas e produtoras de muitos deslocamentos. De deslocamento em deslocamento – geográficos, políticos, éticos, conceituais, subjetivos – as muitas dimensões desse corpo em constituição foram convocadas a mudar de lugar e sofrer a dança da atualização, criando novas intensidades, novas peles, novas linguagens, novos territórios e outras estratégias políticas. Acerca desses muitos deslocamentos e memórias, priorizo aqui a infinidade dos deslocamentos micropolíticos produzidos no invisível cotidiano das experiências vividas.

Naqueles primeiros meses de potente convívio, um corpo-trabalhadora-técnica-social nascia, amparado pela ingênua crença de que nada estava imposto *a priori*⁷⁹, e que tudo estava a se construir, seguia ignorando inclusive a existência de meus próprios *a priori*s, produzidos em meio aos idealismos acerca dos muitos conceitos convocados à operacionalização cotidiana: comunidade, social, sociedade civil, vulnerabilidade, risco, liderança comunitária, cidadania, sustentabilidade, protagonismo, autonomia, participação, etc. Desse modo, sem colocar em análise as “boas intenções” que constituíam as muitas expectativas e desejos de transformação naqueles territórios, seguíamos apostando em todas as possibilidades que pareciam se anunciar. Seguíamos ignorando que

Tudo que é decisivo jamais se passa no campo das *intenções*, tampouco das *boas intenções*. A intencionalidade é uma mistificação de consciência que é preciso combater, sobretudo quando se fala em nome de poderes e saberes do bem, mesmo os que se dizem porta-vozes do bem da vida! (Fuganti, L. 2009, p.667)

Mas, fazendo frente às intenções, a vida. Nesse momento de encontro com o território, recordo-me especialmente do incômodo produzido diante do questionamento do morador que, durante a assembleia que marca a cena acima descrita, gritou em alto e sarcástico tom: “*O que esse monte de patricinha tomadora de chopp no Leblon é capaz de fazer pela comunidade?* ”. Colocava-se em xeque não só o conhecimento da equipe acerca do histórico e dinâmica social do território, como a competência profissional e os valores éticos-políticos que esta carregava. Produzia-se um questionamento que tocava na questão da demanda pelos especialismos, ao mesmo tempo em que dava visibilidade às relações de poder em jogo naquele salão. E só muito depois, o corpo-trabalhadora-técnica-social foi saber de todas as forças que estavam em jogo, sendo uma delas o fato de que havia ali naquele território muitas organizações e atores sociais interessados em ter acesso ao financiamento destinado à intervenção e realizar o trabalho que aquela equipe estrangeira havia sido contratada para fazer. Afinal, a participação social sempre trata de projetos políticos em disputa.

No decorrer dessa cena lembro-me ainda de o corpo-pesquisadora dizer para o corpo-trabalhadora-técnica-social: “*Lembra-se da questão do método etnográfico exposto naquele*

⁷⁹ Me refiro mais especificamente ao projeto de intervenção, que já havia sido construído sem a participação da população, a qual seria chamada a partir da entrada no território para qualificar e legitimar as ações em andamento.

texto da Leny Sato⁸⁰? Você está pesquisando/avaliando/percebendo os atores sociais, mas eles também te pesquisam/avaliam/percebem...”. Ponderações feitas ao mesmo tempo que se realizava a pesquisa e avaliação de minhas próprias práticas, enquanto agente de materialização de certos especialismos. E embora, a princípio, eu não pudesse me reconhecer em nenhum dos estereótipos mencionados, o fato é que os moradores construía uma imagem acerca dos técnicos sociais ali presentes, atravessada obviamente por toda a história do território e interesses múltiplos, inicialmente desconhecidos pela equipe, mas bastante evidentes para a maioria dos moradores convocados à participação. Vê-se por aí, que os enaltecidos diagnósticos sociais não são enfim práticas exclusivas de pesquisadores e técnicos sociais. Em um território vivo, habitado pela singularidade de corpos e de suas mutantes perspectivas, as ações são sempre alvos de “diagnósticos”, realizados por recortes sempre muito singulares.

Ao mudar de lugar os corpos dialogavam e o corpo-trabalhadora-técnica-social ia se constituindo nessas andanças, no encontro com os outros corpos (moradores, lideranças comunitárias, colegas de equipe, gerentes de projeto, empreiteiros, representantes do governo, e tantos outros) e com os acontecimentos⁸¹ que emergiam no caminho. Nesses encontros, o corpo-trabalhadora-técnica-social ia abrindo espaço para a problematização de conceitos. Afinal, “[...] a deriva de sentido é parte do trabalho do conceito, que como a madeira de construção, ‘trabalha’[...] O sentido que tratamos de estabelecer é diverso. Está ajustado a uma estratégia” (LOURAU, 2004, p.188). Por essa via, o corpo-pesquisadora era convocado à produção de outros sentidos e novas formas de agenciamento, habitação e produção dos territórios da favela, da equipe técnica, do Estado.

As memórias que tenho das cenas até aqui narradas, cujas cores mais vivas me remetem à recusa de parte dos moradores presentes em registrar seus nomes nas listas de presença ou mesmo de participar das reuniões, me situam retrospectivamente diante do desafio que se colocava entre o planejamento das ações propostas no projeto de intervenção e a efetiva concretização de suas atividades. Afinal, como nos apontam Benevides e Passos (2005, p.391), “da política de governo à política pública não há uma passagem fácil e garantida. Construir políticas públicas

⁸⁰ SATO, L. SOUZA, M. P. R.de. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da Pesquisa Etnográfica em Psicologia. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 12, n. 2, 2001.

⁸¹ O termo acontecimento é utilizado aqui no sentido proposto por Lourau(1993, p. 35) como um analisador, ao afirmar que um analisador é um acontecimento que irrompe, fazendo surgir uma análise, evidenciando “a instituição invisível”.

na máquina do Estado exige todo um trabalho de conexão com as forças do coletivo, com os movimentos sociais, com as práticas concretas no cotidiano”.

Desafio imediatamente reconhecido na dificuldade de mobilização dos moradores ali presentes, apesar do investimento ativo da equipe na produção de um desejo de adesão e engajamento a um projeto, cujo efeito se reconhecia naquele momento em uma certa naturalização dos sentidos do participar. Partíamos então do pressuposto de que participar é preciso, e de que a proposta de participação é sempre direcionada a democratização dos processos em andamento, mesmo se atravessada por restrições. Seguíamos ignorando que as ideias de ‘libertação’, ‘democratização’, ‘coletivização’, assim como a de ‘participação’ precisam estar constantemente em análise, sob o risco de redundarem apenas em um jogo de palavras que não traduzem necessariamente a transformação no cotidiano das práticas sociais. (BARROS, OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1999).

Neste contexto, torna-se sempre urgente e fundamental pensarmos quando nossas ações, enquanto trabalhadores sociais e agentes de concretização dessas práticas, colocam em funcionamento processos que mudam a dinâmica dos diferentes dispositivos disciplinares e biopolítico que engendram, e quando, ao contrário disso, reafirmam seus efeitos de domesticação dos corpos e regulação da vida.

QUARTA ENTRADA

: O encontro com o corpo-equipe – cenário da tessitura da sobreimplicação :

“[...] o verdadeiro problema do homem está em um modo de viver que o torna cúmplice daquilo que supostamente ele combate ou quer se libertar, cúmplice do poder que o captura. Desconstruir a cumplicidade em nós é essencial.”

(FUGANTI, 2009, p.672)

Estamos no final de 2011. Projetos em estágio final de realização demandam atividades de fechamento e avaliação. Equipes de campo e população são chamadas a descrever os pontos positivos e negativos das intervenções. Trabalho de escuta, mediação, avaliação, registro e relatoria que, a essa altura, se tornavam prescrição de trabalho e especialidade do corpo-trabalhadora-técnica-social em construção.

As coloridas tarjetas de cartolina pregadas na parede destacavam os pontos “positivos” e “negativos” da intervenção. Diante das tarjetas, o corpo-trabalhadora-técnica-social era convocado a dar respostas, enquanto transbordavam-me as perguntas: dos moradores, das equipes, e as minhas. Perguntas que, na maior parte das vezes, eram as mesmas. As respostas que eu não tinha eram trocadas pelo compromisso de levar as questões àqueles a quem considerávamos os responsáveis diretos pela intervenção: os representantes do Estado.

As tarjetas coloridas se transformaram nos chamados Relatórios Finais de Avaliação do Trabalho Social do PAC. Documento oficial, de circulação interna, não-publicizado. Mais um dos relatórios de medição elaborado pela empresa para prestar contas ao governo e cumprir uma meta prevista nas premissas metodológicas: a avaliação do processo. Para mim, enquanto trabalhadora social e pesquisadora, um dos mais importantes documentos de registro da experiência aqui em análise.

À medida em que as tarjetas coloridas viravam escrita uma estratégia se produzia. Inicialmente, lembro-me de uma escrita que fluía. Cabiam naquelas muitas páginas, através da fala de moradores e equipes, tudo o que era preciso afirmar e expor. O corpo-trabalhadora-técnica-social se expandia junto com o texto que ganhava corpo. O trabalho ganhava sentido, assim como o texto. Posteriormente, na troca com os colegas de trabalho, no trabalho de revisão, ganhava espaço o susto: “Você vai escrever isso? Tá louca?”. Diante da normatividade dos relatórios técnicos-descritivos, causava receio uma escrita encarnada, que tinha rostos, datas, vozes. Afinal, se era uma trabalhadora-técnica-social a autora do texto oficialmente anônimo, não era ela a autora das tarjetas, afetivamente elaboradas.

Entre a potência e o susto, a escolha de uma estratégia. Fazer da escrita a coragem da verdade, uma afirmação, realidades ganhando visibilidade, a coragem da verdade. E o corpo-trabalhadora-técnica-social assumia e decidia, numa autonomia inventada: “ Vou escrever, mesmo que depois eu tenha que editar”. Dito e feito. Relatório elaborado e enviado. Autonomia sustentada pela cumplicidade de um coletivo.

Tempos depois, o previsto. Reunião convocada no Governo. Equipe convocada à explicação. Não me lembro agora das perguntas feitas, mas tampouco tenho memória de um tom repressivo. Penso que o conteúdo que escapava ao prescrito oficial seguia produzindo sustos, e diante do susto a possibilidade de um diálogo. Lembro-me de uma estratégia explicitada diante da justificativa requerida ao corpo-trabalhadora-técnica-social: “Achei que era importante que vocês pudessem ter acesso a essa análise. Resolvi escrever, mesmo que depois vocês pedissem para editar.” A partir desse momento, a escolha não era mais só de um corpo.

Ao ingressar na referida equipe, trazia comigo as muitas idealizações produzidas no decorrer de minhas leituras e formação acadêmica. Dentre elas, a crença e a aposta na participação social como potente possibilidade de transformação das coisas do mundo. Era então a crença na potência do coletivo que se encontrava assimilada e acomodada em meu corpo. A possibilidade de fazer parte de uma intervenção cuja uma das principais diretrizes era o fomento à participação social me parecia uma oportunidade inquestionável de produzir algum desvio nas práticas das políticas públicas hegemônicas, geralmente levadas a cabo de maneira vertical e autoritária, e, na maior parte das vezes, anunciando-se sem o prévio mapeamento das reais necessidades e interesses daqueles a quem se direcionam.

A recepção na nova equipe não poderia ter sido melhor. A equipe, diga-se de passagem, bastante reduzida⁸² para o tamanho da empreitada, era composta por trabalhadores oriundos das mais variadas áreas acadêmicas. Nossos equipamentos eram constituídos pelas diversas experiências. Donos de trajetórias ora mais longas, ora mais curtas, todos mostravam-se mobilizados pelo idealismo diante do novo desafio colocado pelas referidas intervenções.

Ainda nos primeiros encontros, amparada pelo prazeroso e potente anonimato encontrado no cosmopolitismo de uma metrópole, junto à coletividade acolhedora encontrada nessa nova rede que se tecia, me deparei com outras formas possíveis de organização do trabalho⁸³, das intervenções e da vida. Habituada à rigidez disciplinar dos horários de trabalho dos estabelecimentos de ensino superior e à “solidão” do trabalho de professora, pela primeira vez tive a oportunidade de trabalhar efetivamente em equipe. Juntos, desenhávamos uma metodologia. Dividíamos coletivamente as tarefas e responsabilidades em horários flexíveis. O ritmo das atividades era conduzido pelo investimento em uma produção a/efetiva, distanciando-se do produtivismo habitual. E apesar da longa jornada de trabalho cotidiana, nada pesava.

⁸² A equipe de gestão, responsável pelo desenho e implementação da metodologia destinada ao Diálogo Social no relacionamento com as comunidades era composta por no máximo 10 pessoas. Além disso, existiam as equipes de campo, que orientados pela equipe de gestão, tinham a atribuição de concretizar as ações de cadastramento das famílias, realocações dos moradores, além da mobilização e organização das atividades de trabalho e renda, educação sanitária e conservação patrimonial previstas no escopo da intervenção. As equipes de campo constituíam os Canteiros Sociais, escritórios locais estabelecidos em cada um dos territórios mencionados.

⁸³ No campo da Saúde do Trabalhador, o termo Organização do Trabalho (O.T) é comumente usado para designar uma maneira específica de divisão e configuração do trabalho, compreendendo a divisão de tarefas entre os trabalhadores, repartição, cadência, modo operatório prescrito; e a divisão de homens: repartição de responsabilidades, hierarquia, comando, controle, etc. distinguindo-se das condições físicas, químicas e biológicas do ambiente de trabalho, que diz respeito às condições do trabalho. Nesta tese utilizamos os mesmos sentidos para esses termos.

Nesse novo território que se constituía, também encontrei a valorização explícita de meu trabalho, vinda com o reconhecimento da qualidade dos meus textos, da contribuição das minhas ideias, da rapidez na entrega dos produtos demandados, uma realidade muito distante da experiência despotencializadora recém-vivida nas instituições de ensino privado de onde vinha.

Com o passar do tempo, mobilizada pelo crescente sentimento de pertencimento a uma equipe de trabalho, pelos vínculos estabelecidos nos encontros com os vários atores sociais, e atravessada pelas demandas cada vez maiores e urgentes da intervenção, em nome da dimensão do trabalho técnico social, procurava outras justificativas e sentidos para a minha atuação, seguindo na busca pela sobrevivência.

Mas a certa altura dos acontecimentos, a organização do trabalho se dava, entre outros aspectos, em meio à insuficiência do número de trabalhadores para realizar todas as tarefas previstas, o que fazia com que a equipe como um todo fosse responsável pelo planejamento, implementação e relatoria de várias atividades. Meu trabalho de técnica social acontecia nas mais variadas frentes de pesquisa, capacitação de equipe, planejamento e condução de reuniões, oficinas, apoio técnico para os eventos públicos, etc. O sobretrabalho fazia com que naquela reduzida equipe as bordas dos supostos cargos-hierarquias e especialismos se diluíssem e todo mundo fazia tudo, ou quase tudo.

Mesmo estando atenta às exigências capitalísticas de polivalência e flexibilidade que esse cenário implica com a demanda do empreendedorismo-de-si, o fato é que, ao mesmo tempo, encontrava nesse lugar a efetivação de uma produção coletiva, que apesar de tão valorizada pelo discurso acadêmico, não havia sido encontrada nas instituições de ensino por onde o corpo-trabalhadora-social havia andado. Nesse novo lugar, junto à sobreposição das tarefas, os saberes de arquitetos, geógrafos, psicólogos, assistentes sociais, designers, fisioterapeutas, engenheiros, etc. dialogavam e se misturavam, e, dispensando a apresentação de títulos e credenciais, borravam as bordas.

O título de consultora⁸⁴, além de justificar a precariedade do vínculo de um contrato temporário com a empresa, também dava contornos muito imprecisos às minhas funções. Minha atuação seguia a demanda dos territórios, me vinculando à elaboração de propostas metodológicas, execução e relatoria de todas as atividades de pesquisa e capacitação condizentes com minhas supostas habilidades técnicas. É relevante ressaltar que, a partir dessa forma de contrato, o corpo-trabalhadora-técnica-social atuava pontualmente em todos os territórios (Alemão, Manguinhos, Rocinha, e posteriormente Região Serrana), circulando conforme o avanço do cronograma e a demanda do trabalho de campo, fato que determinava a intensidade da minha relação tanto com as equipes de campo, como com os atores sociais e moradores em geral.

Trabalhar desde a concepção metodológica, passando pela efetiva implementação e chegar à relatoria/análise de uma atividade foi inegavelmente uma oportunidade de grande aprendizado e motivo de muita satisfação no trabalho realizado, uma vez que era possível não só planejar, mas acompanhar a realização dos processos em sua quase integralidade. Além disso, o fato de contar com uma equipe reduzida promovia o estreitamento tanto do processo comunicativo, o que facilitava as trocas de experiência, a construção coletiva e o rearranjo dos processos em andamento, como dos vínculos afetivos que se produziam em uma rede aquecida.

Dizemos aqui da cooperação social possibilitada em meio a tessitura das redes quentes, daquelas cujas conectividades produzidas pelo com-viver produzem o terreno fértil para o estabelecimento e fortalecimento dos laços de confiança. Experiência de uma coletividade que me lembrava com o corpo as lições há muito aprendidas⁸⁵ com Dejours (1993), antigo intercessor e aliado, que me ensinou que a cooperação é produto da construção de laços afetivos, produzidos em meio ao estabelecimento coletivo de relações de intercompreensão, de interdependência e de compromisso mútuo que os trabalhadores pactuam entre si para realizar uma atividade comum.

⁸⁴ Inicialmente fui contratada como Consultora de Saúde e Educação, sendo posteriormente nomeada de Consultora de Metodologia e Produção de Conteúdo. Em ambos os casos, o contrato se dava mediante a emissão de nota fiscal por pessoa jurídica.

⁸⁵ Retomo aqui parte do debate realizado na dissertação de mestrado. Ver em: DAROS, R.F. **Quando o emprego sai de cena: um ensaio sobre a psicopatologia da empregabilidade**. 2005.189f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Atenção à Saúde Coletiva do Centro Biomédico, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

Mas para que um contexto de trabalho sustente laços de cooperação algumas condições se colocam como indispensáveis, dentre elas, “[...] é preciso que os modos operatórios criados por cada agente possam ser conhecidos pelos outros, que eles sejam visíveis; que cada um o faça de modo que os membros do coletivo possam conhecer a forma como o outro “subverte” a organização do trabalho (DEJOURS, 1993, p.3)”. E, para que a visibilidade da subversão da tarefa possa, por sua vez, se tornar um hábito corriqueiro no trabalho, é preciso que esses trabalhadores possam confiar uns nos outros, é preciso a construção de um tempo de com-viver cotidiano que possibilite com que cada um distinga o êthos que organiza a conduta do outro, e que, principalmente, uns e outros encontrem um mínimo de tempo e espaço para o debate coletivo sobre os limites, as dificuldades e os conflitos do trabalho.

As condições de construção dos laços de cooperação são condições éticas, e consequentemente sociais e políticas. Por condições éticas, não se entenda as relações entre agentes que respeitariam valores humanistas aos quais todo **espírito bem-intencionado** ou honesto estaria supostamente de acordo. Trata-se muito ao contrário, de designar as condições graças as quais os próprios agentes possam **debater para construir valores**, os princípios e as bases as quais serão a referência no coletivo para julgar o que é justo e injusto, o que é equitativo e o que não é. (DEJOURS, 1993, p.03, *grifos nossos*)

A cooperação social demanda assim a manutenção de condições favoráveis à construção de valores construídos e compartilhados por um coletivo no contexto que lhes é específico, dando sentido singular às ações que partem dos usos e costumes, dos hábitos e acordos, transmitidos permanentemente uns aos outros. Valores reinvestidos na invenção de si mesmos e do mundo que os cerca. Construção que requer uma mínima estabilidade das relações possibilitadas pelo tempo de convívio. Situação, é preciso ressaltar, na maior parte das vezes inviabilizada pela elevada rotatividade que marca a inserção dos trabalhadores técnicos sociais nas equipes que se constituem para a realização do chamado Trabalho Social.

Atravessados pela precariedade de seus contratos e acelerados pelos prazos sempre apertados que lhe são impostos pela urgência da máquina governamental, os trabalhadores atuam em suas intervenções sempre marcadas pelo tom do improvisado. Situação que não foi diferente para essa equipe. À medida que o cronograma das atividades ia avançando, o número de tarefas a serem realizadas integralmente por esta equipe ia crescendo e se acumulando, proporcionalmente ao número de complicadores políticos, ao esvaziamento das atividades pelos moradores, as limitações financeiras e aceleração dos prazos que se impunham.

Foi quando a urgência invadiu a vida que o corpo-trabalhadora-técnica-social, parido em meio a uma experiência de autonomia e trabalho coletivo, passou a vivenciar a necessidade de conformar-se às demandas sociais e mercadológicas, que impediam a análise das implicações em questão, indo habitar, sem que percebesse, a sombra da sobreimplicação, na qual a crença no sobretrabalho, no ativismo da prática, a aceitação das demandas e dos mandatos sociais passavam a ser naturalizados como parte das atividades em si (COIMBRA & NASCIMENTO, 2012).

Tal funcionamento diz respeito à lógica capitalista contemporânea, na qual o tempo cada vez mais se comprime e se acelera, onde se naturaliza o modo de ser perito e onde a flexibilização das tarefas torna-se uma obrigatoriedade. Práticas de sobreimplicação, [que] ao dificultarem a análise, contribuem para a fragilização dos espaços coletivos de discussão, que cada vez se tornam mais difíceis de se sustentar. Ocorre nos estabelecimentos em geral uma grande demanda naturalizada, que cresce vertiginosamente, gerando não só um acúmulo de tarefas para os profissionais, como também uma exigência de flexibilização de suas práticas. As demandas que chegam são extremamente volumosas e avassaladoras, preenchendo todo o tempo dos técnicos, que presos a situações-limite emergenciais, devem resolvê-las com velocidade e competência, utilizando-se de diferentes conhecimentos, movimentos e decisões. (COIMBRA e NASCIMENTO, 2012, p. 212).

A implicação diz respeito à relação que todo e qualquer trabalhador estabelece com as instituições que o atravessam em seu agir cotidiano. Com isso, queremos dizer que “o indivíduo é tomado pela instituição, querendo ele ou não” (MONCEAU, 2008, p. 21), e que, portanto, não se trata de uma questão de engajamento, adesão ou mesmo investimento dos trabalhadores sociais na busca pela mudança. A instituição⁸⁶ a que nos referimos aqui diz das práticas sociais-políticas-econômicas-afetivas-midiáticas-etc. produzidas historicamente, e que não se restringe a um local ou estabelecimento, mas que se refere a lógicas de pensamento e ação. O Trabalho Técnico Social se coloca aqui como uma instituição.

Partindo dessa perspectiva, entendemos como sendo fundamental a realização da análise de implicações, problematizando a maneira como “as instituições operam em nós nos constituindo, análise dos mandatos sociais que assumimos como sendo nossos, de nossos gostos e preferências, de tudo o que se oferece como natural e cristalizado em nós. Trata-se do exercício

⁸⁶ O conceito de instituição aqui se refere ao conceito proposto pela Análise Institucional Socioanalítica, corrente desenvolvida na França durante as décadas de 60/70.

infindável de pôr em questão nossas pertencas” (CÉZAR *et. al.*, 2014, p.157). E, justamente porque o modo de implicar-se tem efeitos vários e muitas vezes desconhecidos, a questão que se coloca aqui não é a negação de minhas idealizações ou demonizações, mas a busca de colocá-las em análise, tendo como foco “mais o modo de implicação do que sua existência, ou a quantidade de implicação, já que ela não pode ser medida em peso. ” (MONCEAU, 2008, p. 22).

Trata-se de reconhecer a implicação (LOURAU, 1993) que atravessa todo trabalhador social, em que implicar-se em nada se relaciona a uma escolha, um ato voluntário ou decisão deliberada acerca de que caminhos seguir, mas de reconhecer que somos constituídos pelas instituições que nos atravessam, e que, portanto, “a instituição fala pelo ventre, falando por nossa boca”. (LOURAU *apud* MONCEAU, 2008, p.21). E ao assim fazê-lo, recuperar o caráter instituinte, e por isso, revolucionário de nossas intervenções, “afirmando a multiplicidade das práticas ao problematizar a unicidade e homogeneidade do mundo”. (COIMBRA e NASCIMENTO, 2012, p.131).

E, por meio desse exercício, que nessa escrita ganha espaço, problematizar a produção das subjetividades e suas diferentes modulações. Para tanto, é imprescindível que estejamos atentos ao lugar que ocupamos enquanto trabalhadores sociais. Posicionamento que não se faz, contudo, em um esforço estritamente intelectualista, mas na indivisibilidade do exercício ético de pensamento e ação que configura a práxis humanas, cujos deslocamentos acabam por definir um campo de atuação que não comporta espaço possível para a neutralidade.

Por isso, sigo afirmando que, do lugar de trabalhadora social, reconheço me submeter aos ditames do contrato social e dos discursos da empregabilidade. As convocações à participação que me atravessam e às quais sigo respondendo dizem do investimento na produção das minhas competências, na ampliação do meu poder aquisitivo que me garantirá as propriedades necessárias para a garantia de acesso à vida de cidadã-consumidora. Frequentando a universidade, os grupos de pesquisa, os congressos e seminários, participo ativamente do meu processo formativo direcionado à demandada “inovação”. Frequentando os supermercados e feiras livres da cidade, fazendo exercícios regulares em seus parques, participo ativamente da produção de um corpo saudável e produtivo. Frequentando as festas e os círculos sociais me mantenho em contato com uma rede afetiva, mas que também se configura como rede de

trabalho e oportunidades. Participo dessas atividades porque elas mobilizam meu desejo de pertencimento e inclusão, fazendo sentido para a forma como faço andar a minha vida.

Reconheço assim, através da provocação feita por Guattari (1985, p.12) que sigo participando “inconsciente e de tudo quanto é jeito, [endossando...], mais ou menos passivamente os modelos sociais dominantes, as atitudes e os sistemas de valor mistificadores da burguesia – maldição do roubo, da preguiça, da doença, etc.”. E, como me denuncia Passeti (2004), sigo silenciosa e solitária navegando na internet, trabalhando e me divertindo, estudando e conversando, produzindo e participando, vigiando e assegurando que meus caminhos sigam protocolos confiáveis.

Me reconheço trabalhadora social, ocupando a precariedade do lugar de um contrato de trabalho terceirizado, e sempre provisório, habitando zonas de vulnerabilidade. O que me vulnerabiliza, portanto, é a própria produção do desejo que me atravessa, é a ameaça de não me manter empregável, produtiva, incluída. Diante do desejo que em mim se atualiza, sigo gerenciando, por minha própria conta e risco, as minhas supostas liberdades.

Habitando esses lugares, tento escapar, ao menos provisoriamente, dos círculos daqueles considerados socialmente vulneráveis por excelência; daqueles que habitam os chamados grupos de risco. Mas, assim como eles, apesar de não ter garantidas as proteções clássicas do direito trabalhista, também não escapo das práticas de controle. E mesmo sem acesso aos direitos, o fato é que, na maior parte do tempo, me submeto às regras do contrato social e ao controle do Estado, habito o próprio lugar da adaptação. Talvez o meu exercício de resistência seja menor, porque diferente deles, de algum modo, tenho mais a perder. Como que por prêmio de merecimento, vivo e circulo em lugares onde os serviços de infraestrutura urbana, como: pavimentação das ruas, saneamento básico, coleta de lixo, etc, já me são devidamente garantidos. Por isso, é preciso reconhecer que falamos aqui de diferentes modulações de um mesmo processo. Tratam-se de diferentes coeficientes de intensidade do funcionamento das vulnerabilidades, que por vezes se cruzam e se sobrepõem.

Além disso, diante da suposta ausência do acesso aos serviços públicos básicos, como saúde e educação, ou mesmo diante da minha insatisfação diante da qualidade do que me é oferecido, tenho, através do meu poder aquisitivo, que é também o poder da rede que me cerca, a possibilidade de compra-los em lugar de minha escolha. Me reconheço, portanto, uma cidadã

consumidora, via pela qual me difiro em termos dos cidadãos beneficiários para quem meu trabalho se direciona. Afinal, como afirma Castel (2005, p.18)

A propriedade é o alicerce de recursos a partir do qual um indivíduo pode existir por si mesmo e não depender de um patrão ou da caridade de alguém. É a propriedade que garante a segurança em face das circunstâncias imprevisíveis da existência, da doença, do acidente, da miséria de quem não pode mais trabalhar.

Em contrapartida, qual é a situação do subconjunto de uma população nomeada de vulnerável e a partir daí tratada como beneficiária? Tratam-se de pessoas que, apesar de também se constituírem como sujeitos jurídicos de direitos, uma vez que somos “todos iguais perante a lei e ao Estado”, ainda que submetidas aos mesmos mecanismos de controle que todos, não tem acesso aos mesmos direitos, para eles tornados “benefícios” sociais. O que para alguns é compreendido como direito de cidadania, como o acesso digno aos serviços básicos (saúde, educação, segurança, etc.), para outros, marcados pelo estigma dos incapazes e vulneráveis, esses direitos permanecem atrelados à chancela da caridade, transformada contemporaneamente em “benefícios sociais”, a serem obtidos como bônus mediante a comprovação do bom comportamento no exercício do protagonismo cidadão.

Tratam-se de sujeitos que precisam lutar pelo acesso e garantia dos mesmos serviços básicos citados acima, mas que como nos aponta Malaguti (2003.p.82) são vistos por grande parte da população “como um sorvedouro do dinheiro dos contribuintes, associados [...] a parasitismo, negligência censurável[...] eles se tornam cada vez mais a versão contemporânea da recompensa do pecado que nós, não só já não podemos custear, como para a qual não existe razão moral por que deveríamos tentar fazê-lo.” E assim, diante do julgamento de todos e da margem reduzida ou ausente de poder de compra, afinal “é também a propriedade que garante a autonomia do cidadão, livre, graças a ela, para dar suas opiniões e fazer suas escolhas, não podendo ser comprado para garantir seu voto, nem intimidado para constituir-se uma clientela” (CASTEL, 2005, p.18), esses sujeitos encontram na espontânea mobilização social, realizadas pelas redes de sociabilidade e solidariedade locais, e/ou na participação social propostas nas instâncias das políticas públicas, sua moeda de troca, funcionando como uma das armas possíveis para a luta que se faz cotidiana. Afinal,

[...] a representação política, que combinava seletividade eleitoral (partidária) com as demandas organizadas (movimentos), visando influir na governamentalidade, cede vez à participação imediata na

produção por meio da criação, aperfeiçoamento ou superação de programas econômicos e sociais que se expandem para fluxos não-governamentais articulados com o governo. (PASSETTI, 2004, p.154).

Assim, enquanto os “profissionais liberais” são convocados ao investimento pelas técnicas de si direcionadas para um desejado “autodesenvolvimento”, os ditos beneficiários, através da inserção em projetos sociais, viram potenciais microempreendedores de si. A diferença que é preciso observar é que o fato de um morador da dita classe média da população não comparecer às reuniões de seu condomínio, ou não participar das ações colaborativas realizadas em seus bairros, não se voluntariar para uma causa que seja coletiva, se associar a uma ONG, em geral não causa estranhamento ou mesmo espanto e incômodo. As ausências, nestes casos, parecem perfeitamente justificáveis pela correria do dia-a-dia, pela glamourização da aceleração imposta pela demanda do empreendedorismo de si. A naturalização e banalização dos processos de individualização ganham espaço nessas ausências.

Em contrapartida, à porção mais pauperizada da população, os chamados beneficiários, não cabem as mesmas justificativas. Diante de suas recusas e/ou ausências, quando estes, muitas vezes pelas mesmas razões, não participam das reuniões, assembleias, conselhos e outras instâncias propostas pelas políticas públicas – que diga-se de passagem se sobrepõem aos borbotões nos territórios – a reação mais comum é o incômodo, quase sempre acompanhado dos mais variados julgamentos, os quais passam, desde a afirmação de uma suposta negligência, desinteresse ou mesmo ingratidão daqueles à quem são “oferecidas” a oportunidade da participação; chegando até mesmo à constatação de uma suposta falta de consciência política ou “cultura participativa”, sendo as respostas, em termos gerais, a punição.

A convocação à participação social se configura assim, na esfera do exercício da cidadania, como uma condição da obtenção e gozo dos direitos fundamentais, como se a quem não “participasse” fosse impedido o direito de usufruir de algumas conquistas ou até de requisitá-las. Ao mesmo tempo, no campo do trabalho, atravessado pelo viés empresarial, a mesma convocação se direciona ao trabalhador excelente, colocando aqueles que não se “disponibilizam” para a “participação” no impotente lugar da desqualificação. Contudo, em nenhuma das duas esferas citadas, se questiona: inclusão em que? Ou ainda: quais processos são colocados em andamento em nome da inclusão? Que práticas eles organizam, como e quais são os efeitos de sua prescrição?

Era então nesse lugar que o corpo-trabalhadora-técnica-social se encontrava, mobilizado pelo intenso vínculo produzido com a equipe e pela aposta idealizada em uma proposta de intervenção. Procurávamos de toda maneira justificar e driblar a precariedade de uma condição de trabalho, ao mesmo tempo em que buscávamos os sentidos de utilidade e potência das atividades implementadas junto aos moradores, para quem nosso trabalho se direcionava. E apesar das fragilidades e perversidades da lógica biopolítica da intervenção se tornarem cada vez mais evidentes, seguíamos preferindo acreditar que podíamos, enquanto coletivo, fazer diferente. Seguíamos tentando salvar os possíveis daquela intervenção, tecidos com tanto afínco em meio aos muitos afetos.

Ao reconhecermos que “a implicação é um nó de relações; não é ‘boa’ (uso voluntarista) nem má (uso jurídico-policialesco), entendemos que a sobreimplicação por sua vez, é a ideologia normativa do sobretrabalho, gestora da necessidade do implicar-se” (Lourau, 2004, p.190). A sobreimplicação dizia, portanto, de uma impossibilidade afetiva de colocar as nossas implicações em análise. Por isso, um dos objetivos desse texto segue sendo justamente poder dar visibilidade ao processo de análise das sobre-implicações de uma trabalhadora social, e seus deslocamentos, produzidos posteriormente, em meio a um coletivo de pesquisa. Por isso, assim como ASTH (2014, p.24) afirmo que,

[...] o que atravessa essa escrita é também uma dificuldade em reconhecer que, em alguns momentos, meu modo de funcionamento operava de acordo com a forma-Estado.⁸⁷ Daí o embaraço em fazer críticas àquilo que durante um período eu me propus a fazer e, em certa medida, até mesmo me esforçar em acreditar no que estava fazendo, como forma de suportar ocupar aquele espaço.

Neste cenário, de algum modo, a autonomia, a coletividade e criação investidas no desenvolvimento das atividades perdiam espaço para os prazos apertados, para o orçamento mínimo, para os interesses políticos da máquina pública e local. A equipe se reduzia. O trabalho era realizado sempre na ordem do imprevisto e sem infraestrutura. O salário ao fim do mês atrasava. O tom inicial de uma luta micropolítica – reconhecida no compromisso ético-político

⁸⁷ Termo proposto por Regina Benevides em: BARROS, R.D.B. et al. Teorias e Práticas Psicológicas em Instituições Públicas: uma abordagem transdisciplinar na clínica. In: Cadernos de Subjetividade. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisa de Subjetividade do Programa de Pós-Graduação da PUC/SP, n.4, 1996, p. 176-186. (nota do autor)

daquela equipe com as comunidades na busca das brechas para a transformação social dos territórios –, por um ato de captura, dava lugar ao ativismo.

Este, como qualquer atividade especializada, praticada por um expert, é entendido como exercício de verdade. Esta prática de onipotência caminha junto com as outras, de fragilização e de desqualificação do profissional. O ativista, em muitos momentos, a partir de seu território iluminado, estaria trabalhando no sentido de beneficiar outras pessoas, assumindo a responsabilidade por tudo, aceitando como naturais as demandas e seu próprio mandato social. Dessa forma, passa a carregar sobre seus ombros todas as soluções, sentindo-se dominado pela culpa, pela obrigação e pelo sacrifício (COIMBRA e NASCIMENTO, 2012, p. 212).

Em meio ao produtivismo exigido pelas tarefas e à imposição das urgências que não deixavam espaço para a análise do que estávamos efetivamente produzindo, o corpo-trabalhadora-técnica-social caía na armadilha do ativismo-conscientização-salvação. Ativismo produtor da frustração pelo esvaziamento dos espaços de participação organizados com tanto trabalho, e “boa intenção”. Ativismo que, ao colocar nosso interesse em um outro, nos afasta da possibilidade de análise de nossas práticas. Mas como fazê-lo entre a prescrição da política e a incredibilidade da população? Como equivocar a intervenção ocupando o lugar de técnico-especialista?

A aposta na construção das redes e no fortalecimento da dimensão coletiva seguia sendo a linha que conduzia a atuação do corpo-trabalhadora-técnica-social. Mas, a sensação de frustração pela suposta “não-adesão” da população, tomada ora pela recusa, ora pelo medo, acrescida da impossibilidade da realização de uma análise coletiva sobre a implicação do trabalho realizado me conduziam ao cansaço e a impotência. Potência retomada por essa escrita feita coragem da verdade. Potência retomada na elaboração da análise de implicações feitas na elaboração de um relatório final de avaliação escrito por muitos⁸⁸.

Tomados pela sobreimplicação, nos mobilizávamos pelo cumprimento das metas e prazos em questão, em nome de um suposto bem comum. Mas, paradoxalmente, o foco eram os relatórios e não as narrativas. O tempo era o do cronograma e não o da vida que se tecia nas redes. Os efeitos dos processos que colocávamos aceleradamente em andamento nunca eram colocados

⁸⁸ Me refiro aqui aos relatórios finais de avaliação das intervenções do PAC- Manguinhos e PAC-Rocinha cujo material foi produzido coletivamente por moradores e equipes de campo e por mim sistematizado e elaborado em sua versão final como descrevo na cena que inicia esta entrada. O conteúdo desses relatórios são explicitados e problematizados na quinta entrada dessa tese.

em análise, ou sequer olhados como campos a serem problematizados. O corpo-trabalhadora-técnica-social cegava, e endurecia. Mas não anestesiava.

Essas afirmações me reportam à memória das muitas reuniões realizadas com os moradores, que apesar de organizadas em prol do atendimento da premissa de democratização da participação, na prática funcionavam como espaços destinados ao repasse de informações, as quais, ao serem anunciadas, geravam então algumas demandas e questionamentos pontuais. Quando, diante da discussão de alguma questão referente à intervenção em andamento, o diálogo se dava quase que exclusivamente entre os técnicos da equipe do Trabalho Social e algumas lideranças comunitárias, ficando o restante dos moradores presentes submetidos ao silêncio que lhes era habitual. Silêncio que, neste contexto, não se dava necessariamente por uma recusa deliberada dos moradores à participação, mas porque pareciam estar “convencidos de que todos aqueles que não tenham informações ‘competentes’ e ‘científicas’ não podem expressar suas opiniões, pois estão longe da ‘verdade’ e, portanto, excluídos social, política e culturalmente” (COIMBRA, 2002, p.8)

Diante do silêncio de tantos, nos esforçávamos em fazer a palavra circular. “E o senhor fulano? O que acha?” Ou, “Alguma pergunta mais?” Poucas e desvalorizadas palavras conseguíamos. Assim como a gritaria dos encontros iniciais, o esvaziamento e o silêncio também incomodavam, mas não eram necessariamente problematizados. E, embora não tivéssemos a presunção de falar por aqueles com quem propúnhamos o diálogo, muitas vezes o corpo-trabalhadora-técnica-social caía na armadilha de ser o instrumento de “dar a voz” àqueles que nos pareciam calados. A sobreimplicação produzia assim o afastamento gradual do corpo-trabalhadora-social de uma lição há muito apreendida e encarnada pelo corpo-pesquisadora:

[...] o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder barra, que proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é se colocar “um pouco a frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso. (Foucault, 2001, p.71)

Memória que remete à intensa, crescente e naturalizada demanda pela intervenção pelos especialistas “do social”, os quais legitimados pelos discursos das ciências ditas humanas seguem no papel de mediadores e tradutores que circulam habilmente entre os variados campos de produção dos saberes, do técnico-acadêmico aos populares, fornecendo os subsídios necessários para a condução das boas práticas de governamentalidade requeridas pela dimensão biopolítica. Cenário que sugere, portanto, a submissão da dimensão social, como esfera complementar da dimensão política. Neste sentido, não se trata de um mero preciosismo técnico o fato da necessidade de constituição de uma equipe encarregada do “social”, mas de fazer valer a legitimidade de uma intervenção sob

[...] o argumento “técnico” de que os “cientistas sociais” tinham uma maneira mais acessível de se comunicar com os moradores da região, pois conseguem falar a mesma língua. Tínhamos nesse sentido, a atribuição de traduzir a verborragia técnica em uma linguagem popular, como se a técnica tivesse separada dos atravessamentos políticos que constituíam as alianças para a realização daquele projeto. (ASTH, 2014, p.69)

Daí a importância de se colocar em análise a atividade do trabalhador técnico social, tipo específico de trabalhador social que atua diretamente na operacionalização das políticas públicas nos territórios, sendo atravessados, na maior parte das vezes, por questões muito similares a dos moradores, considerados beneficiários das intervenções. Questões que vão desde as condições precarizadas de vida e trabalho, até a invisibilidade de suas ações. Todos trabalhadores, que juntos acabam por enfrentar as limitações e as perversidades dos projetos, produzindo os territórios existenciais feitos das recusas e dos possíveis colocados entre a demanda de transformação das comunidades e a tentativa de regulamentação da vida levados a cabo pelas metodologias propostas.

: Os trabalhadores sociais e o exercício ético-político – estrategistas entre a (re)invenção de si e a transversalidade das lutas:

“... como fazer com que se mantenham os processos singulares que estão quase na tangente do incomunicável – articulando-os numa obra, num texto, num modo de vida consigo mesmo ou com alguns outros, ou na invenção de espaços de vida e de liberdade de criação”.
(GUATTARI e ROLNIK, 2005, p.186)

Enquanto trabalhadores sociais, no sentido proposto por Guattari e Rolnik (2005, p.37-38), somos “gente que desenvolve qualquer tipo de trabalho pedagógico ou cultural, [que] atua de alguma maneira na produção de subjetividade [...]”, ou seja, somos “todos aqueles cuja profissão consiste em se interessar pelo discurso do outro”, e que, portanto, ocupam lugar em uma “encruzilhada política e micropolítica fundamental”. Por isso, concordamos com FONSECA (1997, p.97), acerca do fato de que “somos necessariamente afetados por alguns dos desafios micropolíticos e microanalíticos: os de poder acolher as linhas que escapam ou resistem aos esquemas de modelização dos processos de subjetivação. ”

Mas dentro da amplitude que essa categoria encerra, nomeamos aqui de trabalhadores técnicos sociais especificamente aqueles trabalhadores que, pela atuação na concretização de políticas públicas, se ocupam diretamente da produção de intervenções sociais. Intervenções geralmente alocadas nos territórios ditos vulneráveis, sendo, via de regra, conhecidos como técnicos sociais, no campo de intervenção das políticas públicas e/ou como educadores sociais, pelas Organizações da Sociedade Civil.

Por ora, é preciso pontuar, como o fizeram Monteiro, Coimbra e Mendonça Filho (2006, p.09-10), que nos referimos aqui aos “agentes [que são] direta ou indiretamente encarregados pela operacionalização das funções de Estado, não importando o grau de formalização institucional”, ou seja, dizemos daqueles que atuam tanto nas intervenções organizadas diretamente pelo Estado, ou indiretamente, via terceiro setor ou terceirização para a iniciativa privada. Distinção que se faz necessária, não no sentido de promover uma hierarquização de valores acerca das vinculações institucionais dos referidos trabalhadores. Mas, porque aponta, sobretudo, a especificidade de uma atividade profissional, colocando em questão, ao mesmo tempo, a crescente demanda pela intervenção de especialistas.

Nos dicionários de uso cotidiano a palavra *técnico*⁸⁹ é utilizada para adjetivar “uma arte ou ramo específico de atividade”, para qualificar “quem tem técnica”, caracterizando “aquele que é perito ou versado em uma atividade”, ou seja, palavra cuja semântica destaca a especificidade de uma prática caracterizada pelo suposto domínio de certa *técnica*, a qual por sua vez tem seu significado atrelado aos seguintes enunciados:

1. Conhecimento prático, prática. 2. Conjunto dos métodos e pormenores práticos essenciais à execução perfeita de uma arte ou profissão. *Técnica política*: capacidade de liderança ou arte de bem conduzir os homens. *Técnica social*: princípios, métodos e meios para o estudo e melhoramento prático da sociedade. (Michaelis Dicionário da Língua Portuguesa, 2001, p. 1209)

Assim, com o intuito dar continuidade a análise de minhas implicações como trabalhadora técnica social, é preciso que se coloque em questão os vários sentidos que atravessam os enunciados acima. Inicialmente, me chama atenção a definição “conjunto de métodos e pormenores essenciais à execução perfeita de uma arte ou profissão”. Evidenciando a valorização de certos modos de fazer, qualificados então como essenciais, a afirmação diz de uma verdade que deve direcionar uma atuação ao caminho da perfeição, a ser atingida pela fiel reprodução de ações objetivas. Premissa que não comporta, portanto, a experimentação, o ensaio, o erro, o encontro com o outro e a invenção que têm lugar nas práticas sociais, e, por conseguinte, na composição das diferentes forças em movimento que define o que entendemos como plano do público.

Parte-se assim do pressuposto de que os conhecimentos a serem adquiridos e acumulados por tais peritos fazem parte de uma verdade técnico-científica neutra e universal, que ao desconsiderar a produção histórico-social dos saberes – produzidos através das práticas sociais – ou como afirma Foucault (2001), da produção do real pela via da história, delimitam uma hierarquização entre os saberes dominantes, atrelados aos técnicos especialistas, os quais se sobreporiam aos “saberes dominados” (FOUCAULT, 2001, p.170), vinculados àqueles que devem ser alvo de suas orientações e intervenções. Por essa via, vemos como o discurso dito científico, que embasa a prática dos especialistas torna-se

[...] poderoso elemento de intimidação sócio-política através da noção de competência. Poderíamos resumir a noção de competência no seguinte refrão:

⁸⁹ Ver em: Michaelis: Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Klick Editora, 2001. Pág. 1209.

não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer lugar e sob qualquer circunstância. O discurso e a prática científica, enquanto competentes, possuem regras precisas de inclusão e exclusão. (Chauí, 1992, p.58)

Dessa maneira, se reafirma a dicotomia estabelecida entre as esferas política e social, como podemos observar na sequência do verbete, que qualifica de *política* a técnica relacionada à necessidade de condução dos homens a serem governados, condução a ser realizada pela arte da boa liderança, cujos representantes destinam-se à administração da vida da população; enquanto denomina de *social*, as técnicas atreladas justamente ao âmbito da produção de conhecimentos direcionados para um suposto aperfeiçoamento da sociedade, como nos atesta a demanda crescente pela produção dos diagnósticos sociais, discutida na entrada anterior.

Por isso, ao tomar as práticas sociais como campo de intervenção específico daqueles que se reconhecem como trabalhadores sociais, é imprescindível que se esclareça não apenas o que estamos chamando de trabalhadores sociais, mas, sobretudo, que se mapeie os modos como estes têm atualizado suas práticas (discursivas e não-discursivas), bem como os efeitos de poder que estas produzem no cotidiano das políticas públicas e programas sociais, convocando-os a um exercício ético-político que se impõe permanente diante do desafio de se produzir cotidiana e coletivamente as transformações que almejam.

Neste sentido, interessar-se pelo discurso do outro não significa agir no sentido de colonizar o outro, conscientizando-o de uma suposta verdade libertadora, e assim “transformar sua ‘palavra’ em ativismo, nem em palavreado, pois uma e outra nada transformam realmente” (FREIRE, 1979, p.30). Consideramos que interessar-se pelo discurso do outro se aproxima da ideia de atuar na relação com esse outro, e, através do esforço de problematização e desnaturalização dos discursos que nos constituem, seguir no sentido de afirmar que “a mudança não é trabalho exclusivo de alguns homens, mas dos homens que a escolhem.” (FREIRE, 1979, p.28)⁹⁰.

⁹⁰ Paulo Freire aparece aqui como importante intercessor porque apesar do autor trabalhar com a noção e a necessidade de conscientização, a qual buscamos aqui problematizar, traz uma perspectiva bastante pertinente no que se refere ao papel dos trabalhadores sociais na mudança e transformação social. Ver em: FREIRE, P. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

Ideia que equivocava, portanto, a colagem comumente realizada entre os discursos da participação social e as práticas que apostam na conscientização dos cidadãos como chave das mudanças desejadas. Com isso, queremos afirmar que os trabalhadores sociais não são “os” agentes da mudança por excelência, e nem mesmo os responsáveis por operar a mudança no outro. Os trabalhadores sociais são aqueles que atuam junto às coletividades, em um esforço de dar passagem às tensões e, visibilidade para demandas, ao mesmo tempo em que agenciam as condições para a produção coletiva de instrumentos que operam a favor da transformação que se tece nas relações, sendo por isso, participativas.

É nesta encruzilhada micropolítica que se situa o campo de ação do trabalho técnico social, convocado, portanto, a afirmar um *ethos*⁹¹. Ao reconhecer a inseparabilidade entre a atividade política e a ação social, o trabalhador social acaba por assumir um modo de vida específico, que opera a favor dos movimentos da mudança que pedem passagem, produzindo espaços de expressão e conexão para “a diversidade das experiências e posicionamentos implicados na produção das políticas” (GUIZARDI, 2008, p.20), ao mesmo tempo em que problematiza o que se coloca como norma de vida.

Nesse sentido, nos aproximamos da proposta de Guizardi (2008), que ao discutir os preceitos da participação política, amparada nas leituras de Negri e Foucault, chama a atenção para o desafio de se “inserir a produção do político na criação do social” (Negri, 2002, p.425), e não seu contrário. Ou seja, trata-se de compreender que a dimensão política se dá nas próprias práticas sociais, onde o agir político não se separa absolutamente da ação cotidiana dos homens, os quais, a despeito das suas condições econômicas, intelectuais, sociais e afetivas, transformam e criam incessantemente realidades. As práticas sociais portam necessariamente a dimensão política, indo muito além da restrição ao exercício político via instâncias representativas características do Estado Moderno, e da valorização quase que exclusiva dos especialismos e conhecimentos técnico-científicos que pretendem ser seu baluarte.

Nessa mesma perspectiva, a encruzilhada micropolítica mencionada por Guattari e Rolnik (2005) afirma o entrecruzamento das múltiplas forças com que se depara todo trabalhador

⁹¹ Utilizamos *ethos* na diferenciação proposta por Foucault acerca da ética, quando o autor propõe que a ética é uma prática, um exercício e o *ethos* uma maneira de ser, um modo de se conduzir a vida. Proposta previamente discutida nos apontamentos metodológicos que constituem a seção “Um Mapa”, como capítulo introdutório dessa tese.

social, o qual demanda sempre muita atenção, porque uma vez confundida e restringida à suas possíveis bifurcações – ou se opera a favor da mudança ou se reafirma a normatização dos discursos; ou se participa diretamente das ações ou se apela às instâncias representativas (sejam elas partidárias ou técnico-científicas) –, pode apresentar a armadilha da militância e seu ativismo.

Ao reconhecer-se como “o” agente de mudança por excelência, o trabalhador social corre o risco de atribuir a si mesmo a exclusividade da ação transformadora, e, por essa via, confundir-se com uma espécie de profissional da revolução. O especialista que pretende, a partir de seu suposto lugar visionário de saber, transformar os processos micropolíticos de uma luta que se quer transversal em campo onde se faz a mudança ou a revolução pelo outro, e não com o outro. Nesse caso, o risco é de objetivar a mudança de um território ou a transformação global de uma sociedade, contando para isso, não com a cooperação social ou participação dos cidadãos, mas com uma espécie de adesão ou engajamento que busca legitimar um projeto do qual estes não necessariamente tomam parte ou atuam de maneira participativa, ou seja, um projeto de transformação cuja construção não é necessariamente coletiva.

Ora, do mesmo modo que as práticas políticas não se restringem às esferas estatais e suas instâncias representativas; as produções discursivas, incluindo aquelas que se relacionam ao campo problemático da participação social, não se restringem às atividades dos intelectuais, dos especialistas ou dos círculos acadêmicos. Neste contexto, o trabalhador social, é convocado a reconhecer nas práticas discursivas que o constituem, seu instrumento e alvo de intervenção, as quais à revelia de sua vontade, operam ativamente na construção de um campo de saber. Portanto, o trabalhador social lida diretamente com as relações de poder e os processos de subjetivação que aí se engendram, independente da especificidade de seu campo de intervenção, de suas credenciais ou círculos de pertencimento.

Nesta perspectiva, nos parece que o trabalhador social que é capaz de reconhecer essa atividade se aproxima do que Lourau (1993) definiu como intelectual implicado e do que Foucault (2001, 2004) descreveu como o intelectual específico, uma vez que a aposta se dá mais na transversalidade das lutas do que nos grandes projetos revolucionários ou de conscientização, onde o que está em jogo é a recusa a toda forma de doutrinação revolucionário em nome de novas táticas (RACHJMAM, 1987).

No escopo da Análise Institucional, Lourau (1993) propõe a noção de intelectual implicado em uma perspectiva que problematiza tanto a concepção de intelectual orgânico proposto por Gramsci, por sua vertente político-partidária; como o que Sartre nomeia de intelectual engajado, que acaba por negligenciar a necessidade de se colocar em análise as implicações de seus posicionamentos, alianças e adesões. O intelectual implicado se diferencia destes na medida em que seu “projeto político inclui transformar a si e a seu lugar social, a partir de estratégias de coletivização das experiências e análises” (LOURAU, 1993, p. 85), se distanciando assim do lugar de ativismo do especialista-salvador.

Em uma perspectiva muito similar, Foucault (2001) descreve o intelectual específico, em contraposição àquilo que ele nomeou de intelectual universal, onde ser intelectual “era um pouco ser a consciência de todos”, ser representante de uma verdade que se pretende universal, e a partir disso adquirir a autorização e a legitimidade de se falar por todos. Contudo, conforme nos descreve Deleuze

Foucault dizia que o intelectual deixou de ser universal para tornar-se específico, ou seja, não fala mais em nome de valores universais, mas em nome de sua própria competência e situação[...] Que os médicos não tenham o direito de falar em nome dos doentes, e que tenham também o dever de falar, como médicos, sobre problemas políticos, jurídicos, industriais, ecológicos. [...] . O que significa então falar em seu próprio nome e não pelos outros? Evidentemente não se trata de cada um ter sua hora da verdade, nem escrever suas Memórias ou fazer sua psicanálise: não é falar na primeira pessoa do singular. É nomear as potências impessoais, físicas e mentais que enfrentamos e combatemos quando tentamos atingir um objetivo, e só tomamos consciência do objetivo em meio ao combate. (DELEUZE, 1992, p.110–111).

Neste contexto, ambos, Foucault e Lourau, problematizam as práticas intelectuais hegemônicas do séc. XIX, geralmente caracterizadas pelos especialismos científicos de cunho positivista e pelo “engajamento” político de cunho marxista, lendo engajar-se como o investimento e a adesão a uma ideologia específica que se coloca no estatuto de universal, e em nome da qual se organizariam as intervenções, cujo principal objetivo era a emancipação da massa de trabalhadores, através da promoção de sua conscientização.

Em contraposição a essa prática ativista, o trabalhador social pode atuar como intelectual específico e por isso, estrategista, como aquele que “age não a partir da universalidade, mas nas singularidades dos acontecimentos, podemos situar o seu estatuto não pelo engajamento, mas por uma estratégia política voltada para a transversalidade das lutas” (VIVAR Y SOLER, 2012, p.223), nas quais o que se diferencia é a maneira de operar conceitos. O distanciamento de um

posicionamento dogmático e ideológico aproxima então o trabalhador do esforço de mapear as relações de poder que mobilizam os acontecimentos em suas especificidades, conduzindo-o a atuar nos regimes de operação discursivas e nos processos de subjetivação.

Por isso, assumindo o risco que implica abrir mão do lugar academicamente valorizado do intelectual analista, me aproximo da proposta estratégica do intelectual específico nomeado por Foucault e da proposta de intelectual implicado de Lourau, e opto por seguir na análise das implicações, em que o compartilhamento da produção de um diário rememorado não se direciona a encontrar a verdade de uma experiência, mas em fazer avançar na produção tanto de outros sentidos para a experiência vivida, como para ver-viver outras e novas experiências, seguindo na direção da criação de reverberações que façam chacoalhar os sentidos que se (re)produzem em tantas experiências similares, atualizadas cotidianamente pela prática dos muitos trabalhadores que se reconhecem como “trabalhadores sociais”, uma vez que

[...] do ponto de vista micropolítico, qualquer práxis pode ou não ser policialesca; nenhum corpo científico, nenhum corpo de referência tecnológica garante uma justa orientação. [...] A garantia de uma micropolítica processual, só pode – e deve – ser encontrada a cada passo, a partir dos agenciamentos que a constituem, na invenção de modos de referência, de modos de práxis. [...] Para o profissional do social tudo dependerá de sua capacidade de se articular com os agenciamentos de enunciação que assumam sua responsabilidade no plano micropolítico. (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p-37-38)

Ao reconhecermos as práticas sociais – discursivas e não discursivas – como campo de intervenção e “quefazer”⁹² de todo aquele que se intitula trabalhador social, afirmamos, portanto, a potência de se atuar prioritariamente como um estrategista, como aquele que percebe que nem toda encruzilhada se dá mediante o formato da bifurcação, mas de múltiplos cruzamentos que transversalizam as lutas apontando as infinitas possibilidades de caminho, e que, ao tocar diretamente na produção de processos de subjetivação, mobilizam o desejo e produzem a mudança, coletivamente. Neste sentido, assim como Deleuze,

[...] eu tendo a pensar as coisas como conjunto de linhas a serem desemaranhadas, mas também cruzadas. Não gosto de pontos, pôr os pontos nos is me parece estúpido. Não é a linha que está entre dois pontos, mas o ponto que está no entrecruzamento de diversas linhas.

⁹² Expressão utilizada por Paulo Freire em: FREIRE, P. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

[...] Pois não são os começos nem os fins que contam, mas o meio. As coisas e os pensamentos crescem ou aumentam pelo meio, e é aí onde é preciso instalar-se, é sempre aí que isso dobra. (DELEUZE, 1992, p. 200)

Modo de pensamento que desestabiliza as práticas dos trabalhadores sociais que atuam pela via da representação e da conscientização. Neste aspecto, Foucault traz uma significativa contribuição ao nos chamar a atenção para a indignidade de se falar e de se lutar pelos outros:

Ninguém tem o direito de dizer: “Revoltem-se por mim, trata-se da libertação final de todo homem.” Mas não concordo com aquele que dissesse: “Inútil se insurgir, sempre será a mesma coisa”. Não se impõe a lei a quem arrisca sua vida diante de um poder. Há ou não motivo para se revoltar? Deixemos aberta a questão. Insurge-se, é um fato: é por isso que a **subjetividade (não a dos grandes homens, mas a de qualquer um) se introduz na história e lhe dá seu alento**. Um delinquente arrisca sua vida contra castigos abusivos; um louco não suporta mais estar preso e decaído; um povo recusa o regime que o oprime. Isso não torna o primeiro inocente, não cura o outro, e não garante ao terceiro os dias prometidos. Ninguém, aliás, é obrigado a ser solidário a eles. Ninguém é obrigado a achar que aquelas vozes confusas cantam melhor do que as outras e falam da essência do verdadeiro. **Basta que elas existam e que tenham contra elas tudo o que se obstina em fazê-las calar, para que faça sentido escuta-las e buscar o que elas querem dizer**. Questão de moral? Talvez. Questão de realidade, certamente. Todas as decepções da história de nada valem: é por existirem tais vozes que o tempo dos homens não tem a forma de uma evolução, mas justamente a da “história”. (FOUCAULT, 2006, p.80, *grifos nossos*)

Não se trata, portanto, de dar a voz, ou convocar à participação, mas produzir campos de visibilidade e dizibilidade. Por meio da transversalização das lutas tornar visível aquilo que não necessariamente está oculto na trama das relações de força do poder. Trabalhar pela abertura, para dar passagem à multiplicidade e singularidade das vozes, e, a partir de uma intervenção atenta, produzir eco, funcionar como um estrategista, cujas táticas se direcionam para a tarefa de fazer essas vozes ressoarem em espaços coletivos de expressão. Como nos esclarece Vivar y Soler (2012, p.222)

Ocorre que, o saber de um intelectual é sempre fragmentário. O que existe são os atos provocativos por meio dos quais, os operários, os loucos, os prisioneiros, os negros e os homossexuais passam a revoltar-se contra as situações de opressão não de um sistema, mas sim de uma sociedade normalizadora que sempre rechaça a diferença. Essas insurreições não são um produto de uma mobilização originada pelas reflexões de um intelectual, nem o resultado de um processo de conscientização coletiva, mas o indicativo de uma resistência direta e objetiva contra os dispositivos.

Do mesmo modo, não se trata de estar dentro ou fora de supostos lugares de poder, dentro ou fora da máquina de Estado, mas de reconhecermos e assumirmos que o poder nos atravessa a todos, na medida em que “que estamos a todo o momento sendo atravessados e constituídos pelas forças que estão no mundo, de modo que, por vezes, podemos assumir em nós a própria forma-Estado” (ASTH, 2014). Contudo, apesar de concordarmos com Coimbra e Nascimento (2009, p.51) que “um lugar de poder instituído, como o aparelho de Estado, funciona segundo certas lógicas e que ‘ocupa-lo é, na maior parte das vezes, servi-lo na condição de operador de seus dispositivos”, precisamos intensificar “o apontamento e investigação das lutas setorializadas que ocorrem na dispersão de todo e qualquer acontecimento” (VIVAR Y SOLER, 2012, p.218), uma vez que “do momento em que a politização se realiza a partir da atividade específica de cada um [...] podem se produzir ligações transversais de saber para saber, de um ponto de politização para outro” (FOUCAULT, 2001, p.9).

Para o trabalhador social que se coloca como estrategista, a tarefa não é instrumentalizar os sujeitos para que se tornem cidadãos conscientes, ou defender as bandeiras e ideais de um grupo, mas pensar as práticas sociais e as intervenções estatais em suas manifestações de poder e problematizá-las, posicionando-se sempre de maneira estratégica e provocativa, onde o que interessa é instrumentalizar a crítica e não os sujeitos; é problematizar as práticas e não seus atores. Por essa via, o trabalhador social, a exemplo da concepção de intelectual específico, de Foucault,

Não é mais aquele que empunha sozinho os valores de todos, que se opõe ao soberano ou aos governantes injustos e faz ouvir seu grito até a imortalidade; é aquele que detém, com alguns outros, a serviço do Estado, ou contra ele, poderes que podem favorecer ou matar definitivamente a vida. Não mais cantor da eternidade, mas estrategista da vida e da morte. (FOUCAULT, 2001, p.11)

Justamente por reconhecer que os saberes são dispositivos políticos articulados com as estruturas sociais (FOUCAULT, 2001), – ou seja, que os objetos de conhecimento são inventados cotidianamente nas práticas sociais –, a produção dessa dicotomia me leva a interrogar qual o lugar que, como especialista, ocupo na produção desse regime de verdades. Problematização que se faz necessária não no sentido de negar a relevância e a utilidade dos saberes dos especialistas, mas de questionar os modos como estes operam, colocar em análise as práticas que estes colocam em andamento, e assim mapear os efeitos de poder daqueles que em nome da ciência desqualificam os saberes produzidos cotidianamente pelos que resistem.

Reconhecer que os saberes são constituídos nas práticas sociais e por diferentes relações de poder significa, sobretudo, negar a separação entre as dimensões social e política, e afirmar com Foucault (2001) que todo saber é político, que todo saber é poder, e que, portanto, a questão que deve se colocar aos especialistas não se refere ao grau de legitimidade, coerência ou veridificação dos seus discursos, mas interrogar o que se pretende favorecer quando se aposta em uma direção e não em outra. Ou seja, transpor o plano das nossas boas intenções e das ações direcionadas para a conservação de um bem considerado comum, tendo a coragem de reconhecermos que

[...] não fazemos nada de bom, nobre, afirmativo, real e necessário enquanto fazemos ou pensamos algo *em nome de*. A linguagem não é neutra e, muito menos o pensamento é feito de valores universais.[...] Nenhum poder [...] deseja excluir absolutamente. Só exclui quando não tem opção. O poder opera incluindo. Só o poder mais tosco, caricato, deseja excluir. **Todo poder oscila, alguns se travestem mais, se tornam refinados, e inteligentemente criam políticas de inclusão**; esta prática é certamente algo extremamente interessante para um poder que quer crescer. E algum poder não quer crescer? E nós, queremos também incluir? Mas incluir o que, em que e para que? Quem em nós quer ser incluído e incluído em quê? O que acontece com a perspectiva de autonomia dessa vida ao ser incluída? (FUGANTI, 2009, p.670, *grifos nossos*)

Partindo da premissa de que “aprendemos a caminhar neste mundo guiado por modelos [e que] estes nos dizem o que fazer e como fazer, ocultando sempre o para que fazer” (COIMBRA, 2002, p.08), minha aposta ético-política, orienta-se pela possibilidade sempre presente de contribuir efetivamente para a afirmação das diferenças que se produzem nos encontros, o que me convoca a estar sempre atenta ao caminho que se faz na direção da ativação dos saberes locais contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos de poder. Daí a importância de se colocar em análise aqui, não necessariamente a política pública em si, mas as minhas implicações com os espaços onde elas se concretizam.

Por isso, é preciso que sigamos avançando na problematização dos variados modos como as práticas de todos aqueles que se reconhecem como trabalhadores sociais têm se atualizado no cotidiano, uma vez que a aposta de intervenção nos processos de mudança engendrados de modo coletivo e transversal constitui um campo de saber, indo além da mera formação de opinião, e convoca o trabalhador social a um exercício ético-político, que implica em escolhas e tomadas de decisão que se traduzem na própria forma de se conduzir a vida, trata-se afinal de

[...] ser respeitoso quando uma singularidade se insurge, intransigente quando o poder infringe o universal. Escolha simples, obra penosa: pois é preciso ao

mesmo tempo espreitar, por baixo da história, o que a rompe e a agita, e vigiar um pouco por trás da política o que deve incondicionalmente limitá-la. Afinal, é meu trabalho: não sou o primeiro nem o último a fazê-lo. Mas o escolhi. (FOUCAULT, 2006, p.81)

Assumindo a função de agente que opera a favor dos movimentos da mudança que pedem passagem, corpo-trabalhadora-técnica-social afirma-se. Mas nunca o faz só. A princípio, como relatado na cena que inicia essa entrada, mobiliza-se pela escolha estratégica de compartilhar com os agentes governamentais um relatório técnico descritivo, cuja autoria considera a de um coletivo. O conteúdo do relatório, tecido por meio da escrita plural registrada nas tarjetas de cartolina colorida, se coloca como produção das equipes técnicas e moradores, que juntos viviam a intervenção colocada aqui em análise. Escolha que também não se fez só, já que sustentada pelos pares de trabalho.

Estratégia que no espaço da escritura dessa tese se atualiza, se intensifica e se amplia. Publicizar a análise das sobre-implicações de um corpo-trabalhadora-técnica-social é uma estratégia escolhida pelo corpo-pesquisadora em cumplicidade com o coletivo de pesquisa. E do mesmo modo, publicizar uma vez mais o conteúdo daquelas tarjetas de cartolina colorida, cuja autoria não reconhece, mas que compõem a última entrada dessa tese, e cuja potência de multi-implicação favorece. Fazer circular palavras e afetos, para poder reafirmar que “a partir desse momento, a escolha não é mais só de um corpo”.

QUINTA ENTRADA

: A problematização da participação social entre o projeto, os consentimentos, as adesões, a cooperação e a recusa – os mitos, as dificuldades e outros possíveis:

O território era o Complexo⁹³ do Alemão. O SESC de Ramos transbordava de gente animada para o Encontro com as Organizações da Sociedade Civil, umas das últimas atividades de uma intervenção que aquela equipe veria acontecer com tamanho quórum, e liberdade. Antes desse, porém, muitos outros, com liberdade e potência.

Desde as primeiras reuniões com os presidentes das associações de moradores, marcadas pelas negociações, silêncios gritantes e resistências habituais ao início da intervenção, muitas outras coisas seguiam acontecendo. Ainda sob a mira dos fuzis da força nacional nas barricadas de cada esquina, conhecíamos aos poucos os moradores já há tempos conhecidos entre si, as famosas lideranças comunitárias e as nem tão famosas assim. Era também aos poucos que, através das atividades de pesquisa que marcaram o início de nossa entrada no território, íamos diminuindo algumas distâncias, de nós pra eles, e deles para eles mesmos.

A princípio, as reuniões eram marcadas pelas fronteiras disciplinares: o pessoal da saúde, o pessoal da educação, o pessoal da cultura, o pessoal

⁹³ O termo complexo foi utilizado pelo PAC- Favelas Rio de Janeiro como terminologia político-administrativa de delimitação espacial para um conglomerado de favelas que compõem uma mesma região administrativa. Contudo os moradores não reconhecem esse modo de referência, e geralmente se referem ao seu local de moradia dando o nome da favela específica em que moram dentro do suposto complexo. Segundo uma moradora do Complexo de Manguinhos, entrevistada por Bianco (2011) essa foi uma denominação adotada pelo Estado, mais especificamente pela Polícia, diante da necessidade de mapear e monitorar a atuação das chamadas facções criminosas nas favelas.

do meio ambiente, e por aí vai. Contudo, a medida que seguíamos nas atividades destinadas à elaboração do plano de desenvolvimento local, as fronteiras iam se misturando e as rodas se abrindo.

A cada encontro, geralmente realizados em exaustivos sábados, enfrentávamos os conflitos produzidos entre o idealismo quase ingênuo de uma equipe recém-chegada e o pessimismo calejado dos moradores convocados, mais uma vez, a participar. No final das contas, porém, depois dos debates e das coisas construídas, saíamos todos mais potencializados e animados para o porvir. Foi assim, de sábado em sábado, que desenhávamos as primeiras linhas do planejamento estratégico mediado pela produção de uma visão de futuro: como vocês querem estar daqui a 5 ou 10 anos?

A metodologia talvez carecesse de novidade, mas o território não. O território surpreendia. Fazia a metodologia ganhar corpo e virar outra. Fazia a rede se aquecer. Fazia as fronteiras disciplinares perderem o centro do palco. Fazia os calos fazerem sentido. Fazia outros possíveis serem sonhados. Foi assim que naquele sábado nos reunimos para realizar uma atividade em que os grupos já não se identificariam mais por suas “áreas” de trabalho e militância. A roda se abria, se misturava e crescia. O salão se enchia, de gente, de barulho, de vontade.

Foi quando entraram sem bater na porta. As redes aquecidas ameaçam as redes frias. E as redes frias, quando ameaçadas, se valem de uma arma muito poderosa: a produção do medo.

Não me lembro agora das justificativas, dos argumentos, ou da fala do presidente de uma associação de moradores que invadiu o salão e tomou o microfone das mãos do condutor da reunião. Lembro-me de ouvir dizer que o tal presidente nem morava no território. Lembro-me de ouvir dizer que os interesses dele eram outros, acoplados a uma outra

máquina. Lembro-me da tentativa deliberada de paralisar um processo. Lembro-me do susto de todos diante do imponderável que ali se apresentava. Lembro-me das ameaças feitas. Lembro-me de um grupo dispersando. Lembro-me do medo que ficou no ar. A partir daí não me lembro mais de ter participado de uma reunião como aquela, não naquele território, não com aquela intensidade.

Diante da institucionalização da participação social – tornada princípio constitucional por meio das lutas políticas pela democratização das relações sociais – os mitos, as recusas, as adesões, as dificuldades e obstáculos feitos no caminho. Cenas como essa evidenciam que a materialização das políticas públicas, transversalizadas pela premissa da participação social, não depende nem da convocação, nem da formalidade das instâncias propostas, nem da adesão e engajamento de alguns, ou de muitos; mas, antes disso, apontam para o fato de que participar diz respeito à modos específicos de funcionamento das práticas sociais, e que, portanto, se produz em meio a uma dinâmica complexa marcada pelas relações de poder em exercício.

A materialização dos obstáculos a serem enfrentados para a radicalização de um processo democrático, como atesta uma ampla literatura disponível sobre o tema (GUIZARDI, 2008)⁹⁴, é aqui mais uma vez afirmada pelos acontecimentos dessa intervenção e pela narrativa de moradores, lideranças comunitárias e equipes técnicas, participantes da operacionalização desse projeto⁹⁵. Narrativa que reafirma obstáculos comuns a tantas outras tentativas de se tecer a participação, destacando entre eles: o caráter não deliberativo das instâncias propostas; a crise de representatividade política nos territórios; as precárias condições operacionais e de infraestrutura; a falta de regularidade das atividades; a sobreposição e sobrecarga das agendas participativas; a ausência ou reconhecimento de outras formas de participação possíveis; a falta de transparência nas informações da gestão pública; além da própria especificidade político-

⁹⁴ GUIZARDI (2008) cita uma ampla literatura relacionada aos obstáculos da participação social, que embora seja direcionada mais especificamente para o debate do tema no campo da Saúde Coletiva e da constituição dos Conselhos de Saúde, encontra significativa ressonância com os obstáculos encontrados na intervenção que se coloca em análise nessa tese.

⁹⁵ Me refiro aqui ao momento de avaliação final do projeto, realizado através da realização de grupos focais junto a moradores e equipes técnicas dos territórios da Rocinha e de Manguinhos. A partir da memória desse processo e das anotações pessoais feitas para a elaboração dos relatórios de avaliação, ilustro a discussão que se segue com algumas falas previamente registradas de moradores e trabalhadores envolvidos com a atividade em questão. As falas estão destacadas em itálico no texto.

econômica dos territórios em questão, marcada predominantemente pela pobreza e pela violência.

Foi em meio à tentativa de enfrentamento desses obstáculos que a questão da participação social emergiu como problemática imersa em muitas controvérsias, uma vez que a sua operacionalização sofreu significativa variação nos diversos contextos em que foi proposta nesta intervenção, produzindo efeitos também bastante diversos. Em alguns momentos e situações víamos ganhar força a reprodução de processos clientelísticos e paternalistas: *“A participação só acontece efetivamente nos processos que irão resultar ganhos diretos e bem específicos, tidos como concretos pela população”*, como atesta a percepção de muitos dos trabalhadores técnicos sociais.

Em outros momentos, porém, assistíamos à ampliação de certo grau de democracia em territórios tradicionalmente habituados às ações autoritárias e assistencialistas, do Estado, do tráfico, da Igreja, da academia. Em algumas ações pontuais ocorriam negociações políticas mais democratizadas com conseqüente reforço ao protagonismo local, fato que, contudo, não eliminava os habituais processos de cooptação política sempre colocados em andamento diante da disputa dos vários interesses em jogo. Tudo ao mesmo tempo, não se tratava da preponderância binária do “ou”, mas da complexidade paradoxal do “e”, quando a participação social mostrava ser isso e aquilo.

Por essa via, vimos os processos de participação social colocados em andamento funcionarem hegemonicamente na legitimação das decisões preestabelecidas do poder governamental, servindo, quase sempre, como elemento de polimento da imagem pública e de sua gestão. Nesse contexto, concordamos com Toni (2006, p.04) para quem

[...] um processo de espetacularização e uso midiático dos fenômenos participativos tende a convertê-los em simples processo gerencial, capaz de diminuir os “custos de transação” implicados na legitimação dos governos e execução das políticas públicas. Infelizmente não são poucos os casos em que mobilizações e processos participativos terminam absorvendo responsabilidades estatais ou internalizando custos que de outra forma deveriam ser coletivos e universais. O ritmo de proliferação de “organizações não-governamentais”, pretensamente representantes ou interlocutoras dos movimentos sociais que, no curso dos processos de descentralização administrativa (desde a Constituição de 1988) assumiram a execução de políticas públicas assistenciais comprova este fenômeno.

Mas, ao mesmo tempo, assistíamos, a despeito do projeto governamental e seus entraves, como a organização desses espaços de participação também produziram possibilidades de transformação das culturas políticas locais, operando na virtualidade, quando pautadas pela diversidade e negociação de diferentes interesses, se tornava dispositivo de produção de novos modos de subjetivação, de novos atores sociais, ganhando assim um impacto positivo, ainda que mínimo, no grau de democratização da sociedade civil.

Portanto, ao colocar em análise os obstáculos concretos e as dificuldades vivenciadas cotidianamente por equipes e moradores para fazer funcionar os dispositivos de participação social, não se pretende romantizar suas práticas enfatizando suas intenções democráticas, e muito menos demonizar seus pressupostos, em uma escrita ressentida que se pretende denunciadora. Mas, ao contrário disto, desnaturalizar seus enunciados de verdade, deslocando a obviedade de suas boas intenções e problematizando seus efeitos de poder na produção das vidas que se constituem nesses territórios.

Partindo desse pressuposto, trata-se aqui de descrever o modo como a participação social, quando passa da convocação à pauta de debate ganha outros usos e sentidos. Sentidos tecidos e visibilizados junto à narrativa produzida por moradores e trabalhadores técnicos sociais em torno dos obstáculos para sua concretização. Por essa via, a participação aparecia, por vezes, ligada a uma positividade atribuída à mínima possibilidade de diálogo social colocada: *“Foram montados os comitês (obras, educação, saúde, etc.) para pensar o que o PAC pode fazer, o que gerou a interlocução entre poder público e Consórcio”*, mesmo que admitindo-se suas limitações: *“Participação houve, pode não ter sido do jeito que a gente queria...”*, dando margem assim aos questionamentos, e a possibilidade de expressão de outras formas de participação desejadas, para além da proposta institucionalizada pelo programa: *“Tiveram diferentes níveis de participação relacionados a diferentes níveis de entendimento do que é a participação”*, como apontam alguns trabalhadores.

Outros sentidos de participação iam sendo produzidos, em um debate, que, em termos gerais, apontou a limitação dos formatos de participação propostos diante da demanda concreta dos moradores, para quem não bastaria apenas haver espaços nos quais se é convocado a expor possíveis questionamentos em troca de eventuais informações, respostas e favores. Para além disso, a demanda que se colocava era pela promoção de espaços que viabilizassem o compartilhamento efetivo das decisões a serem tomadas coletivamente. Neste sentido, os

moradores destacaram como uma das principais limitações dos processos de participação social materializados pelo programa tanto a falta da possibilidade da própria construção coletiva do projeto a ser implementado como a deliberação coletiva acerca dos processos colocados em andamento. Como confirma Bianco (2011, p.13) “ a participação da população na implementação e na fiscalização do PAC é esvaziada, em parte, devido à falta de demandas locais que tenham sido coletivamente formuladas”.

Questionamentos produzidos por meio de uma experiência, constituída através do vasto histórico de lutas sociais e intervenções públicas vivenciadas pelos atores convocados ao debate, mas em geral ignorada pela imposição das ações de uma política pública previamente desenhada. Históricos ignorados e atropelados pela novidade do PAC- Favelas Rio de Janeiro, fazendo ganhar sentido a desconfiança, a pouca abertura e mesmo a recusa de uma grande parte dos moradores, afinal “*diante do histórico da comunidade, ter o pé atrás com o Estado é necessário.*”

Especificamente no caso da Rocinha, é emblemático o fato da implementação do PAC ter não só ignorado, mas se apropriado de informações e planejamentos que haviam sido construídos em recente histórico, iniciado mais precisamente em 2005, época da construção de um Plano Diretor, conduzido pela equipe do arquiteto Antônio Luiz Carlos Toledo, ganhadora do Concurso Público Nacional de Ideias para a Urbanização do Complexo da Rocinha⁹⁶. A equipe ganhadora do concurso tinha como principal característica a estreita relação com o território, reunindo profissionais familiarizados com a dinâmica sociopolítica local, moradores e integrantes do Fórum Dois Irmãos.

O processo de planejamento das obras de urbanização, marcado pela intensa mobilização da comunidade e parceria com importantes instituições locais, gerou demandas e expectativas, além da produção de uma série de dados de interesse coletivo, que, no entanto, ao invés de se

⁹⁶Em outubro de 2005, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o IAB-RJ lançaram o edital do Concurso Nacional de Ideias para a Urbanização da Rocinha. O material do concurso foi desenvolvido pelo Fórum Dois Irmãos, organizado a partir das situações de violência vivenciadas pelos moradores da Rocinha e São Conrado diante da invasão da Rocinha por facções do tráfico do Morro do Vidigal. O Fórum incluía várias outras organizações, governamentais, como a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR), além da OAB-RJ, FIRJAN, IAB-RJ, PUC-RJ, ADEMI e SINDUSCOM; além da Associação de Moradores de São Conrado (AMASCO) e mais três associações de moradores constituídas nas sub-localidades da Rocinha.

concretizarem deram origem ao conjunto de intervenções/obras/equipamentos constituintes do PAC. Mudança de rumos realizada sem a consulta aos moradores e que acarretou em sérios desafios à manutenção, e mesmo legitimidade do Trabalho Social do PAC, já que este se concretizou no território como referência do Governo do Estado, ou como principal e mais acessível canal de diálogo com este.

Do mesmo modo, o território de Manguinhos também apresentava um histórico de organização de movimentos sociais e planejamentos coletivos, materializado pelo programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS Manguinhos), que a partir de 1999, mobilizou diversas parcerias e lideranças locais. O DLIS partiu de uma concepção integrada de desenvolvimento (cultural, econômico, social) em que duas estratégias foram destacadas: a participação popular na definição das prioridades locais, através de processos participativos de diagnóstico, planejamento e avaliação; e a colaboração intersetorial, através da coordenação do trabalho de diversos setores do governo e da comunidade, visando à formulação de uma agenda comum.

Por essa via, o DLIS procurava estabelecer um processo de participação, interlocução e de pactuação entre os diversos parceiros/atores envolvidos, com o fortalecimento e ampliação das relações entre governo e sociedade civil, nas quais novos arranjos institucionais e novas formas de participação, organização e representatividade política ganharam destaque. Neste cenário, vale afirmar que o principal desafio para a definição de uma agenda de desenvolvimento local traduziu-se na dificuldade de alcançar consenso sobre os principais parceiros, estratégias e prioridades de médio e longo prazo. Dificuldades que apontam para a existência de conflitos e certa clivagem de interesses e perspectivas entre as próprias lideranças comunitárias, que não funcionaram de maneira diferente nos processos participativos e propostas de ampliação da democracia interna propostos pelo Trabalho Social do PAC.

Justamente devido a experiência adquirida por meio desse histórico dos movimentos sociais presentes, em Manguinhos, por exemplo, o “pé atrás” com o PAC se configurava em meio a uma série de desconfianças. Conforme pesquisa realizada por Bianco (2011), representantes dos movimentos sociais locais temiam que o PAC se resumisse a uma política de segurança pública. Além disso, consideravam incongruente o volume do investimento direcionado para a obra de elevação da via férrea em face das urgentes necessidades na área de habitação e saneamento. A desconfiança também se ampliava diante da falta de informações sobre as

remoções decorrentes das obras iniciais, como a abertura de via que liga a Leopoldo Bulhões à Avenida Brasil, e sobre o que efetivamente estava acontecendo no território a partir do início das obras.

Por isso, como nos confirma Bianco (2011), em janeiro de 2008, um pouco antes do início oficial da intervenção no território, datada de abril do mesmo ano, representantes dos movimentos sociais, em uma iniciativa organizada pelo conhecido Fórum do Movimento Social de Manguinhos⁹⁷, apresentaram ao Governo do Estado a “Proposta de Regimento Interno do Comitê de Acompanhamento do PAC-Manguinhos”⁹⁸. O documento propunha a constituição de um comitê deliberativo formado por representantes das secretarias estaduais, municipais e federais; das Associações de Moradores, dos poderes legislativos municipal e estadual, de órgãos técnicos especializados (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; Fundação Oswaldo Cruz e das Universidades Estadual e Federal do Rio de Janeiro – UERJ e UFRJ) e do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Além dessa iniciativa, outro projeto do tipo surgiu em abril, com a intenção de fomentar mais um canal de participação da população local no processo de urbanização, e junto a isso construir uma memória social do PAC. Como nos relata Bianco (2011), tratava-se do “PAC das favelas: documentação fotográfica e memória territorial”, projeto criado em parceria com profissionais do projeto Imagens do Povo na Maré, organizado pelo Observatório das Favelas.

Contudo, passados alguns meses do anúncio oficial que marcava o início da intervenção no território, e do início efetivo das obras, a Equipe Técnica do Trabalho Social ainda não havia conseguido iniciar suas atividades no território. O descompasso gerado, entre outros fatores, pelo atraso do Censo⁹⁹ e pela resistência do próprio Fórum – que exigia a constituição de um

⁹⁷ Constituído em março de 2007, o Fórum do Movimento Social de Manguinhos, surgiu a partir do histórico das lutas de organizações locais por saneamento básico e habitação no território. Entendido como espaço de debates sobre diversos temas, com o objetivo de defender a cidadania ativa e os direitos sociais, por meio da participação direta na concepção, promoção, defesa, execução, monitoramento e controle social das políticas públicas, o Fórum é um espaço que reúne moradores, instituições, movimentos sociais e organizações de base. Além disso o Fórum conta com a parceria ativa da Assessoria de Cooperação Social da Escola Nacional de Saúde Pública (ACS/ENSP) da Fiocruz.

⁹⁸ Conforme registra Bianco (2011) essa proposta redigida pelo Fórum veio em resposta à sugestão do vice-governador em 4 de agosto de 2007, na Quadra da Escola de Samba Unidos de Manguinhos, quando prometeu a implantação imediata de um Conselho de Acompanhamento do PAC- Manguinhos.

⁹⁹ De acordo com as prescrições do programa, a ETTS só poderia iniciar as atividades no território depois de finalizado o Censo, que lhe traria insumos indispensáveis para as ações relacionadas ao eixo de Gestão de Impactos, o qual incluía principalmente a organização da realocação dos moradores. O Censo, realizado por uma empresa terceirizada pelo Consórcio de empreiteiras, sofreu atraso em parte devido às características específicas do território, como ruas e vielas muito estreitas, e de grande densidade demográfica, e em parte pelo fato de que

comitê de caráter deliberativo em contraposição à proposta governamental de um comitê de acompanhamento das obras –, ocasionou o impasse e a consequente inviabilização inicial das instâncias participativas previstas e anunciadas para a intervenção. Desse modo, a entrada da ETTS ficou marcada pela recusa do governo do Estado que se eximiu de instituir o Comitê de Acompanhamento do PAC-Manguinhos após sete meses de sua proposição pelo Fórum, fato que deu um tom impositivo das instâncias de participação social propostas e organizadas pela ETTS.

Desse modo, enquanto as obras seguiam, avançavam os impasses e controvérsias em torno da intervenção, quando em novembro de 2008, na ocasião da realização do Fórum da Cidadania, a então secretária executiva do Fórum do Movimento Social de Manguinhos, denunciou o descumprimento do poder público ao Estatuto da Cidade, principalmente no que se referia à “garantia do direito às cidades sustentáveis”, que no artigo segundo do primeiro capítulo deliberam acerca do direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, a infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos; acrescidos pela exigência de uma “gestão democrática por meio da participação da população na formulação e na execução de projetos de desenvolvimento urbano”. (BIANCO, 2011)

A essa altura dos acontecimentos, na perspectiva do Fórum, além da recusa do comitê proposto, o Governo do Estado restringia a participação ao acompanhamento indireto da intervenção, uma vez que realizada via “Trabalho Social”, realizado por empresa contratada pelo próprio Consórcio de empreiteiras, o principal causador dos impactos que se devia gerir, e sobre os quais se deveria deliberar. Desse modo, do ponto de vista dos atores sociais locais os técnicos sociais eram funcionários do consórcio e aliados do Governo, fato que por si só já comprometia a legitimidade das instâncias participativas propostas.

Essas críticas foram registradas no “Dossiê-Manifesto de 11 meses do PAC Manguinhos pelo respeito ao princípio da Gestão Democrática do Estatuto da Cidade”, realizado pelo Fórum

alguns moradores começaram a construir casas nas áreas a serem removidas com o intuito de terem acesso ao aluguel social e/ou às indenizações.

Social de Manguinhos e outras organizações em 3 de fevereiro de 2009¹⁰⁰. O documento aponta a inconstitucionalidade do Trabalho Social como mediador da relação entre poder público e sociedade civil, a qual se considera que deva ser feita sem intermediários. Na perspectiva desses atores sociais, a mediação realizada por “agentes privados, diretamente interessados nos resultados do processo (redução de custos), contratados, sem legitimação social, pelo Consórcio de empreiteiras responsável pelas intervenções de engenharia, sem um mínimo de articulação e integração intersetorial e intergovernamental”, prejudicaria os processos de participação social tidos como direitos previstos no Estatuto da Cidade. Além disso, os representantes do Fórum acusavam o “Trabalho Social” de ter contratado atores sociais identificados como “lideranças”, sem, no entanto, se certificar do seu protagonismo.

Já se anunciava aí a crise de representatividade e a disputa de poder que marcaria todo o processo de participação social cuja viabilização era uma tentativa constante e incansável da ETTS. A equipe contratada, por sua vez, (des)identificada tanto com os objetivos eleitoreiros do poder público, como com as metas empresariais dos Consórcios, seguia mobilizada por suas idealizadas intenções de transformação social. E, com o passar do tempo, atravessada pela sobreimplicação, tendia a despolitizar as resistências e recusas, passando a entendê-las basicamente como entraves às suas atividades de trabalho, realizadas como afirmamos anteriormente em meio aos malabarismos provocados pelas exigências e demandas que vindas de todos esses lados – governo, empreiteiras, moradores – lhes caíam nas mãos.

A descrição de todos esses impasses e controvérsias, e dos diferentes pontos de vista, seja do poder público, dos empreiteiros, dos movimentos sociais, dos moradores comuns, dos técnicos sociais, não se destina, porém, nem a realizar uma comparação que legitime as experiências supracitadas por um suposto pioneirismo, e tampouco trata-se de avaliar o ponto de vista mais justo ou razoável a partir dos grupos de atores citados, envolvidos na contenda que se estabelecia. Até porque, tantas outras intervenções vieram antes e ao mesmo tempo que estas.

¹⁰⁰ Ver documento na íntegra em:

http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/dossie_manifesto_11meses_pacmang_vfinal_0.pdf

Não se trata tampouco de idealiza-las como experiências mais ou menos democráticas, mais ou menos “participativas”, ou mesmo isentas dos obstáculos e dificuldades à materialização da participação social aqui apontadas. Mas, antes disso, o que propomos é chamar atenção para o fato de que, ao se ignorar o histórico de movimentos sociais e outras experiências de participação tecidas nos territórios, se ignora ao mesmo tempo a produção de um saber-fazer não técnico, mas aquele relacionado à produção de um *êthos*, como modo de conduzir a vida, e o desejo de todos aqueles moradores que, independente de suas institucionalidades políticas, partidárias, ou técnicas, uma vez mais, foram convocados a participar.

: A participação social e seus mitos :

A premissa que norteia a concepção de participação social nos programas que seguem a cartilha de diretrizes que orientam essa intervenção, se define em termos gerais por sua vertente pedagógica, cuja aposta se direciona para uma cidadania a ser construída, através do envolvimento dos moradores, supostos beneficiários, nos processos de decisão, implantação e manutenção dos empreendimentos previstos na intervenção, cuja a intenção anunciada seria a da adequação das intervenções às necessidades destes e à realidade sociocultural que hipoteticamente os circunda. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2012)

Parte-se assim do pressuposto que o investimento dos moradores nas atividades propostas e organizadas pelo chamado Trabalho Técnico Social funcionaria, além de um investimento pessoal, como um grande aprendizado, onde o beneficiário ganharia o estatuto de cidadão através da conscientização e luta por seus direitos. Perspectiva atestada pela então Secretária Nacional de Habitação, que em entrevista dada na ocasião do Seminário Internacional Trabalho Social em Intervenções Habitacionais, afirma:

As pessoas têm o direito de saber o que vai acontecer com elas e de poder opinar sobre seu futuro. O trabalho social tem essa função [...] O ponto fundamental da questão do trabalho social é o de dar a possibilidade para que estas famílias percebam que tem direitos e reforçar sua capacidade de organização e de reivindicação, sedimentado assim, ações mais profundas de desenvolvimento social. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010, p.07)

A evidente ênfase na perspectiva participativa da metodologia, quando atravessada pelo viés pedagógico, direciona-se em termos gerais para atividades marcadas pela informação,

comunicação, capacitação e instrumentalização de um processo cujas etapas foram previamente desenhadas, e apresentadas aos moradores, convidados à participação em um formato específico. Parte-se assim do pressuposto de que os moradores serão beneficiários não só de uma unidade habitacional, mas sobretudo do acesso a um saber e uma experiência política que se considera ausente. Concordamos assim com Barros, Oliveira e Oliveira (1999, p.96), quando afirmam que

A ênfase, muitas vezes, exagerada, na constituição de um certo ‘espírito crítico conscientizado’, que pretende resgatar os sujeitos da dominação dos processos em jogo na sociedade, pode produzir práticas que acabam por se submeter a uma outra forma de dominação: a de um discurso progressista de líderes vanguardistas, e que tomam para si a missão de ‘polítizar’ aqueles que nada sabem ou que estão ‘alienados’.

É neste contexto, que ganham sentido e se re-atualizam alguns mitos ligados à participação social¹⁰¹, que baseados em visões estigmatizadas de um saber técnico sobrevalorizado, reafirmam cotidianamente a crença no não preparo da população para a participação. Fato que não só justifica “os insucessos dos sucessivos programas sociais [que] acabam sendo vistos como fatalidades imponderáveis por estarem instaladas no distante e difuso mundo do ‘político’” (SCHEINVAR, 2009, p.36), como ao mesmo tempo produz a demanda de uma tutela do Estado, centro decisório por natureza, sobre a chamada sociedade civil.

Mito esse que por sua vez desdobra na afirmação de que a sociedade civil não está preparada para ser o sujeito político das políticas públicas de que são objeto, uma vez que afirma-se a impossibilidade dessa sociedade compartilhar da governabilidade de um processo decisório centralizado pelos agentes estatais. Reafirmação da separação do que se crê da ordem da política em detrimento do que se considera social, na qual o Estado, entretanto, não necessariamente opera pela via do público. Para tanto, é imprescindível,

[...] repensar a relação entre Estado e políticas públicas. Acreditamos que estes termos não podem ser tomados como coincidentes, vistos que os domínios do Estado e do público não se justapõem, não sendo natural a relação de sinonímia entre eles. Entendemos que o público diz respeito

¹⁰¹ Mitos apontados por Rosângela Paz, doutora em Serviço Social pela PUC/SP, pesquisadora e professora da instituição, e coordenadora do curso de à distância de Trabalho Social organizado pelo Ministério das Cidades. Ver na seção: “Participação social: aprofundar o controle social e os mecanismos de democracia” na publicação MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Trabalho Social e Intervenções Habitacionais**: reflexões e aprendizados sobre o Seminário Internacional. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. Disponível em: www.cidades.gov.br

à experiência concreta dos coletivos de forças sempre em movimento. Daí estar em um plano diferente daquele do Estado enquanto figura paralisada e transcendente da modernidade. Apostamos que o plano do público só pode ser construído a partir das experiências de cada homem inserido na coletividade. (MONTEIRO, COIMBRA e MENDONÇA FILHO, 2006, p.11)

Paradoxalmente, no entanto, afirma-se que a sociedade tende a dificultar a tomada de decisões quando se posiciona criticamente diante do que lhe é proposto, demandando um tempo que em geral não cabe nos apertados cronogramas das intervenções estatais, afinal como afirma a então Secretária Nacional de Habitação: *“Cada iniciativa é uma equação sempre complexa cujas variáveis produzem resultados diferentes. Muitas vezes, o problema não é a falta de disposição da prefeitura em consultar a sociedade, mas sim a disparidade entre os tempos políticos e os processos sociais”* (MINISTERIO DAS CIDADES, 2011, p.08). Neste contexto, a participação vira consulta e instrumento pedagógico, e os processos sociais seguem apartados do fazer político.

A experiência relativa à participação da sociedade civil no Brasil tem respondido à dicotomia entre sociedade civil e sociedade política, que opera pela transferência à sociedade civil de espaços construídos sem a sua participação e, ainda, sem que esta conte com os recursos necessários para a ação, quando convocada. A forma de participar tende a ser ditada por um poder estatal que se apropriou dos mecanismos e busca encaixar grupos organizados, sem oferecer recursos que garantam o encaminhamento de suas decisões, capturando-os em sua lógica. (SCHEINVAR, 2009, p.55)

Mitos, portanto, questionáveis quando vistos a partir da vivência cotidiana e do relato de trabalhadores sociais, sendo emblemático o movimento das recusas produzidas, seja por aqueles que ativamente se negam a participar, seja por aqueles que não conseguem participar em um formato proposto, ou mesmo daqueles que colocam em andamento um outro tipo de recusa, produzida involuntariamente por aqueles que nem sequer conseguem fazer a escolha entre participar ou não, muitas vezes impossibilitados por dificuldades rotineiras, relacionadas aos modos de existência possíveis. A recusa produzida pela vida, que nunca cabe em um formato proposto.

O movimento de recusa e os questionamentos do saber especialista dos técnicos sociais realizados constantemente pelos moradores presentes nessas instâncias de participação atestam muito mais que um receio, falam antes de um saber acumulado na relação histórica com os formatos de participação sugeridos tradicionalmente pelos agentes do Estado. Falam de uma

familiaridade cotidiana dos projetos em disputa, invisíveis apenas aos olhos ingênuos e idealistas de uma equipe recém-chegada.

É, portanto, nos espaços de intervenção social que as instituições podem ser discutidas e reformuladas. Trata-se de um espaço onde se evidenciam as contradições dos mecanismos apoiados em discursos igualitários, na medida em que linhas de fuga também são produzidas (conservadoras ou inovadoras) e novas práticas instituídas. (SCHEINVAR, 2009, p.54)

Mitos que se questionam também diante da forma diversificada que a concretização da metodologia elaborada tomou nas três favelas, onde as especificidades políticas, culturais e socioeconômicas dos territórios, atravessadas pelos avanços e recuos determinados pelo jogo da máquina pública (Governos Federal e Estadual), agências financiadoras e fiscalizadoras (Caixa Econômica Federal) e consórcios de empreiteiras, lideranças comunitárias e poderes paralelos produziram contornos muito singulares para cada uma das intervenções. Mito que cai por terra quando se confronta o prescrito de um plano e o real da vida acontecendo em meio às possibilidades, que são inventadas, e não necessariamente propostas.

Ou seja, é preciso que se atente para o fato de que as dificuldades da participação social não se remetem absolutamente à uma suposta incompreensão, incapacidade ou indisponibilidade gratuita dos moradores, que não veriam benesses a priori em seus convites. Tampouco se trata de uma suposta inabilidade e falta de experiência do chamado Trabalho Social e da equipe que o operacionaliza. Trata-se, sobretudo, da interposição de obstáculos promovidos pela lógica mesma da estrutura governamental e da política colocada em andamento, uma vez que os desenhos dos programas parecem ser muitas vezes planejados para seu não funcionamento efetivo ou total, o que inclui o impedimento para que as ações estatais definam o espaço e tempo necessários ao compartilhamento efetivo de decisões. Vistos por essa perspectiva, trata-se da própria forma como tem sido estabelecida a relação entre governo e sociedade civil.

: A participação social e as suas limitações – a crise e a disputa de representatividade :

Uma das limitações da democratização do processo de participação social se relaciona diretamente com os processos de cooptação política *“na medida em que privilegia determinados grupos que estão alinhados com interesses do Estado”*. Historicamente, o Estado, materializado principalmente pelas estruturas de gestão e estruturas político-partidárias,

reproduz a relação de alianças com os atores locais institucionalizados, tendo influência decisiva nos processos decisórios e na dinâmica política interna. Por esse viés, a ideia de participação passa a ser relacionada com o desempenho dos atores organizados ou mesmo das institucionalidades presentes nos territórios.

Nesse contexto, é importante destacar, por exemplo, a própria forma como tradicionalmente as políticas públicas realizam o mapeamento das chamadas lideranças comunitárias. Trabalho realizado para facilitar “a entrada” dos agentes governamentais e trabalhadores técnicos sociais no território. A prática comum e naturalizada em vários programas é a pré-identificação dos atores sociais que se destacam por uma suposta representatividade, como os presidentes das “associações de moradores” e/ou líderes das organizações não-governamentais atuantes no território, além das próprias referências do tráfico. Tais lideranças sociais são chamadas então às entrevistas que compõem parte dos chamados diagnósticos sociais: instrumento metodológico que assume a dupla função de conhecimento da dinâmica do território e espaço de “negociação”, e que serve especialmente à autorização da entrada das equipes de trabalhadores técnicos sociais na comunidade, sob determinadas condições. Os moradores comuns, no entanto, que não apresentam qualquer tipo de vínculo institucionalizado, ficam, em sua grande maioria, alijados desse processo, determinando desde o princípio que *“na maioria das vezes as informações não são qualificadas, ou são centralizadas em grupos de representação política da comunidade.”*

Apesar da escassa base social que sustenta a atuação das lideranças, da relativa falta de legitimidade e mesmo da pouca representatividade, entre as organizações que constituem o chamado terceiro setor local prepondera a crença de seus líderes na capacidade de representar a vontade coletiva, uma vez que se consideram importantes fontes de formação da opinião pública local e seus porta-vozes legítimos. Apesar de não serem amplamente reconhecidas pelos moradores, essas lideranças dominam não só as informações, como o território, além dos benefícios oferecidos pelos políticos envolvidos nas intervenções. Fisicamente falando: *“As lideranças às vezes têm mais informação que o Trabalho Social”*. Neste contexto, vale acrescentar, que o próprio Fórum do Movimento Social para o Desenvolvimento Equitativo e Sustentável de Manguinhos (FMDES), que criticava o reconhecimento e a parceria do Trabalho Social com “lideranças” supostamente não legítimas, dominou de um modo geral as negociações das obras com a Secretaria de Obras do Governo do Estado do Rio de Janeiro

(BIANCO, 2011), demonstrando muitas vezes seu incômodo diante do destaque de lideranças não ligadas às suas bases.

Por essa via, vemos como a pretensa “coesão” destes grupos previamente instituídos no território também parece ter funcionado como fator de inibição da entrada de novos atores sociais no processo, os quais, ora por não acreditarem na capacidade de dialogar com líderes supostamente mais experientes, ora por não encontrarem representatividade legítima de suas demandas no discurso destes, ou simplesmente por não acreditarem mais na possibilidade de democratização das decisões acerca do território, acabavam por se excluir do processo de participação. Ou seja, enquanto o FMDES se queixava do atropelo na implementação da política pública, não contemplando suas propostas de participação, os moradores “comuns” se queixavam do atropelo do próprio Fórum, cuja representatividade passava a ser questionada.

Diante das resistências iniciais e as ponderações feitas pela ETTS, que aos poucos munia o grupo com as informações acerca da intervenção, a criação do Comitê de Acompanhamento das Obras finalmente se concretizou, porém, como produto das negociações feitas entre o FMDES e a Secretaria Estadual de Obras (EMOP). Nesse contexto, circulavam versões dos moradores que descreviam aquela organização como um grupo com forte espírito corporativo e que desejava monopolizar o sistema de representação local, cooptando lideranças e moradores, como forma de defender interesses privados. Por isso, na perspectiva de muitos moradores qualquer ação que intentasse produzir algum grau de transparência ou mesmo aumentar o nível de democracia interna receberia forte oposição dessa instância política.

Como afirmou um técnico social, *“a participação efetivamente interessada tem sempre um cunho político, no sentido do interesse privado”*. Mesmo cenário, inclusive, em que ganha visibilidade o fato de que algumas lideranças locais tinham interesse significativo na implementação do trabalho que foi realizado pela empresa contratada: *“Deveria ter tido uma formação ou dada uma oportunidade às lideranças da comunidade para que pudessem ser capacitados para fazerem o Trabalho Social”*.

Na Rocinha, recordo-me especialmente da experiência com alguns moradores participantes das Oficinas de Gestão Condominial, realizada já ao final do tempo da intervenção naquele território. Depois da mudança dos moradores realocados para as novas unidades habitacionais, formou-se uma comissão de moradores interessados em participar da gestão dos novos condomínios, no sentido de formular e organizar as regras de uma nova forma de morar e

conviver coletivamente. A comissão passou então a se reunir com a equipe de técnicos sociais em algumas atividades de capacitação previstas, em que as tarefas atreladas à construção de um regimento condominial, eram atravessadas pelos debates acerca das novas relações tecidas nos novos condomínios e nos territórios.

A princípio, os encontros dessas Oficinas de Gestão Condominial apresentavam uma elevada frequência, com a participação intensa de alguns moradores efetivamente mobilizados e interessados nas atividades de gestão dos condomínios. Moradores que de alguma forma, ao longo do processo, destacaram-se junto aos outros como possíveis novos representantes, na medida em que gradualmente se interessavam pelas novas dinâmicas disparadas com as transformações do território, se fazendo presentes e disponíveis nas mais variadas atividades, estando atentos às novas possibilidades colocadas, e talvez por isso, ganhando certa legitimidade na representação dos novos condôminos. Contudo, à medida que o tempo passava, víamos a frequência diminuir, a intensidade dos debates esmorecer. Os ares não eram então de uma recusa deliberada, mas de desistência, desinvestimento.

Foi em um dos últimos módulos da oficina, destinado ao debate das “relações interpessoais”, quando falávamos das dificuldades e dos conflitos inerentes ao convívio coletivo, tentando desnaturalizar a ideia de uma convivência idealizadamente harmônica, supostamente garantida por novos códigos disciplinares, que emergiu então a angústia, motivo do esvaziamento. Junto a todas as dificuldades colocadas pela tentativa de organizar uma nova forma de morar – a questão do lixo, das regras de silêncio, do pagamento das taxas, da manutenção do patrimônio – as ameaças. Foi quando os novos representantes passaram a nos dizer sobre o medo e a impotência que então se produzia diante da emergência dos conflitos: o que fazer com os moradores intocáveis, protegidos pela proximidade, pelo parentesco, ou pelas alianças com as velhas institucionalidades, incluindo os desmandos do tráfico? Nesse contexto, a mobilização dava lugar ao medo, as crenças na possibilidade de transformação à impotência, e as ações ao silêncio.

Os territórios são marcados por uma dinâmica política onde está em jogo a disputa das forças e exercício de poder dos vários atores que o habitam, o que inclui desde as lideranças

institucionalizadas até as facções do tráfico¹⁰². Em muitos momentos, atestavam os trabalhadores, o que se via era: *“Disputas para luta pelo controle dos mecanismos de participação e não a participação em si”*; *“Sinto que apesar de partir de poucas pessoas o interesse existe. Contudo, é tolhido por conta de poderes estabelecidos no território, o que desestimula a participação social”*; *“Há a fragilidade nas relações devido a contraposições inegociáveis de muitos e diferentes interesses”*; *“A presença do tráfico aparece muitas vezes com intervenção e participação direta. Exemplo clássico é o caso da comissão gestora”*.

Outro exemplo emblemático dessa situação foi o caso da destituição da Comissão Gestora da Embratel – condomínio de unidades habitacionais recém-inaugurado no Complexo de Manguinhos – , que após ser eleita e organizada em uma das etapas dos Encontros de Integração¹⁰³, sofreu no dia imediatamente posterior, a intervenção de lideranças do tráfico que destituíram os representantes eleitos pelos novos moradores do condomínio e passaram a “assumir” os postos da comissão, bem como invadir alguns apartamentos mediante a expulsão dos moradores recém mudados. Esse é um exemplo claro do que Bianco (2011, p.04) aponta como a inversão do processo de participação, quando as intervenções realizadas são “reapropriadas pelo tráfico e depredadas devido ao uso voltado para o consumo de drogas, dentre outros. As intervenções urbanísticas e sociais realizadas pelo Estado esbarram, portanto, na questão do controle territorial da região por uma [ou mais facções criminosas]”

¹⁰² Manguinhos (junto ao Jacarezinho) é conhecido como um dos redutos mais antigos e fortalecidos do Comando Vermelho, facção criminosa de tráfico de drogas que mantém a população local sob seu julgo e leis próprias. Não por acaso, a mídia se refere, muitas vezes, à região como *“Faixa de Gaza”*.

¹⁰³ Os Encontros de Integração constituem uma série de oficinas realizadas pelo PAC-Favelas no Rio de Janeiro para atender algumas recomendações do COTS. Essas oficinas que antecedem a mudança para as chamadas Novas Unidades Habitacionais (NUH’s), tem como público alvo os moradores realocados, e seguem a prescrição de “viabilizar o exercício da participação cidadã mediante trabalho informativo e educativo, que favoreça a organização da população, a gestão comunitária, a educação sanitária, ambiental e patrimonial, visando à melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas e sua permanência nos imóveis, bem como contribuir para a sustentabilidade dos empreendimentos (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2013, p. 20)”. É, válido ressaltar que se sugere que esse trabalho “informativo e educativo” tenha atenção especial no caso de famílias reassentadas em prédios. Segundo orientação do COTS, nesses casos, torna-se necessário “disseminar noções de educação patrimonial, educação ambiental, relações de vizinhança; gerar compromisso com a conservação e manutenção dos imóveis” (Ibid., p. 21). Desse modo, a ETTS deverá “assessorar a implantação da gestão condominial; incentivar a participação dos beneficiários na gestão do empreendimento; preparar os beneficiários para administrar o condomínio” (Ibid., p.21).

Neste sentido, os técnicos sociais relataram como a participação social foi um processo controlado pelas negociações políticas sempre presentes, onde a participação das lideranças comunitárias esteve ativa durante um período, mas acabou se esvaziando, ora pela cooptação política, especialmente intensificada no período eleitoral, ora pelo descrédito ocasionado por demandas não atendidas pelo poder público. Reconhecendo o esvaziamento das instâncias participativas propostas, apesar da abertura a todos os moradores, e os desafios colocados pelas especificidades dos territórios, a coordenação do Trabalho Social do PAC no Governo do Estado do Rio de Janeiro, propôs a criação dos chamados “canteiros sociais itinerantes”, estruturas móveis montadas pela ETTS para levar informação mais qualificada diretamente ao morador, dispensando assim o intermédio das lideranças.

Vemos assim como a crise de representação dos movimentos sociais se configura então como um dos principais entraves encontrados no processo, uma vez que o domínio histórico de um conjunto de líderes comunitários no território, necessariamente produz resistência a um programa que tem ao menos na intenção anunciada, o objetivo de dinamizar as relações de poder estabelecidas, quando propõe a abertura e multiplicação das instâncias de participação social. Neste cenário, não causa estranhamento o fato de encontramos a concentração da participação nas mãos de alguns atores sociais e a resistência de muitos destes à criação de novas institucionalidades.

: “ A favela tem seus códigos” – a participação social e a especificidade da dinâmica político-econômica dos territórios :

Justamente por todo o histórico e experiência de participação ignorados em grande parte pela intervenção, é preciso dizer que a população, sempre foi pioneira no reconhecimento de que a mudança política e cultural é uma tarefa complexa, uma vez que *“a favela tem seus códigos, e nem tudo que a gente almeja em torno do coletivo acontece”*. A própria população apontava a especificidade da dinâmica político-econômica dos territórios como elementos imanes e limitadores para a efetivação das instâncias e atividades que contam com a participação social como possibilidade de transformação.

Afinal, historicamente, diante dos projetos de urbanização e intervenções públicas de toda ordem realizados na cidade, as favelas – ao contrário da afirmação incansavelmente feita por

Betinho¹⁰⁴ de que “favela é cidade! ” – sempre foram colocadas como “um problema” a ser resolvido. Neste sentido, concordamos com Bianco (2011, p.03), acerca do fato de que mesmo com os “inegáveis avanços no âmbito legislativo e institucional rumo ao desenvolvimento de uma cidade mais democrática, observa-se que a favela continuou a ser tratada por órgãos específicos, os quais elaborava, e implementavam programas igualmente específicos”.

Partindo da constatação da fragmentação política e social – que assim como muitos outros territórios também marca os territórios de favelas – ocasionada pelos diferenciados históricos de ocupação, pela estratificação socioeconômica e pela irregularidade da situação fundiária, é necessário chamar atenção para o fato de que as divisões político-espaciais acabam sendo reproduzidas tanto pelo tráfico como pelas outras organizações locais e pelos próprios moradores. O chamado “crime organizado” e/ou a denominada “milícia”, por exemplo, organizam-se nas sublocalidades dos territórios, representando um elemento que intensifica as divisões internas, ocasionando diferenças que acirram o grau de conflito nas comunidades.

Além do tema da representação estar se esgotando como fenômeno político, a favela no Rio de Janeiro parece ter esgarçado este mecanismo pela hiperdensidade de atores políticos, pela presença avassaladora do tráfico de drogas no domínio militar do território e no controle ou influência nas instâncias políticas administrativas desse tipo de localidade. Desse modo, muitas vezes, as questões chamadas de internas pelos moradores, referiam-se claramente à presença do tráfico que, como “crime organizado”, detém o controle militar e mesmo político administrativo da localidade, definindo uma economia local das periferias e balizando as decisões individuais e, principalmente, coletivas. Cenário que impacta diretamente na dificuldade para a ampliação do grau de democracia interna. No entanto, é válido ressaltar que a presença do tráfico, considerada questão interna por trabalhadores e moradores, não se mantém de forma isolada e desimplicada com políticos, empresários e a força policial que atuam nos territórios e na cidade. Desse modo, é preciso considerar que as “negociações” locais elegem prioridades de cunho financeiro e eleitoral que são atravessadas por forças que estão além das questões consideradas “internas”.

¹⁰⁴ Frase nos lembrada por Bianco (2011) que cita a frase constantemente dita por Herbert José de Souza, na ocasião de suas atividades desenvolvidas no Instituto de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

Ao mesmo tempo, é preciso ressaltar, que os moradores não colocavam no tráfico a responsabilidade exclusiva pelas dificuldades de concretização dos processos democráticos. Aliados a este, identificava-se também a hegemonia de certos grupos políticos locais na condução dos processos decisórios que impedem a descentralização das informações, a participação no processo de decisão e mesmo a emergência de novos atores sociais e referências comunitárias: *“Houve um momento de muita mobilização, mas de acordo com as relações e interesses houve uma queda de qualidade e queda de participação, porque as pessoas começavam a ver seus interesses abalados ”*.

Foi nesse contexto que alguns moradores da Rocinha, por exemplo, apontavam a criação da Câmara Comunitária de Desenvolvimento Comunitário como um avanço, sugerindo que esse espaço de diálogo social deveria ter sido criado desde o princípio do processo, por acreditarem que teria sido mais fácil o estabelecimento de um consenso entre as diversas facções políticas locais.

Junto à presença do tráfico, a questão da violência que marca o cotidiano desses territórios se colocou muitas vezes como obstáculo ao exercício dos processos participativos. A violência a que nos referimos aqui diz respeito principalmente à violência promovida pelo crime organizado e, na mesma proporção, pela repressão policial, que se dirige não somente ao tráfico de drogas, como atinge indiscriminadamente moradores e trabalhadores desses territórios. Contudo, também não podemos deixar de incluir nessa análise as outras formas de violências que restringem cotidianamente os direitos básicos da população local, como, por exemplo, a violência do Estado, responsável pela falta de moradia, educação, trabalho, incluindo a forma peculiar como as políticas de segurança pública se implementam nesses territórios e abordam a população local.

Neste sentido, apesar da segurança pública não necessariamente ter sido considerada uma prioridade, uma vez que representada pelo índice de 3,5% na lista de prioridades divulgadas pelo Censo de Manguinhos¹⁰⁵, uma outra pesquisa realizada ainda em meados da intervenção¹⁰⁶, apontava que 68% dos moradores entrevistados acreditavam que o PAC iria contribuir com a

¹⁰⁵ O Censo do PAC- Manguinhos e PAC-Alemão foram divulgados pelo Governo do Estado em junho de 2009.

¹⁰⁶ Esses dados foram obtidos por uma pesquisa tipo survey realizada pela FGV Opinião: Dimensões da cidade: Favela e Asfalto, em maio de 2009. Nessa mesma pesquisa a segurança pública despontou como pior serviço, em contraposição aos resultados obtidos pelo Censo do PAC- Manguinhos, divulgado pelo Governo do Estado.

redução da violência ocasionada pelo tráfico. Em contrapartida, em pesquisa realizada posteriormente¹⁰⁷, mais da metade dos moradores entrevistados (57, 7%), afirmavam acreditar que intervenção só seria bem-sucedida mediante a resolução do problema do tráfico na favela. Diante desse quadro, somos levados a inferir que, se relativamente no início da intervenção haviam grandes esperanças depositadas no PAC, em compensação, com o avançar das atividades implementadas pelo governo, ficava cada vez mais clara a força do tráfico no controle do território.

E ainda, como nos relata Bianco (2011), os resultados de pesquisas realizadas mediante a condução de grupos focais com a população de Manguinhos pelo IBASE, indicavam que a juventude local expressava certa descrença em relação à interferência do programa na redução da violência e demonstrava receio acerca da interferência do tráfico na realização das atividades programadas. Já os adultos entrevistados eram unânimes em afirmar que os projetos de intervenção precisavam ser acompanhados de uma forte política de segurança pública, mostrando-se claramente favoráveis à presença do Exército nos territórios, a fim de garantir a ordem e contornar os conflitos. A população adulta afirmava então a descrença na exclusividade da intervenção urbana das obras como solução para a violência, a qual consideravam como um dos problemas mais graves da localidade, relacionando-a diretamente com o tráfico.

Conforme as análises de Bianco (2011), as pesquisas apontam que a percepção dos moradores acerca das situações de violência que marcam os territórios e da consequente demanda de uma política para transformá-las varia de acordo com a forma pela qual o tema é abordado – se isoladamente ou atrelado a outras questões mais palpáveis e cotidianas voltadas para a melhoria das condições de vida da população. Neste cenário, a Política de Segurança Pública adotada pelo Governo do Estado, nomeada oficialmente de “pacificação” das favelas cariocas, teve repercussões significativas mesmo nas comunidades onde a intervenção ainda não havia acontecido diretamente, uma vez que se observou um movimento de reconfiguração das

¹⁰⁷ A autora cita os dados apresentados por Dulce Pandolfi (FGV/IBASE) em palestra realizado no I Seminário dos Estudantes de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Estado do Rio de Janeiro (SEPOCS), realizado no final do ano de 2011. As informações são produtos de pesquisa realizadas pelo IBASE em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) acerca do PAC- Manguinhos.

relações do tráfico, que impactou diretamente na dinâmica social dos territórios alvos da intervenção.

Na Rocinha, por exemplo, a especulação sobre a implantação de uma UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) em decorrência da onda de violência gerada a partir da invasão de facções criminosas de outros territórios da cidade, como o Complexo do Alemão, passou a intensificar o tráfico da comunidade em questão. A esse respeito, podemos afirmar que, se no início da intervenção, a Rocinha se apresentava relativamente como o território mais apaziguado em termos de violência, uma vez que não havia a presença física, ostensiva e explícita dos representantes do tráfico nas ruas, a partir da concretização da política de “pacificação”, pudemos presenciar o aumento progressivo da intervenção das forças do tráfico nas ruas, quando seus soldados passaram inclusive a ocupar fisicamente a entrada do Canteiro Social¹⁰⁸ e monitorar as ações das equipes, muitas vezes abordando diretamente, e interpelando, os trabalhadores técnicos sociais. Dessa maneira, a partir do final de 2010, muitas atividades precisaram ser ocasionalmente suspensas e/ou adiadas em virtude do clima de tensão e do consequente risco que corriam moradores e integrantes da ETTS, o que prejudicou consideravelmente o andamento das atividades que contavam com a participação dos moradores.

Junto à questão da violência, emerge a própria condição econômica e social do território, formado em grande parte por uma população de baixa renda e baixo nível de escolaridade, a qual em geral direciona seus esforços cotidianos para a sobrevivência, traduzidos pela luta para a manutenção de condições basilares de subsistência. Não podemos esquecer que a maioria dos habitantes desses territórios, considerados vulneráveis, permanece ainda na busca pela conquista de direitos básicos, muitas vezes não vendo sentido em discutir a sustentabilidade de recursos a que ainda nem se tem acesso, não lhe sobrando, portanto, tempo, disponibilidade ou mesmo sentido para o debate de questões coletivas que ultrapassem as intervenções assistenciais.

Fato que pode ser exemplificado pelo alto nível de adesão da população presenciado em reuniões e eventos que estavam relacionados diretamente com a obtenção de benefícios concretos e imediatos, que vão desde a oferta de um simples lanche até a provisão do Bolsa

¹⁰⁸ Explicamos mais à frente do texto a função do Canteiro Social

Família e outros benefícios. Neste sentido, muitas vezes a equipe interpretou que a desmobilização da população estava relacionada principalmente com a falta de percepção dos moradores sobre os benefícios a médio e longo prazo preconizados por algumas ações implementadas. Perspectiva que ganhava força quando se levava em consideração a prevalência de demandas de serviços básicos relacionados à busca de sobrevivência cotidiana, quando muitas vezes a questão principal do morador era “O que vou ganhar com isso? ”, entendendo-se o suposto ganho com a obtenção de benefícios assistenciais e imediatos.

Neste contexto, quando questionados acerca das possíveis causas para a limitação da participação da população em geral, as equipes apontavam como um dos fatores a condição socioeconômica que caracterizava as comunidades atendidas e a especificidade política que determinava a luta pelo poder e domínio do território, afirmando que *“a questão social e econômica da população limita o estímulo à participação. A luta pela sobrevivência cotidiana impede que elas [as pessoas] enxerguem nas nossas ofertas as melhorias colocadas”*. Como podemos perceber, a característica socioeconômica predominante dos moradores envolvidos no programa se coloca e é percebida pela equipe como uma limitação em si, uma vez que determina as condições de sua participação.

Visto isso, as equipes, por vezes, acabavam por reafirmar um dos mitos da participação mencionados acima, aquele que atrela a suposta falta de condições de participação da população à especificidade de sua condição socioeconômica. Desse modo, a percepção dos técnicos sociais era a de que a população local, marcada pela urgência da luta pela sobrevivência material, e, portanto, ainda afeita à luta cotidiana pelo acesso às condições básicas de vida, como: alimento e moradia, demonstrava dificuldade de discutir a qualidade de vida, e suas as propostas de melhoria de médio e longo prazo. Desse modo, a miséria e a urgência da luta pela sobrevivência cotidiana produzia uma demanda clara por medidas assistencialistas, a qual passa a ser associada diretamente com a suposta falta de cultura política de participação e justificar assim qualquer impossibilidade ou desinteresse da população local em discutir projetos de futuro.

Eis porque importa-nos ressaltar o quanto tornam-se cada vez mais evidente as péssimas condições de sobrevivência da maior parte da sociedade brasileira, suas agonias materiais e sua ‘odisséia’ político-subjetiva. Portanto, a ideia de vida que vem sendo engendrada no Brasil torna-se cada vez mais reduzida a uma ‘sub-vivência’. Conforme Oliveira (1993) observa, o problema da miséria no Brasil ultrapassa a destituição material, “uma vez que à pobreza se conjuga uma outra, também tão importante de ser analisada, a miséria das subjetividades”. (FONSECA, 1997, p. 111)

Aos olhos das equipes atuantes nos territórios, sem espaço ou tempo de colocar em análise os vários aspectos aqui considerados, tornava-se óbvia e naturalizada a intercessão entre as limitações da participação social e as limitações encontradas na implementação das atividades planejadas para o desenvolvimento local. Assim, acabava-se por justificar a questão da “falta de participação” devido à fatores que, em sua somatória, se colocavam como impeditivos para que a população produzisse outros usos das oportunidades promovidas, destacando-se dentre eles: a falta de vislumbre pela população do retorno imediato e concreto das atividades propostas; o baixo nível de escolaridade dos moradores; o descrédito histórico em relação às as intervenções estatais, por conta das promessas não cumpridas e a disputa de poder do movimento social local.

: O tempo urge, as atividades se sobrepõem, a participação social vira atividade de trabalho, de técnicos sociais e moradores :

Autorizada a entrada nos territórios, e iniciados os trabalhos, é válido mencionar que era muito comum encontrar sempre os mesmos moradores como participantes nas várias atividades e instâncias de participação social propostas pela equipe nos territórios, fossem elas vinculadas ao PAC ou não. Esses moradores eram geralmente as lideranças previamente identificadas e entrevistadas, acrescidos de mais alguns outros identificados no processo como referências comunitárias atuantes. Fato que aponta como a sobrecarga de atividades e sobreposição de agendas colabora para o esvaziamento de muitas dessas atividades, impactando, portanto, na qualidade e continuidade do processo de participação social.

Uma justificativa muito recorrente e claramente plausível para o esvaziamento dos espaços de participação era a constatação da existência de muitas intervenções públicas simultâneas, sejam elas governamentais ou originadas em movimentos sociais, todas exigindo a participação dos moradores. Neste contexto, trabalhadores e lideranças citavam como exemplo a saturação de pesquisas realizadas, seja pela academia e ou pela sobreposição de intervenções das políticas públicas de cunho estadual e municipal, sem que houvesse um alinhamento interinstitucional prévio: *“Manguinhos hoje é um laboratório saturado”*; *“Pesquisador bate cabeça com pesquisador”*; *“Há uma irracional sobreposição de agenda e atividades com PAC realizado pela Estado e o PAC de responsabilidade da prefeitura”*.

Essa realidade, além de ocasionar a impossibilidade de participação devido ao “conflito de agendas” dos representantes das secretarias e/ou outros órgãos públicos e parceiros para a realização de alguns eventos, ocasionava ao mesmo tempo uma sobrecarga de atividades das várias lideranças comunitárias, inviabilizando muitas vezes a presença de grande parte dos moradores, que precisavam se dividir entre essas atividades, além de todas as outras atividades que configuravam seu cotidiano, de trabalho, de lazer, religioso, etc. Como, em geral, as atividades tinham sua realização planejada para as supostas “horas livres” do trabalhador, noites e fins de semana, verificava-se de fato, uma diminuição da sua presença devido ao acúmulo de atividades.

Neste aspecto, a equipe considerava que, algumas vezes, o “horário e locais das atividades”, mesmo que cuidadosamente planejados, se colocavam como aspectos dificultadores na implementação dos processos participativos, quando, por falta de opções melhores, as atividades precisaram ser realizadas em locais de difícil acesso e/ou inadequados, o que impactava significativamente no quórum esperado pelas atividades de mobilização. As atividades, em geral planejadas para as 18:00h, tinham o intuito de oportunizar a participação de uma maior parte da população local, partindo do pressuposto de que o horário de trabalho dos moradores não fosse um fator impeditivo de participação, ao mesmo tempo que também não inviabilizasse a presença dos trabalhadores em campo. Contudo, nem sempre esse horário se mostrava ser adequado para garantir a presença dos moradores nas atividades, haja vista os transtornos de mobilidade cotidianamente enfrentados por aqueles que precisavam se deslocar no horário de *rush* vindos de outras áreas da cidade, sem mencionar aqueles que estudavam ou trabalhavam no período noturno.

Ao mesmo tempo, muitas vezes a equipe se queixava do “atraso, dispersão ou evasão dos participantes nas atividades”. Ou seja, mesmo em se tratando daqueles moradores que conseguiam comparecer às reuniões, muitos deles chegavam atrasados e/ou saíam antes da finalização da atividade, fatos que na percepção dos técnicos sociais acabava por atrapalhar a dinâmica em curso, principalmente no que se refere àquelas atividades que previam metodologicamente a tomada coletiva de decisões.

A morosidade dos processos colocados em andamentos pelo Trabalho Social incluía além disso, atrasos e imprevistos técnicos: longo período de tempo decorrido entre uma reunião e outra; longo período de tempo decorrido entre a mobilização da comunidade e a realização da

atividade, etc. Ora, diante do desafio de se realizar uma intervenção em um território vivo, a morosidade é, na grande maioria das vezes, inerente à própria natureza dos processos do Trabalho Social, o qual tem seu objeto atravessado necessariamente pela construção subjetiva de relações que são políticas, e, portanto, complexas e demoradas.

Muitas vezes os trabalhadores chamavam a atenção para o fato de que o tempo de permanência das equipes nos territórios foi limitado, principalmente quando se leva em consideração que o tempo de uma intervenção social diz respeito ao tempo de produção de subjetividades, com a formação de novos hábitos e construção de outros valores junto à população local e que, portanto, não segue absolutamente a objetividade do tempo da intervenção física. Neste sentido, as equipes eram atravessadas pela sensação de que *“houve um percurso que não se completou”*.

Neste contexto, observamos que a própria inserção de novos atores no processo – um dos principais objetivos da proposta de se ampliar a participação social –, algumas vezes se configurava paradoxalmente para as equipes de campo como um aspecto dificultador. Os moradores recém-chegados nas atividades, supostamente por não terem acompanhado a intervenção desde o início, levantavam questionamentos ou temas que apesar de serem considerados pertinentes e interessantes, muitas vezes fugiam ao escopo propostos nas atividades específicas. Os questionamentos apontavam então a grande diversidade das instituições e a heterogeneidade do público interessado. Desse modo, a participação de novos atores no processo sempre implica um certo grau de “desvirtuamento” dos objetivos previstos institucionalmente para algumas reuniões específicas, fato que quando somado à descontinuidade das atividades de participação colocados em curso, somava uma morosidade ainda maior ao processo.

Somadas a essas ingerências, algumas imprevisibilidades: a sequência de feriados nacionais, como o Carnaval e o período de férias de fim de ano; a realização de uma Copa do Mundo (em 2010); as condições meteorológicas, como as chuvas e as inundações que impediam o ir e vir das pessoas; e as já citadas incursões policiais no território, episódios com marcante troca de tiros entre policiais e traficantes; além de muitos outros acontecimentos que de alguma maneira impactaram negativamente na realização ou conclusão de algumas atividades. Dentro desse contexto, podemos citar também o “período eleitoral” que para além da simultaneidade de agendas, contou ainda com algumas questões políticas representadas na cooptação de algumas

lideranças e moradores em geral presentes no processo, ocasionando conseqüentemente o esvaziamento temporário das atividades.

Portanto, a própria questão dos tempos estabelecidos para a execução dos programas se destaca como fator bastante relevante, uma vez que as equipes em campo encontravam limitações bastante expressivas para a implementação de processos de participação social cuja aposta se davam não necessariamente no cumprimento de etapas a serem cumpridas, mas, sobretudo, no acolhimento dos desvios/invenções que também são disparados pela presença do Trabalho Social nos territórios.

Neste âmbito, é imprescindível ressaltar as limitações inerentes ao contrato das equipes técnicas do Trabalho Social, relacionadas principalmente à restrição de tempo do contrato que, como de praxe, acompanhou o cronograma das obras da intervenção. A experiência constituída nessa intervenção confirma assim a constatação comum a outros projetos, acerca da especificidade e da imprevisibilidade do tempo necessário para a realização do Trabalho Social, uma vez que este difere objetivamente do tempo da obra, na medida em que trabalha com processos e dinâmicas que são subjetivos.

Aspecto que chama atenção para a pouca compatibilidade entre o que seria considerado o tempo necessário ou minimamente razoável para a construção das possibilidades e dispositivos de cogestão dos processos pela população e o tempo burocrático ditado pelo programa da política pública a ser implementada, incluindo conseqüentemente desde a constituição de sua estrutura decisória até a operacionalização efetiva de suas ações.

Dessa maneira, é indispensável que se leve em consideração que o tempo peculiar do Trabalho Social não obedece absolutamente ao tempo supostamente objetivo do cronograma de uma intervenção física, ou mesmo do tempo previsto no planejamento, o que de certa maneira justifica o sentimento coletivo de “orfandade” produzido na população com o fim do contrato, em contraposição com a intensidade da recusa inicial. A realização do Trabalho Social exige um tempo de maturação para o exercício de uma autonomia que se pretende construir junto a uma população geralmente atravessada por uma cultura de assistencialismo e tutela, estratégias historicamente construídas para a gestão dos riscos da insurgência e da revolta imanentes às relações de poder.

: A participação social e os constrangimentos institucionais – questões da divisão social do trabalho e o exercício de autonomia dos técnicos sociais :

Enquanto a suposta vulnerabilidade da população justificava para muitos trabalhadores a sua impossibilidade de participar, a questão da fragilidade institucional e política das equipes técnicas também entrava no cômputo realizado pelos moradores para a justificativa da morosidade e limitação dos processos. Em determinada altura dos acontecimentos, quando moradores e as lideranças, já haviam distinguido e desvinculado, ao menos parcialmente, a atuação específica da equipe técnica contratada e da equipe técnica de coordenação do Trabalho Social situada no âmbito da Casa Civil, estes passaram a transferir, em termos mais gerais, a responsabilidade maior pela intervenção em andamento ao Governo do Estado e aos responsáveis pelas obras que, na perspectiva deles, além de não cumprirem suas funções, tampouco delegavam poder ou davam condições para que as equipes técnicas que compunham o Trabalho Social o fizessem.

Sob este ponto de vista, havia a percepção de uma falta de autonomia das equipes para qualificar informações e atender às demandas que deveriam ser respondidas pela própria “malha institucional” do PAC – Urbanização de Favelas: *“Faltou fiscalização de órgãos tais como Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal do que foi prometido e do que foi efetuado”*; *“Houveram várias deliberações durante o processo que não foram respeitadas, por conta disso houve um esvaziamento das discussões e da participação dos moradores no processo. Segundo os moradores, o Trabalho Social alegava que não tinha autonomia e isso gerou um desânimo.”*

Os constrangimentos institucionais inerentes ao processo de implantação do Trabalho Social também foram objeto de queixas constantes entre os próprios trabalhadores das equipes técnicas, que apontavam a falta de sintonia com o poder público e os consórcios de empreiteiras, denunciando a falta de autonomia diante da necessidade cotidiana acerca das tomadas de decisões que fossem metodologicamente estratégicas para o sucesso da mobilização comunitária e conseqüente concretização das ações propostas: *“Se fazem um planejamento da entrada do Trabalho Social na comunidade, esse momento não é decidido junto com o Trabalho Social”*; *“O nosso trabalho fica fragilizado porque demos nossa cara no campo e*

não temos como dar retorno ao morador”; “O Trabalho Social é sempre avisado em cima da hora sobre a ação a ser feita na comunidade”.

Na perspectiva dos trabalhadores técnicos sociais, as ideias não puderam ser concretizadas como o planejado devido, dentre todos os aspectos descritos acima, ao distanciamento habitual entre as próprias equipes que constituem o Trabalho Social, divididas entre as que planejam e aquelas que executam as ações, nas mais variadas esferas hierárquicas. Neste contexto, para as equipes de campo, a tríade que representava o grande nó responsável pelas limitações vivenciadas na execução das próprias tarefas seria a interseção entre informação/relações-de-poder/autonomia, elementos imanentes à questão da participação social, incluindo a intervenção em questões de ordem técnica: *“Há uma falta de informação geral sobre o PAC. O PAC favela é uma coisa, o projeto social. As pessoas não são informadas”; “O consórcio queria números, o que pressionava a equipe a atingir metas e conseqüentemente dar menos tempo de atendimento qualificado ao morador”; “Ficamos muito no nível da informação, mas muito restritos”.* Desse modo, em diversos momentos as equipes de campo buscaram registrar as dificuldades inerentes ao fluxo de informações sobre as obras, evidenciando a necessidade destas serem transmitidas em tempo hábil aos moradores que seriam realocados.

A “falta de retorno das secretarias e órgãos públicos” demandados pelas equipes, representava a dificuldade de levantar informações sobre as atividades das secretarias contatadas e a relação com a administração municipal ainda não satisfatoriamente estabelecida. Desse modo, até pelo histórico de movimentos populares, era comum que algumas lideranças locais obtivessem acesso às informações mais rapidamente que os técnicos sociais, o que obviamente enfraquecia a credibilidade das equipes junto à população local.

A somatória de todos os fatores descritos até aqui colaborou então para “descontinuidade do processo”, vista como mais um obstáculo. Descontinuidade representada pelos avanços e recuos inerentes à negociação política necessária para a concretização das ações diante da complexidade da dinâmica social colocada em questão. Neste sentido, lideranças e equipes caracterizaram assim os elementos em jogo no fomento da participação social: *“Incentivado, limitado, incentivado”; “O próprio Estado que incentiva e autoriza em um momento, no outro recua”; “Descontinuidade da participação dos atores, mudança dos presidentes (de associação de moradores). Grupos diferentes”; O Trabalho Social foi tomando várias caras, e as lideranças mesmo foram mudando”; “Transitoriedade, provisoriedade interna, migração*

constante... que não necessariamente tem a ver com o PAC, mas é uma característica específica do território”.

Percepção confirmada também por Bianco (2011, p.12), que relata como que historicamente, “as ações constantes de remoções internas – de áreas de risco ou contempladas por obras pontuais – apontam a provisoriedade como uma característica ou traço permanente na história de Manguinhos”, e arriscamos aqui acrescentar da grande maioria dos territórios com características de favela. Provisoriamente que, nesse sentido, intensifica a precarização da vida dos moradores que se veem, a todo o momento, compelidos pela ação do Estado a uma reformulação infinita de suas trajetórias de vida e redes de sociabilidade. Ao mesmo tempo, é preciso chamar atenção, se por um lado a provisoriedade se coloca como uma ameaça a um mínimo de estabilidade, geralmente obtida através de muito esforço; em contrapartida, porque essas dinâmicas nunca são lineares, a possibilidade de remoção, em alguns momentos, se configuram para alguns como possibilidade de ressignificar a vida, uma vez que acenam com a chance de aquisição de um imóvel ou mesmo do uso da indenização para a viabilização do retorno à terra natal, como vimos acontecer com muitos moradores que constituíam a chamada comunidade nordestina da Rocinha.

Mas voltando a atuação das equipes, ao mesmo tempo, e talvez, justamente por isso, muitos outros moradores apostavam na atuação do Trabalho Social nos territórios para a busca de democratização dos processos, uma vez que, mesmo que modulada por tais relações de poder e limitações descritas, o trabalho realizado parecia se configurar como uma possibilidade de contribuir, mesmo que timidamente, para a democratização da informação e a criação de outros espaços de diálogo social, direcionados então para as mediações realizadas diretamente com o aparato governamental: *“Os técnicos traziam as informações privilegiadas para os comitês.”*; *“O Trabalho Social trazia os problemas para a gente, e a gente levava para o governo.”*. Trocava-se uma mediação pela outra. Em uma prática de revezamento, as informações, e as vozes, eram levadas, ora pelos representantes locais, ora pelos técnicos sociais, mas entre uns e outros, a aposta de alguns moradores naqueles que lhes pareciam menos marcados pela naturalização de uma lógica política interna.

Ficava evidente assim, através do discurso das lideranças e de alguns moradores, e mesmo das equipes, a produção de uma função do Trabalho Social, muitas vezes visto como “porta-voz” da comunidade e/ou órgão de controle social. Essa situação, mais comum no início da

intervenção, era caracterizada a princípio pela insatisfação e reações negativas e/ou até mesmo agressiva de alguns moradores, que por não conseguir diferenciar o escopo de atuação e nível de autonomia da ETTS em relação ao poder público e consórcio, acabava por demandar a rapidez em respostas às demandas que exigem uma maior articulação e negociação com os outros órgãos envolvidos. Equívoco? Ou produção de verdade?

: A demanda de participação social e as demandas sociais não atendidas – brechas para o exercício da recusa e a reafirmação da tutela :

Com o passar do tempo, a atuação das equipes técnicas como mediadores das relações entre moradores, governo e consórcio de empreiteiras ganhava credibilidade entre os moradores envolvidos, produzindo o consentimento e adesão ao modus operandi da intervenção urbanística realizada. Nesse contexto, as estratégias de comunicação levadas a cabo nos processos de mobilização da população, como a realização de campanhas e reuniões de informação e orientação direcionadas ao esclarecimento de dúvidas, funcionaram como dispositivos que acabaram promovendo o estreitamento do vínculo afetivo dos moradores com a equipe técnica, eleita então para a produção de uma mediação antes restrita a grupos menos acessíveis.

Contudo, mesmo vencidas as resistências iniciais, e portanto, partindo do pressuposto de um certo grau de adesão possível às instâncias participativas, ainda que em seus formatos preponderantemente informativos e/ou consultivos, os moradores estavam sempre a lembrar e a narrar toda uma série de episódios em que a consulta à população resultava na produção de demandas não atendidas, ou desvirtuadas, justificando muitas vezes assim sua recusa, pela descredibilidade e falta de confiança: *“Surgiu a proposta do Hospital e recebemos uma UPA”*; *“Em certos momentos, não por culpa do TS, mas por causa do governo, que tomava as decisões... as ideias eram acatadas, mas a concretização foi outra.”*; *“Foi tratado o assunto do lixo no projeto do PAC, com a demanda de instalação das compactadoras, que não foi concretizado, uma demanda que não foi atendida.”*

Nesse contexto, não era incomum a correspondência diretamente estabelecida entre a atuação do chamado Trabalho Social e as ações não cumpridas pelo “Projeto do PAC”. Percepção da “falta” ou da “incompletude” das intervenções físicas associadas diretamente à dimensão da participação social, uma vez que, apesar da série de pesquisas realizadas na elaboração dos diagnósticos sociais levadas a cabo nos primeiros momentos da intervenção, incluindo os censos e os vários grupos focais, os moradores apontavam o não uso dessas informações para o planejamento das ações a serem implementadas e a inexistência de uma negociação prévia e decisão compartilhada acerca do que seria realizado nos territórios. Nesse sentido, Bianco (2011), confirma a existência de algumas críticas mais pontuais, mas não menos significativas, que diziam respeito ao considerável atraso na divulgação dos resultados do Censo Manguinhos, de modo que, as negociações em torno do desalojamento das famílias foram colocadas em andamento pela EMOP, mesmo que a equipe técnica do Trabalho Social e os moradores realocados, ainda não tivessem acesso às informações produzidas pelo Censo.

As informações produzidas e divulgadas pelos censos domiciliares realizados nos três territórios em questão são emblemáticas dessa realidade. Em Manguinhos, por exemplo, o censo apontava que, dentre as demandas da população local, o saneamento básico se configurava como a principal prioridade, com índice de 15,2%, seguidos do desejo de “ampliar a residência” com 8,5% das respostas, além das demandas por área de lazer (7,2%), acesso à saúde pública (5,7%), iluminação pública (5,7%), abastecimento de água potável (5,1%), pavimentação (4,2%), educação/escola/curso (3,7%).

Como apontamos anteriormente, além do Censo e das pesquisas oficialmente realizadas pelo Trabalho Social, pesquisadores da academia e organizações do terceiro setor seguiam investigando as expectativas e demandas da população. Dessa maneira, na pesquisa realizada pelo IBASE em parceria com a FGV, os moradores de Manguinhos elencaram como principais objetivos do PAC, respectivamente: construir casas populares, escolas, creches/ saneamento e esgoto, apontando a elevada expectativa dos moradores de Manguinhos em relação ao cumprimento desses objetivos. Expectativa que, no entanto, se contrapunha com a avaliação cética realizada pelos moradores do resto da cidade, os quais revelavam um certo grau de descrença e temor de que o PAC fosse “*mais uma maquiagem, sem continuidade e com fins eleitorais*”.

Ao mesmo tempo, ainda que essas demandas não fossem necessariamente atendidas, à medida em que o tempo passava, as adesões se constituíam, emergindo eventualmente em meio a um sentimento de resignação e complacência, que colocava em segundo plano a luta dos direitos, trocada então pela obtenção de favores. Como afirmavam alguns moradores: “*diante da inexistência de equipamento algum é inquestionável a melhora*”. Fala repetida, por exemplo, por um trabalhador de um colégio estadual de referência na localidade de Maguinhos, militante atuante nos movimentos culturais locais, que ao ser entrevistado por Bianco (2011) a respeito das expectativas em relação ao PAC, afirma que “*pior do que está Maguinhos não poderá ficar*”.

Ora, ao menos duas questões estão presentes nessas afirmações. Se por um lado, traduzem uma certa valorização das intervenções governamentais, aí incluído a componente da participação social, na provisão de bens e serviços públicos. Por outro, trazem também a constatação de que em áreas carentes de muitos dos bens e serviços coletivos considerados universais, qualquer resposta às muitas necessidades básicas colocadas é valorizada. Afirmações que, ao mesmo tempo apontam o reforço de uma cultura clientelista, marca significativa das relações históricas estabelecidas entre o governo e a sociedade civil em territórios ditos vulneráveis, onde a carência tende a funcionar como moeda de troca, magistralmente traduzida na frase que afirma que este processo é uma “*troca de direitos por favores*”.

Contudo, o processo de valorização das conquistas supostamente obtidas registra “decepções coletivas” quando se vislumbra a possibilidade de manutenção e funcionamento dos equipamentos públicos instalados com a intervenção. Nesse sentido, os moradores chamavam a atenção para a ausência de canais institucionais para esse debate, revelando inclusive certa incapacidade de encontrar estes caminhos/canais: “*O que fazer para continuar o processo colocado em andamento?*”.

: A participação social entre alguns (im)possíveis e a sobreimplicação dos técnicos sociais:

Mesmo em face das demandas frustradas e inseguranças quanto à continuidade de um projeto de transformação do território, a criação de espaços de encontros, ainda que constituídos via a rigidez de uma metodologia pré-fabricada, no habitual formato de realização de assembleias públicas e formação de comitês de participação e outras atividades do tipo, parece ter encontrado outros usos por uma parcela da população, que passou a ver nas instâncias propostas a possibilidade, mesmo que incipiente, para alguma transformação da cultura política local pautada pelo predomínio do interesse privado sobre o interesse coletivo.

Nesta perspectiva, destacava-se na avaliação de moradores e técnicos o “empenho e a experiência das equipes”, traduzidos pela adoção de estratégias destinadas a enfrentar a insatisfação e o descontentamento dos moradores observados desde o início do programa, sem que essas fossem colocadas em análise. É importante ressaltar que uma parcela significativa do descontentamento inicial dos moradores dizia respeito às dificuldades historicamente enfrentadas para se obter informações claras sobre as intervenções colocadas em andamento no território. Por isso, a implantação do Canteiro Social, escritório local no qual poderiam buscar informações e orientações quanto às obras realizadas, bem como sobre projetos e programas sociais e de distribuição de renda parecia lhes configurar a abertura de um relevante canal de informação, funcionando ao mesmo tempo como um significativo instrumento de amenização das resistências insurgentes.

Ainda no que se refere à experiência das equipes, destacava-se a ampla rede de conhecimentos geográficos e sociais que esta apresentava em relação aos territórios, uma vez que boa parte das equipes de campo eram constituídas por moradores, cuja contratação era uma premissa do próprio programa. Ou seja, todo o trabalho de mobilização, comunicação e ganho de adesão da população foi significativamente facilitado pelo fato dos muitos membros das equipes técnicas apresentarem familiaridade não só com as vias de circulação locais, como com a dinâmica social das comunidades.

Nesse contexto, podemos observar que nas intervenções colocadas aqui em análise, a atuação da equipe técnica do Trabalho Social limitou-se majoritariamente ao nível mais elementar do

processo de participação social, ou seja, a obrigatória troca de informações, incrementadas pela criação dos canteiros sociais itinerantes, que além de dispensar o intermédio das lideranças, iam até os moradores que por quaisquer motivos não conseguiam frequentar os escritórios locais ou as reuniões. A equipe ia assim avançando timidamente das práticas de informação às práticas consultivas, realizadas em algumas atividades previstas na construção do conhecimento sobre o território e no planejamento das ações constituintes dos Planos de Desenvolvimento Sustentável, mas quase nunca efetivamente deliberativas acerca dos planos e decisões a serem materializados.

Em meio a isso, apesar da crescente credibilidade dos moradores, as equipes apontavam como entraves significativos para a realização do trabalho e avanço dos processos de democratização, a dependência de informações e respostas do Estado e dos Consórcios, acrescidas dos próprios parceiros locais formados ao longo da intervenção. A intenção de estabelecer “parcerias” com as organizações sociais locais, que incluiria tanto a utilização de seus serviços, bem como de sua infraestrutura, visava o compartilhamento do capital mobilizado pelos recursos públicos para o projeto em andamento, partindo da premissa da busca de uma suposta dinamização do “capital social” local.

Por um lado, a disponibilidade e fechamento de parcerias com os atores locais se configurava para os trabalhadores como aspecto facilitador para o processo, na medida em que geralmente eram mobilizados para dar conta da falta de infraestrutura física prevista para a realização das atividades no território. As parcerias com as organizações da sociedade civil e as escolas locais em muitos momentos se fizeram fundamentais para a ampliação da mobilização e alcance de um público maior. Neste sentido, a apresentação do Trabalho Social realizado nas escolas é um excelente exemplo, quando a mobilização da juventude local foi fundamental para a disseminação das informações necessárias à compreensão do escopo de atuação do Trabalho Social pela população local.

As equipes ressaltaram ainda que para que a contribuição dessas parcerias fosse efetivamente funcional houve o investimento na realização de um alinhamento prévio dos procedimentos de trabalho a serem colocados em andamento, incluindo a definição de responsabilidades e contrapartidas dos parceiros envolvidos. Fato que, junto ao estabelecimento de parcerias com os equipamentos públicos locais e do entorno, além de outras instituições externas, colaborou significativamente para a abertura e dinamização da rede local durante o tempo de permanência

das equipes do Trabalho Social nos territórios. Movimento que culminou, por exemplo, na criação do Conselho Comunitário de Manguinhos e Câmara de Desenvolvimento Comunitária da Rocinha, instâncias de gestão compartilhada valorizadas por uma parcela considerável dos atores locais, na medida em que foram consideradas iniciativas inovadoras que ultrapassaram os limites dos territórios em questão.

Por outro lado, nem sempre os parceiros locais apresentavam condições de cumprir com os acordos realizados, ocasionando o que as equipes apontavam como mais um desafio para a concretização dos trabalhos: “a falta de estrutura e/ou comprometimento de instituições e parceiros locais”. Nesse contexto, as equipes apontavam que a viabilização e manutenção dos acordos feitos com as institucionalidades locais se mostrou complicada devido à precariedade da infraestrutura da maioria das organizações locais, à dificuldade da cessão de espaço devido ao uso integral deste com atividades próprias, além da exigência de contrapartidas financeiras relativamente altas por parte daqueles que dispunham de espaços adequados às atividades a serem realizadas. Ou, ainda, pela incapacidade técnica de responderem aos editais disparados no início do processo, relacionados à execução das pesquisas com as Organizações da Sociedade Civil, que também previam em seu escopo, o recrutamento, seleção e capacitação de grupos de jovens pesquisadores, a serem formados por adolescentes de cada território em questão.

As equipes chamavam a atenção para a “inadequação do espaço/infra-estrutura” para a realização das atividades, principalmente no que diz respeito aos eventos direcionados para um grande número de público e para as atividades realizadas em épocas de elevadas temperaturas. Neste ponto, é válido ressaltar que a carência de espaços apropriados para a realização de atividades do tipo em territórios de baixa renda é um fato comum, ou seja, mesmo diante do orçamento direcionado para o aluguel dos espaços apropriados, era muito difícil encontrar tais espaços disponíveis na localidade e/ou entorno próximo.

Neste contexto, nos parece que a marca da “vulnerabilidade” que atravessa os territórios alvos de intervenções do trabalho social também marca as equipes destinadas a realiza-lo, ocasionando a naturalização do sobretrabalho, uma vez que são cotidianamente convocadas à execução de verdadeiros malabarismos para realizar as atividades que lhes competem com orçamentos sempre extremamente reduzidos em prazos caracterizados pelo caráter de urgência.

Desse modo, no calor dos acontecimentos, atravessados pelas urgências das demandas, muitas vezes os trabalhadores, mobilizados pela sobreimplicação, atuavam com desembolso de recursos próprios, comprando materiais para o lanche a ser oferecidos nas reuniões com moradores, por exemplo, ou mesmo colaborando com desembolso de maneira indireta, na medida em que em determinados momentos do contrato, continuavam trabalhando por períodos consideráveis mesmo em face do atraso dos salários, geralmente baixos. Realidade naturalizada e justificada pelo argumento sempre presente dos baixos recursos e das dificuldades burocráticas do repasse financeiro necessário entre a máquina pública, as agências fiscalizadoras e financiadoras e as empresas executantes do projeto.

Neste aspecto, as equipes, mobilizadas pelo reconhecimento e pela confiança da população beneficiária acerca do trabalho desenvolvido, e partir daí, com o compromisso estabelecido cotidianamente com esta, acabavam por se submeter às condições instáveis e precárias de trabalho, uma vez que o *“retorno positivo imediato da população beneficiada gera um sentimento de dever cumprido para a equipe de campo, o que por sua vez alimenta a motivação apesar de todas as limitações”*.

Diante deste cenário, não é inesperado que tanto técnicos envolvidos na condução do processo como referências comunitárias avaliassem a participação promovida como limitada. De uma maneira geral, os trabalhadores afirmam o caráter limitado da participação social na implementação dos programas, mas divergem quanto aos possíveis elementos que poderiam definir o que seria essa limitação. Desse modo, ora os trabalhadores (re)produzem os mitos criados em torno da participação, culpabilizando a própria população, qualificada como *“pouco participativa”* e/ou *“pouco interessada nas mudanças na comunidade em geral”*; ora apontam a própria natureza do processo decisório, estabelecido historicamente de maneira verticalizada a partir das várias esferas de governo, envolvidas direta ou indiretamente no processo, como fator limitador do suposto desinteresse da população: *“A participação é limitada para o morador, houve uma grande expectativa e o freio de mão foi puxado”*.

Oscilando entre os incômodos produzidos pela suposta falta de interesse e/ou adesão dos moradores: *“Pouco participativa, devido ao pouco interesse da população sobre mudanças na comunidade em geral”* e as condições políticas colocadas para o exercício efetivo da participação, os trabalhadores técnicos sociais e os moradores iam produzindo suas próprias ideias a respeito da participação social, identificando a *“inadequação entre o conceito de*

participação social e a prática”, uma vez que o “*o discurso do governo é claramente ideológico, não se trata de participação enquanto descentralização do poder.*” Nesse contexto, a concordância geral da ideia da participação como limitada, marcada principalmente pela impossibilidade de decisão, democratização e descentralização.

Consenso que por vezes caía na armadilha do estabelecimento de relações de causa–efeito, ora indo em direção à vitimização/culpabilização dos próprios moradores, ora em direção à culpabilização associada às práticas governamentais. Mas que, em termos gerais, dava visibilidade às especificidades imanentes ao processo político condutor das relações entre Estado e sociedade civil, reafirmando a dificuldade para a realização de um nível mínimo de democratização das relações que possibilitem o exercício efetivo da participação social como componente das políticas públicas propostas. Vemos assim, como na perspectiva de técnicos sociais e moradores, os processos de participação social apresentam um conjunto de limitações em virtude de relações que não estão no âmago das ações implementadas especificamente pelo Trabalho Social do PAC, mas na própria maneira como se regulam as relações de poder estabelecidas entre as várias partes envolvidas, e que nesta intervenção ganharam espaço de atualização.

UMA SAÍDA**: Despedir-se do absoluto* :****ou****: A participação social e outros possíveis - entre a proposta de regulamentação da vida e a vida que escapa:**

[...] uma posição ética: o intempestivo só é maldito para quem não suporta encarar a finitude e insiste em alucinar o absoluto. De todo modo, uma obra nunca tem o poder de evitar os contrassensos. Uma vez lançada, ela será apropriada das maneiras as mais imprevisíveis, tantas quantas forem as posições desde a qual se pensa. (ROLNIK, 1996)

O território era Maguinhos. Passados muitos meses do início da intervenção e da entrada da ETTS no território, nos reunimos em uma tarde abafada nas acomodações de um auditório gentilmente cedido pela Fiocruz para a realização do tão esperado Sorteio das Unidades Habitacionais. Sim, a localização das unidades habitacionais a serem ocupadas pelos moradores realocados seria decidida mediante um sorteio, e não necessariamente antigos vizinhos continuariam vizinhos. Redes de sociabilidade se partindo diante do plano de construção de outras, balizadas agora não mais pelos antigos pertencimentos, pelo tempo de convívio, ou pelas necessidades da vida, mas por um regimento condominial, necessidade do Estado.

* O título desse capítulo é uma referência à entrevista de Suely Rolnik concedida a Lira Neto e Silvio Gadelha, que foi publicada com esse título - Despedir-se do Absoluto – em um número especial dos Cadernos de Subjetividade da PUC-São Paulo em junho de 1996. Mas o mesmo texto também foi publicado com outros títulos, como “A inteligência vem sempre depois” in *Zero Hora*, Caderno de Cultura. Porto Alegre, 09/12/95; p.8; e com o título “O filósofo inclassificável” in *A Tarde*, Caderno Cultural: 02-03. Salvador, 09/12/95. Além desses, também encontramos o texto publicado on-line sob o título “Ninguém é deleuziano” no blog de filosofia Territórios de Filosofia.

Mapas afixados nas paredes mostravam aos olhares curiosos e ansiosos dos que chegavam a planta de 38m² da nova moradia, além da localização de cada um dos apartamentos nos prédios que constituíam os condomínios. Outra proposta de morar se concretizava. Forma menor para alguns, forma sonhada para outros.

O clima era de ansiedade e expectativa, mas não de muitas resistências. É que os moradores que aos poucos chegavam para o sorteio já haviam passado pelos chamados Encontros de Integração, atividade organizada pela ETTS para fomentar a nova rede e discutir as regras condominiais, assim como dar as devidas orientações sobre a educação ambiental e a conservação patrimonial, eixos de destaque do programa de habitação. A regra era clara : só poderiam ter acesso às chaves da nova moradia aqueles moradores que tivessem alcançado pelo menos 75% de frequência nos tais encontros. Essa era a forma encontrada pelo Estado de garantir a adesão da população às atividades que lhes pretendia ensinar a morar nos espaços verticalizados dos condomínios.

Ainda enquanto estávamos recepcionando as pessoas, organizando as listas de presenças, checando a entrega de documentos pendentes - novas burocracias invadindo os espaços das informalidades - se inicia um burburinho em torno de uma senhora recém-chegada ao auditório. Pressão alta, falta de ar, iminência de desmaio. “Corre para chamar uma ambulância!”, “Traz um copo de água!”, “Afasta! Deixa ela respirar!” E no espaço de respiro, na espera da ambulância, o desabafo: “Sabe o que é minha filha? Fiquei um pouco emocionada... Você imagina que eu morava em um barraco de lona ali no canal do Mandela, e nunca imaginei na minha vida que um dia eu iria morar num apartamento desses...”

Suspiro. Silêncio. Meus olhos atentos de trabalhadora técnica social enchiam-se de lágrimas. As mesmas que ainda comparecem com a tessitura dessa lembrança. As mesmas que na ocasião embaralhavam minhas críticas e discordâncias com os formatos das ações que organizávamos e me intensificavam a sobreimplicação, fazendo tudo de repente ganhar sentido e valer a pena.

A senhora foi socorrida. O sorteio procedeu conforme o roteiro, finalizando em um clima de resignada alegria. O dever de casa já havia sido feito, restava agora pegar as chaves e fazer a vida caber em outro formato.

Meses depois, passando pela área já habitada dos condomínios, o que eu via, no entanto, não era a vida cabendo, mas a vida escapando, dos espaços apertados, das funções prescritas. As faixadas dos apartamentos avançavam pelas calçadas com cadeiras e isopores, as janelas ganhavam estufas de guloseimas a serem vendidas para a vizinhança. Uma das unidades habitacionais ostentava orgulhosamente em sua fachada o letreiro luminoso que indicava ali um local religioso, transformando-a no híbrido moradia-igreja pentecostal.

Na mesma época, também começavam nos chegar os rumores dos usos inadequados, do óleo de cozinha entupindo encanamentos, do tráfico invadindo e comercializando apartamentos, e de uma outra senhorinha, que havia usado o vaso sanitário para plantar um jardim.

Espaços da informalidade criados para a manutenção da sobrevivência, mas também para a criação de vida.

As novas unidades habitacionais cedidas pelo programa de urbanização representam tanto a garantia do direito à moradia como a tentativa de fazer a vida caber em um novo modo de morar. Expansão da vida para uns e restrição dela para outros, a construção dos condomínios populares dizem também da produção de um novo modo de habitar a cidade. Modo de habitar construído

secularmente por uma tentativa de disciplinarização e controle dos corpos e da vida, que tem no Estado o principal agente de execução, e nos cidadãos seus principais aliados. Salvas as devidas proporções dos diferentes deslocamentos solicitados, já que uns saíam de sobrados de família e outros de barracos de lona; além das resistências de toda a sorte que se colocavam nos trajetos da remoção dos moradores; no final das contas, seguiam todos juntos esforçando-se em direção ao absoluto de uma cidade limpa e ordenada. Cidade habitada por moradores comprometidos com a ordem e o bem-estar, a começar pela manutenção da vida confortável e homogênea de seus condomínios. Nessa cidade, a diversidade de cores, cheiros e barulhos não são bem-vindos.

A casa própria, em sua versão verticalizada, segue ocupando a primeira posição na lista dos objetos de desejo dos cidadãos. Desejo que também se estende àqueles que moram na horizontalidade desordenada, colorida, malcheirosa e barulhenta dos territórios ditos vulneráveis. Mas para estes, quando o sonho da casa própria se realiza mediante o benefício social de um programa de habitação, o preço não cabe nas suaves prestações financiadas pela Caixa Econômica Federal. No caso do PAC, e de outros programas do mesmo molde, o preço a ser pago é a participação compulsória em algumas oficinas propostas pelos Encontros de Integração, espaço pedagógico e informativo, orientado e fiscalizado pela mesma Caixa Economia Federal, mas operacionalizado pelos trabalhadores técnicos sociais, que atuam na materialização de atividades participativas, cuja boa intenção anunciada, e naturalizada, é a ambientação dos futuros moradores na lógica condominial.

Junto à garantia do direito de moradia, a tentativa de ensinar uma forma de morar, em uma estética já há muito assimilada como natural por amplas parcelas da população. Seguindo as orientações do COTS, os técnicos sociais, munidos da intenção de viabilizar o acesso ao direito, acabam por reproduzir os estereótipos das representações das favelas e seus moradores que habitam o imaginário social. Como nos atesta a fala de um gestor do trabalho técnico social que, ao ser entrevistado por duas pesquisadoras que investigavam os impactos do PAC-Manguinhos, discorre sobre as intenções das atividades colocadas em andamento,

[...] oferecer oportunidades de crescimento e transformação individual e coletiva para as famílias realocadas, visando melhorar a organização, conservação e limpeza nos ambientes e alcance de níveis satisfatórios de saúde e sustentabilidade, assim como reconhecimento da moradia como uma possibilidade de inserção na vida formal em sociedade. (FREIRE & SOUZA, 2010, p. 42).

A aposta no processo educativo/formativo do “como morar” funcionando como instrumento de transformação social acaba por afirmar a infantilização de seus beneficiários, abordando o cidadão da periferia como alguém que precisa ser socialmente educado. Nesse contexto, se ignora as formas singulares e múltiplas de se habitar um espaço, e a favela, com toda sua horizontalidade e informalidade, continua a se configurar como o fora da cidade, como território a ser integrado pela via da homogeneização, a ser garantida pelas “formalidades”. Nesse aspecto, arriscamos a afirmar que “o formal aqui não representa só a inserção no sistema legal reconhecido pelo Estado, mas também a questão de formar (colocar em uma forma) no comportamento reconhecido como normativo”(CONCEIÇÃO, 2014, p.06).

O que se coloca aqui em questão, no entanto, não é apenas a tentativa de se produzir uma nova forma de morar, mas a tentativa de se produzir, para além disso, o desejo e as adesões a uma outra forma de viver, uma vez que as propostas de participação social, materializadas também nesses encontros, solicitam mudanças na forma de se conduzir a vida, a produção específica de um ethos. Desejos que, por vezes, reafirmam a marca das distinções a serem mantidas, quando os moradores das novas unidades habitacionais não se reconhecem mais e, não mais se identificam com os moradores da favela, apesar de continuarem habitando o mesmo território.

Realizados os citados sorteios, passadas então a obrigatoriedade das presenças, as Oficinas de Gestão Condominial davam sequência ao processo, mas diferente dos Encontros de Integração, seguiam em geral sendo frequentadas por um público cada vez mais seletivo. Como nos confirma Conceição (2014), os participantes das oficinas eram, via de regra, moradores que se consideravam conscientes da necessidade de uma vida ordenada, que reafirmavam pela voluntariedade de sua presença o compromisso com a organização da vida coletiva. Esses moradores, bem-intencionados como os técnicos sociais, respondiam às convocações de participação, mas não necessariamente para aprender aquilo que, de antemão, já acreditavam. Presentificavam-se para auxiliar o trabalho dos técnicos no convencimento daqueles moradores que, diferentes de si, ainda resistiam à participação. A sua presença denunciava os moradores ausentes, aqueles que mais habituados com a desordem costumeira, eram justamente os que deveriam estar ali para aprender o que ainda não sabiam, motivo pelo qual creditava-se o fato de não cooperarem. Era preciso, afinal, juntar esforços para a conscientização de todos.

Neste contexto, a inserção de duas personagens, Júlia e Jurema, a nós apresentadas por Conceição (2014)¹⁰⁹ seguirá a composição de nossa cena:

Júlia, uma moça de 25 anos, branca, casada, mãe de uma menina, foi eleita subsíndica de um desses condomínios. Apresentando-se sempre de forma muito clara e convincente, parecia ter sempre a anuência da plateia dos moradores reunidos quando expunha suas opiniões e sugestões de ordenação do coletivo que ali se constituía pelas novas redes de vizinhança. Assentimento valorizado pela técnica social responsável pela condução do encontro, já que os posicionamentos de Júlia eram marcados pela adesão a todas normatizações propostas pelo regimento condominial lido em voz alta nas reuniões. Acompanhada por olhares ou gestos de aprovação pela grande maioria dos presentes, Júlia seguia confiante, deixando evidente o motivo de ter sido escolhida para a função que então ocupava.

Mobilizada pela elevada expectativa com a nova forma de morar que se estabelecia, Júlia expressava o receio de que ao não serem cumpridas as regras, o novo condomínio se transformasse em parte da favela, a qual ela acreditava ter acabado de sair. Tentava então antecipar todas as possibilidades de conflito e desordem, sempre investigando as punições previstas para os condôminos “infratores” no regimento em construção: “Eu quero saber qual a segurança que a gente tem de que essas ordens serão cumpridas. Outro dia o filho de uma vizinha pichou a escada. O João (síndico) a procurou, e pediu com jeito pra poder limpar. Mas isso

¹⁰⁹ As cenas descritas a seguir são inspiradas nos relatos produzidos e publicados como resultados da pesquisa de Conceição (2014), uma etnografia multisituada realizada a partir de março de 2013 em um dos condomínios populares construídos pelo PAC na Zona Norte do Rio de Janeiro. Segundo o autor, tal condomínio, inaugurado no final de 2010, recebeu principalmente moradores de algumas favelas desta região da cidade que tiveram suas casas atingidas (ou que ficaram em situação de risco) durante as fortes chuvas que aconteceram no início do mesmo ano. Entretanto, com o intuito de buscar compreender as representações da política pública de moradia, o pesquisador afirma ter recorrido a mais de um campo para observar as etapas iniciais da ocupação dos condomínios populares e recolher outras percepções.

não resolveu, pois até hoje a pichação continua lá. Quando a gente vai chamar a atenção, diz pra você que você se sente o dono do prédio agora. Não entende que você só quer preservar pra continuar morando em um lugar melhor, por que aqui é melhor que a favela. Todos tem que zelar.”

Para Júlia, a distinção entre condomínio e a favela já estava estabelecida, muito bem dividida pela naturalização de uma forma “correta” de se morar, representada pela ordem condominial que se buscava, em contraposição com a desorganização da favela. Júlia seguia assim reafirmando seu desejo e suas crenças, quando ao invés de questionar as regras condominiais ou adequá-las à realidade de seu entorno, as promovia entre os demais moradores: “É importante a gente cuidar da limpeza. Já vi que tem gente deixando lixo jogado lá nos corredores. Lá, na favela, lá que era sujo. Quem diz que morava na favela e que lá era limpo tá mentindo. Não dá pra continuar fazendo essas coisas aqui.” Júlia falava como se a favela estivesse a quilômetros de distância dali. E para ela, realmente estava.

Júlia, “ex-favelada”, morava agora em um condomínio, cuja verticalidade a elevava à condição de uma cidadã zelosa de seus compromissos de cidadã, direcionados para a promoção do bem-estar de todos. Encarnando sua função de subsíndica Júlia exercia então seu protagonismo cidadão, e como “soldada” das garantias dos benefícios recém-alcançados, seguia policiando e denunciando os insistentes desviantes, flagrados em situações que a ela pareciam intoleráveis, como a vizinha que escutava música com volume alto durante o dia e a outra que ficava com a porta do apartamento aberta e que falava tão alto que incomodava a ela e a sua família.

Mas mesmo os “bons soldados” e os mais “corretos cidadãos”, eventualmente também burlam as regras, e Júlia não escapava dessa condição de ser vivo. A diferença para Júlia estava, no entanto, no uso

consciente do bom senso, da moderação, na flexibilização das regras que para ela faziam sentido: “A gente podia usar os muros para secar essas coisas pesadas, como cobertor e edredom. Mas tem que botar, esperar secar e tirar logo. Eu outro dia coloquei meu edredom e tirei logo que secou, não deixei ele ficar a noite inteira. Mas aí, depois, vi a vizinha colocar as roupas dela no muro. Colocou bermuda, calcinha, cueca... Encheu o muro todo de roupa e deixou lá uns dois dias. Aí não dá, se usa sem consciência bagunça o negócio. Depois disso, até parei de usar o muro para estender meu edredom”.

Júlia, nossa personagem, exemplo de boa conduta, assim como os trabalhadores técnicos sociais, ajudava a construir uma outra cidade e a formar cidadãos. Participando ativamente fazia sua parte, cooperando para a produção de uma forma de viver que ela prontamente se colocava disponível para reproduzir e monitorar. Mas as Júlias, e os trabalhadores técnicos sociais, sempre se encontram com as Juremas da vida.

Jurema era uma mulher negra, bastante obesa, cabelos curtos, aparentando ter aproximadamente 35 anos. Funcionária de uma ONG que atuava nessa mesma favela, Jurema ainda não havia se mudado para a unidade habitacional com que fora beneficiada. Até o próximo sábado, provável data da mudança, ainda permaneceria com os seis filhos na sede da ONG, em uma pequena acomodação que até então estava lhe servindo de moradia, depois que ela havia ficado sem casa, por motivos desconhecidos pela nova vizinhança.

Interessada, porém, em adiantar-se nos assuntos do novo condomínio, Jurema, um pouco atrasada, entrou no auditório em que o encontro acontecia, chamando a atenção pelos passos largos e barulhentos e por seu sonoro, alto e grave “boa tarde”. Trazia ainda, a tira colo, duas de suas filhas. A força de seus passos e a altivez de seu cumprimento foram seguidos das trocas de olhares e uma certa indisposição com a sua

presença, produzindo um clima de uma incomodada tensão que permaneceu durante toda a reunião.

É que apesar de alguns mistérios que permeavam a história da ausência de teto de Jurema, a futura condômina já era bastante conhecida nas redondezas por alguns de seus desaprovados hábitos. Circulava a boca pequena que a moradora tinha o péssimo costume de lavar panelas no chuveiro e que, por isso, teria enchido de gordura a encanação da casa que lhe foi cedida pela ONG, criando um transtorno para as demais habitações ao redor, como entupimentos ou outras coisas do tipo. Histórias que deixavam seus futuros vizinhos já receosos com a sua mudança prestes a acontecer.

Jurema também se destacava durante a reunião, não só por ser alvo do buchicho e do burburinho, mas por ser, assim como Júlia, uma das presentes que mais solicitava a fala e posicionava-se. Mas, enquanto Júlia seguia com toda sua seriedade na defesa da moral e dos bons costumes registrados no regimento, Jurema, com o tom sarcástico das eventuais brincadeiras, desnaturalizava as cláusulas condominiais, insistindo em não deixar os moradores e técnicos sociais esquecerem-se que a favela ainda estava ali. Ao ouvir um dos artigos do regimento que dizia ser proibido soltar fogos nas dependências do condomínio, Jurema disparava em tom irônico: “Que pena! Queria soltar uma caixa de fogos quando eu me mudasse!”, provocando as irresistíveis gargalhadas de uns e os contidos sorrisos amarelos de outros, incluindo a técnica social presente, que parecia não saber o que dizer.

Em outro momento, diante da negociação acerca do estabelecimento do horário de silêncio, sugerido entre as 22:00 e 08:00hs como manda o figurino do asfalto, Jurema, querendo certificar-se da possibilidade de ainda poder manter alguns de seus prazeres na vida, pergunta à técnica social: “Tá, mas fora dessa hora, posso ouvir minha música né?”. Antes,

porém que a facilitadora pudesse responder, Júlia já havia se adiantado com um firme não. Jurema, já desanimada, pareceu pensar alto: “Aí que chatice. Adoro ouvir minha música alta...”. Pensamento que Júlia, munida de sua consciência de cidadã moderada, combateu de maneira assertiva: “Você não está sendo proibida de escutar sua música. Basta ter consciência, “bom senso” na hora de usar o volume do rádio”.

Assim seguia a leitura das cláusulas condominiais, entre o assentimento obediente de Júlia e seus seguidores, e as problematizações incômodas e inconvenientes de Jurema, que insistia em reafirmar as diferenças. Lá pelas tantas, a técnica social lia: “Fica expressamente proibida a circulação de animais sem coleira nas partes comuns do condomínio”. De novo Jurema: “Meu gato é educado. Só faz cocô em casa, mas gosta de sair pra dar as voltas dele. Eu não vou botar coleira em gato. Quem põe coleira em gato é madame”. Agora, quem respondia, era uma outra moradora, que depois de ter ficado em silêncio por toda a reunião, sentia-se convocada: “Mas agora você é madame!”. A moradora parecia dizer para Jurema e para si mesma.

O “madame” ressoou sem réplicas ou piadas. No final da reunião, Jurema foi a última a sair. Desceu as escadas que conduziam à rua acompanhando as técnicas sociais, encontrando nesse caminho a brecha que precisava para o desabafo: “Estou chateada, sabe? Já fiquei sabendo que o pessoal aí não quer que eu me mude. Poxa! Já até pedi um apartamento do primeiro andar para que a molecada não infernize a cabeça de ninguém! Mas esse povo continua pensando mal de mim”. A técnica social, comovida e bem-intencionada, bate cordialmente em seu ombro: “Mas você vai provar para eles que estão errados sobre você, que você mudou”. Jurema, elevando a voz, respondeu enfaticamente: “Com certeza”.

Ao trazer para nossa cena essas personagens não temos como intenção demonizar o desejo de ordem e higiene que atravessa Julia, e tampouco romantizar a resistência petulante de Jurema. A proposta que se reafirma aqui é dar visibilidade e enfatizar os tensionamentos sempre presentes entre os projetos de regulamentação da vida levados a cabo pela política de governo e a vida mesma, materializada pelos moradores que habitam cotidianamente esses espaços. Afinal, entre as intenções dos projetos, tecidos contemporaneamente pelas convocações às mais variadas formas de participação social, a vida segue escapando, fazendo dos apartamentos, dos condomínios e dos equipamentos públicos construídos nos territórios os usos possíveis. Entre resistências e adesões, a produção de novas formas de morar, de viver e de ser.

As singularidades tecidas nos jeitos de habitar os condomínios também povoaram de intensidades as extensões dos territórios, onde outros equipamentos públicos ganhavam igualmente o espaço da novidade, produzindo as mais diversas expectativas. No Alemão, o imponente teleférico que mudou a paisagem do lugar, era a aposta de novo ponto turístico da cidade, atraindo para a comunidade os olhares do mundo. Ao longo dos seus três quilômetros de extensão, abrigava seis estações em cujos arredores se prometia a instalação de equipamentos com vários serviços, como: biblioteca, centro esportivo, centro de serviços jurídicos e sociais. Na Rocinha, ruas foram alargadas como medida profilática para o enfrentamento da tuberculose, e a moderna passarela desenhada por Niemeyer também mudava a paisagem, dando acesso direto da comunidade ao Complexo Esportivo, construído do outro lado do asfalto. Em Manguinhos, além da elevação da linha férrea em plena “faixa de gaza”¹¹⁰, o destaque foi a construção do chamado Centro Cívico do DSUP, uma grande praça que passou a abrigar importantes espaços de convivência e serviços, como a Biblioteca Parque, o Colégio Estadual Luiz Carlos da Vila, um Parque Aquático, o Centro de Referência da Juventude, a Casa da Mulher e uma UPA.

As intervenções do PAC que causavam os transtornos das remoções, também mudavam a paisagem, delimitando outras formas de circular e outros usos dos espaços desses territórios, impactando a vida de seus muitos moradores e estabelecendo outros contornos para as relações

¹¹⁰ Faixa de Gaza é como ficou conhecida a Avenida Leopoldo Bulhões, nomenclatura utilizada pela Polícia em referência à região homônima na Palestina. A via, uma das principais do bairro, delimita a divisão entre as seis favelas que constituem o complexo, e por isso é palco da constante violência entre as facções rivais do tráfico que disputam o controle do território.

de poder que ali ganhavam materialidade. Mas diante das muitas possibilidades de usos, também se faziam presentes os não usos, e diante do vazio a questão: como regulamentar a circulação, como fazer os moradores tomarem parte nas mudanças em processo? Afinal, aos extensos territórios não cabem as regras de um regimento condominial. Intensos, os territórios são habitados e utilizados de muitas formas, por várias Júlias, e muitas Juremas.

No tempo de circulação do corpo-trabalhadora-técnica-social por entre esses territórios, pude chegar a ver o Complexo Esportivo da Rocinha ganhar vida pela presença excitada dos muitos jovens que passaram a frequentar suas dependências e atividades, mudando suas rotinas. Era alegre de ver. Mas também pude ficar sabendo das disputas pelo uso dos espaços pelas organizações sociais locais e alguns conflitos que já se evidenciavam diante da gestão do equipamento, ponto de mobilização das muitas forças políticas que também habitavam esse lugar. No Alemão, um pouco mais de longe, acompanhei pelas redes sociais as notícias que diziam das dificuldades de funcionamento do teleférico, constantemente paralisado, quando não pelas causas oficialmente divulgadas pela imprensa – questões de ordem técnica ou meteorológica –, pelos constantes tiroteios entre facções rivais do tráfico, ou destas com a polícia. Mas me chegavam também os convites para os eventos culturais promovidos no cinema recém-reaberto na praça de Nova Brasília, e os eventos gastronômicos, cada vez mais frequentes e badalados, que passaram a acontecer em algumas das estações do teleférico.

Em Manguinhos, em fins de tardes pude ver o espaço do DSUP se encher de crianças brincando e dos meninos do hip hop ensaiando suas coreografias, enquanto as mulheres realizavam suas caminhadas. No ir e vir do trabalho sendo finalizado, também pude assistir o condomínio adjacente ganhar ares de comunidade, com suas cadeiras nas portas, isopores e estufas nas janelas, ao mesmo tempo que nos chegavam as denúncias dos entupimentos do encanamento, ocasionados por mal-uso dos moradores; e das rachaduras dos apartamentos, causados pela má fé das empreiteiras. Na televisão, o jornal local mostrava as imagens dos apartamentos invadidos pelo tráfico, mobiliados com as enormes TV's de plasma, rebaixamento de gesso e luzes de neon.

Neste cenário, o reconhecimento dos avanços na urbanização e a utilidade da maioria dos equipamentos públicos se colocava inegável para maior parte da população, incluindo a nós, trabalhadores técnicos sociais. Contudo, em reportagem publicada cinco anos depois do início

das obras¹¹¹, moradores do Alemão relatam em tom de reivindicação que as intervenções se restringiram à parte visível da comunidade, e que nas ruas internas e becos das favelas a realidade é muito diferente. “Uma pessoa que não mora no Alemão e passa na Itararé pensa ‘aqui mudou’, mas quando vai para dentro, vê que não é isso tudo”, diz David, morador do Alemão, trabalhador da ONG Raízes em Movimento, e ex-técnico social do PAC. Os moradores seguem dizendo da paralisação das obras, cujos locais sofreram o “o inevitável efeito colateral do abandono, com acúmulo de lixo e dejetos”, formando uma “sucessão de lixões que pontilham o Complexo do Alemão”.

Alan Brum, fundador da ONG Raízes em Movimento, que durante um tempo também foi gestor do Canteiro Social do PAC-Alemão, acrescenta ainda que as decisões em relação ao PAC não levaram em conta a participação comunitária. “O governo acabou agindo a partir do seu ponto de vista e não do ponto de vista da comunidade”, diz Alan. Segundo a liderança, as obras de saneamento básico, uma das principais demandas das comunidades, não chegaram a completar um terço do planejado. David concorda: “a gente aqui no Alemão não queria teleférico, mas saneamento básico e um sistema de saúde que funcionasse”. Alan não se queixa, portanto, da falta de recursos, mas problematiza a forma mesmo como a política, dita pública e participativa, se concretiza no território: “Política pública é pensar, de uma forma sistemática, o desenvolvimento do território. Discutir educação não é construir prédios e escolas. Discutir saúde não é construir uma Clínica de Família, mas analisar todas as etapas de atendimento do sistema de saúde integrado”.

Em Manguinhos, Bianco (2011) se reporta ao espaço do DSUP como uma “bolha”, que contrasta com as outras partes da comunidade, como o Parque João Goulart, o qual depois da remoção de muitas famílias que ali moravam se encontrava em total abandono diante da paralisação das obras projetadas. O local, destinado a princípio ao recebimento de uma grande área de lazer projetada nos moldes das *ramblas* espanholas, ao invés de se tornar o Parque Metropolitano de Manguinhos, hoje é ocupado apenas pelas ruínas de casas semi-demolidas, utilizadas como “bocas de fumo”, pontos de venda do tráfico local. Diante desse cenário, mesmo nos espaços construídos ao redor, como as praças de concreto e as quadras, não se vê ninguém. Em uma das quadras, o lixo acumula-se. No “parquinho” recém-construído os brinquedos

¹¹¹ Ver a reportagem “ O programa desacelerado do Alemão” acessada em: <http://vivafavela.com.br/360-o-programa-desacelerado-do-alemao/>

enferrujam, em um processo acelerado pelo vazio e pelo forte cheiro de esgoto do vizinho Rio Jacaré. Cenário que faz a pesquisadora concluir:

As obras, dessa forma, passam a sensação de artificialidade e inadequação total ao contexto desses lugares. Não se vê qualquer integração entre as obras e seu entorno. Em vez delas tornarem o ambiente mais agradável, acabam por enfatizar ainda mais sua condição de pobreza e violência. (BIANCO, 2011, pp.24-25)

No DESUP, feito oásis, os trabalhadores por sua vez se queixam da falta de participação dos jovens nas atividades e cursos oferecidos. Os jovens lá fora ensaiando seus passos de hip hop e andando de skate não são vistos como fazendo parte. Nem as mulheres caminhando, nem as crianças brincando. Trancados dentro das novas paredes do Centro de Referência da Juventude, os trabalhadores acreditam que é preciso um trabalho de conscientização para que os jovens se convertam em participantes ativos. Mas o funcionário da biblioteca os justifica, dizendo que muitos dos moradores não frequentam o ambiente por acreditarem que o espaço urbanizado, limpo e estruturado com equipamentos novos não são destinados a eles, acostumados que estão com outra estética e funcionalidade. Percepção problematizada por um outro morador – conhecido ativista cultural da localidade – que interpreta as distâncias estabelecidas por uma outra via, dizendo da necessidade dos equipamentos se inserirem na comunidade e não o contrário. Esse morador, habituado ao convívio com a juventude local, acredita que são os trabalhadores que precisam percorrer algumas distâncias, saindo de dentro das suas salas novas e adentrando, com suas atividades, as ruas e becos fora do oásis do DESUP.

A distância entre o planejamento de uma política pública e sua efetiva concretização é exatamente a mesma que se reproduz nos trajetos diários dos moradores desses territórios. Distâncias que não dizem, porém, dos espaços medidos pelas linhas retas que unem, ou separam, dois pontos, ou dois corpos. Dizemos aqui das distâncias produzidas entre as intenções, mobilizadas pelos absolutos dos discursos de participação social e inclusão, e a vida, que independente dessas intenções, acontece, viabilizada por caminhos os mais singulares. “Espaços da informalidade criados para a manutenção da sobrevivência, mas também para a criação de vida”.

Portanto, partindo da premissa de que “toda e qualquer problematização do contemporâneo parte de uma despedida do absoluto” (ROLNIK, 1996, p.04), as memórias das cenas descritas

nesse trabalho nos incita a enxergar no lugar dos universais da participação social e suas convocações, a força dos incessantes e infinitos movimentos de produção da realidade, cujas formas são sempre finitas, e por isso, não absolutizáveis. Convite a reconhecer que “não há absoluto de espécie alguma; só há luta entre forças e não há como se furta a esta luta” (Ibidem, p.5). Convite a intervir nas boas intenções dos trabalhadores sociais e cidadãos que dão concretude a essas práticas, utilizando para tal o pensamento como “uma ferramenta a serviço da criação de sentido para aquilo que o mal-estar nos indica, de modo a trazê-lo a existência” (Ibidem, p.5). “Abalar a surdez ao intempestivo”, eis a nossa proposta.

Por isso, não tivemos como propósito nesse trabalho construir um conceito ou uma definição de participação social que fosse mais justa, mais ampla ou mesmo mais condizente com a realidade daqueles a quem suas convocações se direcionam. Do mesmo modo, não pretendemos absolutamente dizer “não participe!”, como quem revolucionariamente previne o outro de um mal a ser evitado, ou, pretensamente, no lugar de especialistas, alertar aos inocentes acerca da armadilha em que estão prestes a cair. O que propomos foi intervir na naturalização dos sentidos do participar. E, ao assim fazê-lo, produzir um estado de atenção suficiente para nos deslocar de nossas boas intenções e, através do constante exercício de problematização de nossas práticas, seguir colocando nossas implicações em análise, de um modo que se multi-implique os trabalhadores sociais que as fazem operar. Afinal, a participação social sempre trata de projetos políticos em disputa.

Despedir-se do absoluto de uma ideia de participação social não é, contudo, despedir-se das possibilidades de mudança que muitas vezes seus processos evocam. E muito menos despedir-se da luta entre as forças que se posicionam diferentemente frente às propostas de regulamentação da vida, levadas a cabo pelas políticas públicas e embasadas nas premissas da participação que seguem a exigir específicas mudanças. Por isso, não propomos nos furta a participar ou atuar como técnicos sociais nos trabalhos e atividades que configuram o chão de nossas ações. Mas propomos que, junto a essa atuação, se faça permanente a avaliação dos efeitos de poder produzidos pelas práticas que fazemos operar, e que nossos trabalhos inevitavelmente produzem. Para tanto, se faz indispensável a problematização de certos critérios de avaliação, que ao partir de formas impostas a priori, produzem o julgamento moral do que é ou não participar, ou de qual participação vale a pena.

Ao contrário disto, sugerimos que se caminhe na direção do uso de critérios éticos considerados vitais para a produção de uma análise que busca compreender o quanto cada ação colocada em andamento favorece ou desfavorece a expansão da vida. Daí termos anunciado, no início dessa escrita, que essa pesquisa se refere à realização de um trabalho em que o exercício do cuidado de si se coloca como constante problematização de si mesmo, e direciona-se ao cuidado com a atividade, com as práticas, que envolvem, por conseguinte, o cuidado com o outro. Sair de um lugar sobreimplicado e produzir multi-implicação, eis o desafio enfrentado na escrita desse trabalho.

Essa pesquisa-escrita-criação se destinou por essa via a criar bases de sustentação para a invenção de outros sentidos de participação social e outras formas de ser trabalhador social. Afinal, durante esse trajeto, se colocava cada vez mais evidente a não obviedade dessas análises e deslocamentos para a grande maioria dos meus pares, trabalhadores técnicos sociais, que mobilizados pelos ideais de transformação social e democratização das práticas, seguiam, como eu, em nome do cuidado e da proteção, produzindo controle e regulamentação da vida. Daí o desejo de que o compartilhamento da experiência dessa pesquisa-escrita-criação, cuja aposta é a produção de algum contágio, que possa intervir nas boas intenções de meus pares, multi-implicando tanto aqueles que promovem os espaços de participação e disseminam seus discursos, quanto daqueles que deles participam.

Se, no entanto, afirmamos que não temos como propósito prevenir ou nos esquivar das possibilidades de participação social, a essa altura devemos esclarecer que diante da inevitabilidade de fazê-lo, é preciso, porém, se precaver ao menos de não o fazer de um modo qualquer. Por isso, nesse trabalho seguimos as sugestões de Foucault (1993, p.03), e partimos do pressuposto de que toda análise da relação do desejo com a realidade da máquina capitalista, deva servir para responder a questões concretas que, no entanto, surgem menos do porquê das coisas e mais de seu como. E ainda que não tenhamos na tessitura dessas considerações, provisoriamente finais, uma pretensão conclusiva, não podemos nos furtar de, se não responder, pelo menos nos manter atentos às questões que balizaram até aqui as nossas práticas, pela afirmação de um ethos: “Como o desejo pode e deve desdobrar suas forças na esfera do político e se intensificar no processo de reversão da ordem estabelecida? ”. E ainda: “Como fazer para não se tornar fascista mesmo quando, e sobretudo quando, se acredita ser um militante revolucionário? ”

Portanto, para aqueles trabalhadores sociais a quem o contágio da proposta ético-estético-política dessa pesquisa-escrita-criação tenha produzido alguma reverberação, optamos por finalizar essa escrita com a partilha de alguns princípios sugeridos por Foucault¹¹², intercessor cujas lições se atualizam nesse trabalho, e nos auxiliam no exercício desse cuidado de si, funcionando como pistas indispensáveis para que possamos continuar seguindo o caminho do cuidado do outro, atravessados pela busca sempre presente da afirmação de um *êthos* específico, a saber:

Para **“liberar a ação política de toda forma de paranoia unitária e totalizante”**, assumimos, como pesquisadores, a ousadia de abrir mão do lugar academicamente valorizado dos intelectuais analistas, nos afastando assim da produção de conceitos e análises universais. Nos aproximando da proposta estratégica do intelectual específico, o corpo-pesquisadora, em consonância com a experiência singular de um corpo-trabalhadora-técnica social, se nega elaborar uma definição de participação social, para a partir daí, prestar-se a prescrição de formas corretas ou ideais de se participar. Aposta ética que se reafirma, mesmo diante do risco de sermos considerados pela academia, chão do “quefazer” de todo pesquisador, menos científicos ou pragmáticos.

Ao contrário disso, nosso intuito foi o de **“fazer crescer a ação, o pensamento e os desejos por proliferação, justaposição e disjunção, mais do que por subdivisão e hierarquização piramidal”**. Buscamos produzir uma pesquisa-escrita-criação, feita em rede, de modo que a autoria das afirmações que aqui se tecem pudesse se diluir por entre as falas de trabalhadores e moradores que compõem o conteúdo dessa escrita. Afirmações que puderam ganhar espaço e visibilidade através da narrativa das memórias das cenas aqui partilhadas, mas que dispensam as explicações universalizantes e escapam às práticas pedagógicas ou doutrinárias. Não se trata, portanto, de explicar a participação social, e muito menos ensinar a participar. Ao contrário disso, optamos pelo compartilhamento da experiência de constituição de um corpo-trabalhadora-social que se deu nesse trajeto. Corpo produzido em meio à intervenção produzida nos encontros com os moradores e pares de trabalho. Encontros que nos levaram à inquietude diante das naturalizações, muitas vezes reconfortantes, que atravessam nossas práticas de trabalhadores sociais. Mais do que produzir sentido, produzir sentir. Nossa proposta com esse

¹¹² Manteremos os princípios sugeridos tais como sugerido por Foucault no citado texto em negrito.

trabalho foi produzir contágio, fortalecendo o processo de afecção que nos tira da solidão das práticas, e nos faz vislumbrar outros possíveis para os caminhos e usos das instâncias de participação social.

Nesse exercício, mostrou-se fundamental o esforço de **liberar-se das velhas categorias do Negativo (a lei, o limite, a castração, a falta, a lacuna), que o pensamento ocidental, por um longo tempo, sacralizou como forma do poder e modo de acesso à realidade. Preferir o que é positivo e múltiplo; a diferença à uniformidade; o fluxo às unidades; os agenciamentos móveis aos sistemas. [E] considerar que o que é produtivo, não é sedentário, mas nômade.** Daí a falta de interesse em marcar as lacunas ou as falhas das propostas de participação, denunciando o negativo de práticas consideradas pseudo-participativas. E, se algumas vezes, demos dizibilidade às reivindicações de trabalhadores e moradores que apontavam os não-feitos, as ausências e os vazios deixados pela intervenção colocada aqui em análise, o fizemos para evidenciar o caráter positivo das recusas, cujos silêncios muitas vezes se fizeram mais altos e afirmativos que os gritos que a princípio ecoavam nas reuniões agitadas pelas novidades da intervenção. Recusas que, como afirmamos anteriormente, emergiram em meio a positividade de um não que se coloca como ação afirmativa de um outro modo de se conduzir a vida.

Nosso foco não foi, portanto, direcionado para a falta, para o que deixamos de fazer, para que assim pudéssemos deliberar sobre o que seria ou não, idealmente, participar. Ao contrário disso, nossos esforços se dirigiram para o mapeamento das diversas formas de participação que efetivamente se materializaram entre os tensionamentos produzidos em meio aos formatos propostos pela implementação de uma política e às estratégias de mobilização da população, levadas a cabo pelos bem-intencionados técnicos sociais que as faziam operar. Buscamos mapear as positivities que não se colocaram, portanto, pela via de uma aceitação ou passiva conformidade das propostas que delinearão os espaços de participação, mas nos interessamos justamente pelas recusas que deram visibilidade às relações de poder postas em jogo diante das variadas formas de convocação à participação. Buscamos mapear e afirmar a multiplicidade das infinitas possibilidades e usos do participar que se desenharam nessa intervenção, nos convidando ao exercício permanente de atenção sobre os efeitos que esse participar produz sobre si e sobre o outro. Práticas de cuidado.

E, para não cairmos no risco de **“imaginar que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo que a coisa que se combata seja abominável.”** Buscamos não esquecer que **“é a ligação do desejo com a realidade (e não sua fuga, nas formas da representação) que possui uma força revolucionária”**. Por isso, apostamos no caminho metodológico da produção das memórias que nos remetesse à potência dos encontros alegres, cujos vínculos afetivos, produzidos por redes aquecidas, foram indispensáveis para nos tirar da solidão individualizante das práticas e sustentar a luta pela invenção e afirmação de outras formas de se participar, de trabalhar e de se conduzir a vida.

Dizemos dos intensos encontros com os territórios e com os moradores, que por entre adesões, parcerias e recusas, chacoalharam meu chão de trabalhadora social, possibilitando não só o exercício de desnaturalização e deslocamentos dos conceitos, mas, sobretudo, me impulsionando à busca de outros agenciamentos, me apontando a possibilidade de novos espaços e formas de lutar. Encontros fundamentais para a decisão de colocar em análise a experiência de trabalhadora social, e a partir daí, problematizar os discursos da participação social, fazendo da escrita o cuidado de si e a invenção de outros possíveis.

Dizemos do alegre e potente encontro com uma equipe de trabalho técnico social, cujo acolhimento produzido em meio às suas redes quentes, me lembrava que a cumplicidade e cooperação são produtos da construção de laços afetivos e do compromisso mútuo que os trabalhadores pactuam entre si para realizar uma atividade comum. Cooperação e cumplicidade que me possibilitaram retomar o exercício da autonomia, que pela ativação da minha capacidade normativa, me permitiu escapar dos modelos padronizados e automatizados das atividades de trabalho, me arriscando a afirmação de rupturas ou mesmo remodelação das regras no sentido de se gerir os modos como se gasta a vida. Autonomia que reaviva minha crença de que outras formas de organização do trabalho, das intervenções e da vida são possíveis.

Potência e alegria que se repetiu no encontro com um coletivo de pesquisa, que rapidamente se fez aliado na árdua tarefa a que tinha me proposto. Indispensável espaço de acolhimento e troca que funcionou como base de apoio e sustentação, elementos indispensáveis para que eu pudesse me arriscar nos caminhos desconhecidos de uma pesquisa cartográfica, indo ao encontro da delimitação dos discursos da participação social como campo problemático e da invenção de um outro modo de pesquisar e escrever.

Encontros alegres, chão da tessitura de redes quentes. Memórias a me lembrar que o trabalho de si sobre si mesmo nunca pode ser feito na solidão das práticas, afinal nunca estamos efetivamente sozinhos. O trabalho que aqui se materializa com essa pesquisa, não seria absolutamente possível sem as redes tecidas nesses encontros. Por isso, esse trabalho também se destina a reafirmar que o cuidado de si implica necessariamente a ação para com o outro, e que a autonomia se expressa também nas possibilidades que encontram os sujeitos de contarem com suas redes de suporte e cooperação. Autonomia como práticas de cuidado de si e cuidado do outro (FOUCAULT, 2006a).

O que buscamos nesse trabalho, foi enfim, **não utilizar o pensamento para dar a uma prática política um valor de verdade;** e tampouco **a ação política, para desacreditar um pensamento, como se ele fosse apenas pura especulação.** Buscamos, como segue nos sugerindo Foucault, **utilizar a prática política como um intensificador do pensamento, e a análise como um multiplicador das formas e dos domínios de intervenção da ação política.** Por isso, a insistência em não afirmar uma verdade sobre a participação social através do exercício de pensamento que se tece nessa tese, e muito menos utilizar da partilha de uma experiência sensível para se esquivar do compromisso teórico que esse trabalho implica. Nosso esforço se coloca em reafirmar que a produção do conhecimento é inseparável da intervenção no real. E, por via da problematização das práticas de participação social, tomadas aqui como campo problemático, seguir repetidamente no processo de desnaturalização de uma certa relação com a verdade, em que o saber especialista coloca-se como impositivo, desqualificando outros.

Portanto, o trabalho do pensamento que nessa tese ganhou espaço nos serviu para reafirmar tanto a impossibilidade de neutralidade de todo e qualquer campo de produção de saber, como para apontar a indissociabilidade do exercício intelectual e da práxis dos trabalhadores sociais que fazem operar as premissas da participação social. E do mesmo modo, reafirmar a indivisibilidade entre a esfera política e a esfera social, que se entrelaçam no agir de gestores estatais, técnicos sociais e moradores. Tratou-se, portanto, da realização da travessia dos estados sensíveis de uma experiência singular para o campo de visibilidade e dizibilidade dos regimes de produção dos saberes.

E por fim, em uma tentativa de **não exigir da ação política que ela restabeleça os “direitos” do indivíduo**. Buscamos olhar **os indivíduos como produtos do poder**. E se assim o fizemos, não foi para poupa-los ou defende-los, mas para nos esquivarmos da culpabilização ou da redenção que comumente atravessam as práticas humanitárias baseadas no transcendentalismo de uma perspectiva moral que ao determinar o que é bem e o que é mal, constitui ao mesmo tempo as marcas de nossas boas intenções como trabalhadores sociais. Para que não (re)produzamos a tutela e o paternalismo que marcam as práticas governamentais dos últimos séculos, o **que é preciso é “desindividualizar” pela multiplicação, o deslocamento e os diversos agenciamentos**. Não se arvorar como o especialista salvador, mas ficarmos atentas aos riscos dos humanismos impregnados nas práticas. Não cair na armadilha de querer parecer igual. Não somos. Reconhecer e poder afirmar a diferença e os modos como elas se produzem e operam é o que mais nos aproxima e nos potencializa. **O grupo não deve ser o laço orgânico que une os indivíduos hierarquizados, mas um constante gerador de “desindividualização”**.

Participemos pois! Mas **não caiamos de amores pelo poder**.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, K. No calor de um lugar: território, subjetividade e poder. In.: **Fractal – Revista de Psicologia**, v.21 –n.3, p.581-598, set/dez. 2009. pp. 581-598

AGUIAR, K.F. e ROCHA, M.L. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. In.: **Psicologia Ciência e Profissão**, 2007, 27(4), pp. 648-663.

_____. Práticas Universitárias e a Formação Sócio-política. In.: **Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política**, nº3/4, 1997, pp.87-102.

_____. Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. In.: **Psicologia, Ciência e Profissão**, 2003, 23 (4), 64-73.

ALVIM, D. M. Foucault e o primado das resistências. In.: **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, nº 20, 2012. pp. 22-30.

_____. **Foucault e Deleuze: deserção, micropolíticas, resistências** (Tese de Doutorado). Pós-Graduação Stricto Sensu em Filosofia. São Paulo: PUC-SP, 2011.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**. Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1998.

ASTH, F. de C. **Práticas psi e suas sutis capturas: a construção de pedidos de proteção**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

AVRITZER, L. Por que o novo decreto de Dilma não é bolivariano. In: PAZ, C. **A política contra o povo: o veto ao decreto de participação social**. Disponível em: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2014/10/29/politica-contra-o-povo-o-veto-ao-decreto-de-participacao-social/>. Agosto de 2014.

BARROS, M.E.B de, OLIVEIRA, S.P. de, OLIVEIRA, S.L.C de. Coletivo e singularidade: vias que se excluem? In.: **Psicologia: questões contemporâneas**. Ana Lúcia Heckert *et. al*; Maria Elizabeth Barros de Barros (org.). Vitória: EDUFES, 1999. pp.95-123.

BARROS, M.E.B de, *et. al*. Verbos do apoio institucional em pesquisa: transversalizar, transdisciplinarizar e fortalecer redes de trabalho-vida na saúde. In.: **Práticas de apoio e a Integralidade no SUS: por uma estratégia de rede multicêntrica de pesquisa**. PINHEIRO *et. al*. (orgs.). Rio de Janeiro: CEPESC/ABRASCO, 2014.

BEDIN, L. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. In.: **Revista Digital do LAV**, Santa Maria, vol.7, nº 2, p.66-77, mai/ago. 2014.

BENEVIDES, R., PASSOS, E. Humanização na saúde: um novo modismo? In.: **Interface: comunicação, saúde, educação**, v.19, nº17, p.389-406, mar/ago, 2005.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. IN.: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 197-221.

BENJAMIN, W. **Rua de mão única**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987.

BIANCO, M. H. L. **O PAC- Manguinhos: política urbana, usos e representações da cidade**. 2011. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11440>. Acessado em agosto de 2016.

BLANCHOT, M. **O Livro por vir**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BOURDIEU, P. **O capital social** – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL, Secretaria-Geral da Presidência da República. **Democracia participativa: nova relação do Estado com a sociedade (2003-2010)**. Brasília, 2011. Acessado em maior de 2016 em https://issuu.com/secretariageralpr/docs/democraciaparticipativa_web.

BROWN, N. e SZEMAN, I. O que é a multidão? Entrevista com Michael Hardt e Antonio Negri. In.: **Novos Estudos**, nº 75, julho de 2006.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Caderno de Orientação Técnico Social**. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2012.

CALVINO, I. **Coleção de areia**. Suplemento Literário. Belo Horizonte, nº 48, Julho, 1999.

CASTEL. R. **A Insegurança Social: o que é ser protegido?** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

_____. Da indigência à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In.: LANCETTI, A. **Saúde e Loucura**, nº 4. São Paulo: HUCITEC, 1993. pp. 21-48.

_____. **A Gestão dos Riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987

CAVA. B. **A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013** (junho-outubro). São Paulo: Annablume, 2013.

CEZAR, J.M. **O que se passa nos processos formativos? O labor de um ethos na formação de si**. 2013. 198f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. Vitória, 2013.

CEZAR, J.M. et al. O apoio como atividade de trabalho: dimensões e desafios para o exercício da função apoio. In.: **Práticas de apoio e a Integralidade no SUS: por uma estratégia de**

rede multicêntrica de pesquisa. Roseni Pinheiro et. al. (orgs.). Rio de Janeiro: CEPESC/ABRASCO, 2014.

CHAUÍ, M. “O Que é Ser Educador Hoje? Da Arte à Ciência: a morte do educador”. In.: Brandão, C. R. - **Educador Vida e Morte** – Rio de Janeiro, Graal, 1992. pp. 51-70.

CONCEIÇÃO, W. da S. “Agora você é madame!”: Os “encontros de integração” do PAC/PMCMV no Rio de Janeiro como instrumentos de disciplinarização urbana e moral da população pobre. In: **Anais do XI Congresso Argentino de Antropologia Social.** Rosario – Argentina. 23-26 de julho. 2014.

COIMBRA, C.M.B. **Psicologia e Política: a produção de verdades competentes.** 2002. . Disponível em: < <http://www.slab.uff.br/textos/texto67.pdf>> Acesso em: 18 jun. 2016.

_____; NASCIMENTO, M.L. Implicar. In.: FONSECA, T.M.G.; NASCIMENTO, M.L. (orgs.) **Pesquisar na Diferença: um abecedário.** Porto Alegre: Sulina, 2012. pp. 131-133.

_____. Sobreimplicar. In.: FONSECA, T.M.G.; NASCIMENTO, M.L. (orgs.) **Pesquisar na Diferença: um abecedário.** Porto Alegre: Sulina, 2012. pp. 211-213.

_____. Movimentos sociais e sociedade de controle. In.: TEDESCO, S.; NASCIMENTO, M.L. (orgs.) **Ética e Subjetividade: novos impasses no contemporâneo.** Porto Alegre: Sulina, 2009. pp. 39-59.

COSTA, L. B da. **Estratégias Biográficas: o biografema com Barthes, Deleuze, Nietzsche e Henry Miller.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

DAROS, R.F. **Quando o emprego sai de cena: um ensaio sobre a psicopatologia da empregabilidade.** 2005.189f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Atenção à Saúde Coletiva do Centro Biomédico, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

DEJOURS, C. **A Banalização da Injustiça Social.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DELEUZE, G. **Crítica e Clínica.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

_____. **Conversações.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo.** Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

_____. **O ato de criação** - Edição brasileira: Folha de São Paulo, 27/06/1999. Tradução de José Marcos Macedo. Palestra de 1987.

_____; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Volume 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____ ; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DOMÈNEC, M.; TIRADO, F.; GOMES, L. A dobra: Psicologia e Subjetivação. In.: **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito**. SILVA, T. T. da (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FAGNANI, E. A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. In.: **Texto para Discussão**. Campinas: IE/UNICAMP, n.192, junho de 2011.

FERRAZ, M.C.F. Memória, tempo, virtualidade. In.: **Homo deletabilis: corpo, percepção, esquecimento do século XIX ao XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010. pp. 65-84.

FONSECA, D. F. das. **Avessos de cidadania: um exercício analítico**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica: estudos e pesquisa da Subjetividade) – Pontifícia Universidade Católica (PUC- SP). São Paulo, 1997.

FOUCAULT, M. As Técnicas de si. In: _____. (Org.). **Ditos e escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p. 264-296.

_____. **O corpo utópico: as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

_____. **A Coragem da Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. Mesa redonda em maio de 1978. In.: _____. **Ditos e escritos IV. Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes. 2008(a).

_____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes. 2008(b).

_____. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes. 2006(a).

_____. É inútil revoltar-se? In: _____. (Org.). **Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 (b). pp. 77-81.

_____. A escrita de si. In: _____. (Org.). **Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 (b). pp. 144-161.

_____. O cuidado com a verdade. In: _____. (Org.). **Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 (b). pp. 240-251.

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: _____. (Org.). **Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 (b). pp. 264-287.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2003 (a).

_____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003(b).

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. Os intelectuais e o poder. In.: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001. pp. 69 -78.

_____. Sobre a História da sexualidade. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001. pp. 243 – 27.

_____. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

_____. O sujeito e o poder. In.: DREYFUS, H. e RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica** – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. pp. 231-249.

_____. Anti-édipo: uma introdução à vida não-fascista. In: **Cadernos de Subjetividade** / Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. – v. 1, n. 1 (1993) – São Paulo, 1993. pp. 197-200. Disponível em: <http://escolanomade.org/2016/02/22/o-anti-edipo-uma-introducao-a-vida-nao-fascista/>

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FRANCO, L. **Pensando a escrita no trabalho de pesquisa: por uma política da narratividade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia. 112 f. Niterói, 2013.

FRECHETTE, A. **Diário em Progresso: Jornadas de Junho, Rio de Janeiro e a repolitização do cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Circuito, 2014.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

FREIRE, L.de L; SOUZA, M. D. de. **Trocando o pneu com o carro andando: uma etnografia do processo de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Mangueiras** (Relatório final da pesquisa de campo do projeto “Mangueiras: Diagnóstico histórico-urbano sanitário. Subsídios para políticas públicas sustentáveis em saúde”). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. 2010.

FREITAS, R.de C. M. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. In.: **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 65-74, junho de 2007.

FUGANTI, L. Biopolítica e produção de saúde: um outro humanismo? In.: **Interface: comunicação, saúde, educação**. V.13, supl.I, p.667-679. 2009. pp. 667-679.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

GALEANO, E. **De pernas para o ar: a escola do mundo ao avesso**. Porto Alegre, RS: L&PM Editores, 2009.

GALLO, S. O problema e a experiência do pensamento: implicações para o ensino da filosofia. In.: Siomara Borba; Walter Kohan (org.) **Filosofia, Aprendizagem, Experiência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, v.1, pp. 115-130

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed.34, 2006.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografia do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Ed.34, 1992.

GUATTARI, F. O capitalismo mundial integrado e a revolução molecular. In.: **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Somos todos grupelhos. In: **Revolução Molecular**. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 13-19.

GUIZARDI, L. F. **Do Controle Social à Gestão Participativa: perspectiva (pós-soberanas) da participação política no SUS**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Instituto de Medicina Social (IMS). 258f. Rio de Janeiro, 2008.

GROS, F. A parrehsia em Foucault. In.: **Foucault: a coragem da verdade**. GROS, F. (org.) São Paulo: Parábola Editorial, 2004. pp. 155- 166.

HARDT, M. e NEGRI. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Império**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2001.

IDANEZ, M. J. A.; ANDER-EGG, E. **Diagnóstico social: conceitos e metodologias**. Cidade do Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. 2007.

LACAZ, F.A. de C. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. In.: **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, abril de 2007.

LAROSSA, J. Experiência e Alteridade em Educação. In.: **Revista Reflexão e Ação**, v.19, nº2, p.04-27, jul-dez. Santa Cruz do Sul, 2011.

_____. Literatura, experiência e formação. In.: **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. COSTA, M.V.(org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2002(a).

_____. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In.: **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/ Mar/Abr 2002, nº 19. Campinas, 2002(b).

LAZZARATO, M. **O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal**. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

LIMA, V. A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In.: MARICATO, E. *et.al.* **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boi Tempo: Carta Maior, 2013. pp.89-94.

LOURAU, R. **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa.** Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

LOURAU, R. Implicação e Sobreimplicação. In.: ALTOÉ, S.(Org.).**René Lourau: Analista Institucional em tempo Integral.** São Paulo: HUCITEC, 2004. pp. 186-197.

LOURAU, R. Implicação: um novo paradigma? In.: ALTOÉ, S.(Org.).**René Lourau: Analista Institucional em tempo Integral.** São Paulo: HUCITEC, 2004. pp. 246-257.

MACERATA, I. M. **Traços de uma clínica de território: intervenção clínico-política na atenção básica com a rua.** Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2015. 293f.

_____. **“...como bruxos maneando ferozes”: relações de cuidado e de controle no fio da navalha. Experiência “psi” em dispositivo da política de assistência social para crianças e a adolescentes em situação de rua.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MACHADO, L. D. Ética: exercícios de resistência em meio à indiferença. IN.: **Ética, cidadania e participação.** NOVO, H.A.; SOUZA, L. de; ANDRADE, A. N. de (orgs.). Vitória: Edufes: CCHN Publicações, 2001.

MACHADO, R. **Nietzsche e a verdade.** Rio de Janeiro: Graal, 1999.

MALAGUTI, V.B. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In.: MARICATO, E. *et.al.* **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boi Tempo: Carta Maior, 2013. pp.19-26.

MARQUES, R. M.; MENDES, A. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. In.: **Revista Katálysis.** Florianópolis, v. 10 n. 1 p. 15-23 jan. /jun. 2007

MARTINS, A. S. **A direita para o social: a construção da sociabilidade no Brasil contemporâneo.** Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2009.

MATURANA, H. Ontologia do conversar. In: MATURANA, H. (Org.). **Da biologia à psicologia.** Santiago do Chile: Editorial Universitária, 4ª edição, 2006, p.84-95.

_____; VARELA, F. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano.** São Paulo: Palas Athena, 2001.

MELVILLE, H. **Bartleby, o escrivão.** Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2010.

MENDES, R; DIAS, E.C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. In.: **Revista de Saúde Pública**. São Paulo. 25(3): 341-9, 1991.

MILANI, C. O princípio da participação social na gestão das políticas públicas locais. In.: **RAP** – Rio de Janeiro 42(3):551-79, maio/jun. 2008.

MINAYO GOMEZ, C. e THEDIM-COSTA, M. F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percursos e dilemas. In.: **Cadernos de Saúde Pública**, 13 (supl. 2):21-32, Rio de Janeiro, 1997.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Trabalho Social e Intervenções Habitacionais: reflexões e aprendizados sobre o Seminário Internacional**. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. Disponível em: www.cidades.gov.br

MONCEAU, G. Implicação, Sobreimplicação e Implicação Profissional. In.: **Fractal: Revista de Psicologia**. v.20, n.1. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia, 2008.

MONTEIRO, A. COIMBRA, C. MENDONÇA FILHO, M. Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas: Estatal é necessariamente Público? In.: **Revista Psicologia e Sociedade**, 18(2): maio/agosto de 2006. pp. 07-12.

MORAIS, R. W. A pasteurização do protesto. In.: **Blog da Boitempo**. 28 de junho de 2013.

NEGRI, A. **Cinco lições sobre o Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **O Poder Constituinte: ensaios sobre as alternativas da modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Exílio: seguido de valor e afeto**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

NETO, J.L.F. Retraçando os deslocamentos de Foucault: o lugar da biopolítica e da governamentalidade. In.: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 3 p. 365-376, jul./set. 2015. pp. 365-376.

NEVES, C.E.A.B. Modos de interferir no contemporâneo: um olhar micropolítico. In: **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v.56, nº1, 2004. Retirado do World Wide Web <http://www.psicologia.ufrj.br/abp/>

NEVES, L.M.W; PRONKO, M.A.; MENDONÇA, S.R. de. Capital Social. In.: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. PEREIRA, I.B; LIMA, J.C.F. (orgs.). Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

[NEWMAN, S. A servidão voluntária revisada: a política radical e o problema da auto-dominação. In.: **Verve**, 20, pp. 23-48, 2011.](#)

[ORLANDI, L. B. L. Combater na Imanência. In.: **Para uma vida não-fascista**. RAGO, M. e VEIGA-NETO, A.\(orgs.\). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, pp- 201-208.](#)

Ó, J.R. do. Foucault e o problema da escrita: uma introdução. In.: **Foucault, Deleuze e Educação**. Claretto, S.M e Ferrar, A. (orgs.). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

OLIVEIRA, F. de. “Hegemonia às avessas”. In.: **Revista Piauí**, nº 7, jan.2007.

ONOCKO-CAMPOS, R; CAMPOS, G.W.S. Co-construção de autonomia: o sujeito em questão. In: CAMPOS, G.W.S; MINAYO, M.C.; AKERMAN, M; DRUMOND JÚNIOR, M.; CARVALHO, Y.M. (orgs). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: Editora Hucitec/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. p. 669-88.

PASSETTI, E. Poder e anarquia. Apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo moderno. In.: **VERVE: Revista Semestral do NU-SOL**. São Paulo: PUC, nº 12, outubro de 2007.

_____. Segurança, confiança e tolerância: comandos na sociedade de controle. In: **São Paulo em Perspectiva**. 18(1). p. 151-160. 2004. pp. 151-160.

PASSOS, E. Os dispositivos clínico-políticos e as redes no contemporâneo. **EntreLinhas do Conselho Regional de Psicologia CRP-07**, Porto Alegre, p. 8-9, Ano indefinido.

_____; BARROS, R. Clínica, política e as modulações do capitalismo. In.: **Revista Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 159-171, jan./jun. 2004.

PAULON, S.M. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa intervenção. In.: **Psicologia & Sociedade**, 17(3), 18-25, set-dez, 2005.

PAZ, C. **A política contra o povo: o veto ao decreto de participação social**. Disponível em: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2014/10/29/politica-contr-o-povo-o-veto-ao-decreto-de-participacao-social/>. Outubro de 2014.

PELBART, P.P. **Vida Capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PINHEIRO, L. F. Políticas Sociais no Governo Lula: mobilização social e legitimação da precariedade. In.: **II Jornada Internacional de Políticas Públicas/ Mundialização e Estados Nacionais: a questão da emancipação e da soberania**. Universidade Federal do Maranhão. Agosto de 2005. Acessado em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Luci_Faria_Pinheiro.pdf

POGREBINSCHI, T. Participação social como método democrático de gestão: o governo Lula e as políticas públicas participativas. In.: **LED Análises** nº1 – outubro/ novembro de 2011. Rio de Janeiro: IESP/UERJ, 2011. Acessado em http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pogrebinschi_thamy_participacao_social_metodo_democratico_gestao.pdf.

RAJCHMAN, J. **Foucault: a liberdade da filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

RODRIGUES, H.B.C. e SOUZA, V.L.B. A Análise Institucional e a Profissionalização do Psicólogo. In.: KAMKHAGI, V.R.; SAION, O. (orgs). **Análise Institucional no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

ROLNIK, R. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In.: MARICATO, E.*et.al.* **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boi Tempo: Carta Maior, 2013. pp.07-12.

ROLNIK, S. Despedir-se do Absoluto. In.: **Cadernos de Subjetividade**, nº Especial. Núcleo de Estudos e Pesquisas do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, PUC-SP. São Paulo, jun. 1996. pp. 244-256.

SANTIAGO, H. Entre servidão e liberdade. In.: **Cadernos Espinosanos XXVII / Estudos sobre o Século XVII.** São Paulo: Departamento de Filosofia da FFLCH-USP, N. XXVI, JAN-JUN 2012.

SATO, L; SOUZA, M. P. R. de. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. In.: **Revista de Psicologia da USP**, São Paulo, v. 12, n. 2, 2001.

SADER, E. **Quando os novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SALES, M. **Caosmofagia: a arte dos encontros.** Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHEINVAR, E. **O feitiço da política pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente.** Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

SECCO, L. As jornadas de junho. In.: MARICATO, E. *et.al.* **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boi Tempo: Carta Maior, 2013. pp.71-78.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, A. F. **A relação Estado e Sociedade Civil no governo Lula (2003-2010): uma análise dos debates iniciais em torno do novo plano nacional de educação.** In.: <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/AndreiaFerreiradaSilva-comunicacaoOral-int.pdf>

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. In.: **CEBRAP**, São Paulo, p. 83-102, nov. 2009.

SOUZA, S. J. Memória coletiva e tempos de vida: sobre a intenção política da escrita da história em Walter Benjamin e Maurice Halbwachs. In.: **Mnemosine**, vol.10, nº2, p. 179-194. Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia Social e Institucional UERJ, 2014.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e gestão: níveis, critérios, instâncias. In.: FIGUEIREDO, M.;ATHAYDE, M.; BRITO, J.; ALVAREZ, D. (orgs.). **Labirintos do Trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004. pp. 23-33.

_____. Trabalho e uso de si. In.: **Revista Pro-posições**. Faculdade de Educação. Unicamp, n.32, dez. 2000.

TEIXEIRA, R. **Redes**. Texto sem ano definido, acessado em agosto de 2015. <http://xa.yimg.com/kq/groups/16769174/1243428618/name/redes+-PNH+Ricardo+Teixeira.doc>.

TONI, J. de. Da empolgação à melancolia: participação social no planejamento governamental, a experiência do Governo Lula. In.: **Revista Acadêmica**, nº 64 –, ano IV, setembro/2006. Acessado em <http://www.espacoacademico.com.br/064/64detoni.htm>, abril de 2016.

VEYNE, P. M. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

VIVAR y SOLER, R. D. de. O estatuto do intelectual específico em Michel Foucault. In.: **Revista Barbarói**. n.37, p.215-234, jul./dez. Santa Cruz do Sul: Departamento de Ciências Humanas e Departamento de Psicologia, 2012.

WOOLF, V. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.